RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA

Central Solar Fotovoltaica THSIS

Projeto reformulado de acordo com o previsto no n.º 2 do artigo 16º do DL n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na atual redação.

Título: Relatório de Consulta Pública AIA3362

Central Solar Fotovoltaica THSIS

Autoria: Agência Portuguesa do Ambiente

Departamento de Comunicação e Cidadania Ambiental

Divisão de Cidadania Ambiental

Maria Clara Sintrão

Data: dezembro de 2021

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO 4

2. O PROJETO..... 4

3. LOCALIZAÇÃO 4

4. PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA 5

5. DOCUMENTOS PUBLICITADOS E LOCAIS DE CONSULTA 5

6. MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO 5

7. PROVENIÊNCIA DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS 6

8. SÍNTESE DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS..... 6

ANEXO I

Exposições recebidas

1. INTRODUÇÃO

Na sequência do procedimento de avaliação de impacte ambiental prévio do projeto da Central Solar Fotovoltaica THSIS e decorrente da proposta decisão apresentada, a SUNSHINING, SA, na qualidade de proponente, considerou existirem soluções que permitissem reformular o projeto dentro da área de estudo, de forma a ultrapassar as questões identificadas e garantindo, deste modo, a sua viabilidade.

Subsequentemente, e em articulação com o proponente, decidiu a autoridade de AIA desencadear o procedimento previsto no n.º 2 do artigo 16º do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de Outubro, na atual redação.

Relativamente à Consulta Pública foi considerada necessária a repetição desta formalidade, designadamente pela forte contestação à implantação do projeto, manifestada no procedimento anterior.

2. O PROJETO

O Projeto tem como objetivo a produção de energia elétrica a partir de uma fonte renovável e não poluente - o sol. Abrange uma área de implantação aproximada de 1244,95 ha (área vedada), prevendo a instalação de uma potência na ordem dos 1 242 MWp com a qual se estima produzir, em média, cerca de 2148,243 GWh/ano. O escoamento da energia produzida para o Sistema Elétrico Nacional, será efetuado à tensão de 400 kV, através de uma linha subterrânea de 723 m e é integrada no próprio Projeto e dentro dos limites deste, não se considerando desta forma um Projeto Complementar.

3. LOCALIZAÇÃO

O projeto localiza-se no concelho de Santiago do Cacém, União das freguesias de União das freguesias de S. Domingos e Vale da Água.

4. PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA

Nos termos do n.º 5 do citado art.º 16.º, a consulta pública decorreu durante 10 dias úteis, de 11 a 24 de novembro de 2021.

5. DOCUMENTOS PUBLICITADOS E LOCAIS DE CONSULTA

A documentação relativa a este procedimento de consulta pública esteve disponível no portal Participa.pt.

6. MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO

A publicitação do Estudo de Impacte Ambiental, incluindo o Resumo Não Técnico, foi feita por meio de:

- Afixação de Anúncios na CCDR Alentejo e na Câmara Municipal de Santiago do Cacém;
- Envio de nota de imprensa para os órgãos de comunicação social de âmbito nacional;
- Divulgação na internet no *site* da Agência Portuguesa do Ambiente e no portal Participa.pt;
- Envio de comunicação às ONGA de âmbito nacional e da área de implantação do projeto, constantes no RNOE;
- Envio de comunicação a todas as entidades e cidadãos que se manifestaram no âmbito do procedimento anterior.

7. PROVENIÊNCIA DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS

Durante o período de consulta pública foram recebidas as exposições a seguir listadas em conformidade com a sua proveniência:

Entidades da Administração Central

ANAC – Autoridade Nacional de Aviação Civil

DGADR – Direção geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural

Organizações não-governamentais de Ambiente

APAMB – Associação Portuguesa de Inspeção e Prevenção Ambiental

Associação Natureza Portugal/WWF

QUERCUS - Associação Nacional da Conservação da Natureza- Núcleo de Setúbal

ZERO - Associação Sistema Terrestre Sustentável

Outras Associações

Centro PINUS

Protege Alentejo

Empresas

Turismo em espaço rural: Casas de Campo; Monte Tons da Terra; Monte do Pinheirinho

Eucaliptusland - Sociedade de Gestão de Património Florestal, S.A

CELPA, Associação da Indústria Papeleira

Cidadãos:

A título individual**:** 132

Petição pública *online*, que nesta data, conta com 2007 assinaturas.

8. SÍNTESE DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS

Infere-se da análise das exposições recebidas, que se encontram em anexo ao relatório de consulta pública, e para onde se remete para uma informação

mais detalhada, que o projeto reformulado, ora apresentado, não veio colmatar os impactes negativos significativos e não minimizáveis decorrentes da implantação do projeto, previamente identificados, pelo que se mantém a posição de forte contestação à implantação da central solar fotovoltaica THSIS, posição essa que dá particular ênfase aos aspetos a seguir listados: dimensão do projeto (o projeto reformulado traduz-se num aumento efetivo da área ocupada); proximidade aos núcleos populacionais de Vale de Água e outras habitações dispersas; proximidade a vários alojamentos de turismo em espaço rural; qualidade da paisagem e do sistema de vistas (que a constituição das cortinas arbóreas proposta, não resolve); afetação dos sistemas ecológicos: montado de sobro e azinho, vegetação ribeirinha, fauna e flora; afetação de RAN e REN; afetação de espaços agrícolas e/ou florestais de uso múltiplo agro silvo-pastoril; afetação de vários caminhos agrícolas e estradas municipais; afetação de percursos pedestres classificados: Ameijoafa/Cercal; Caminhos de Santiago; "Alvalade – Porto Covo": maior passeio nacional de BTT; recursos hídricos: contaminação de aquíferos, pelo silício dos painéis solares e uso de pesticidas; clima e alterações climáticas e aumento de temperatura local; destruição mancha verde composta por eucaliptos que serve de tampão às emissões de gases oriundos do complexo industrial de Sines e dormitório de bandos de pombos que migram, ao anoitecer, de Ourique e Odemira; sócio economia, pela consequente quebra de procura quer dos agentes de animação turística, quer de todo um conjunto de atividades colaterais (comércio, serviços, restauração).

Desta posição discordam 6 cidadãos, que entendem que o projeto, além de contribuir para a independência energética do país, será uma mais-valia para a região e suas populações, pelos inerentes benefícios ambientais e sociais; a APAMB porque o projeto parece enquadrar-se numa estratégia sustentável de descarbonização; e a Quercus que considera uma mais-valia a proposta de substituir milhares de eucaliptos, por uma fonte de energia limpa como é a solar.

Sintetiza-se, em seguida, os aspetos mais relevantes dos pareceres recebidos.

A **ANAC** informa que a área do projeto não se encontra abrangida por qualquer servidão aeronáutica civil ou zona de proteção de infraestrutura aeronáutica e que face ao tipo de projeto e à sua localização considera que o mesmo não tem impacte a nível das operações de aviação civil.

A **DGADR** informa que o projeto não interfere com quaisquer áreas, estudos, ou projetos no âmbito das suas atribuições, pelo que nada tem a opor. Realça, no entanto, que o presente parecer não substitui qualquer outro parecer ou ato administrativo que deva ser emitido ou praticado por entidades com competência decisória relativa a outras condicionantes que onerem o(s) prédio(s) objeto de intervenção em análise.

A **APAMB** entende que o projeto parece enquadrar-se numa estratégia sustentável de descarbonização e evoca como fatores positivos o facto de o projeto: ocupar terrenos de reduzida aptidão agrícola; promover a substituição de eucaliptos por painéis solares; não afetar o montado de sobro; ter um número reduzido de recetores sensíveis; não implicar a criação de corredores para linhas de alta tensão; criar riqueza e postos de trabalho numa zona deprimida.

A **ANP/WWF** reforça que, ao invés da aprovação desordenada de projetos de centrais fotovoltaicas, o aumento da capacidade nacional de produção elétrica a partir de fontes renováveis deve ser feito de forma planeada, por meio de uma Avaliação Ambiental Estratégica, acautelando os valores naturais e priorizando as áreas para instalação destas infraestruturas tendo em conta não apenas critérios económicos e logísticos (existência de ligações à rede, capacidade de resposta do Estado para licenciamento) mas também de conservação da natureza.

A **QUERCUS,** embora tendo expressado uma posição desfavorável ao projeto na sua primeira versão, por na altura ter entendido que o projeto tinha impactos ambientais e sociais negativos para as populações e para o ambiente, manifesta agora uma posição favorável ao projeto condicionado à implementação de várias medidas de minimização**.** Entende que da proposta de substituir milhares de eucaliptos, por uma fonte de energia limpa como é a solar, resultam mais impactos positivos do que negativos. E assinala uma

evolução positiva muito significativa no projeto reformulado por, nomeadamente, ter resultado num maior afastamento das populações, numa maior preservação de todos os povoamentos de sobreiros existentes, numa maior proteção do local de dormitório do pombo torcaz, bem como do reforço das linhas arbóreas arbustivas, com vista a um menor impacto visual. Quantos ao impactos negativos, sugere que sejam criadas ilhas de montado, para que se possa recriar não só o ambiente de floresta, como ganhos na biodiversidade e quanto à desativação do projeto deverá ficar previsto, que a maior parte dessa área seja repovoada por espécies autóctones da região, privilegiando naturalmente tudo o que envolve o montado.

A **ZERO** considera que o projeto reformulado é, na sua essência, similar ao inicialmente apresentado com apenas algumas alterações, que considera de "cosmética". Sublinha que se trata de um projeto que tem enormes custos ambientais, não só ao nível dos potenciais efeitos negativos que a instalação irá induzir não só na biodiversidade local como na artificialização da paisagem. A ZERO julga contraproducentes iniciativas que visam, no cumprimento de metas de produção de renováveis, a substituição de coberto florestal pela construção de megaparques solares no cumprimento de metas de produção de renováveis, degradando áreas com uma relevante função de fornecimento de serviços de ecossistema, entre os quais o sequestro de carbono, refúgio de biodiversidade e espaços de fruição da natureza. Por outro lado, embora esteja previsto na legislação que as áreas em REN são compatíveis com o aproveitamento de energias renováveis, certamente que a artificialização da paisagem a este nível, em mais de 1 000ha, em que os impactes são significativos, de longo prazo, irreversíveis e dificilmente mitigáveis, é algo que dificilmente é compatível com os objetivos que estiveram sua génese. Refere, ainda, que esta é uma tecnologia que pode ser facilmente instalada em meio urbano e industrial, já ocupados e descaracterizados e degradados por atividades antrópicas, permitindo a produção de energia elétrica junto aos locais de consumo, o que permite reduzir significativamente os impactos ambientais e as perdas no transporte da energia devendo esta ser a forma privilegiada de utilização fotovoltaica.

A **PINUS** constatou que estando previsto o abate de cerca de 915 ha de floresta dos quais cerca de 912 ha de eucalipto e os restantes 3 ha ocupados por pinheiro-manso, pinheiro-bravo e alguns sobreiros, o projeto terá grande impacte sobretudo naquelas áreas. O Centro PINUS considera que o impacto da perda de sumidouros naturais está insuficientemente refletido na avaliação e recomenda a procura de localizações alternativas que não impliquem o abate de floresta.

A **PROTEGE ALENTEJO**, grupo cívico constituído em Março de 2021, com o objetivo de contestar e impedir a concretização do projeto que inclui pessoas que nasceram e sempre viveram na região, mantendo as suas atividades de sobrevivência, pessoas que optaram por esta freguesia para terem as suas habitações principais ou secundárias e alguns para investirem economicamente em áreas diversas. Relembra que em março de 2021 foi criada uma Petição Pública, a qual conta nesta data com 2 001 assinaturas. Reafirma a sua discordância de concretização de qualquer projeto de indústria destinada à produção de energia e/ou armazenamento, desflorestação destinada à conversão para outro tipo de uso do solo e substituir um recurso natural por uma monocultura de painéis solares.

A proprietária da **CASAS de CAMPO** reitera a sua preocupação pelos impactes que o projeto irá induzir na região de paisagens únicas que a par da qualidade dos alojamentos locais a tornam muito apelativa para passar férias e fins-de-semana, que o projeto reformulado apresentado não colmata, antes pelo contrário, constitui fonte maior de apreensão. E reforça que a atividade turística, que muito tem contribuído para a inversão da tendência de desertificação que se verifica no interior do País, será irreversivelmente afetada pelos impactes negativos induzidos pelo projeto.

O proprietário do monte **TONS da TERRA** vem, no âmbito do desenvolvimento da sua atividade de promoção do Turismo de Natureza, reforçar que tem recebido/atraído em média, nos últimos 3 anos, cerca de 2000 turistas/ano para a região, com taxas de ocupação da ordem dos 70% em 2019 e de 64% em 2020, apesar do contexto adverso de pandemia; que tem parcerias estabelecidas com diversas empresas da região, dinamizando

por isso a economia local; que contribui para a criação de 6 postos de emprego diretos e, seguramente, para diversos postos de emprego indireto, nos diversos locais onde tem parcerias estabelecidas. E vem sublinhar, uma vez mais, a sua apreensão sobre o impacto que o projeto THSIS irá induzir na região sobretudo porque o projeto reformulado não dá resposta às preocupações manifestadas, além de que não se traduz em quaisquer mais-valias para a população e para as atividades que ali se têm vindo a desenvolver. Pelo contrário, salienta, o projeto reformulado, ao propor um aumento da área dos painéis de 481,2 ha para 549,44 ha (o que justificaria, desde logo, a suspensão imediata do projeto) conduz a uma redução da atratividade do local e envolvente próxima, dificultando a atividade dos alojamentos de turismo rural aí estabelecidos. Frisa, também, o facto de cerca de 80% da área em que o projeto se pretende instalar, se encontrar ocupada por povoamentos florestais, implicando o abate de cerca de 1,5 milhões de árvores, e discorda que se tente minimizar tal facto, por me tratar essencialmente de eucaliptos. E, alerta, ainda, para a dependência que existe dos furos artesianos, face à inexistência de infraestruturas públicas que prestem esses serviços; para a paisagem onde se reconhece que o projeto é gerador de impactes negativos (de várias magnitudes); para o sistema de videovigilância que se pretende instalar sendo imprescindível assegurar a privacidade não só de quem vive mas como de quem visita e procura esta região.

Em virtude do exposto, reitera que deverão ser realizados novos estudos a fim de encontrar alternativas de localização e dimensionamento de projeto que minimizem ao máximo os impactes identificados. Caso o projeto seja aprovado tal como é apresentado, apela a que no mínimo sejam consideradas medidas compensatórias e de minimização.

MM/MC

1. Cortinas arbóreas com 200m de espessura em volta de todo o perímetro da central sempre que esteja adjacente a habitações e/ou Turismos em Espaço Rural mantendo as árvores existentes nesta cortina, incluindo os eucaliptos;

2.Obrigatoriedade de replantação e reposição do mesmo número de árvores destruídas;

3. Compensações financeiras junto dos empresários locais nomeadamente Turismos no Espaço Rural (TER) e Alojamentos Locais (AL) pela perda de reservas igual a 50% da taxa de ocupação multiplicado pela diária média anual durante os 30 anos de exploração da central;

4. Compensações financeiras às empresas de animação turística e restaurantes por decréscimo de utilizadores na região, seja durante a fase de construção, seja na fase de funcionamento, por redução da atratividade no local;

5. Redução da área de painéis fotovoltaicos em 200ha;

6. Garantias da não existência de ruídos decorrentes do processo de transformação de energia, quer durante o dia, quer durante a noite;

7. Vedação do perímetro no limite interior das cortinas arbóreas em vez de no exterior;

8. A EM 555 preparada para poder suportar o movimento de veículos que irá acontecer caso o referido projeto avance, e mantido com a regularidade que se exige, de modo a assegurar as condições de mobilidade quer durante a instalação, quer durante o funcionamento da central;

9. Pórticos para transporte de energia em muito alta tensão, que nesta fase do projeto não são analisados, mas que o estudo antevê que o presente projeto não se trata de um projeto isolado, pelo que prevê a possibilidade de ligar um número significativo de linhas elétricas aéreas, às quais estará associado um impacte muito relevante devido à presença de apoios e pórticos, pelo que terá de ser garantido desde já, que tais ligações serão feitas subterraneamente até aos traçados já existentes e não autorizar desde já, instalação de quaisquer pórticos em novas áreas;

10. Instalação da rede internet através de fibra ótica como forma de criar outras valências e compensar o nível de atratividade perdido, nomeadamente com à atração de pessoas em teletrabalho;

11. Assegurar os caminhos entre propriedades, bem como vegetação que oculte as vedações e os painéis, de modo a continuar-se a promover o turismo de natureza, pressupostos para a instalação deste projeto na região;

12. Compromisso para sinalização dos trilhos rurais tornando-os clicáveis, de forma a compensar a forte perda significativa do valor da paisagem e da biodiversidade e assim criar novas atratividades que compensem essas perdas;

13. Criação de um centro de interpretação sobre os azimutes do sol, relação do sol e outros astros com o nosso planeta, bem como estudos de astronomia, numa vertente de ligação do futuro e do passado, relembrando também as influências muçulmanas no sul do território, estabelecendo uma relação com a arquitetura e cultura alentejana, de modo a justificar do ponto de vista de interesse turístico a nova paisagem;

14. Criação de zonas de merendas nas imediações da área de intervenção;

15. Não-aceitação do risco descrito no RT (relatório técnico, versão anterior) Pág.455/506 ou medidas que o mitiguem na totalidade;

16. Assegurar em toda a linha que o regulamento RGPD é cumprido no que diz respeito ao sistema de videovigilância não permitindo de todo que o sistema possa incidir sobre a via pública ou propriedades de terceiros tal como é previsto pelo regulamento de proteção de dados para estes sistemas;

17. Financiamento de ações promocionais desta região nesta zona do Alentejo, com ações dirigidas aos jornalistas internacionais, anúncios em revistas e jornais, e- marketing, etc;

18. Garantias e compromisso que os terrenos serão sempre limpos recorrendo a meios sustentáveis de forma a não comprometer o solo, subsolo e lençóis freáticos;

19. Garantias que uma empresa constituída com capital social de 100.000,00 € (SUNSHINE, S.A.), terá capacidade para desmontar um projeto de mil milhões de euros após 30 anos de exploração, caso não

se prolongue a operação em virtude das condições económicas de exploração, face aos custos envolvidos, assim o venham a determinar;

20. Fornecimento de energia a título gracioso aos agentes económicos e populações identificados no Parecer da Comissão de Avaliação.

O proprietário do **MONTE PINHEIRINHO**, que confina na sua extrema com o perímetro da Central, considera que a nova versão do projeto continua a afetar os habitantes da região, especialmente os que se encontram na sua periferia. A alteração de uso do solo proposta, a implantação de uma indústria energética (com uma subestação principal e 4 auxiliares) em solos rurais, o absurdo da área impermeabilizada resultante do projeto de desflorestação proposto (mesmo que se trate de eucaliptos pois constituem uma valiosíssima floresta que captura carbono e produz oxigénio), a descaracterização para sempre uma zona protegida de RAN e REN, são aspetos com os quais discorda em absoluto, além de que a alteração do uso do solo contraria o PDM em vigor de Santiago de Cacém e coloca em causa a sua utilização futura.
Considera que o projeto reformulado em nada difere do anterior pois não só presume o aumento da área intervencionada como também o aumento da quantidade de painéis, estes de dupla face, maiores e mais altos, os quais implicarão o aumento da área (por baixo dos painéis) de zonas impermeabilizadas onde nunca cairá chuva. Depois, porque continua a prever o abate de 1.500 000 árvores. Seguidamente, porque o tipo de cortinas arbóreas proposto, com arbustos e árvores que nem se dão na zona devido aos solos arenosos e ácidos que os caracteriza, e cuja altura será insuficiente para uma cortina visual, dado o declive do terreno e a altura dos novos painéis, não permite assegurar a ocultação destes e mesmo que eventualmente o faça, não minimiza os impactes negativos que o projeto irá induzir. Relativamente a este aspeto, e no que concerne à sua unidade de turismo, considera que será necessário garantir uma cortina arbórea com pelo menos 500 metros de largura (a contar da extrema da propriedade) e asseverar a manutenção de todas as árvores existentes no local. Depois, também pela afetação do percurso classificado "Caminhos de Santiago", que passa por Foros da Casa Nova, segue por Foros do Malhão, mesmo junto à

extrema do Monte do Pinheirinho, e segue até S. Domingos, sempre ladeado a poucos metros pela Central. A utilização, à escala industrial, dos já parcos recursos hídricos que irá acelerar, exponencialmente, o fenómeno da seca e desertificação dos solos, a mancha visual da central a perder de vista a par da completa descaracterização da paisagem e dos solos, o ruído induzido pelas baterias, subestações, linhas de media e alta tensão que atravessarão a área, e para o qual não foi elaborado um estudo sobre o impacto sonoro, são outros aspetos que aponta como determinantes no impacto socioeconómico da região. Por fim, advoga que um projeto desta dimensão, cuja área ocupada equivale a cerca de 6% das freguesias de Vale de Água e S. Domingos, é um absurdo em qualquer zona do país que seja rural e deve ser pura e simplesmente chumbado.

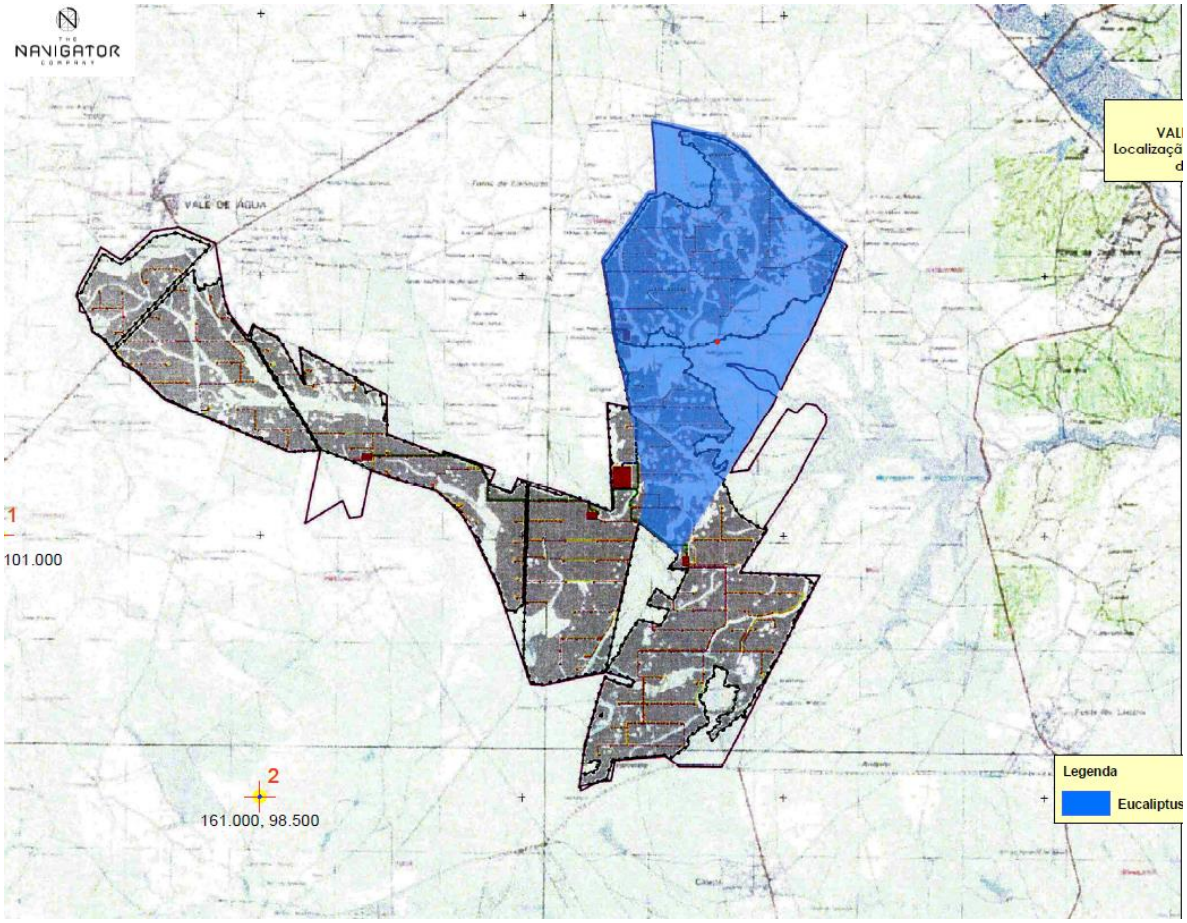
Todavia, considera que caso o projeto seja aprovado, deverão ser equacionadas as seguintes medidas:

MC

1. No caso dos proprietários cujas propriedades confinam com a central, um exemplo de medidas seria o pagamento de um valor equivalente ao valor pago aos arrendatários dos terrenos usados pela central, por cada hectare das suas propriedades durante 30 anos.
2. Aos empresários do Turismo, por exemplo, o pagamento dum valor anual equivalente a 50% da taxa de ocupação potencial da unidade turística x a diária média anual, durante 30 anos. Só desta forma evitariam a falência e o encerramento dos seus turismos, com as repercussões negativas locais que podemos antever.
3. À população, o pagamento de um valor mensal a cada habitante, equivalente ao Salário Mínimo Anual, durante 30 anos.
4. Aos agricultores e criadores de gado, uma compensação por hectare e/ou cabeça de gado, independentemente da espécie, durante 30 anos.

A **CELPA** entende que em situações que se possa justificar o desbaste de floresta, a necessária autorização deveria passar sempre pela exigência de plantação de uma área pelo menos igual à arrancada.

A **EUCALIPTUSAND** informa que a área proposta para a localização do projeto se sobrepõe a um prédio rústico que é sua propriedade, conforme mapa seguinte. Denominado "Vale Dioguinho", o referido prédio rustico encontra-se inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 1, secção Q, tem uma área matricial de 550,65 hectares e está descrito na Conservatória do Registo de Santiago do Cacém, com o número 1580 da freguesia de São Domingos, conforme caderneta predial anexo. A Eucaliptusland esclarece que desconhece qualquer processo em curso, motivo ou intenção que justifique a implantação do projeto no prédio supra identificado, já que a mesma não alienou ou arrendou nem prometeu alienar ou arrendar o mesmo à Sunshining, não tendo intenção de o vir a fazer.



António Brito Paes, na qualidade de agricultor e proprietário da herdade da Ameijoafa, após análise do projeto reformulado, manifesta a sua preocupação e mesmo revolta pela sua implantação. Desde logo, pelo aumento de área de implantação escudada na cortina de proteção que, na sua ótica e à imagem de outras centrais, nada protegem. Depois, pela afetação de áreas RAN; pelo " Efeito Espelho" de grandes dimensões com o impacto no microclima local com a consequente destruição do Montado de Sobro, fulcral na economia local geradora de riqueza e empregos; pela destruição de caminhos rurais, indispensáveis para combate a incêndios e escoamento de produtos; pelo abate de uma enormidade de árvores que são o pulmão da região, já bastante afetada pela poluição de Sines; pela alteração profunda da paisagem com os consequentes efeitos na saúde mental e até aqui imprevisível para a saúde física; pela destruição de grande parte da flora e fauna da região (com principal destaque para o pombo torcaz).
Julga, por último, que o quase nulo emprego que o projeto vai acrescentar, contrariamente aqueles que vai destruir em Unidades de Turismo (muitas na região, incentivadas pelas autoridades locais e a grande maioria com recurso a dinheiros comunitários e públicos) e o enorme retrocesso no desenvolvimento local serão aspetos mais que suficientes para refutar este projeto de produção de energia centralizada, que beneficiará de dinheiros públicos e europeus mas que em nada beneficiará os consumidores locais.

Nuno Coelho Virgílio, proprietário de um terreno, inserido em área protegida de RAN, REN e Floresta, contíguo (em 3 lados) à central fotovoltaica, diz não compreender como é possível dar autorização ao abate de uns quantos milhões de árvores (seja eucaliptos ou outra qualquer espécie), à destruição de toda a fauna e flora existente e à ocupação de terrenos potencialmente aráveis e cultiváveis com painéis solares, quando a pouco menos de 20 kms existem locais abandonados e sem qualquer utilidade onde, eventualmente, se poderia construir a Central (nunca com a dimensão megalómana com que está projetada.) Considera que o impacto ambiental e social será devastador, que o turismo na região e todos os investimento que foram feitos a nível particular ou empresarial serão arrasados, e que este tipo

de projetos devem existir mas a escalas muito mais reduzidas e espalhados por várias localizações. Depois, tendo em conta que o seu terreno fica literalmente dentro da Central questiona, ainda, por um lado, de quem irá controlar a correta execução, implementação e manutenção dos supostos corredores arbóreos e por outro, a existência de painéis solares em corredores arbóreos, inclusive junto à estrema da sua propriedade.

Christel Avermaete e Patrick Peeters informam ser proprietários de dois terrenos adjacentes ao eucaliptal (sector norte) onde querem implementar a Central fotovoltaica, um com habitação que constitui a sua residência permanente (Quinta do Troteado) e advertem que as recomendações de assegurar um maior afastamento a todas as habitações localizadas na envolvente do limite do projeto, no mínimo de 200 m, ou a dimensão das barreiras visuais não foram cumpridas.

Dos demais **cidadãos** que a título individual expressaram a sua opinião, apenas 6 declararam uma posição favorável ao projeto que entendem contribuir para a independência energética do país, além de que será pelos benefícios ambientais e sociais inerentes, uma mais-valia para a região e suas populações.

Os restantes contributos expressam uma total oposição à implantação do projeto justamente pelos impactes negativos significativos expectáveis, já previamente identificados, muitos deles irreversíveis e que o projeto reformulado não veio colmatar, antes pelo contrário, veio intensificar em muitos dos seus aspetos. Mais uma vez, se reforça que a promoção de energias renováveis à custa da destruição da biodiversidade e da qualidade de vida das populações é contra todos os princípios de um desenvolvimento que se pretende sustentável. Desde a dimensão ao impacte visual e, também,

económico e social, muitas são as preocupações elencadas, sendo que nada foi feito para as mitigar ou evitar.

Por isso, repensar a localização e o dimensionamento são dois dos aspetos que relevam grande preocupação, pois entendem que um projeto com tal dimensão (verificou-se um aumento efetivo da área ocupada) e características terá implicações múltiplas e variadas pelo que, desde logo, no que concerne à afetação das populações, é aventada a possibilidade de eliminar a área mais próxima de Vale de Água ou, no limite, aumentar a área de 600 metros do centro da aldeia para 1000 metros e criar áreas de segurança das casas até 500 metros ao invés de 200 metros, como proposto.

Para além daqueles, a afetação do montado de sobro e de caminhos rurais; o abate de milhares de árvores com consequências na desregulação do ecossistema e perda de biodiversidade; a alteração profunda da paisagem; a inutilização de solos produtivos e sua decapagem, acelerando a erosão e impermeabilização; a redução da recarga do sistema de aquíferos; a afetação da reserva agrícola nacional; a perda de atratividade da região para projetos de turismo rural; a incapacidade do projeto gerar emprego: depois do período de instalação em que poderão vir trabalhadores de fora num período curto, estes projetos não vão criam postos de trabalho permanentes, não dinamizam o comércio local e em nada contribuem para a fixação de novos residentes na região; desativação do projeto, desmantelamento e reciclagem dos resíduos, após exploração de 30 anos, são outros aspetos amiúde referidos.

A par dos impactes negativos inerentes ao projeto acrescem os impactes cumulativos que irão ocorrer nos vários domínios, decorrentes da existência de outras centrais fotovoltaicas, designadamente a Central Fotovoltaica de Cercal, recentemente aprovada. Quanto à divulgação do projeto, lamentam o facto de o Município de Santiago do Cacém não ter promovido uma clara e aberta discussão, no sentido de esclarecer os munícipes sobre as múltiplas questões que se colocam perante um projeto desta dimensão e das suas consequências para a região.

Pelos impactos muito negativos que esta central provocará é, reiteradamente, referido que deveria haver, no mínimo, um conjunto de medidas adaptadas a todos os que perdem com a sua aprovação: residentes, proprietários, agricultores e criadores de gado, empresários dos vários ramos do comércio e turismo, junta de freguesia.

MM/MC

1. Acesso a tarifas energéticas mais vantajosas;
2. Acesso a colocação de painéis de autoconsumo subsidiados;
3. Colocação em edifícios públicos ou similares de painéis de autoconsumo;
4. Pavimentação de estradas;
5. Construção de Alameda de entrada em Vale de Água;
6. Construção do polidesportivo de Vale de Água;
7. Realização obras em prol da população (por consulta ás instituições locais e população);
8. Apoio às instituições;
9. Alocar uma percentagem de 5% do valor do projeto em benefício das populações locais.

RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA

Maria Clara Sintrão

ANEXO I

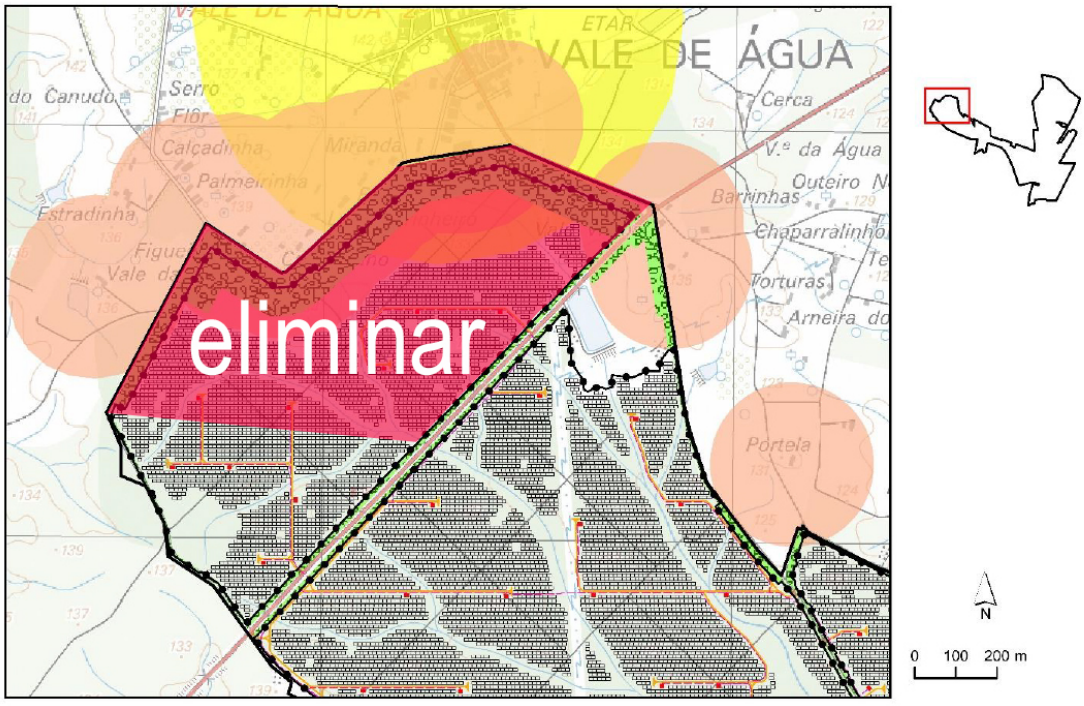
Exposições recebidas

Após a reformulação do projeto, em que muitos problemas foram resolvidos, há na minha opinião muitas situações que permanecem sem solução ou informação relevante e detalhada.

1. **Demasiado Próximo das Populações**

Embora a reformulação do projeto tenha mitigado o aspecto visual dos painéis parece-me que a APA deveria ter ido mais longe, nomeadamente no distanciamento junto à aldeia de Vale de Água. Na restante área da central, os painéis estão relativamente longe de povoações ou casas mas acho impensável que havendo tanta área disponível, o promotor tenha ocupado zonas tão próximas da aldeia de Vale de Água. E por essa proximidade, não são as cortinas arbóreas (algumas que irão demorar anos a crescer) que vão minimizar o aspecto visual de vários milhares de painéis seguidos.

É minha convicção de que seria possível eliminar a área mais próxima de Vale de Água (ver fig.jpg anexo) ou numa perspetiva mais conservadora, aumentar a área de 600 metros do centro da aldeia para 1KM e criar áreas de segurança das casas até 500 metros ao invés de 200 metros.



2. **Menos painéis mas área maior e mais visivel**

O espaço que o promotor criou para buffers de segurança não veio do nada. Uma das alterações apresentadas tem a ver com a capacidade de produção de cada um dos módulos de painéis (pag21). Para a capacidade instalada total de 1.2 MW, o promotor muda a dimensão e capacidade dos painéis, passando cada módulo de 530Wp para 625Wp. Através desta alteração, o promotor passa a produzir mais energia (aumenta de 1.0MW para 1.2MW). Só que esta alteração traz também outra questão que é o aumento de dimensão de cada módulo e a sua distribuição nas mesas. Passamos de uma altura de 2 painéis em cada mesa para 3 painéis em cada mesa no projecto reformulado. Acrescente-se o facto de que cada um dos painéis novos é mais alto em 35 cm comparativamente com o módulo do projecto anterior. Embora as inclinações dos painéis sejam idênticas nas duas propostas, o projecto reformulado apresenta mesas mais altas e, portanto, mais visíveis em altura.

Como não há milagres, é obvio que ao criar áreas de segurança nas casas fez crescer ainda mais a área de instalações de painéis. Neste projecto reformulado, a área ocupada por painéis passa de 481,2 hectares para 549,44! Ou seja, o promotor reformulou tudo em seu benefício: ocupa mais área, gera mais potência e seguramente tem menores custos nos painéis porque são menos 100 mil painéis fotovoltaicos do que na proposta anterior (pag24).

E fica uma questão: com o avanço permanente na geração dos módulos fotovoltaicos quem me garante que no momento da exploração, o promotor não venha novamente a fazer uma alteração nos módulos colocando ainda maiores e mais potentes, ocupando uma área maior? Serão estes módulos permanentes durante os 30 anos ou o promotor pode alterar a potência dos mesmos?

3. **Sem Benefícios para as populações**

É lamentável que um projecto desta dimensão, com um investimento conhecido na ordem dos mil milhões de euros, resulte em benefícios nulos para a população residente. Nulos porque não existem contrapartidas concretas no projecto. Muitas delas são ideas pré-concebidas de quem se acha, que para os que vivem no espaço rural, chega-lhes uns talhões para explorar actividades de pastorícia, agricolas e apicultura. Mas alguém conhece a zona? Acham que as pessoas que aqui residem, muitas delas com quintas, montes e quintais precisam de mais áreas de cultivo? Todas as pessoas que aqui vivem já têm a sua área de cultivo. Há também as que não têm porque não querem laborar nessas actividades. Seria o mesmo que oferecer balde de água a quem viva ao lado de uma fonte de nascente.

Chega a ser enternecedor ler que o promotor vai criar cortinas arbóreas com árvores de fruto e que a população pode aceder-lhes. Fiquei satisfeito por perceber que o promotor pensa também nos nutrientes e níveis de fibra ingerida pelos locais.

Os restantes “benefícios” são inerentes à instalação de uma central deste tamanho: IMI para a Câmara, criação de emprego, sinergias com instituições de ensino, oferta de instalações de autoconsumo para IPSS, juntas de freguesia, equipamentos sociais ou recuperação das áreas

adjacentes à central. Isto nem deveria ser considerada vantagens, mas sim obrigações do promotor.

Mesmo a criação de emprego é uma falácia. A desertificação do território é cada vez maior, tal como se prova nos censos com a redução de habitantes nas duas aldeias na ordem. A ideia de que o projecto irá criar 50 postos de trabalho durante a exploração esquece local os números de quantos empregos serão perdidos nas atividades florestais ou turísticas.

E continuamos sem saber que benefícios concretos este projeto traz para a população residente. É sugerido uma criação de uma comunidade de energia, mas em que molde? Quem controla? Que custo terá para as populações? É preciso mudar de operador de eletricidade? Existe fidelização? E quando se fala em acessos a tarifas ou contratos de eletricidade com benefícios para os moradores conclui-se que nada é explorado. Nem uma proposta de futuros custos e se será mais vantajoso para as pessoas.

Lamentavelmente o Promotor não identificou o que realmente interessava a estas populações. E soluções não faltam. Este espaço pode até não ser o local indicado apara apresentar ideias, mas o promotor até poderia pensar em vantagens que fizessem sinergia com o seu próprio negócio.

Como exemplo, poderia oferecer a todos os residentes da freguesia um Kit de Autoconsumo de 500W, com instalação, num valor de custo aproximado de 1000 euros, sendo que a energia gerada em excesso por cada casa seria devolvida também à rede (não poderia ser vendida a outro operador). Em alternativa, para todos aqueles que não quisessem painéis por algum motivo, era oferecer um desconto na fatura elétrica na ordem dos 10% durante os 30 anos de exploração (ou num custo equivalente a estes 1000€). Em ambos os cenários os residentes teriam de aderir à Iberdrola.

Segundo os últimos Censos 2021 existem 1031 edifícios em toda a freguesia. Se na situação máxima cada um deles tivesse instalado um painel fotovoltaico de autoconsumo de 500W (básico para as necessidades diárias de stand by e outros equipamentos), estaríamos a falar de um custo aproximado de 1 milhão de euros (preços baseados num kit de autoconsumo de 500W com instalação pela empresa Solarimpact e que pode ser consultado em www.solarimpact.pt). Este custo representaria 0,1% dos custos totais que o promotor indicou à comunicação social e que são públicos (no valor de mil milhões de euros).

Estamos a falar em soluções com benefícios reais à população. Certamente que existem outras ideias mas, tal como se vê pelo projecto apresentado, o promotor prefere oferecer cortinas arbóreas com árvores de fruto que a população pode aceder, arranjar tudo o que estragou (caminhos, estradas, linhas de água, etc) e disponibilizar pequenas áreas para cultivo ou atividades como pastorícia. Na maior área (junto ao cruzamento de Vale de Água estamos a falar de 1 hectare, sendo que aqui não pode instalar painéis, então decide que é para a comunidade.

4. **Alterações Ambientais no Local.**

O Relatório apresenta um estudo em que afirma perentoriamente de que este projeto "vai ter impactos positivos sobre o clima e alterações climáticas". Esta afirmação é baseada em testes efetuados em duas centrais com dimensões completamente diferentes (uma tem 350MW instalados, a outra 850MW).

a) Ora esta vai ter uma produção instalada de 1100MW. O impacto ambiental de uma área tão grande de painéis nunca foi estudado.
b) Os próprios autores afirmam neste estudo que foram realizados em locais áridos, são basicamente desertos. Os investigadores disseram que mais estudos são necessários para determinar o efeito em climas mais temperados, como é o nosso caso. Os autores do estudo concluíram que a escala do efeito depende da localização e os impactos podem variar de positivos, negativos ou inconsequentes com base nos ecossistemas locais.
c) Para a quantidade de centrais já instaladas no mundo, utilizar resultados de duas centrais é enganador já que parte de uma amostra insignificante, com resultados muito pouco realistas e até pouco científicos. Resumidamente, julgo que esta afirmação terá de ser vista com muito cepticismo.

Se é para apresentar estudos sobre esta matéria, apresento também este estudo científico publicado em 2016 na revista "Nature" que conclui resultados opostos. "The Photovoltaic Heat Island Effect: Larger solar power plants increase local temperatures" e pode ser consultado aqui:

https://www.nature.com/articles/srep35070

5. **Eliminação da Captura de Carbono**

O Relatório apresenta também um cálculo de captura de carbono na ordem dos 65000 Toneladas de Co2 só na área florestal existente. Embora sejam eucaliptos nunca é demais perceber que esta área é uma das poucas manchas verdes da região, a poucos quilómetros de Sines onde se concentram as indústrias mais pesadas e os maiores poluentes do país.

A Refinaria da Galp de Sines encontra-se a 20km em linha recta e é, segundo o estudo divulgado em Abril 2021 pela associação ambientalista Zero, a maior poluente do país. Só em 2020 emitiu 1,177.408 Toneladas de CO2. Se há região onde é necessária alguma zona verde, é justamente aqui para compensar as emissões poluentes da zona. Se a qualidade do ar no local é razoável muito se deve à existência destas áreas verdes. Como ficará a mesma qualidade do ar se forem eliminadas?

Este projeto pode compensar, numa folha de Excel, as emissões de carbono em termos nacionais mas localmente as populações perdem um buffer de oxigénio que é trocado por painéis solares. Para as populações locais as emissões poluentes mantêm-se inalteráveis, mas desaparecem aquelas que as podiam minimizar. Logo o resultado será certamente um ar mais poluído, não fruto dos painéis, mas sim da eliminação de origem de oxigénio.

6. Se uma central é má, duas ainda pior

Talvez a maior falha do relatório de impacto Ambiental da APA é a inexistência de qualquer referência a uma outra central de produção solar a instalar na zona do Cercal do Alentejo, a cerca de 15 km da central de São Domingos / Vale de Água. Ora, se o impacto ambiental da central em apreço já é devastador para região, juntando outra de grandes dimensões e estamos a falar de uma receita para o desastre ambiental na região. Se já há muitas dúvidas obre o impacte ambiental de uma central, é de lamentar que a APA, que tem conhecimento da instalação da central do Cercal, não tenha requerido um estudo sobre o impacto que esta situação possa ter na região e que perfazem 2 mil hectares.

No âmbito do projeto da central solar fotovoltaica THSIS tenho a tecer as seguintes considerações:

Impacto visual – Pese embora a constituição de uma cortina arbórea, vai apenas minimizar o impacto visual e apenas quando essas arvores e sebes atingirem dimensão para tal, o que serão anos, pelo que não considero que este impacto visual seja minimizado quanto mais eliminado.

Impacto térmico – A zona florestal em redor da população de Vale de Água e de outras zonas habitacionais servem de travão ás ondas de calor que se fazem sentir no verão na nossa região. É normal sentir alguma brisa fresca nas zonas arborizadas. Eliminando a mancha florestal é eliminado também essa brisa fresca, passará a ser quente.

Impacto na flora – A desflorestação e consequente implementação dos painéis vai eliminar o aparecimento de cogumelos, púcaras, tortulhos cantarelas, tubaras e outras espécies.

Impacto na fauna – A desflorestação implica o desaparecimento de zonas de nidificação e alimentação de algumas espécies. Impacto na circulação de espécies terrestres e na sua alimentação.

Impacto nos caminhos e acessos – A zona de implementação da central solar tem dezenas, talvez centenas de caminhos rurais, que não só servem de acesso ás diferentes explorações agrícolas e florestais, bem como e MUITO IMPORTANTE, como vias de ACESSO DE EMERGÊNCIA E FUGA, no caso de fogos florestais ou outros eventos extremos.

Impacto no turismo – A implementação da central está inserida numa zona onde existem vários turismos rurais e 1ª e 2ª habitações em espaço rural, onde os seus proprietários fizeram investimentos avultados, para poderem estar, num espaço rural e em harmonia com a natureza. Vai deixar de existir esse espaço calmo e natural.

É também uma zona onde se praticam caminhadas ou BTT, como é o caso do maior passeio nacional de BTT o “Alvalade – Porto Covo”

Impacto socio económico – Pese embora na fase de construção seja espectável a criação de muitos postos de trabalho temporários, na fase de exploração serão poucos, que provavelmente serão de outras zonas do pais.

Haverá, no entanto, um impacto negativo do ponto de vista laboral para os residentes locais, pois haverá menos trabalho florestal e também no sector turístico.

Impacto Ambiental futuro – No fim de vida do projeto, ficaram milhares de painéis para os quais não existe ainda tecnologia para a sua completa reciclagem, bem como milhares de estacas e alicerces no terreno. A Avançar o empreendimento deverá ser criada uma garantia bancária ou um depósito de caução, por forma a garantir a limpeza e descontaminação total da área de implementação.

Impacto na redução de CO2 – As populações locais serão privadas do seu pulmão verde que retira CO2 da atmosfera. Um ponto bastante importante tendo em consideração a proximidade do complexo industrial de Sines.

Tendo em conta as anteriores considerações, é de considerar que este projeto não é viável do ponto de vista ambiental e socioeconómico, para as populações residentes. Por tal considero que o mesmo deve ser rejeitado.

Na eventualidade do mesmo ser aprovado, pois infelizmente no nosso pais muitos empreendimentos com impactos negativos para o ambiente tem sido aprovados, devem ser ressarcidas as populações pela perda da sua qualidade de vida e desvalorização do seu património.

Num projeto de 1000 milhões e onde o impacto nas populações locais será negativo, a realizar-se o empreendimento deverá ser alocada uma percentagem de 5% do valor do projeto em benefício das populações locais.

Medidas compensatórias ás populações:

Acesso a tarifas energéticas mais vantajosas;

Acesso a colocação de painéis de autoconsumo subsidiados;

Colocação em edifícios públicos ou similares de painéis de autoconsumo;

Pavimentação de estradas;

Construção de Alameda de entrada em Vale de Água;

Construção do polidesportivo de Vale de Água;

Realização obras em prol da população (por consulta ás instituições locais e população);

Apoio ás instituições locais;

Participação

Exmos. Senhores,

Eu, Ana Rita Nascimento Pereira (portadora do CC 14662589), venho pelo presente, representar exercer o meu direito enquanto cidadã e demonstrar o meu contributo para o projeto da Central Solar Fotovoltaica THSiS no concelho de Santiago do Cacém, sendo o proponente SUNSHINING S.A., promovido pela PROSOLIA ENERGY (NIPC 514 880 970) e IBERDROLA.

O estudo de impacte ambiental (EIA) foi sujeito a uma análise cuidada, encontra-se pouco reformulado o que revela uma importância económica.

Não foi dada oportunidade de esclarecimento da população. É uma freguesia envelhecida, no qual é necessário uma abordagem de esclarecimento e participação diferente. São 1260 ha de verde, que passaram a ser espelhos refletores. A população que criou aquela Terra, merecia melhor!

Após uma avaliação crítica, identifiquei os seguintes aspetos:

- Notou-se na "reformulação" do projeto, a continuidade e a proximidade da implementação do projeto em edificações qualificadas como primeira habitação, o que acrescentou à população (maioritariamente envelhecida) uma angústia pela alteração da paisagem, uso do solo, incerteza quanto ao futuro e possível desvalorização de património adquirido.

  Sugere-se desta forma uma preocupação para com a população afetada procurando minimizar os potenciais impactes gerados, afastando o máximo possível, o projeto das populações.

  É de referir, segundo mencionado no *Relatório Ambiental (Artigo 16º), Relatório Síntese, de Outubro de 2021, página 13 (retirado a 17/11/2021)* - "Destaca-se também a grande proximidade do projeto à povoação de Vale de Água, a diversas habitações dispersas, bem como a proximidade a unidades de turismo em espaço rural".

  Como vossa medida de mitigação, acordado com o parecer da Comissão de Avaliação, ("Assegurar um maior afastamento à povoação de Vale de Água (assegurando um buffer de 600 m centrado, sensivelmente, no centro da povoação de Vale de Água)." - *Relatório Ambiental (Artigo 16º), Relatório Síntese, de Outubro de 2021, página 13.* Com os 600m centrados,

sensivelmente no centro da povoação, existem habitações/ populações que não estão protegidas, conforme imagem 1. Desta forma, sugiro um maior afastamento, de forma a não prejudicar ainda mais a população envolvente, conforme imagem 2, por exemplo.

Imagem 1: Aldeia de Vale de Água, Santiago do Cacém, Setúbal- Área prevista de distanciamento (cerca de 600m) do projeto da Central Solar Fotovoltaica THSiS. (Fonte: Google Earth Pro, no dia 17/11/2021)

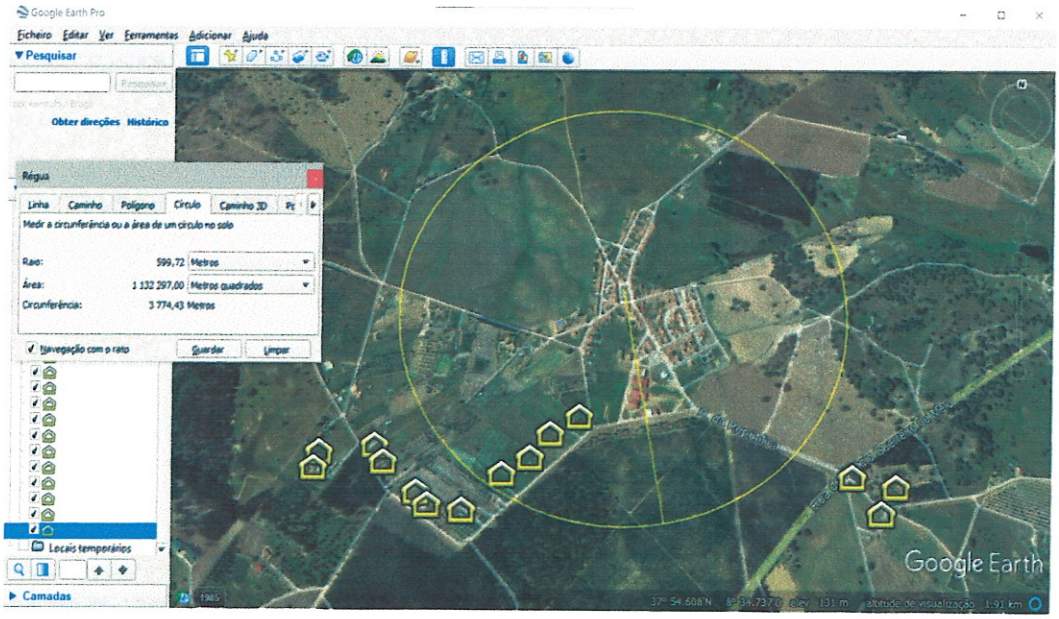
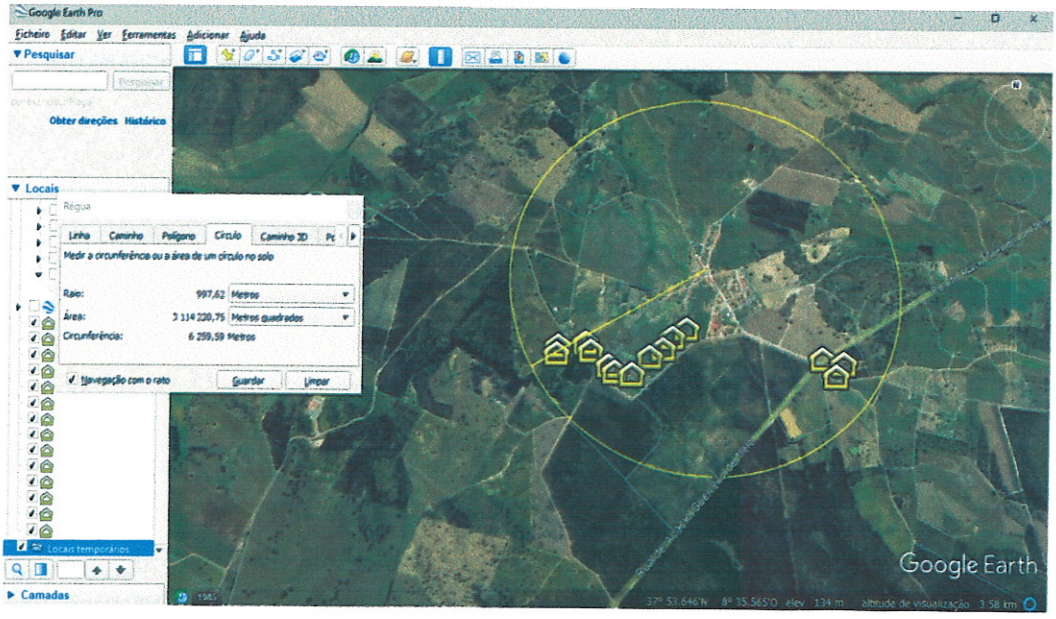


Imagem 2: Aldeia de Vale de Água, Santiago do Cacém, Setúbal- Sugestão de área prevista de distanciamento (mínimo de 1000m) do projeto da Central Solar Fotovoltaica THSiS. (Fonte: Google Earth Pro, no dia 17/11/2021)



- No parecer da Comissão de Avaliação, (*Parecer da Comissão de Avaliação, Avaliação de Impacte Ambiental- Central Solar Fotovoltaica THSiS (Projeto de Execução) (AIA 3362), página 16, consultado a 17/11/2021*) salienta-se a presença do parecer por parte da DGEG ("*verifica-se que a área do projeto em apreço se sobrepõe, em parte, a área objeto do pedido de prospeção e pesquisa de ouro, prata, cobre, chumbo, zinco e minerais associados, com o numero de cadastro MNPPP0508, e a designação "Santiago", cuja tramitação processual por parte da DGEG esta completa e concluída, apenas se aguardando a assinatura do contrato. Este pedido de prospeção e pesquisa, envolve uma área de 467,38 km2, sita nos concelhos de Santiago do Cacem e Grândola, cuja requerente e a empresa MATSA- A MUBADALA & TRAFIFURA COMPANY.*"). Sugere-se que, devido à proximidade, não só da central Solar Fotovoltaica do Central- Santiago do Cacém, mas também com o projeto de prospeção mineira que seja feita uma avaliação de Impactes Ambientais Cumulativa, de forma a minimizar os impactes futuros;
- Preservação das linhas de água, um maior afastamento possível das linhas de água existentes, pois essas águas são utilizadas para regadio hortícola e para consumo animal. Sugerindo o dever de assegurar as linhas de águas e suas áreas envolventes não são afetadas;
- Uma vez que o Transformador MAT/AT é seco, ou seja em caso de incidente ambiental, os danos serão menores (evita os derrame de óleo) e não haverá necessidade de bacia de retenção, ou seja minimizando as escavações do solo. Sugere-se que o Transformador de BT/MT seja alterado igualmente, para uma tipologia a Seco.
- Sugere-se também, a descrição, características e especificidade do processo de desmantelamento/ desativação. Pois ao final dos 30 anos, caso o processo não tenha viabilidade para continuar, o que acontecerá com os solos, fauna, flora, população e aos painéis e outras estruturas do projeto?!
- A população é, e será, o principal "fator" a sofrer os grandes impactes causados pela projeto. Deste modo, sugere-se medida de compensação

para a freguesia envolvida. Criação de espaços verdes, melhoria nos Estabelecimentos de Saúde (Centro de Saúde), Estabelecimentos Educacionais (Escolas/ Creches) e na melhoria do Pavimento das ruas, principalmente a Rua de Acácio Guerreiro de Melo (Estrada de terra batida que liga a aldeia de S. Domingos à M555 - Cercal), pois dá acesso de deslocação a muitas famílias.

Com os melhores Cumprimentos,

Santiago do Cacém, 17. Novembro. 2021,

Rita Pereira

OPOSIÇÃO AO PROJECTO THSIS POR PARTE DO PROPRIETÁRIO DO MONTE DO PINHEIRINHO – UNIDADE DE TURISMO EM REGIME DE ALOJAMENTO LOCAL

Exmos. Senhores,

Ao ler o relatório da APA e as novas peças documentais submetidas pelos Promotores do Projecto, em fase de Consulta Pública no site do APA, verifica-se que a "montanha pariu um rato", ditado popular bem elucidativo da desfaçatez com que esta nova versão do projecto THSIS contorna, omite, ilude e esconde, procurando enganar os habitantes da região afectada e, nomeadamente os proprietários de habitações que confinam com o perímetro da central. Diria mesmo que, tal é a desfaçatez que fazem do Relatório da APA "gato-sapato, ridicularizando todas as medidas mitigadoras propostas para levarem avante este monstruoso atentado ecológico e ambiental, à custa de todos os que vivem e investiram na zona afectada…

Não concordo com a alteração do uso dos solos proposta, não concordo com a implementação duma indústria energética (com uma subestação principal e 4 auxiliares) em solos rurais, não concordo com o absurdo da área impermeabilizada resultante deste projecto (área coberta imensa…), não concordo com a desflorestação proposta (mesmo que se trate de eucaliptos pois constituem uma valiosíssima floresta que captura carbono e produz oxigénio), não concordo que se descaracterize para sempre uma zona protegida RAN e REN , sem apelo nem agravo!

Esta transformação dos solos contraria o PDM em vigor de Santiago de Cacém e coloca em causa a utilização futura do solo.

O projecto THSiS foi reformulado. Diz-se que ficou, literalmente, mais verde. Contrariamente ao que tinha sido sugerido pela Comissão de Acompanhamento, o projecto mantém a mesma ordem de grandeza, mas, ainda assim, ficou mais verde; continua a prever o abate de 1 500 000 árvores. Sim, leram bem, 1 500 000 árvores. Mas ainda assim, este projecto vai ficar mais verde. Mas porque será que o projecto ficará mais verde? As palavras mágicas parecem ser "cortinas arbóreas". Veja-se o absurdo das ditas cortinas arbóreas; arbustos e árvores que nem se dão na zona devido aos solos arenosos e ácidos que os caracteriza, árvores cuja altura será insuficiente para uma cortina visual, dado o declive do terreno e a altura dos novos painéis!

Para além do aumento da área intervencionada inicial, há um aumento do nº. de painéis, painéis estes de dupla face, maiores e mais altos, os quais implicarão a limpeza permanente dos terrenos devido à reflexão solar, além do aumento da área (por baixo dos painéis) de zonas impermeabilizadas onde nunca cairá chuva.

Procede-se ao abate de 1 500 000 árvores, mas consegue-se passar a ideia de que (ainda assim) o projecto fica mais verde!?

Alegar que o terreno esteja já artificializado, como o fazem os Promotores, é completamente falso; existe uma floresta com toda a biodiversidade típica da mesma.

Assegurar que não se vêem painéis a partir da localidade de Vale de Água ainda que eles estejam a uns meros 600 metros do centro da povoação? Do centro? E as casas da periferia da povoação? Já viram as plantas de implantação dos painéis junto desta povoação? 600 metros implica que os painéis fiquem do outro lado da estrada nacional 390!

Assegurar que não se vêem painéis de nenhum ângulo. Se os painéis não forem vistos, parece que eles não estão lá e até esquecemos os impactes altamente negativos que este projecto vai ter, com ou sem reformulação.

Mas o que é proposto não são cortinas arbóreas pré-fabricadas. Essas não existem. Propõem-se cortinas arbóreas cujo desenvolvimento total, diz o projecto, são na ordem dos 10 metros de altura, os quais só são atingidos ao fim de 10 anos…

O perímetro da central confina com a extrema do Monte do Pinheirinho, unidade de turismo em regime de Alojamento Local. Para que não se vissem painéis, seria necessário haver uma cortina arbórea com pelo menos 500 mts de largura (a contar da extrema da propriedade) e mantendo todas as árvores existentes no local.

Conheço bem toda a zona e verifico com espanto que no projecto não são identificados os sobreiros com mais de 2,40 mts de altura em várias das zonas afectadas.

Ao nível do ruído, não existe um estudo sobre o impacto sonoro das baterias. Aliás, tendo sido proposto um novo layout para a central, é obrigatório que haja um novo estudo, o que não sucede.

Os Caminhos de Santiago, que passam por Foros da Casa Nova, seguem por Foros do Malhão mesmo junto à extrema do Monte do Pinheirinho e seguem até S. Domingos, sempre ladeados a poucos metros pela Central, não são referidos uma única vez no relatório Técnico!

Será necessário comentar que se trata dum percurso classificado a nível internacional, frequentado por milhares de turistas ao longo do ano, parte dos quais pernoitam nas unidades de turismo e de Alojamento Local da zona?

Não se respeita e não se protege mais esta preciosidade e mais valia turística da zona?

Relativamente ao consumo de água referido no RT do projecto, trata-se de mais uma mentira descarada e informação enganosa…

Vejamos; no RT diz-se que é gasto 0,5 lts para a lavagem dos módulos / painéis. Na prática, este consumo será 3 vezes superior atendendo aos consumos verificados em outras instalações idênticas e já em funcionamento, podendo-se verificar esta informação na informação avulsa que existe em vários destes empreendimentos. Refere ainda o estudo o recurso a tractores cisternas para o efeito, mas nas peças anexas ao RT já referem que poderão usar água dos poços…

Ora, esta zona para além de ser classificada como zona de recarga de aquíferos, tem sido gravemente afectada pela fraca pluviosidade dos últimos anos, pelo que a utilização à escala industrial dos já parcos recursos hídricos à superfície, irá acelerar exponencialmente o fenómeno da seca e desertificação dos solos, o que seguramente muito agradará aos Promotores, na medida em que facilitará a limpeza dos terrenos ao longo do período de exploração!

E a recarga dos aquíferos?

30 anos depois, com a suposta desativação da central, qual a utilidade daqueles solos, que vegetação os irá cobrir sem a existência de água suficiente e após sucessivos atentados de desmatação ao longo da sua vida útil?

Do ponto de vista económico, a mancha visual da central a perder de vista, conjugada com o ruído das baterias, das subestações, das linhas de media e alta tensão que atravessarão a área, a par com a completa descaracterização da paisagem e dos solos, aponta para a perda de população derivada da ruína do pequeno comércio (restaurantes, lojas, padarias, minimercados,

etc), ruína dos produtores de gados e agricultores da zona, ruínas estas agravadas pelas falências das unidades de Turismo da zona pela "fuga" dos turistas para outras zonas calmas e verdes, afastadas de industrias e de paisagens artificiais.

Não existe uma única proposta de medidas de compensação aos proprietários destas unidades, nem às pessoas que vivem confinadas ao perímetro da central!

Aparece uma vaga medida de "energia mais barata" para as populações locais, a qual constitui mais uma artimanha enganosa para o povo; contratos de fidelização e que limitarão a capacidade negocial de recurso a outros operadores de energia do mercado, que possam ter preços mais vantajosos. E qual o impacto disto? Umas dezenas de euros na conta da energia anual, dados os baixos consumos característicos das aldeias? Ridículo e patético!

Quem tiver dúvidas sobre esta afirmação basta consultar as tarifas publicadas no portal da Direcção Geral de Energia e Geologia.

A energia eléctrica produzida através de centrais fotovoltaicas desta dimensão, em modelos centralizados, em nada contribui para o desenvolvimento do país, ao contrário dos modelos mais pequenos e descentralizados…

Um projecto destas dimensões é um absurdo em qualquer zona do país que seja rural e deve ser pura e simplesmente chumbado. A área ocupada equivale a cerca de 6% das freguesias de Vale de Água e S. Domingos!

É de salientar que esta objecção usada na anterior Consulta Pública, nem sequer mereceu qualquer análise crítica da Comissão de Avaliação…

Quanto à criação de postos de trabalho… mais uma fábula para encantar as pessoas de mais baixa instrução… Durante a construção, serão trabalhadores "de fora" muitos deles imigrantes ocasionais que vêm e vão. Durante a exploração, bastarão 10 pessoas, técnicos com certeza, para a sua manutenção.

Pelos impactos tremendamente negativos que esta central provocará, boa parte deles já reconhecidos inclusivamente pela APA, deveria haver, no mínimo, um conjunto de medidas compensatórias e adaptadas a todos os que perdem com a sua aprovação: aos moradores, aos proprietários, aos agricultores e criadores de gado, aos empresários dos vários ramos do comércio e turismo, à Juntas de freguesia, etc.

No caso dos proprietários cujas propriedades confinam com a central, um exemplo de medidas seria o pagamento de um valor equivalente ao valor pago aos arrendatários dos terrenos usados pela central, por cada hectare das suas propriedades durante 30 anos.

Aos empresários do Turismo, por exemplo, o pagamento dum valor anual equivalente a 50% da taxa de ocupação potencial da unidade turística x a diária média anual, durante 30 anos. Só desta forma evitariam a falência e o encerramento dos seus turismos, com as repercussões negativas locais que podemos antever.

À população, o pagamento de um valor mensal a cada habitante, equivalente ao Salário Mínimo Anual, durante 30 anos.

Aos agricultores e criadores de gado, uma compensação por hectare e/ou cabeça de gado, independentemente da espécie, durante 30 anos.

Mas as mentiras deste projecto e as ilegalidades que se propõem fazer são tantas, que só por cegueira, incompetência ou falta de vontade por parte das Autoridades licenciadoras, é que o mesmo poderá ir avante, adjectivos que estou certo não se aplicarão à APA, sabendo que este projecto não cumpre com as mais elementares normas nacionais e europeias, ecológicas , de gestão das florestas, de preservação dos recursos hídricos, de respeito pelo modo de vida das populações, etc, devendo por isso, ser reprovado de forma irrevogável!

Concluindo, cito a página 72 do Parecer da Comissão de Avaliação de Impacte Ambiental Central Solar Fotovoltaica THSIS (Projeto de Execução) (AIA 3362):

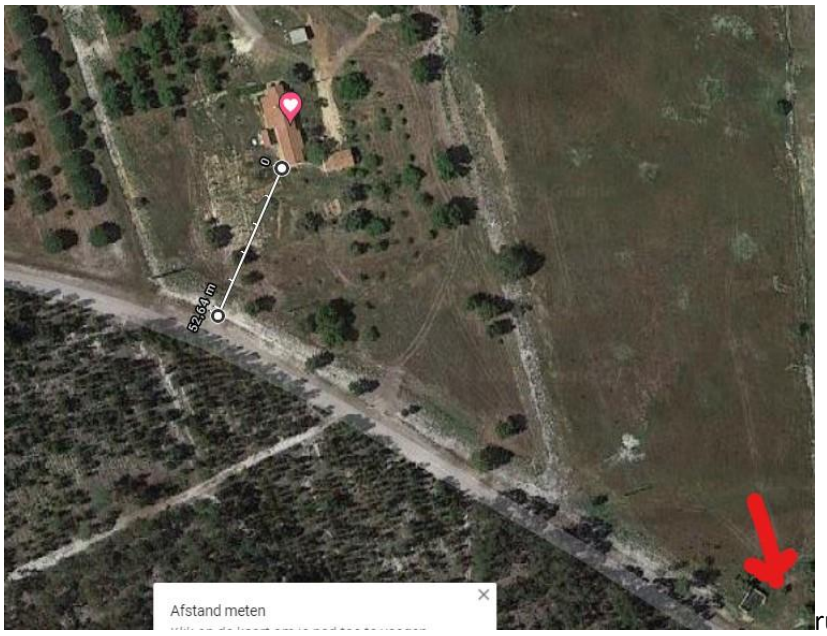
"O contributo do projeto para o cumprimento das metas relativas ao reforço da produção de energias renováveis identifica-se como o principal impacte positivo do projeto. Embora, a nível nacional, o projeto contribua também para a independência energética do país, localmente não se traduz em quaisquer mais valias para a população. "

Bom dia,

A minha mulher e eu comprámos dois terrenos adjacentes ao eucaliptal (sector norte) onde querem implementar a Central fotovoltaica. Um com habitação existente e um com habitação em ruínas

(consta no cadastro) para requalificar.

É a nossa residência permanente, somos **observadores permanentes**!



ruína

Já estava 100% contra a implementação da Central e a nova versão apresentada ainda fica pior!

- aumento da área coberta
- aumento da afetação do solo por valas (MAT com betão e MT via/caminho com betão), subestações
- aumento da impermeabilidade do solo
- aumento da altura das mesas dos painéis: 2,6 m

Parecer da Ca pág. 77: - Assegurar um maior afastamento e a todas as habitações localizadas na envolvente do limite do projeto, no mínimo de 200 m.

vermelho: habitação ;azul: habitação em ruínas por requalificar, não foi considerada

Os painéis e o caminho interno ficam a menos de 100 m!

-Assegurar que o projeto contempla áreas para acomodar uma barreira visual (e zonas de sombra que esta possa vir a gerar) em todo o perímetro da área de implantação do projeto. Medidas para a barreira visual. Na proximidade de áreas habitadas como a povoação de Vale de Água e habitações dispersas **a faixa da cortina de vegetação deve ter 50 m de largura.** Nos restantes casos a barreira visual deve ter uma largura de cerca de 20 m

Não cumprido!

RS pág 93

O sistema de vigilância CCTV é constituído por várias câmaras tipo Dome colocadas em lugares estratégicos sobre colunas **até 5 m de altura,** que filmam e transmitem imagens para os monitores da central de monitoração. Junto aos PT/INV e subestações serão ainda instaladas câmaras fixas. O sistema de CCTV deve fornecer imagens de alta qualidade tanto de dia, como no escuro. Serão instalados vídeo gravadores digitais que se encarregarão da receção dos sinais de vídeo e armazenamento em formato digital.

SOFV2109801BGME0001-Pág 93

Além dos componentes principais, o parque conta com uma série de componentes *standard*: sistema de monitorização, sistema de segurança, sistema de anti-incêndios, etc..

Relativamente ao sistema de segurança do parque, será instalada uma vedação cinegética perimetral. Em cada uma das entradas no parque, cada posto de transformação e cada subestação serão instaladas câmaras de videovigilância fixas. Adicionalmente serão instaladas câmaras DOMO com raio de alcance de 300 metros em pontos estratégicos do parque, preferencialmente ao longo dos caminhos internos da central, de modo maximizar a área do parque vigiada por estes equipamentos. Ambas se complementam e detetam possíveis entradas de pessoas não autorizadas na zona do parque fotovoltaico.

em verde: residência, em preto: habitação em ruínas

Amarelo: vedação; Vermelho: caminho interno; Azul: acesso

Não damos consentimento para ser filmados quando nos estamos no nosso jardim (24h/24h), é uma violação da nossa privacidade, é recolha de dados pessoas não-autorizada (RGPD)

https://www.uc.pt/protecao-de-dados/perguntas_frequentes/#videovigilancia

9.4 Quais são os locais onde não posso pôr câmaras?
...
As câmaras não podem incidir sobre a via pública ou a propriedade de terceiros.
...

A definição de saúde da Organização Mundial da Saúde (OMS, 1946) reconhece o seu vasto alcance, enfatizando que a mesma vai além dos estados de doença: "A saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade"

Para mim o eucaliptal, mesmo sendo uma floresta de produção, tem um valor paisagístico muito significante, tem um valor de bem-estar muito importante.

Nunca mais vai ser possível de ir lá passear, ir a cavalo, fazer desporto, me relaxar e não só eu mas toda a população local e os turistas ficam privados do acesso à esta floresta!

Não concordo com a desflorestação para outro uso do solo!

Considero a implementação da central aqui como um crime contra a natureza, um ataque direito à nossa saúde e ao bem-estar humano e animal.

Pág.455/506 RT versão anterior

"As consequências de um incêndio, quer em obra, quer durante a exploração, são graves, resultando em contaminações da qualidade do ar, solo e qualidade da água, danos materiais graves e consumos de recursos, podendo mesmo causar danos irreversíveis na saúde humana."

Só há água da rede nos centros urbanos de São domingos e de Vale de Água, nos dependemos da boa qualidade da água dos furos e poços!

Não aceito este risco!

RNT versão atual para "leitura mais fácil": informação falsa!

Saúde Ambiental

Não foram identificados quaisquer riscos ao nível da saúde humana, resultantes de fatores ambientais.

Fiz um grande investimento e o que é os meus filhos vão herdar? Duas propriedades desvalorizadas.

Exijo um afastamento das infraestruturas de 300 m ao limite dos nossos terrenos , uma faixa de 50m de eucaliptos sem corte raso , a inexistência de um acesso ao longe do setor norte assinalado em amarelo para cumprir o Regulamento Geral de Proteção de Dados no caso que a CA não considera a nossa opinião e emita um parecer favorável.

obrigado pela atenção,

Patrick Peeters

Central Solar Fotovoltaica THSIS – Projeto Reformulado

A área na qual se insere o projeto para instalação do Parque Fotovoltaico é maioritariamente ocupada por Floresta. Dessa área, o projeto prevê o corte raso e arranque de cepos de 910,11 hectares de povoamento de Eucalipto para a instalação dos painéis. Sobre as soluções e justificações apresentadas no Projeto e no respetivo Estudo de Impacto ambiental, a CELPA entende dever pronunciar-se, no âmbito desta Consulta Pública, nos termos que a seguir se apresentam.

1 – Sobre o balanço de Carbono apresentado no EIA

O EIA apresentado efetua o cálculo do balanço de carbono, comparando a solução de instalação de "painéis solares" com a de "manutenção do povoamento florestal existente". Os dados apresentados tornam evidentes algumas incorreções, todas elas tendentes a favorecer o balanço associado à solução "painéis solares". De entre elas identificamos as seguintes:

- considera apenas a captura de carbono na Biomassa acima do solo por parte do povoamento florestal, desprezando a importante fração de armazenamento no solo, quer na biomassa aí depositada quer na matéria orgânica armazenada no solo ao longo do tempo;
- desconsidera por completo o carbono armazenado nos produtos fabricados a partir da madeira durante o seu ciclo de vida;
- desconsidera, ao contrário do que faz para a opção "painéis solares", a redução de emissões de CO2 pelo efeito de substituição de produtos de origem fóssil pelos produtos produzidos a partir da madeira e de outros recursos florestais.

Sobre este assunto, é de referir que, segundo estudos efetuados para a floresta dos "países da EU + 3" (UK, Noruega e Suíça) (https://www.cepi.org/wp-content/uploads/2020/07/Cepi_-study.pdf) o acréscimo de volume anual de CO2 armazenado pela Floresta (stock) é sensivelmente idêntico ao volume anual de emissões de origem fóssil que podem ser evitadas pelo efeito de substituição acima referido.

Adicionalmente, no EIA é referido que o impacto do arranque da área florestal em causa é minimizado pelo facto de o corte corresponder

R. Marquês Sá da Bandeira, 74, 2º, 1069-076 Lisboa, Portugal
Tel. +351 217-611-510 | Fax. +351 217-611-511 | E-mail. celpa@celpa.pt | http://www.celpa.pt

apenas a uma "antecipação de corte num horizonte temporal curto, inibindo assim a retenção de CO2 a longo prazo e, dessa forma, não tendo particular contributo para o combate às alterações climáticas". Esta afirmação não é, de todo, rigorosa. De facto, o que está em causa é desafetar, a longo prazo, uma área florestal para um uso não florestal. Neste longo prazo, não só o processo de aumento de stock de carbono no solo vai continuar (se a ocupação florestal se mantiver), como a própria composição do povoamento poderá vir a ser diferente da atual.

Em conclusão, a CELPA é da opinião de que a análise efetuada com base no balanço de carbono não é rigorosa por não contemplar toda a informação que deveria contemplar para, neste domínio, fundamentar uma decisão como aquela que está em causa.

2 – Sobre outras externalidades positivas da Floresta

No EIA é colocado um enfoque muito grande na questão do Carbono. Sendo obviamente um ponto importante para efeitos de tomada de decisão, não é menos verdade que a Floresta fornece à sociedade um conjunto muito mais alargado de serviços de ecossistema que são igualmente relevantes, e que não são passíveis de ser fornecidos por uma Central Fotovoltaica.

Em domínios como a proteção do solo, a promoção da biodiversidade, o contributo para a regularização dos regimes hídricos torrenciais, as amenidades paisagísticas criadas, entre outros, o EIA é muito menos completo, não permitindo evidenciar a globalidade do valor deste conjunto de serviços de ecossistemas para a sociedade. Em particular, há um conjunto de questões que ficam por responder, entre as quais se destacam:

a) Qual o impacto da desflorestação no microclima do local?
b) Qual o impacte da desflorestação, que inclui a remoção das raízes e das camadas orgânicas no solo:
- ***i.*** Na biologia / microfauna do solo?
- ***ii.*** Na porosidade, infiltração, compactação?
- ***iii.*** Na erosão?
- ***iv.*** No stock de carbono (que deve considerar a produção florestal à perpetuidade), incluindo o stock no solo?
- ***v.*** Na redução de emissões de GEE de origem fóssil, em função do efeito da utilização de produtos de origem florestal em substituição de produtos de origem fóssil?

R. Marquês Sá da Bandeira, 74, 2º, 1069-076 Lisboa, Portugal
Tel. +351 217-611-510 | Fax. +351 217-611-511 | E-mail. celpa@celpa.pt | http://www.celpa.pt

c) Qual o impacte da desflorestação seguida de decapagem e instalação dos painéis no ciclo hidrológico e reposição dos níveis freáticos?
d) Qual o impacte da desflorestação em outros serviços de ecossistema?
e) Qual o impacte da desflorestação na biodiversidade e fauna em particular no que respeita a abrigo, reprodução e proteção?
f) Qual o impacte da desflorestação na vida dos insetos, nomeadamente polinizadores como as abelhas?

Em conclusão, a CELPA alerta para o facto de que uma opção declarada (e não necessária, como veremos adiante) pela redução da área de Floresta terá sempre um conjunto de impactos negativos que, no EIA em apreciação, não foram devidamente estimados e ponderados. Acresce que, como também se verá, a instalação de Centrais Fotovoltaicas em território nacional não tem que implicar a redução da área de Floresta.

3 – Sobre as espécies florestais presentes e a preservar

O projeto em causa prevê, em sede de AIA, "*a preservação de todas as unidades de vegetação com maior valor de conservação existentes no interior da propriedade (povoamentos de sobreiros, sobreiros isolados e vegetação ribeirinha). Adicionalmente foram também integrados nesta premissa os povoamentos de sobreiro à escala da paisagem, complementados e os obtidos através da metodologia do inventário florestal, assim como a preservação das áreas referentes aos corredores ribeirinhos, contemplando os seus leitos de cheia*".

Acontece que, do ponto de vista daquelas que são as funções que a Floresta desempenha para a sociedade, numa área florestal gerida de forma sustentável, como vem sendo o caso da área em questão, não é legítimo fazer de forma tão simplista a aceção de espécies que aqui é feita. De facto, e com base nos conhecimentos existente à data, mais do que estar em causa a defesa de um valor natural específico e bem determinado, aquilo que está em causa quando se equaciona o arranque de cerca 1.000 ha de área de floresta é um conjunto de valores que tÊm que ser considerados em conjunto.

Assim, é entendimento da CELPA que a preservação de alguns indivíduos de uma determinada espécie, ou mesmo de pequenos núcleos com declarado valor de conservação, não é solução que permita

R. Marquês Sá da Bandeira, 74, 2º, 1069-076 Lisboa, Portugal
Tel. +351 217-611-510 | Fax. +351 217-611-511 | E-mail. celpa@celpa.pt | http://www.celpa.pt

contrabalançar a redução do conjunto dos serviços de ecossistemas atualmente gerados pelos povoamentos existentes na área de implantação do projeto.

4 – Sobre a localização do Projeto

A ponderação da instalação de uma Central Fotovoltaica, com os benefícios evidentes que a ela estão associados, nomeadamente a substituição de combustíveis fósseis por fontes de energia mais sustentáveis, não nos pode fazer esquecer os restantes valores que podem estar em causa e que decorrem, muitas vezes, da sua localização.

Desta forma, e sem nunca colocar em causa os benefícios da produção de energia elétrica fotovoltaica como forma de reduzir emissões de GEE de origem fóssil, a CELPA entende que um investimento como o que é proposto poderá certamente encontrar localizações alternativas, localizações essas que não se encontrem presentemente afetas à Floresta. Mesmo na região para a qual o investimento é proposto, existem vastas áreas afetas a ocupações sem interesse do ponto de vista ambiental, de biodiversidade e de ação climática.

Em conclusão, a CELPA propõe que os promotores do investimento proposto identifiquem localizações alternativas para o mesmo, evitando que o país incorra num custo desnecessário de desflorestação.

5 – Sobre o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050, aprovado pelo Governo de Portugal

O Governo de Portugal aprovou, em 2017, o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050. De acordo com este Roteiro, para que País possa caminhar para a neutralidade, deverá enquadrar-se entre dois cenários aí bem descritos: o "cenário camisola amarela" e o "cenário pelotão". Qualquer um destes dois cenários coloca metas bem definidas em relação à área de Floresta:

- o ritmo de rearborização deve permitir manter, de forma bem gerida, a área de Floresta existente;
- o ritmo de novas arborizações (plantação de floresta em áreas até então não florestais) deverá permitir que a Floresta cresça a um

R. Marquês Sá da Bandeira, 74, 2º, 1069-076 Lisboa, Portugal
Tel. +351 217-611-510 | Fax. +351 217-611-511 | E-mail. celpa@celpa.pt | http://www.celpa.pt

ritmo entre os 3.500 ha/ano (cenário pelotão) e os 8.000 ha/ano (cenário camisola amarela).

Ora, uma decisão como aquela que é preconizada no projeto em análise, irá constituir um sinal completamente oposto àquele que se espera que o Estado dê. Pelo contrário, e em caso de autorização de arranque da área florestal em causa para instalação de painéis fotovoltaicos, a exigência de plantação de floresta em área pelo menos equivalente à arrancada, solidificaria o caminho assumido como necessário no RNC 2050.

6 – Sobre os compromissos públicos assumidos por Portugal no âmbito da COP26

Portugal, em conjunto com mais 140 países, subscreveu no passado dia 2 de novembro a "Declaração dos Líderes sobre Florestas e Uso do Solo", no âmbito da COP 26 em Glasgow. De entre os compromissos assumidos nessa Declaração, os países signatários "comprometem-se com o uso sustentável dos solos e com a conservação, proteção, gestão sustentável e restauro das Florestas e de outros ecossistemas terrestres".

Ora, à luz desta declaração, é pouco razoável que o Estado Português aceite, sem qualquer tipo de medida de compensação, a desflorestação de cerca de 1.000 ha de Floresta no âmbito de um único projeto.

Ou seja, e tal como em relação ao que afirmámos sobre o compromisso assumido no âmbito do RNC 2050, torna-se evidente que, caso seja autorizado o arranque desta área de Floresta para instalação do Parque Fotovoltaico, tal deverá estar condicionado à obrigatoriedade de compensação da área arrancada, através da plantação de área equivalente de Floresta idêntica.

7 – Sobre as propostas recentes da União Europeia para evitar a desflorestação desnecessária

No dia 17 de novembro a Comissão Europeia publicou uma proposta de Regulamento que visa contribuir para travar a desflorestação à escala global (pode ser consultada aqui, juntamente com o respetivo "Impact Assessment" e o "Fitness Check Report"). Com esta proposta de Regulamento, a Europa quer continuar a assumir-se como líder no

R. Marquês Sá da Bandeira, 74, 2º, 1069-076 Lisboa, Portugal
Tel. +351 217-611-510 | Fax. +351 217-611-511 | E-mail. celpa@celpa.pt | http://www.celpa.pt

processo que visa, por um lado travar a desflorestação à escala do globo e, por outro lado, promover o aumento da área de Floresta dentro e fora das suas fronteiras. São também disso exemplo outras proposta recentes da Comissão Europeia, entusiasticamente apoiadas pelo Governo de Portugal, tais como a iniciativa "3 billion trees" (https://ec.europa.eu/environment/3-billion-trees_en) ou mesmo a Nova Estratégia Florestal Europeia (pode ser consultada aqui).

Não se entenderá que Portugal assuma, por um lado, um papel determinante na construção e adoção deste conjunto de iniciativas europeias e que, por outro lado, entenda ser razoável o arranque de uma área de cerca de 1.000 ha de Floresta, para destinar esse solo a outro uso, por mais interessante que ele seja, sem que, pelo menos, seja exigido aos promotores a compensação dessa ação com a plantação de igual área de Floresta.

8 – Em conclusão

Pelo que atrás ficou exposto, pensamos ter ficado claro que a solução de permitir subtrair cerca de 1.000 hectares de área Florestal ao nosso território não encontra qualquer fundamento do ponto de vista energético, económico ou ambiental. Neste sentido, entende-se que a decisão final sobre o presente Projeto deverá:

a) em primeira instância, começar por não autorizar o arranque da área florestal em causa para a instalação do Parque Fotovoltaico, promovendo a identificação de localizações alternativas na mesma região (que existem), sem utilização florestal, que permitam alcançar os mesmos objetivos de carater energético e ambiental, mesmo que com um eventual sacrifício de uma pequena parte da rentabilidade do mesmo;

b) em segunda instância, e caso não seja de todo possível considerar as localizações alternativas referidas em a), a decisão final em sede de EIA deverá impor como medida compensatória a instalação de povoamentos florestais idênticos aos que se prevê serem arrancados, em terrenos de aptidão idêntica para o tipo de exploração florestal em causa, e de dimensão pelo menos igual à área arrancada.

A CELPA entende que, neste tipo de situações em que se pode justificar o arranque de Floresta, essa autorização deveria passar sempre pela

R. Marquês Sá da Bandeira, 74, 2º, 1069-076 Lisboa, Portugal
Tel. +351 217-611-510 | Fax. +351 217-611-511 | E-mail. celpa@celpa.pt | http://www.celpa.pt

exigência de plantação de uma área pelo menos igual à arrancada. Esta circunstância poderia mesmo ser mais exigente, obrigando-se os promotores à plantação de Floresta numa área superior à arrancada, como forma de promover o aumento da área florestal do País.

Sobre a CELPA:

A **CELPA – Associação da Indústria Papeleira** é uma associação sem fins lucrativos que tem como finalidade assegurar junto de entidades e organismos, nacionais e internacionais, públicos e privados, a representação dos interesses coletivos da atividade industrial e florestal da pasta, papel e cartão e atividades afins. A CELPA também tem como objetivos:

- Estimular a investigação científica técnica e tecnológica, bem como a elaboração de estudos económicos, financeiros entre outros assuntos;
- Cooperar com os organismos públicos, com as associações representativas da produção, corte e industrialização do produto florestal e com outras entidades interessadas, tendo em vista a preservação e o desenvolvimento da floresta nacional enquanto recurso sustentável;
- Desenvolver e incentivar o relacionamento com as associações estrangeiras, congéneres e com os organismos internacionais relevantes para o desenvolvimento do setor representado;
- Incrementar a formação profissional, técnica e tecnológica, designadamente através da criação de centros privativos;
- Promover e executar quaisquer outras ações ou iniciativas em defesa do setor representado.

R. Marquês Sá da Bandeira, 74, 2º, 1069-076 Lisboa, Portugal
Tel. +351 217-611-510 | Fax. +351 217-611-511 | E-mail. celpa@celpa.pt | http://www.celpa.pt

Após a análise à reformulação da mega central fotovoltaica THSIS venho por este meio io manifestar a minha preocupação e mesmo revolta na implantação da mesma por:

- Há aumento de área de implementação física, dizendo-se "mais verde" por alteração da dita cortina de protecção. Todos conhecemos nas outras centrais que nada protegem;
- Como agricultor conheço as minhas limitações em fazer qualquer infraestrutura em zona RAN, pelo que não posso concordar com um projecto destes em Zona de Reserva Agrícola Nacional;
- O " Efeito Espelho" de grandes dimensões com o impacto no microclima local com a consequente destruição do Montado de Sobro. É este a mola real da economia local geradora de riqueza e empregos;
- Destruição de caminhos rurais, indespensaveis para combate a incêndios e escoamento de produtos ;
- abate de uma enormidade de árvores que são o pulmão, já bastante afectada pela poluição de Sines.

Será que os eucaliptos não são árvores? Será que não retêm CO2 e libertam O2? Será que a "fileira do papel" não é importante para a economia da região e nacional? ;

- Alteração profunda da paisagem com os consequentes efeitos na saúde mental e até aqui imprevisível para a saúde fisica;
- destruição de grande parte da flora e fauna da região. Recordo que são nestas matas que dormem milhares e milhares de pombos torcazes, importantíssimos quer para a economia local quer para lazer das populações que aqui vivem;
- O quase nulo emprego que o projecto vai acrescentar, contrariamente áqueles que vai destruir em Unidades de Turismo (muitas na região, incentivadas pelas autoridades locais e a grande maioria com recurso a dinheiros comunitários e públicos) ;
- Grande retrocesso no desenvolvimento local.

Muitos mais factos há para citar mas julgo mais que suficiente estes que a troco de produção de energia centralizada, entrando-a a empresas que iram beneficiar de dinheiros públicos e europeus e que em nada beneficiam os consumidores locais.

Após analisar o projecto reformulado tenho de reconhecer o esforço feito pelo promotor para incluir as recomendações apresentadas no parecer da Comissão de Avaliação (AIA 3362), no entanto para que este projecto não tenha junto das populações um impacto tão nefasto é meu entendimento que há ainda situações que necessitam ser acauteladas, assim:

Da desflorestação;
Continua a ser desvalorizada a desflorestação da area de eucaliptal existente (912,19 ha), que corresponde ao corte e arranque de sensivelmente 1 500 000 árvores

Palavras da Comissão de avaliação "*Embora a biodiversidade nos eucaliptais seja mais baixa quando comparada com a floresta autoctone, aqueles espacos comportam varias especies floristicas e faunisticas, sendo que estas ultimas os poderao utilizar como habitats de reproducao e alimentacao mas especialmente de refugio dada a dimensao das manchas de eucaliptal e a densidade de arvores, situacao que ganha ainda mais importancia com o facto de existirem varias zonas de caca na regiao envolvente.*
A desflorestacao preconizada, e a consequente perda de cobertura vegetal do solo, e o seu revolvimento aumentara a sua sensibilidade a erosao, especialmente nas encostas com declive mais pronunciado e/ou extensas."

Para além da destruição dos habitats e da erosão de uma enorme área de quase 1 000 ha, nunca é avaliado com seriedade a capacidade de absorção de 65 988 toneladas de CO2 promovida por essa área de eucaliptal que vai ser eliminada.
Abater árvores que reduzem o CO2 libertado para a atmosfera para no mesmo sítio colocar paineis com o cínico argumento de com isso se evitarem toneladas de CO2 na produção de energia, roça a infantilidade, que só piora quando o fazem por comparação com a produção energética através de carvão.

Os paineis não absorvem CO2.

O cumprimento das principais linhas de orientacao do governo relativas ao reforco das energias renovaveis faz com que num contexto global faça todo o sentido a instalação de centrais fotovoltaicas, e o beneficio global para o País e para o ambiente é inquestionável, as metas para a descarbonização e de combate às alteracoes climaticas ficam sem dúvida muito favorecidas.
Pelo contrario, a freguesia que mais vai ajudar a que os compromissos assumidos pelo Estado Portugues no que diz respeito à producao de energia a partir de fontes renovaveis seja uma realidade, fica fortemente prejudicada na sua qualidade do ar cuja quantidade de CO2 vai certamente aumentar. Note-se que a central ocupará 6,1% da área total da Freguesia de São Domingos e Vale de Água.

Redução ou aumento da área;

Também gostei de verificar que a recomendação da Comissão de Avaliação para redução do projecto foi concretizada, mas AUMENTANDO a área coberta pelos módulos, senão vejamos:

Area total vedada de 1 262,03 ha passa a 1 244,95 ha

Area de modulos fofovoltaicos 481,2 ha de um total de infraestruturas de 504,88 ha passa a 549,44 ha de um total de infraestruturas de 577,10 ha

2 164 736 módulos passam a 1 986 687 módulos

Área de superfície fotovoltaica 481,2 ha passa a 555 ha

Área coberta por módulos anteriormente era de Aprox. 450 (menos de 481 ha porque a projeção no solo de módulos inclinados a 15º é inferior) e passa agora a Aprox. 536 ha (menos de 555 ha porque a projeção no solo de módulos inclinados a 15º é inferior)

Sendo que esta "redução" recomendada origina um **ligeiro** aumento do balanço de movimento terras de 26751m3 para 98347 m3 – senhor promotor, defina ligeiro por favor.

Do impacto visual;

A enorme dimensão do projecto tem um inegável impacto visual negativo principalmente junto da aldeia de Vale de Agua e nos Montes dispersos, alguns deles com actividades turisticas.

Quando está prevista una area total vedada de 1 244,95 ha com uma Área de superfície fotovoltaica de 555 ha – tendo inclusive sido aumentada a área coberta por módulos comparativamente à proposta inicial, pasmem-se!- Não há como esconder.

A colocação de cortinas arboreas, melhor que nada, sem dúvida, mas é efectivamente de nada que estamos a falar durante pelo menos, os primeiros 10 anos do projecto. Ou seja as cortinas arbóreas não terão qualquer impacto na minimização do efeito visual dos paineis no primeiro terço da exploração do projecto, acresce que novas plantações necessitam de rega o que implica consumo de água. Foi estudado este impacto?

Diz o promotor "Contudo, o Projeto, apesar de provocar alterações na paisagem, será de âmbito local, e nada alterará a nível da Unidade Homogénea da Paisagem de "Terras Altas do Sado" e a paisagem da Freguesia?

Se entre 2011 e 2017 o concelho de Santiago do Cacém registou uma diminuição da população de cerca de 2,9%, qual é o objectivo? Promover a desertificação?

Parece-me de fácil entendimento que a paisagem de um mar de superfície espelhada em centenas de hectares seja verdadeiramente pouco atractiva para fixar população.

De Vale de Água;

Seguindo a recomendação da Comissão de avaliação o promotor propõe agora um afastamento de 600m do centro da povoação de Vale de Água e de 200m das habitações, o que no caso em apreço, considerando a implantação no terreno, considero manifestamente insuficiente. Dada a área disponivel para a instalação dos módulos o distanciamento da povoação nunca poderá ser

inferior a 1000 m e 600 m das habitações, parece-me justo que as pessoas tenham um afastamento ligeiramente superior ao previsto para a zona de dormitorio de pombo torcaz, também as pessoas estão em vias de extinção nesta Freguesia.

Das (inexistência) compensações para a população;

Falemos do arrendamento das terras, com uma renda fixa durante 30 anos para os proprietários, que por sinal não habitam nas imediações.

Sem dúvida que o aumento do IMI e da derrama terão impacto positivo nas contas da autarquia, mas e as pessoas que acordam diariamente com vista para os paineis?

Propõe-se o promotor a disponibilizar áreas não ocupadas para explorações agrícolas comunitárias, sabemos todos que as hortas comunitárias têm sido bem sucedidas nas grandes cidades, mas este projecto vai ser instalado num meio rural, hortas comunitárias? A sério?

Outra medida será potenciar projetos de valorização de atividades tradicionais como a pastorícia, a apicultura no espaço da central por parte de produtores locais e aproveitamento da cortina arbórea (zimbro, medronho, oliveira, amendoeiras). Se não fosse trágico seria fofinho, mel, medronho e zimbro para o Gin!!

Adianta ainda que os moradores das localidades mais próximas terão acesso a tarifas ou contratos de eletricidade com benefícios, o que finalmente me parece uma optima medida, infelizmente gostaria que me fosse explicada como vai ser operacionalizada. Os moradores terão de mudar de fornecedor de energia electrica? Quem suporta os benefícios, o promotor ou distribuidor de energia electrica? E de que valor/percentagem será o benefício?

E o turismo da zona? Um investimento com futuro, não concordam?

Em resumo a população das proximidades da central terá uma compensação moral, contribui fortemente para a descarbonização, assim qualquer um quer ter um mar de espelhos à porta!

Dos 2 000 ha a instalar no concelho;

A central prevista instalar no Cercal do Alentejo dista aproximadamente 15 km da central de São Domingos e Vale de Água. As duas centrais juntas acupam uma área total de 2 000 ha. Como é possível permitir-se construir 2 000 ha com um corredor de 15 km entre elas sem saber qual é o impacto do seu efeito acumulado para o ecossistema? Não esquecer que o bem estar das populações também faz parte do ecossitema e está fortemente ameaçado.

30 anos;

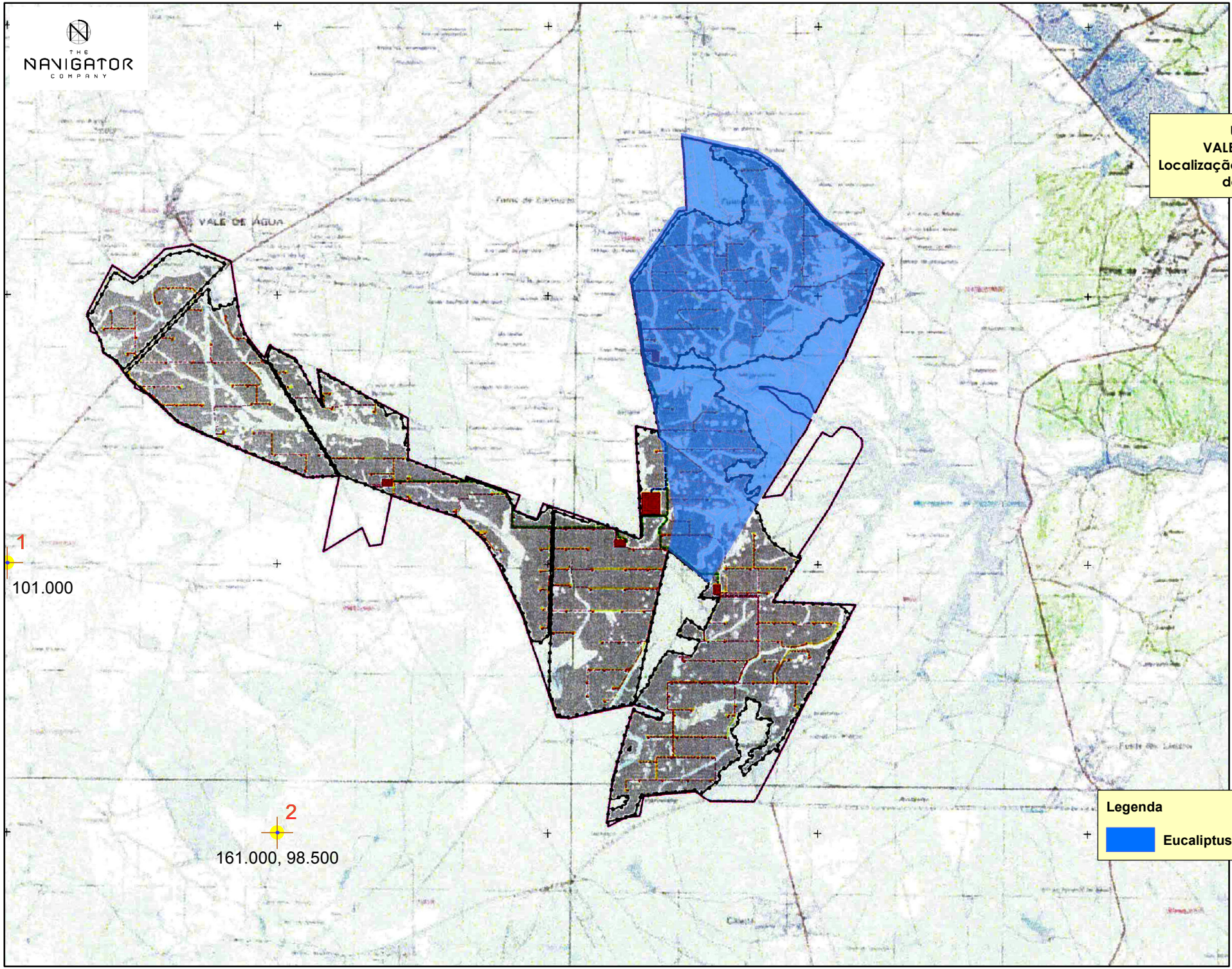
Há vidas que não chegam aos 30 anos.

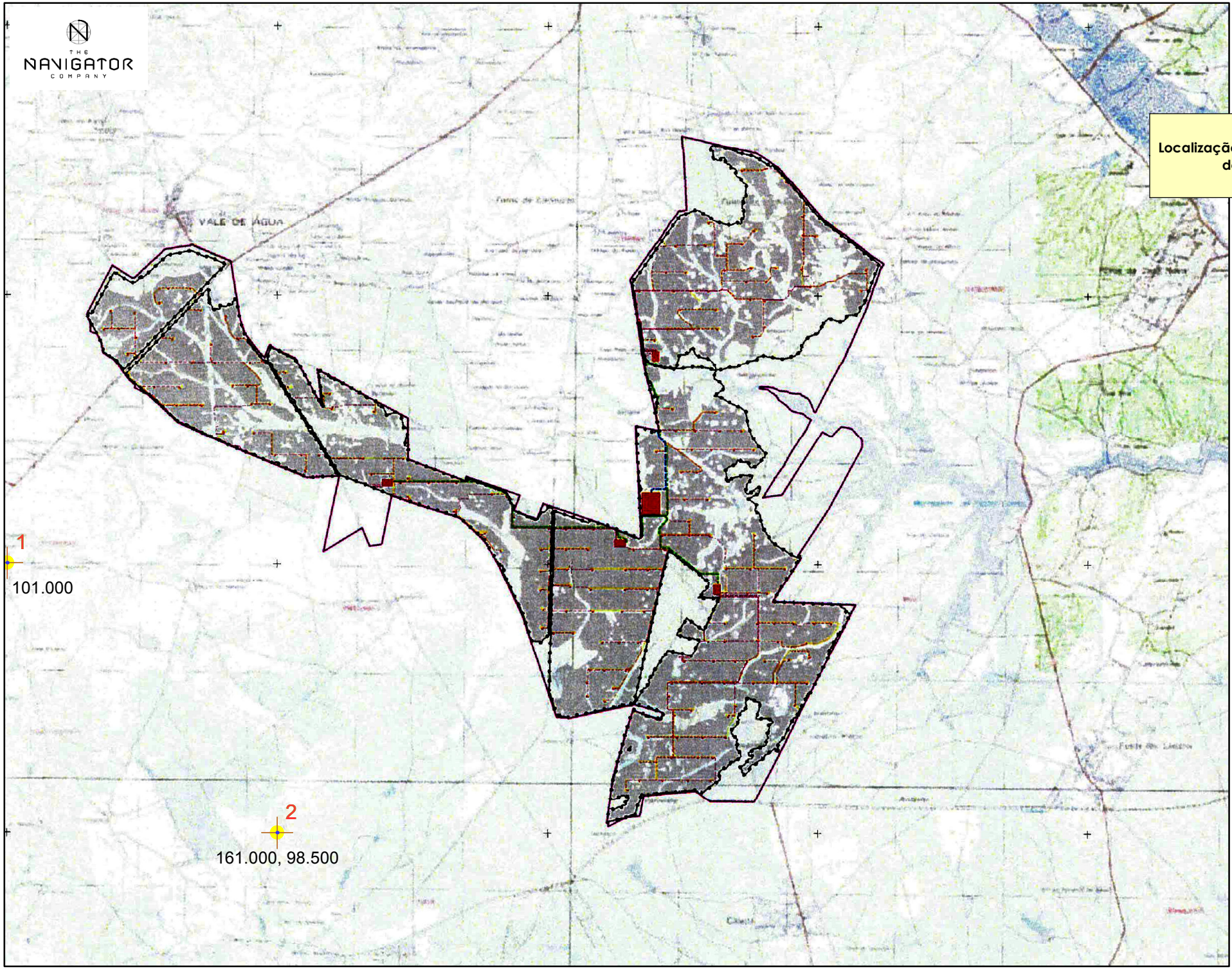
É necessário criar mecanismos, nomeadamente através de garantias bancárias, que garantam durante o prazo do projecto que a sua manutenção e desmantelamento no final está garantida.

Os nossos netos agradecerão o gesto quando a tecnologia que agora vai ser implementada já não for suficientemente rentável para compensar em 2051 o investimento nos compromissos assumidos em 2021.

Face ao exposto, estarei sempre do lado da descarbonização e do combate às alteracoes climaticas, sou muito favorável à produção de energia através de fontes renováveis, no entanto considero também que NÃO VALE TUDO a opinião das pessoas que vão ver os seus quintais invadidos por espelhos tem de ser ouvida e considerada, este projecto tem de ser reformulado para que a população possa conviver paredes meias com os paineis que vão indiscutivelmente impactar na sua qualidade de vida.

23.11.2021


THE NAVIGATOR COMPANY
N
W
E
S
UG 61701
VALE DIOGUINHO
Localização e enquadramento do projecto
VALE DE AGUA
1
101.000
2
161.000, 98.500
Legenda
Eucaliptusland SA - 548.14 ha
1:45.000
Informação Geográfica
Novembro, 2021


THE NAVIGATOR COMPANY
N
W
E
S
Localização e enquadramento do projecto
VALE DE ÁGUA
1
101.000
2
161.000, 98.500
1:45.000
Informação Geográfica
Novembro, 2021

AT autoridade tributária e aduaneira

CADERNETA PREDIAL RÚSTICA

Modelo B

SERVIÇO DE FINANÇAS: 2216 - SANTIAGO DO CACEM

IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO

DISTRITO: 15 - SETUBAL **CONCELHO:** 09 - SANTIAGO DO CACEM **FREGUESIA:** 13 - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SÃO DOMINGOS E VALE DE ÁGUA

SECÇÃO: Q **ARTIGO MATRICIAL Nº:** 1 **ARV:**

TEVE ORIGEM NOS ARTIGOS

Freguesia: 150909 **Tipo:** R **Secção:** Q **Artigo:** 1 **Arv/Col:**

NOME/LOCALIZAÇÃO PRÉDIO

VALE DIOGUINHO

ELEMENTOS DO PRÉDIO

Ano de inscrição na matriz: 1970 **Valor Patrimonial Inicial:** €9.028,84

Valor Patrimonial Actual: €11.376,34 **Determinado no ano:** 1989

Área Total (ha): 550,650000

PARCELAS

Parcela: 1 **Q.C.:** CA - CULTURA ARVENSE **Classe:** 4ª **Percentagem:** 0,00%
Área: 78,825000 ha **Rendimento Parcial:** €44,50

Parcela: 1 **Q.C.:** SBS - SOBREIROS **Classe:** 2ª **Percentagem:** 0,00% **NºArv.Disp:** 10
Área: 0,000000 ha **Rendimento Parcial:** €1,41

Parcela: 1 **Q.C.:** SBS - SOBREIROS **Classe:** 3ª **Percentagem:** 0,00% **NºArv.Disp:** 120
Área: 0,000000 ha **Rendimento Parcial:** €9,66

Parcela: 1 **Q.C.:** SBS - SOBREIROS **Classe:** 4ª **Percentagem:** 0,00% **NºArv.Disp:** 70
Área: 0,000000 ha **Rendimento Parcial:** €3,16

Parcela: 1 **Q.C.:** SBS - SOBREIROS **Classe:** 5ª **Percentagem:** 0,00% **NºArv.Disp:** 60
Área: 0,000000 ha **Rendimento Parcial:** €1,29

Parcela: 2 **Q.C.:** P - PASTAGEM OU PASTO **Classe:** 0 (ZERO) **Percentagem:** 0,00%
Área: 1,225000 ha **Rendimento Parcial:** €0,18

Parcela: 3 **Q.C.:** CA - CULTURA ARVENSE **Classe:** 4ª **Percentagem:** 0,00%
Área: 13,670000 ha **Rendimento Parcial:** €7,85

Parcela: 3 **Q.C.:** SB - MONTADO DE SOBRO OU SOBREIRAL **Classe:** 3ª **Percentagem:** 0,00%
Área: 123,030000 ha **Rendimento Parcial:** €163,80

Parcela: 3 **Q.C.:** SBS - SOBREIROS **Classe:** N/Def **Percentagem:** 0,00%
Área: 0,000000 ha **Rendimento Parcial:** €0,00

Parcela: 4 **Q.C.:** CA - CULTURA ARVENSE **Classe:** 4ª **Percentagem:** 0,00%

Destino: OL - OLIVAL **Área:** 7,800000 ha **Rendimento Parcial:** €4,48

Parcela: 4 **Q.C.:** SBS - SOBREIROS **Classe:** 2ª **Percentagem:** 0,00% **NºArv.Disp:** 1
Área: 0,000000 ha **Rendimento Parcial:** €0,14

Parcela: 5 **Q.C.:** DEP - DEPENDÊNCIA AGRÍCOLA **Classe:** N/Def **Percentagem:** 0,00%
Área: 0,016200 ha **Rendimento Parcial:** €0,07

Parcela: 5 **Q.C.:** HAB - HABITAÇÃO (ÕES) **Classe:** N/Def **Percentagem:** 0,00%
Área: 0,011300 ha **Rendimento Parcial:** €0,00

Parcela: 5 **Q.C.:** LG - LOGRADOURO **Classe:** N/Def **Percentagem:** 0,00%
Área: 0,297500 ha **Rendimento Parcial:** €0,00

Parcela: 6 **Q.C.:** CA - CULTURA ARVENSE **Classe:** 2ª **Percentagem:** 0,00%
Área: 0,750000 ha **Rendimento Parcial:** €1,66

Parcela: 7 **Q.C.:** CA - CULTURA ARVENSE **Classe:** 4ª **Percentagem:** 0,00%
Destino: SB - MONTADO DE SOBRO OU SOBREIRAL **Área:** 110,375000 ha **Rendimento Parcial:** €62,71

Parcela: 7 **Q.C.:** SBS - SOBREIROS **Classe:** 3ª **Percentagem:** 0,00% **NºArv.Disp:** 50
Área: 0,000000 ha **Rendimento Parcial:** €4,03

Parcela: 7 **Q.C.:** SBS - SOBREIROS **Classe:** 4ª **Percentagem:** 0,00% **NºArv.Disp:** 120
Área: 0,000000 ha **Rendimento Parcial:** €5,41

Parcela: 7 **Q.C.:** SBS - SOBREIROS **Classe:** 5ª **Percentagem:** 0,00% **NºArv.Disp:** 200
Área: 0,000000 ha **Rendimento Parcial:** €4,29

Parcela: 8 **Q.C.:** CA - CULTURA ARVENSE **Classe:** 4ª **Percentagem:** 0,00%
Área: 179,884500 ha **Rendimento Parcial:** €103,02

Parcela: 8 **Q.C.:** DEP - DEPENDÊNCIA AGRÍCOLA **Classe:** N/Def **Percentagem:** 0,00%
Área: 0,283500 ha **Rendimento Parcial:** €1,29

Parcela: 8 **Q.C.:** HAB - HABITAÇÃO (ÕES) **Classe:** N/Def **Percentagem:** 0,00%
Área: 0,007000 ha **Rendimento Parcial:** €0,00

Parcela: 8 **Q.C.:** SBS - SOBREIROS **Classe:** 3ª **Percentagem:** 0,00% **NºArv.Disp:** 20
Área: 0,000000 ha **Rendimento Parcial:** €1,61

Parcela: 8 **Q.C.:** SBS - SOBREIROS **Classe:** 4ª **Percentagem:** 0,00% **NºArv.Disp:** 60

Área: 0,000000 ha **Rendimento Parcial:** €2,71

Parcela: 8 **Q.C.:** SBS - SOBREIROS **Classe:** 5ª **Percentagem:** 0,00% **NºArv.Disp:** 90
Área: 0,000000 ha **Rendimento Parcial:** €1,93

Parcela: 9 **Q.C.:** PN - PINHAL **Classe:** 0 (ZERO) **Percentagem:** 0,00%
Área: 1,775000 ha **Rendimento Parcial:** €3,46

Parcela: 10 **Q.C.:** SB - MONTADO DE SOBRO OU SOBREIRAL **Classe:** 4ª **Percentagem:** 0,00%
Área: 29,800000 ha **Rendimento Parcial:** €19,63

Parcela: 11 **Q.C.:** CA - CULTURA ARVENSE **Classe:** 3ª **Percentagem:** 0,00%
Destino: AR - ARROZAL **Área:** 0,175000 ha **Rendimento Parcial:** €0,20

Parcela: 12 **Q.C.:** CA - CULTURA ARVENSE **Classe:** 3ª **Percentagem:** 0,00%
Destino: AR - ARROZAL **Área:** 0,350000 ha **Rendimento Parcial:** €0,40

Parcela: 13 **Q.C.:** CA - CULTURA ARVENSE **Classe:** 3ª **Percentagem:** 0,00%
Área: 0,400000 ha **Rendimento Parcial:** €0,46

Parcela: 14 **Q.C.:** EC - EUCALIPTAL **Classe:** 0 (ZERO) **Percentagem:** 0,00%
Área: 0,350000 ha **Rendimento Parcial:** €0,89

Parcela: 15 **Q.C.:** CA - CULTURA ARVENSE **Classe:** 4ª **Percentagem:** 0,00%
Área: 1,625000 ha **Rendimento Parcial:** €0,93

Parcela: 15 **Q.C.:** OLS - OLIVEIRAS **Classe:** 4ª **Percentagem:** 0,00% **NºArv.Disp:** 20
Área: 0,000000 ha **Rendimento Parcial:** €0,26

TITULARES

Identificação fiscal: 509641482 **Nome:** EUCALIPTUSLAND - SOCIEDADE DE GESTÃO DE PATRIMONIO FLORESTAL S A
Morada: POLO INDUSTRIAL DA PORTUCEL MITRENA, SETÚBAL, 2910-738 SETUBAL

Tipo de titular: Propriedade plena **Parte:** 1/1 **Documento:** ESCRITURA PUBLICA **Entidade:** C NOT LISBOA DR PEDRO RODRIGUES

OBSERVAÇÕES

PARCELA Nº 1 - ÁREA DEDUZIDA 1,3600 HA;
PARCELA Nº 7 - ÁREA DEDUZIDA 1,2300 HA;
PARCELA Nº 8 - ÁREA DEDUZIDA 0,5600 HA;

Obtido via internet em 2021-04-24

O Chefe de Finanças

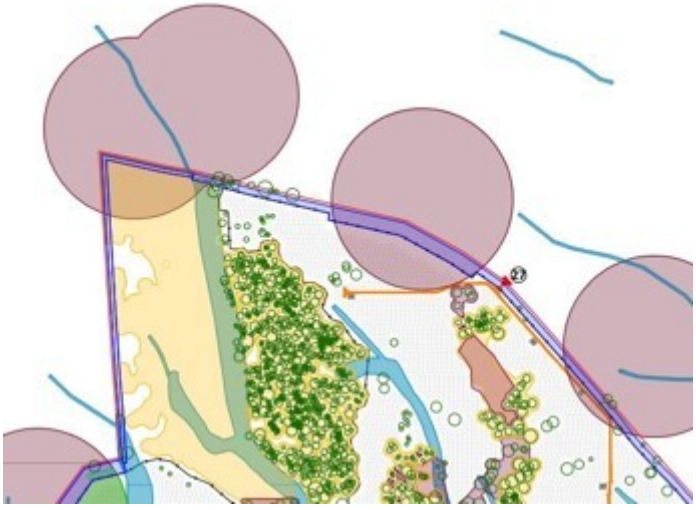
(Honório Das Dores Rodrigues Alves)

Anexo ao documentos de contestação

Amarelo: vedação

Vermelho: caminho interno

Azul: acesso



RS pág 93

O sistema de vigilância CCTV é constituído por várias câmaras tipo Dome colocadas em lugares estratégicos sobre colunas até 5 m de altura, que filmam e transmitem imagens para os monitores da central de monitoração. Junto aos PT/INV e subestações serão ainda instaladas câmaras fixas. O sistema de CCTV deve fornecer imagens de alta qualidade tanto de dia, como no escuro. Serão instalados vídeo gravadores digitais que se encarregarão da receção dos sinais de vídeo e armazenamento em formato digital.

SOFV2109801BGME0001-Pág 93

Além dos componentes principais, o parque conta com uma série de componentes *standard*: sistema de monitorização, sistema de segurança, sistema de anti-incêndios, etc..

Relativamente ao sistema de segurança do parque, será instalada uma vedação cinegética perimetral. Em cada uma das entradas no parque, cada posto de transformação e cada subestação serão instaladas câmaras de videovigilância fixas. Adicionalmente serão instaladas câmaras DOMO com raio de alcance de 300 metros em pontos estratégicos do parque, preferencialmente ao longo dos caminhos internos da central, de modo maximizar a área do parque vigiada por estes equipamentos. Ambas se complementam e detetam possíveis entradas de pessoas não autorizadas na zona do parque fotovoltaico.

Será que não conseguimos salvar o Ambiente sem destruir o Ambiente?

O aquecimento global do planeta é um facto indesmentível e irrefutável. Se não for invertido ou, pelo menos, controlado conduzirá, pelas alterações climáticas, pela disrupção de ecossistemas, pela extinção de inúmeras espécies animais e vegetais ao fim da nossa civilização.

As directrizes mundiais no sentido de minimizar a emissão de gases poluentes e com efeito de estufa são louváveis. O recurso a energias renováveis para preservar o nosso modo de vida é imperativo!

Estamos todos de acordo em relação a essas premissas.

Entre as energias "verdes" vai-se salientando a energia fotovoltaica. É extraordinário como conseguimos transformar a energia dos fotões emitidos pelo sol em energia eléctrica imediatamente acessível. A evolução e a nossa capacidade tecnológica tornaram os painéis solares cada vez mais eficientes, com menores consumos de energia implicados na sua produção e consequentemente mais baratos. Será, indubitavelmente, a energia do futuro!

Li que existem mais de cem pedidos de licenciamento para centrais fotovoltaicas no País. O que é um excelente sinal para que Portugal consiga os objectivos a que se propôs de até 2030 conseguir ter um consumo de 47% da electricidade gerada por fontes renováveis.

Mas há um problema...

Estão a programar construir essas centrais em terrenos agrícolas e florestais, o que é absurdo! Fará sentido abater árvores que captam o dióxido de carbono para montar painéis fotovoltaicos?

Pelo que estive a estudar, cada árvore capta entre 140 a 260 Kg de CO2 por ano. Cada painel solar evita a emissão de 150 a 250 kg de CO2 por ano. E nenhum painel nos dá o oxigénio que respiramos...

Se é fundamental descarbonizar a atmosfera porquê destruir os nossos maiores aliados nessa tarefa? Estamos nestes apuros porque em menos de 150 anos libertámos para a atmosfera o dióxido de carbono que a natureza foi armazenando durante milhões de anos. Poderemos deixar de ter motores ou geradores de energia por combustão. Mas só deixaremos de ter dióxido de carbono se exterminarem todos os animais que respiram...! Nesse momento o abate de árvores para implantar painéis fará sentido!

Não faria mais sentido construir essas centrais em terrenos estéreis, industriais ou urbanos (quantos milhares de hectares de telhados e bermas de estradas existem neste País?)? Claro que implica um investimento maior e os lucros dos promotores seriam retardados. Mas porque deveremos abdicar da protecção dos nossos ecossistemas, da nossa Terra, porque alguns grupos anseiam por lucros rápidos?

Vem isto a propósito da maior central fotovoltaica da Europa (mundo?) projectada em Vale de Água no Concelho de Santiago do Cacém. Mil duzentos e sessenta hectares... 12000 campos de futebol, para a implementação do qual se vão abater mais de 1.200.000 árvores. Mais de 80% em área de reserva ecológica nacional (REN) e algumas zonas em reserva agrícola nacional (RAN). (O Eng. Gonçalo ribeiro Telles que foi o mentor destes conceitos, REN e RAN, muito louvado pela sua actuação, pelo seu empenho, pela sua dedicação à preservação do seu País, determinando a implementação destas regras, deve estar a rebolar-se na campa, porque afinal não servem para nada...).

Dir-me-ão: A maior parte do terreno é ocupada por eucaliptos!

É verdade! E não sou defensor. Mas os eucaliptos não só têm uma importância vital para a nossa indústria do papel como serão os maiores sequestradores de Co2 que existem no nosso País!

Perto deste projecto já existe uma central (Casa Nova, com 23 hectares) e estão projectadas mais 6: (Cercal com 814 Hct; Borreiro com 104 Hct; Vale de Égua com 54 Hct, além de uma central no Freixo e outra em Alvalade sobre as quais não consegui dados fiáveis).

Ou seja, num Concelho como Santiago do Cacém já existem propostas, de que eu tenha conhecimento, para ocupar 2.400 Km^2 com painéis solares.

E não sei se conseguem ter a percepção que querem construir essas centrais entre duas importantes albufeiras (Campilhas e Fonte de Cerne). Ou seja, é uma região de terrenos agrícolas e florestais muito rica em água e que vai ser desperdiçada, destruída, desertificada...!!

Como parece ser um negócio muito lucrativo não ficarei espantado quando o Alentejo se tornar num mar de painéis solares. Somos bons nisso! Em facilitar esses esquemas e só tarde de mais nos arrependermos.

Vêm depois as questões das análises de impacto ambiental...

Imagino que serão os proponentes a pagar os custos...

Referem os ganhos das emissões de CO2 relativamente às centrais em cujo o combustível é o carvão (ainda existe alguma em Portugal?. A de Sines foi desactivada. A do Pêgo ainda funciona?). Mas omitem , em absoluto, o ganho em preservar árvores. Não fazem entrar nas contas a sua captação de CO2, a emissão de oxigénio, a harmonização da temperatura e a estabilização dos solos, a não interferência com a sua permeabilização.

Referem que o impacto ambiental e paisagístico é apenas local! Mas não terá relevância globalmente... Perspectivo que quando todo o Alentejo for uma amálgama de painéis solares o impacto será, também, apenas local. Seguramente que o resto do País só se aperceberá disso quando fôr de viagem para o Algarve...!

É no entanto curioso que, a mesma empresa que faz o relatório referente à central de S. Domingos, refira as outras "pequenas" centrais circundantes e não refira a central do Cercal e quando faz a análise da central do Cercal, refira todas as pequenas centrais envolventes e não refira a central de S. Domingos...

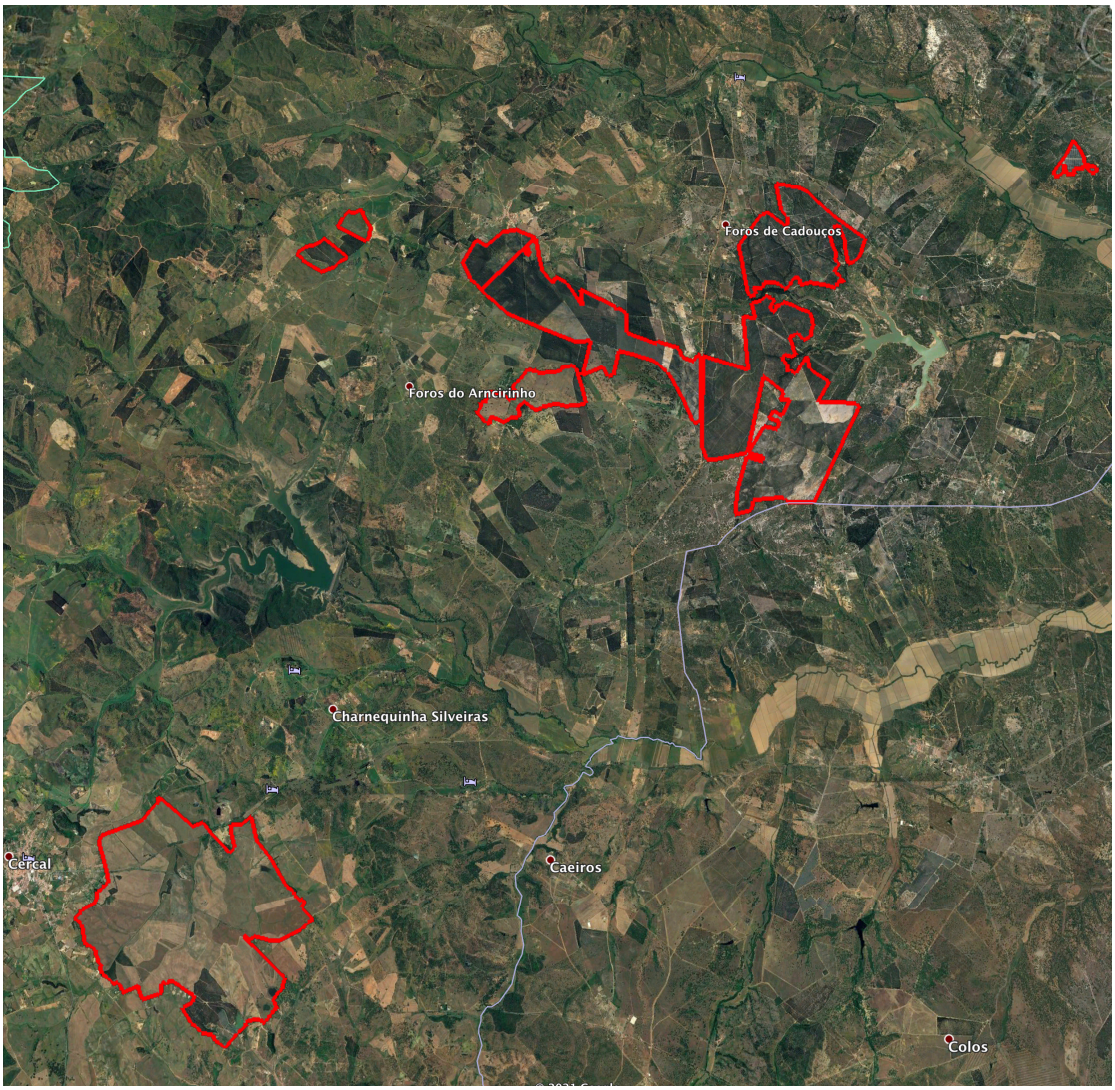
Mais, afirma que o impacto sócio-económico é positivo, pelo efeito do investimento. Mas esquece-se de referir que não há qualquer benefício directo para a Freguesia ou para a população, que o emprego gerado é desprezível (meia dúzia de postos de trabalho), que destrói todos os Turismos Rurais da Região bem como os restaurantes e afins que se suportavam nessas referências (que representam muitíssimos mais postos de trabalho do que aqueles que serão gerados...). Que desvaloriza todo o património imobiliário construído para viver a natureza e da natureza. E que passará a ter um valor risível perante um infinito de quadrados de vidro em suportes metálicos.

Enfim... Continuamos iguais a nós próprios...

Tantas potencialidades, tantas coisas extraordinárias que destroçamos por um punhado de euros... Que nem sequer são para nós!!

Não aprenderemos nunca!

Em resumo: É estúpido!!



- Depois do projeto reformulado, constata-se que a sua dimensão aumentou. Discordo completamente com a dimensão da central (1262,03 ha).

- Discordância com a proximidade de localidades e populações (montes e turismos rurais)

- Discordância com o abate massivo de árvores (1 500 000)

- A desflorestação vai afetar as atividades florestais e pastoris e, consequentemente, o desaparecimento de fauna.

- Contaminações dos solos.

- Vários impactos negativos para os solos e populações. Transcrevo, alguns dos apresentados no AIA:

- " Os principais impactes na morfologia e relevo resultam das atividades de escavação e depósito de terras associadas à remoção da camada superficial dos solos.."

- "A desmatação e desflorestação nos sectores mais próximos do vale da ribeira de Vale Diogo e afluentes da albufeira de Fonte Serne, colocam a superfície do terreno à mercê dos agentes erosivos, com destaque para os eventos de precipitação intensa e concentrada no tempo que ocorrem na região, poderão provocar o aumento do transporte sólido para a albufeira, dado que as vertentes da área de estudo drenam praticamente toda a área da propriedade para a albufeira. Este considerado como impacte negativo."

- "A redução da área de infiltração direta em cerca de 41,81% da área da propriedade (sendo que a área coberta rondará 535,10 ha conforme apresentado no Quadro 4.10, ocupada pelos elementos da Central) promoverá um aumento do escoamento superficial e consequentemente o aumento do risco de erosão e arrastamento de material sólido pelas vertentes e para a referida ribeira e albufeira."

- "A movimentação de veículos e maquinaria provocará a compactação dos terrenos, modificando as condições naturais de infiltração. "

- "Durante o transporte e manuseamento de óleos e combustíveis entre o estaleiro e os locais de construção e de instalação da central fotovoltaica poderão ocorrer derrames acidentais, com risco de provocar a deterioração da qualidade das águas subterrâneas."

- "O barranco de Benatelar, que atravessa a área de estudo no sentido poente-nascente, é o curso de água com maior expressão morfológica. A proximidade de um dos setores fotovoltaicos ao braço do barranco de Benatelar, da albufeira de Fonte Serne, pode aumentar a importância deste impacte para significativo."

Acrescento outros impactos negativos:

- Contaminação de solos e destruição de hortas familiares e comunitárias;

- Contaminação de águas, que consequentemente, vai interferir com as culturas, pastorícia e qualidade da água para uso doméstico.

- Alterações climáticas na região que vai influenciar com a qualidade de vida e bem estar das populações

- Os módulos fotovoltaicos são compostos por metais raros, sendo um dos mais nefastos para a saúde a Grafite. Questiono se a dimensão desta central e um possível acidente não poderá aumentar o número de doenças cancerígenas entre as populações? E de que forma o promotor do projeto pode assegurar que a implantação de 481 módulos fotovoltaicos não irá libertar substâncias nocivas para a atmosfera prejudicando toda a população? Se isto acontecer quem se irá responsabilizar pelo pagamento de tratamentos da população?

Exmo. Senhor Presidente da APA

Na qualidade de cidadã portuguesa nascida na aldeia de Vale de Água, apresentei para a 1ª versão do projeto da central THSIS, razões que me pareceram absolutamente legítimas enquanto forma de contestar um projeto com esta envergadura, dado que dou a máxima prioridade à defesa do património nacional e à manutenção da sua traça. Contudo esta não parece ser uma preocupação de quem decide sobre a localização de projetos direcionados para a mudança de paradigma que está a ter lugar no setor energético, que não contesto na globalidade.

Considero que no Alentejo, enquanto região com fraca densidade demográfica, colocar parques fotovoltaicos a 600m de aldeias, não faz sentido quando o poder central pode decidir que tipologia de áreas podem vir a receber estes painéis em prol de um bem maior que em primeira instância é a contribuição para a independência energética de Portugal, mas que não pode de forma alguma descurar as comunidades locais.

A reformulação do projeto da central fotovoltaica THIS que teve lugar na sequência da consulta pública que decorreu de 5 de fevereiro a 18 de março de 2021 e que mereceu parecer desfavorável da APA, considerou exclusivamente os ecossistemas e não as pessoas, tendo a sua reformulação sofrido uma redução de 2 164 736 módulos de silício cristalino numa área de 1262 ha, para 1 968 687 numa área de 1244,95 ha, o que seria aceitável se tivesse contemplado a eliminação do setor noroeste localizado na reformulação do projeto a 600m da aldeia de Vale de Água.
Verifica-se que este projeto aproveita a fragilidade de uma zona que já sofreu com a densa arborização de eucaliptos e que agora não é poupada à localização de painéis na proximidade da aldeia de Vale de Água, pelo facto dos eucaliptos dela se terem aproximado, considerando-se que o facto dos painéis terem recuado 100m nesta reformulação para ser introduzida nessa área uma cortina arbórea, continua a ser algo incompreensível dada a grandiosidade do projeto e o desconhecimento do real impacte do mesmo.Acresce que as contrapartidas vão para o ambiente e para a requalificação das áreas não afetadas pela central, protegendo-se também nesta perspetiva o sobreiro e não as pessoas.

Assim, venho reiterar a importância de eliminar o setor noroeste do projeto, não existir suficiente conhecimento do impacto de grandes áreas com painéis sobre a saúde das populações e este setor poder criar um distúrbio visual e consequentemente psicológico para a população da aldeia de Vale de Água, mesmo com a cortina que está projetada.
A esta preocupação acresce que considero ainda que o projeto não é muito esclarecedor em algumas questões que podem surgir a médio e longo prazo, nomeadamente:

- desconhecer-se o efeito cumulativo duma área desta dimensão no que respeita aos efeitos da irradiação solar sobre a população e o aquecimento decorrente da captação de energia solar pelos painéis;
- desconhecer-se a origem da água necessária para a lavagem e arrefecimento dos painéis e se os aquíferos locais comportam estes consumos sem falhas no abastecimento das populações locais;
- não estar suficientemente claro se existe possibilidade de contaminação de solos e lençóis freáticos no desmantelamento em final de vida central, bem como em

situações de danos de painéis, por intempéries, impactes de animais ou outros impactes, devido à utilização de materiais perigosos nas células fotovoltaicas;
- não ter sido evidenciado o grau de esterilização dos solos que se verificará pós desmantelamento dos painéis no final do contrato, bem como o impacto sofrido sobre a fauna e flora locais (especialmente para as aves);
- não se conhecer a localização das linhas elétricas de muita alta tensão a ser alvo de nova consulta pública e se irão ter impacte sobre a saúde da população.

Algumas destas questões, nomeadamente as relacionadas com o ambiente e a saúde publica têm vindo a ser alvo de artigos científicos, fazendo referência a alguns: https://www.ucsusa.org/resources/environmental-impacts-solar-power https://www.ucsusa.org/resources/environmental-impacts-solar-power,

Acresce ao referido anteriormente, que considero da maior pertinência o seguinte:
- a grande lacuna deste projeto que peca por não ter sido realizada uma sessão pública sobre o impacte do mesmo, de forma a possibilitar não só a transparência, mas em especial a informação da população, sendo incompreensível como foi realizada para a central fotovoltaica do Cercal do Alentejo que tem menor dimensão e não foi realizada para esta;
- as tarifas de eletricidade mais baixas durante o período do contrato não serem uma solução, pois só a tarifa gratuita pode servir para um projeto desta dimensão situado numa zona com baixa densidade populacional, devendo a empresa ter definido um buffer para aplicação de tarifa gratuita.

CFS THSiS // Monte Tons da Terra – Casa de Campo & SPA

SUBERISTUR, Turismo e Lazer, Lda.

Monte Tons da Terra – Casa de Campo & SPA

7540-400 São Domingos

Agência Portuguesa do Ambiente

Portal Participa

São Domingos, 22 de Novembro de 2021

Carta registada com aviso de receção

Envio por email

Assunto: CFS THSiS, Projeto reformulado e Parecer Comissão de Avaliação

Exmos. Srs.,

No seguimento da consulta pública do projeto THSIS que está previsto para o Concelho de Santiago do Cacém, mais em concreto, na União de Freguesia de São Domingos e Vale de Água, onde se encontra igualmente localizado o projeto Turismo em Espaço Rural, Monte Tons da Terra – Casa de Campo e SPA, explorado pela empresa SUBERISTUR, Turismo e Lazer, Lda., com o NIF 510 323 634 cujo único sócio é Rogério Miguel Viegas Gonçalves, e sendo que, o referido projeto T.E.R. se encontra a operar desde fevereiro de 2015 com o alvará CC 5090 e que recordarei e reforçarei novamente que:

- Promove o Turismo de Natureza, propósito da sua existência;
- Tem recebido/atraído em média nos últimos 3 anos cerca de 2000 turistas / ano para a região;
- No ano de 2019 teve uma taxa de ocupação de 72% e em 2020 uma taxa de ocupação de 64% num contexto adverso de pandemia;

- Tem parcerias estabelecidas com diversas empresas da região, dinamizando por isso a economia local, sendo as mais relevantes:
    - Restaurante "A Adega" – primeiro restaurante a consolidar-se nos últimos anos em São Domingos e para o qual encaminhamos hóspedes;
    - Restaurante "O Pereira" no Cercal, parceria que confeciona refeições que são servidas no Monte Tons da Terra – Casa de Campo & SPA;
    - Galope no Campo – Passeios a Cavalo
    - Badoca Safari Park
    - Four Winds
    - Escola Surf Costa Azul
    - Eco Alga
    - Herdade do Cebolal
    - Centro de Ciência Viva do Lousal
- Contribui para 6 postos de emprego diretos a tempo completo e seguramente para diversos postos de emprego indireto nos diversos locais onde tem parcerias estabelecidas;

É assim que a SUBERISTUR, Turismo e Lazer, Lda. após leitura e análise atenta do projeto reformulado e parecer da Comissão de Avaliação, vem reiterar uma vez mais a sua preocupação sobre o impacto que o projeto THSIS irá induzir na região.

Com efeito, tal como o referido relatório refere, este projeto enquadra-se nas principais linhas de orientação do governo relativas ao reforço das energias renováveis, contribuindo para alcançar as referidas metas, e para o cumprimento dos compromissos assumidos por Portugal no contexto das políticas europeias de combate às alterações climáticas, contudo, logo de seguida o mesmo relatório refere que 81% da área em que o projeto se pretende instalar, se encontra *"ocupado por povoamentos florestais, implicando assim o projeto o* ***abate de cerca de 1,5 milhões de árvores****"* procurando diminuir tal facto, referindo na sua grande maioria eucaliptos.

Ora, será do senso comum que abater 1,5 milhões de árvores será tudo menos seguramente contribuir para o combate às alterações climáticas!

O referido relatório reconhece ainda que não obstante o projeto contribuir para a independência energética do país sendo esse o principal impacte positivo, para a região em concreto onde se pretende instalar, **não se traduz em quaisquer mais-valias para a população**,

donde e pela análise do projeto reformulado, continua-se a não se conseguir perceber e depreender de que forma e de que maneira, o referido projeto reformulado responde a estas preocupações, pelo que a menção a outros impactes positivos que o documento faz, apenas não fazem mais que iludir as populações e agentes económicos locais.

Ora, tal como na primeira exposição o Monte Tons da Terra – Casa de Campo & SPA referiu, se os T.E.R. têm de criar sinergias com outros agentes turísticos, procurando a inovação suportada numa economia sustentável protetora do meio ambiente para a região, sendo igualmente embaixadores desses valores, as centrais fotovoltaicas solares também deverão cumprir com os mesmos princípios, gerando dinamismo e não entropia, no fundo, trabalhando em conjunto e não em silos.

Mais ainda, é totalmente esquizofrénico o Monte Tons da Terra – Casa de Campo & SPA trabalhar em certificações ambientais e sustentabilidade, e ter a menos de 600 metros de distância projetos que vão contra todas as boas práticas no que diz respeito a esses mesmos valores pela dimensão, proporção e impactes que o projeto THSiS induz na região.

Dos diversos impactes negativos identificados, no que ao ordenamento do território diz respeito, são uma vez mais preocupantes que dada a dimensão do projeto em causa, o reconhecimento de que o mesmo nas atuais características potencia o despovoamento e reduz a atratividade da povoação, e do projeto reformulado constata-se que ao invés de diminuir a área de painéis, esta acaba por aumentar de 481,2ha para 549,44ha!!!

Ademais, o referido projeto reformulado procura realçar que o número de módulos diminuiu sem objetivamente referir que o seu tamanho aumentou e do qual resulta uma maior área ocupada face ao projeto original, em que um aumento de quase 15% nunca mencionado, é referido como que *"verifica-se que a área fotovoltaica aumentou ligeiramente"*.

No mínimo, só isso justificaria no entender do Monte Tons da Terra – Casa de Campo e SPA, uma suspensão imediata do projeto, uma vez que não é claro e objetivo e, por poder induzir os vários interessados em ilusão, parecendo querer fazer passar estes aspetos como se tratasse de meros pormenores de pouca relevância.

Igualmente bastante grave, é a constatação e confirmação de que a grande dimensão do projeto conduz a uma redução da atratividade do local e envolvente próxima, dificultando a atividade dos alojamentos de turismo rural estabelecidos em zonas envolventes do local de implantação da central, onde se encontra precisamente o Monte Tons da Terra – Casa de Campo & SPA.

Da leitura do projeto reformulado, continua sem existirem respostas de como a Central THSiS vai mitigar esses impactes e impedir que a atividade dos alojamentos de turismos rurais estabelecidos na região seja afetada negativamente.

Ao nível da paisagem as conclusões são igualmente aterradoras, onde o relatório de avaliação considera que o *"projeto é gerador de impactes negativos (de várias magnitudes), que se traduzem, na sua globalidade, em impactes significativos e muito significativos, quer de natureza estrutural quer visual, e de perda de valores/atributos visuais naturais."*

Não tenhamos ilusões: agentes económicos que tenham a sua atividade assente na área do turismo e em particular no turismo de natureza, as conclusões anteriores são uma clara e objetiva condenação à morte desses mesmos agentes económicos, pois o objeto que procuram promover é severamente impactado pelo projeto em apreço.

É igualmente extremamente preocupante não só para esta entidade como também para toda a comunidade o risco descrito no relatório técnico anterior (página 455 de 506), pois a dependência que existe dos furos artesianos é real face à inexistência de infraestruturas públicas que prestem esses serviços e que é totalmente ignorado pela Comissão de Avaliação.

Não se consegue entender ainda como é possível prever a instalação de um sistema de videovigilância (CCTV) constituído por várias câmaras tipo Domo com raio de alcance de 300 metros colocadas em lugares estratégicos sobre colunas até 5 m de altura, que filmam e transmitem imagens para os monitores da central. Junto aos PT/INV e subestações serão ainda instaladas câmaras fixas em que todo este sistema deve fornecer imagens de alta qualidade tanto de dia, como no escuro e que serão armazenados em formato digital nos respetivos gravadores digitais que farão a receção dos sinais de vídeo. É de todo imprescindível assegurar a privacidade não só de quem vive mas como de quem visita e procura esta região para lazer sem ter de estar preocupado em como imagens da sua pessoa possam estar a ser tratados.

Mais ainda, da leitura do capítulo 6.6 Medidas Compensatórias, e em particular no 6.6.2 – Socieconomia e perante todos os impactes causados aos agentes económicos estabelecidos na região e em particular na área do Turismo, não se vislumbra uma única medida compensatória.

Perante as conclusões do parecer da Comissão de Avaliação em que conclui que o projeto da Central Fotovoltaica THSIS induz impactes negativos significativos a muito significativas, e em que consideramos que as medidas sugeridas para minimizar continuam a não oferecer garantias mínimas de proteger e mitigar os impactes que irá infligir, a SUBERISTUR **reitera e manifesta**

uma vez mais o seu desacordo com a localização do projeto da Central Fotovoltaica e uma profunda preocupação com os fortes impactes negativos que são reconhecidos no Parecer da Comissão de Avaliação que o mesmo trará ao local, tanto a nível ambiental, paisagístico e como socioeconómico.

Em virtude disso, reiteramos uma vez mais que deverão ser realizados novos estudos a fim de encontrar alternativas de localização e dimensionamento de projeto que minimizem ao máximo os impactes identificados.

Perante o exposto, o Monte Tons da Terra – Casa de Campo & SPA não deixará de exigir e defender os seus interesses caso o projeto seja aprovado tal como é apresentado agora na versão reformulada, e tal como na exposição anterior, vem exigir medidas compensatórias e de minimização obrigatórias, reforçando algumas delas, nomeadamente:

1. Cortinas arbóreas com 200m de espessura em volta de todo o perímetro da central sempre que esteja adjacente a habitações e/ou Turismos em Espaço Rural mantendo as árvores existentes nesta cortina, incluindo os eucaliptos;
2. Obrigatoriedade de replantação e reposição do mesmo número de árvores destruídas;
3. Compensações financeiras junto dos empresários locais nomeadamente Turismos no Espaço Rural (TER) e Alojamentos Locais (AL) pela perda de reservas igual a 50% da taxa de ocupação multiplicado pela diária média anual durante os 30 anos de exploração da central;
4. Compensações financeiras às empresas de animação turística e restaurantes por decréscimo de utilizadores na região, seja durante a fase de construção, seja na fase de funcionamento, por redução da atratividade no local;
5. Redução da área de painéis fotovoltaicos em 200ha
6. Garantias da não existência de ruídos decorrentes do processo de transformação de energia, quer durante o dia, quer durante a noite;
7. Vedação do perímetro no limite interior das cortinas arbóreas em vez de no exterior;
8. A EM 555 preparada para poder suportar o movimento de veículos que irá acontecer caso o referido projeto avance, e mantido com a regularidade que se exige, de modo a assegurar as condições de mobilidade quer durante a instalação, quer durante o funcionamento da central;
9. Pórticos para transporte de energia em muito alta tensão, que nesta fase do projeto não são analisados, mas que o estudo antevê que o presente projeto não se trata de um

projeto isolado, pelo que prevê a possibilidade de ligar um número significativo de linhas elétricas aéreas, às quais estará associado um impacte muito relevante devido à presença de apoios e pórticos, pelo que terá de ser garantido desde já, que tais ligações serão feitas subterraneamente até aos traçados já existentes e não autorizar desde já, instalação de quaisquer pórticos em novas áreas;

10. Instalação da rede internet através de fibra ótica como forma de criar outras valências e compensar o nível de atratividade perdido, nomeadamente com à atração de pessoas em teletrabalho;
11. Assegurar os caminhos entre propriedades, bem como vegetação que oculte as vedações e os painéis, de modo a continuar-se a promover o turismo de natureza, pressupostos para a instalação deste projeto na região;
12. Compromisso para sinalização dos trilhos rurais tornando-os cicláveis, de forma a compensar a forte perda significativa do valor da paisagem e da biodiversidade e assim criar novas atratividades que compensem essas perdas;
13. Criação de um centro de interpretação sobre os azimutes do sol, relação do sol e outros astros com o nosso planeta, bem como estudos de astronomia, numa vertente de ligação do futuro e do passado, relembrando também as influências muçulmanas no sul do território, estabelecendo uma relação com a arquitetura e cultura alentejana, de modo a justificar do ponto de vista de interesse turístico a nova paisagem;
14. Criação de zonas de merendas nas imediações da área de intervenção;
15. Não aceitação do risco descrito no RT (relatório técnico, versão anterior) Pág.455/506 ou medidas que o mitiguem na totalidade;
16. Assegurar em toda a linha que o regulamento RGPD é cumprido no que diz respeito ao sistema de videovigilância não permitindo de todo que o sistema possa incidir sobre a via pública ou propriedades de terceiros tal como é previsto pelo regulamento de proteção de dados para estes sistemas.
17. Financiamento de ações promocionais desta região nesta zona do Alentejo, com ações dirigidas aos jornalistas internacionais, anúncios em revistas e jornais, e- marketing, etc.
18. Garantias e compromisso que os terrenos serão sempre limpos recorrendo a meios sustentáveis de forma a não comprometer o solo, subsolo e lençóis freáticos;
19. Garantias que uma empresa constituída com capital social de 100.000,00 € (SUNSHINE, S.A.), terá capacidade para desmontar um projeto de mil milhões de euros após 30 anos de exploração, caso não se prolongue a operação em virtude das condições económicas de exploração, face aos custos envolvidos, assim o venham a determinar;

20. Fornecimento de energia a título gracioso aos agentes económicos e populações identificados no Parecer da Comissão de Avaliação

Encontro-me ao dispor para qualquer esclarecimento que seja necessário.

Monte Tons da Terra - Casa de Campo & SPA
SUBERISTUR, Turismo e Lazer, Lda.
Contribuinte: 510 323 634
BRIC São Domingos - Caixa Postal 5630
7540 - 415 São Domingos
Telefone: 269 909 616 Móvel: 93 440 54 54
E-mail: geral@tonsdaterra.com

Rogério Miguel Viegas Gonçalves

Participação na consulta pública sobre

Central Solar Fotovoltaica THSIS

Na continuação do meu primeiro parecer enviado a 18 de março e depois da leitura das conclusões do relatório de *Avaliação de Impacte Ambiental (AIA 3362)* e do *Relatório Síntese* do projeto reformulado, mantenho a minha apreciação positiva relativamente a este projeto, ainda mais depois de me aperceber que as grandes objeções ao projeto inicial foram tidas em conta nesta reformulação.

O meu parecer anterior baseava-se sobretudo na convicção de que os benefícios ambientais (redução da emissão de gases com efeito de estufa, produção de energia a partir de fontes renováveis e não poluentes), humanos e sociais, de desenvolvimento local, regional e nacional, constituíam uma mais-valia, sobretudo para a região do litoral alentejano interior.

De facto, há uma primeira e reiterada apreciação do AIA que reconhece o "contributo do projeto para o cumprimento das metas relativas ao reforço da produção de energias renováveis identifica-se como o principal impacte positivo do projeto" ou ainda que "o presente projeto justifica-se por se enquadrar no cumprimento das principais linhas de orientação do Governo relativas a%) que, face aos valores o reforço das energias renováveis, contribuindo para alcançar as [referidas] metas, e para o cumprimento dos compromissos assumidos por Portugal no contexto das políticas europeias de combate às alterações climáticas." (AIA 3362, p. 72). Este benefício não pode, em meu entender, ser subvalorizado, ainda mais depois do fecho da central de Sines (que tem, não obstante todos os benefícios ambientais, uma incidência negativa direta nas condições socioeconómicas desta região) e, recentemente, a do Pego, tornando a produção nacional de energia com recurso a fontes renováveis e não poluentes, uma urgência para o nosso país.

No entanto, o AIA refere um conjunto de problemas associado a este projeto: "Embora, a nível nacional, o projeto contribua também para a independência energética do país, localmente não se traduz em quaisquer mais-valias para a população", e ainda, "Embora se reconheça que o projeto tem como mérito a produção de energia a partir de fontes renováveis, com benefícios ao nível global, identificam-se impactes negativos significativos ao nível local" (AIA 3362, pp. 72,73). Em seguida são dadas as indicações para as necessárias alterações do projeto por forma a minimizar "os impactes negativos significativos a muito significativos" identificados (AIA 3362, pp 76 ss)

Da leitura do *Relatório Síntese* considero que, não só os principais impactos negativos foram anulados ou fortemente minimizados, como o próprio projeto foi objeto de uma otimização; foram ainda tidas em contas contrapartidas compensatórias, quer em relação à fauna, quer — e muito relevante — em relação a condições socioeconómicas locais.

Pelo exposto, mantenho, com reforço, o meu parecer positivo relativamente a este projeto, na sua versão reformulada.

24 de novembro de 2021
Lurdes Figueiral
CC 03689219

Parecer relativo ao Estudo de Impacte Ambiental do projeto de execução da Central Solar Fotovoltaica THSIS – pedido de alteração de projeto.

A ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável, com base na consulta dos documentos disponibilizados no Portal Participa, vem por este meio apresentar o seu parecer relativo ao Estudo de Impacte Ambiental do Projeto Central Solar Fotovoltaica THSIS, incluindo como projeto associado a linha subterrânea de interligação a 400 kV que ligará o projeto ao Ponto de Interligação que se localiza dentro dos limites da CSF THSIS.

Enquadramento

Este é um projeto que sofre algumas alterações, sendo que relativamente aos dados apresentados são de destacar:

- Alteração de 2 164 736 módulos para os 1 986 687 módulos com o aumento de potência nominal dos mesmos, no entanto, a área inicial de aproximadamente 450 ha (menos de 481 ha porque a projeção no solo de módulos inclinados a 15º é inferior) passa para aproximadamente 536 ha (menos 555 ha porque a projeção no solo de módulos inclinados a 15º é inferior).

- Redução nos acessos de 261 500 m^2 para os 227 310 m^2.

- Estimativa das áreas ocupadas por cada infraestrutura do projeto da CSF THSiS na fase de exploração aumentam de 504,88 ha para 577,10 ha.

- Na movimentação geral de terras prevista na construção da Central Fotovoltaica THSiS, o balanço de movimentos de terras passa dos 26 751 m3 para os 98 347 m^3.

- Foi efetuado um buffer de 600 m centrado no centro da povoação de Vale de Água, mas ficam dúvidas quanto ao distanciamento a habitações dispersas.

Considerações finais

Este é um projeto que na sua essência é similar ao apresentado inicialmente, com alguns apontamentos cosméticos. Trata-se de um projeto que tem enormes custos ambientais, não só ao nível dos potenciais efeitos negativos que a instalação irá induzir na biodiversidade local e ainda na artificialização da paisagem, tendo em consideração o efeito *de per si* deste projeto assim como o cumulativo da instalação de mais parques solares na região e linhas elétricas de ligação.

Estamos perante uma artificialização do espaço rural com a instalação de equipamentos para a produção de energia, os quais serão vedados, e como tal, a contabilização da área que estará afeta direta ou indiretamente à exploração não poderá restringir-se à área de ocupação pelas fundações dos diferentes equipamentos, sendo a restante área alegadamente considerada espaço natural, excetuando-se claro as áreas de montado

definidas. É uma constante nos estudos deste tipo de projetos uma incompreensível depreciação do impacte da ocupação do espaço.

A ZERO considera contraproducentes iniciativas que visam a substituição de coberto florestal, procurem arrelvar o território de forma indiscriminada com a construção de mega-parques solares no cumprimento de metas de produção de renováveis, degradando áreas com uma relevante função de fornecimento de serviços de ecossistema, entre os quais o sequestro de carbono, refúgio de biodiversidade e espaços de fruição da natureza.

Por outro lado, embora esteja previsto na legislação que as áreas em Reserva Ecológica Nacional são compatíveis com o aproveitamento de energias renováveis, certamente que a artificialização da paisagem a este nível, em mais de 1 000 ha, em que os impactes são significativos, de longo prazo, irreversíveis e dificilmente mitigáveis, parece-nos que estamos claramente nos domínios de algo que dificilmente é compatível com os objetivos que tiveram na base da criação da referida servidão.

Qualquer intenção de minimizar os impactes resultantes da perda de biomassa vegetal, numa área com esta dimensão cujo objetivo é meramente economicista e de máximo lucro, resultarão sempre em meras intervenções com um nível cosmético que não resultam num impacte positivo muito significativo.

Por fim, é ainda de referir que esta é uma tecnologia que pode ser facilmente instalada em meio urbano e industrial, já ocupados e descaracterizados e degradados por atividades antrópicas, permitindo a produção de energia elétrica junto aos locais de consumo, o que permite reduzir significativamente os impactos ambientais da sua utilização e as perdas no transporte da energia por ela produzida, opção que se for associada com os incentivos adequados permitiria uma rápida penetração no mercado, colocando Portugal no pelotão da frente no aproveitamento de energias renováveis mas com baixos impactes ambientais. Esta deve ser a forma privilegiada de utilização da produção fotovoltaica e na qual se deve apostar em primeiro lugar.

24 de novembro de 2021

A Direção da ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável

RCM **n.º 6-B/2015**

"Portugal foi dos poucos países que elegeu, no primeiro período de cumprimento do Protocolo de Quioto (2008-2012), as atividades florestais como forma de compensar as emissões de GEE com origem noutros setores."

Li com atenção o PROT-A, o PNEC 2030, o RNC 2050 e a avaliação ambiental estratégica destes planos.

Nenhuma palavra, nenhuma frase sugere, indica ou justifica

- o abate de árvores protegidas

- a alteração do uso do solo dos espaços florestais ou neste caso específico a destruição duma floresta de produção gerida, integrada na estratégia portuguesa para enfrentar os desafios das alterações climáticas (Portugal's National Forestry Accounting Plan 2021-2025)

- a destruição duma floresta de eucaliptos (COS 2018) que se enquadra 100% nas estratégias nacionais: ENF, ENCNB 2030, CCV, …

- a destruição duma floresta que se enquadra 100% nos programas e planos nacionais, regionais e locais: PNPOT (integram-se ainda no **capital natural** os territórios **intensivamente florestados**…, PROTA-A, PDM(iii. Objetivo 3 –Gerir a atividade agrícola, pecuária e florestal de forma sustentável.), PROF-Alt, PANCD (Portugal tem compromissos assumidos no quadro da Agenda 2030 das Nações Unidas), PNEC 2030 e RNC 2050

- a destruição duma floresta com valor económico que foi o resultado duma ação governamental (Portucel, setor norte) no interesse público!

Também não foi indicado o Alentejo Litoral como localização dos novos electroprodutores!

https://ec.europa.eu/energy/sites/ener/files/documents/pt_final_necp_main_pt.pdf

"Por outro lado, a atual proposta de Plano de Desenvolvimento da Rede Nacional de Transporte de Energia Elétrica para o período 2018-2027, apresentada pelo Operador da Rede de Transporte em março de 2017, indica um conjunto de reforços de rede (entre outros, o eixo a 400 kV Falagueira-Fundão, a passagem a 400 kV do eixo Falagueira-Estremoz-Divor-Pegões e o eixo a 400 kV **Ferreira do Alentejo-Ourique-Tavira**) que permitem criar capacidade de rede para a integração de **novos centros electroprodutores**, nomeadamente os que utilizam fontes de energia renováveis."

DIRECTIVA 2011/92/UE

"7) A aprovação dos projectos públicos e privados que possam ter um impacto significativo no ambiente só deverá ser concedida após avaliação dos efeitos significativos que estes projectos possam ter no ambiente. Essa avaliação deverá efectuar-se com base na **<u>informação adequada</u>** fornecida pelo dono da obra e eventualmente completada pelas autoridades e bem como pelo público a quem o projecto seja susceptível de interessar."

No entanto, foi-nos apresentado um "estudo" da fauna e flora de péssima qualidade:

600 m² numa área de 1262 ha, um dia, no inverno!

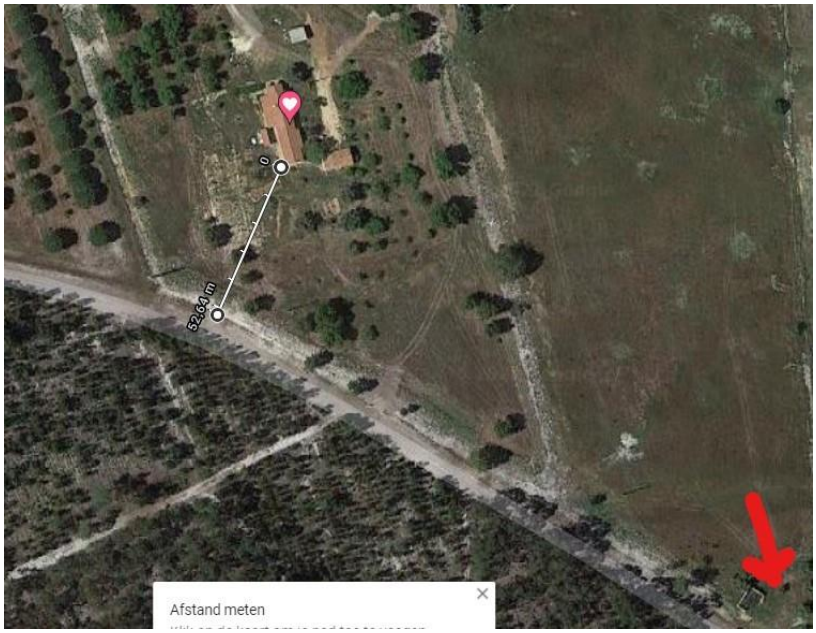
45 minutos e 30 minutos à barragem de "escuta"

O projeto tinha que ser reformulado fundamentalmente para minimizar os impactes negativos. Não perceberam bem?

- aumento da afetação do solo por valas (MAT com betão e MT via/caminho com betão), subestações
- aumento da impermeabilidade do solo
- aumento da altura das mesas dos painéis: 2,6 m
- aumento de movimentações de terra
- aumento da área coberta por painéis

O meu marido e eu comprámos dois terrenos adjacentes ao eucaliptal (sector norte) onde querem implementar a Central fotovoltaica. Um com habitação existente e um com habitação em ruínas

(consta no cadastro) para requalificar.



É a nossa residência permanente (Quinta do Troteado), somos **observadores permanentes**!

Parecer da Ca pág. 77: - Assegurar um maior afastamento e **a todas as habitações localizadas na envolvente do limite do projeto**, no mínimo de 200 m.

vermelho: habitação; azul: habitação em ruínas por requalificar, não foi considerada

Os painéis e o caminho interno ficam a menos de 100 me um acesso a poucos metros da ruína!

-Assegurar que o projeto contempla áreas para acomodar uma barreira visual (e zonas de sombra que esta possa vir a gerar) em todo o perímetro da área de implantação do projeto. Medidas para a barreira visual. Na proximidade de áreas habitadas como a povoação de Vale de Água e habitações dispersas **a faixa da cortina de vegetação deve ter 50 m de largura.** Nos restantes casos a barreira visual deve ter uma largura de cerca de 20 m

Não cumprido!

RS pág 93(reformulado)63

O sistema de vigilância CCTV é constituído por várias câmaras tipo Dome colocadas em lugares estratégicos sobre colunas **até 5 m de altura,** que filmam e transmitem imagens para os monitores da central de monitoração. Junto aos PT/INV e subestações serão ainda instaladas câmaras fixas. O sistema de CCTV deve fornecer imagens de alta qualidade tanto de dia, como no escuro. Serão instalados vídeo gravadores digitais que se encarregarão da receção dos sinais de vídeo e armazenamento em formato digital.

SOFV2109801BGME0001-Pág 17

Além dos componentes principais, o parque conta com uma série de componentes *standard*: sistema de monitorização, sistema de segurança, sistema de anti-incêndios, etc..

Relativamente ao sistema de segurança do parque, será instalada uma vedação cinegética perimetral. Em cada uma das entradas no parque, cada posto de transformação e cada subestação serão instaladas câmaras de videovigilância fixas. Adicionalmente serão instaladas câmaras DOMO com raio de alcance de 300 metros em pontos estratégicos do parque, preferencialmente ao longo dos caminhos internos da central, de modo maximizar a área do parque vigiada por estes equipamentos. Ambas se complementam e detetam possíveis entradas de pessoas não autorizadas na zona do parque fotovoltaico.

em verde: residência, em preto: habitação em ruínas

Amarelo: vedação; Vermelho: caminho interno; Azul: acesso

Não damos consentimento para ser filmados quando nos estamos no nosso jardim (24h/24h), é uma violação da nossa privacidade, é recolha de dados pessoas não-autorizada (RGPD)

https://www.uc.pt/protecao-de-dados/perguntas_frequentes/#videovigilancia

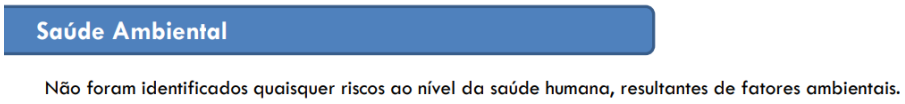
9.4 Quais são os locais onde não posso pôr câmaras?

…

As câmaras não podem incidir sobre a via pública ou a propriedade de terceiros.

…

RNT versão atual para "leitura mais fácil": informação falsa!



Pág.455/506 RT versão anterior

"As consequências de um incêndio, quer em obra, quer durante a exploração, são graves, resultando em contaminações da qualidade do ar, solo e qualidade da água, danos materiais graves e consumos de recursos, podendo mesmo causar danos irreversíveis na saúde humana."

Só há água da rede nos centros urbanos de São domingos e de Vale de Água, nos dependemos da boa qualidade da água dos furos e poços!

Não aceitamos este risco!

Não concordo com:

- a transformação dum espaço florestal numa -só existe uma descrição- numa zona industrial com qualidade visual muito baixa!

- a destruição permanente duma vaste área de eucaliptal que é um lugar de nidificação hibernação e migração (pombos selvagens, corvos, …)

- a instalação duma vedação que **não permita** a entrada de animais de grande porte, que é uma barreira intransponível para as comunidades faunísticas (uso de barreira de micro-ondas) e não contribui para a conectividade e a coerência ecológica da Rede Fundamental de Conservação da Natureza (afetação e fragmentação de habitats)

- Não concordo com a instalação duma vedação que **não permita** a entrada de pessoas, que fecha os caminhos utilizados desde décadas.

Temos a nossa casa a 50 metros do limite do projeto, estamos na primeira linha para ser prejudicados

- pela subida da temperatura devido

a) ao aquecimento do solo (entrelinhas, caminhos) e das áreas impermeabilizadas (ilha de calor)

b) à alteração do albedo

c) à destruição do microclima pela enorme desflorestação

- pela descida da humidade do ar, pela redução da quantidade de chuva
- pela intrusão visual e auditivo que o meu marido e eu consideramos inaceitável!
- pela descida da qualidade do ar (ficamos mais expostas às partículas emitidas pela indústria de Sines)
- pela afetação da qualidade da nossa água. A chuva não só traz água mas também muitos poluentes que ficam absorvidos pelas árvores, nenhum painel faz isso!
- desvalorização da nossa propriedade

A mera disponibilização dos terrenos não pode implicar um cheque em branco para ações com impactes negativos significativos e irreversíveis!

obrigada pela atenção,

Christel Avermaete

Participação do grupo ProtegeAlentejo1260ha no âmbito da Consulta Pública do Projecto Central Solar Fotovoltaica – THSiS - AIA nº3362

Somos um grupo cívico constituído em Março de 2021 – ProtegeAlentejo1260ha, com o objectivo de contestar e impedir a concretização do projecto THSiS. Este grupo inclui pessoas que nasceram e sempre viveram aqui, mantendo as suas actividades de sobrevivência, outros que optaram por esta freguesia para terem as suas habitações principais ou secundárias e alguns para investirem economicamente em áreas diversas.

Em Março de 2021 foi criada uma Petição Pública, a qual conta nesta data com 2 001(dois mil e uma) assinaturas.

https://peticaopublica.com/pview.aspx?pi=PT107035

Tanto a população como a APA têm direito a um Estudo de Impacto ambiental adequado e rigoroso!

O Parecer da Comissão de Avaliação incide sobre um EIA que peca sobretudo pela falta de rigor. A versão que originou este parecer é omissa, possui lacunas graves, faz referência a leis revogadas e é prolífico em conclusões absurdas. Verificamos que os dados fornecidos, quer em texto, quer em alguns quadros, não estão correctos. Assim, as medidas preconizadas para a reformulação do projecto têm por base um trabalho mal-executado e assente em critérios duvidosos.

A necessidade de reformulação do projecto foi imposta por este não ter em consideração aspectos de extrema importância. Os aspectos sobre os quais se pronunciaram as entidades consultadas deveriam ser vinculativas na execução da versão reformulada. No entanto, verificamos que muitas foram ignoradas, o que nos leva a questionar se as medidas minimizadoras constantes no projecto reformulado serão respeitadas.

Perante estes factos impunha-se que demostrássemos de forma clara e objectiva a incompatibilidade deste projecto com muitos dos Programas e Planos nacionais e regionais, bem como com compromissos assumidos no âmbito da política da União Europeia.

O trabalho desenvolvido e expresso neste documento visa acrescentar, corrigir e refutar algumas afirmações do EIA (versão anterior e a reformulada).

Nota: A informação do RT pág. 90 quer fazer-nos crer que não é necessário o parecer obrigatório e vinculativo da APA, verificamos que de acordo com a legislação isso não é verdade.

RT Pág. 90

"De acordo com a Portaria n.º 419/2012, de 20 de dezembro, a instalação do Projeto, corresponde no Anexo I da referida portaria, aos usos e ações que integram o Grupo II - Infraestruturas, alínea f) Produção e distribuição de eletricidade a partir de fontes de energia renováveis, e para este tipo de projeto não são exigidos requisitos específicos, ou seja, não será necessário obter um parecer obrigatório e vinculativo da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) (não se aplica o disposto no ponto 3 do Artigo 5º da Portaria n.º 419/2012, de 20 de dezembro)"

Portaria 419/2012

Anexo II

Carece de parecer obrigatório e vinculativo da APA, I.P., nos casos em que o uso ou ação se localize em:

i) Áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos;

…

m) Redes subterrâneas elétricas e de telecomunicações e condutas de combustíveis, incluindo postos de transformação e pequenos reservatórios de combustíveis

ECOLOGIA

Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2018 Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030

"…

Se é certo que 18 % do território continental está classificado como SIC, percebe-se a **relevância da restante área do país para o desígnio da conservação da natureza.**

…

a conservação da natureza não se esgota nestas áreas de valor excecional e que **entre elas há um efeito de rede, alicerçada em interconexões que têm de ser garantidas**. "

RT Pág. 363
RS Pág.166 (Reformulado)

"Entre as atividades mencionadas ressalvam-se as ações de desflorestação, desmatação, decapagem dos solos e limpeza. Estas ações vão originar impactes maioritariamente negativos na flora, vegetação e habitats"

Nota: Quando se utiliza apenas o termo "desmatação" num documento que se pretende de fácil leitura e compreensão como é o RNT, esta informação pode ser mal interpretada. Neste projecto é utilizado mesmo quando se trata de desflorestação. A APA preconiza que áreas de desflorestação superiores a 50 ha é obrigatório um Estudo de Impacte Ambiental, aquilo que não foi feito neste projecto.

https://siaia.apambiente.pt/AIADOC/PA402/anexo_iv_01_%20parecer%20ca_jun20162020761018 28.pdf

Importa aqui esclarecer que, quando se refere desmatação ou Plano de Desmatação, tal qual como acontece na DIA, se está a referir à retirada de toda a matéria vegetal, não pressupondo uma separação da desmatação (retirada de mato) da desarborização (retirada de árvores).

SOBREIROS

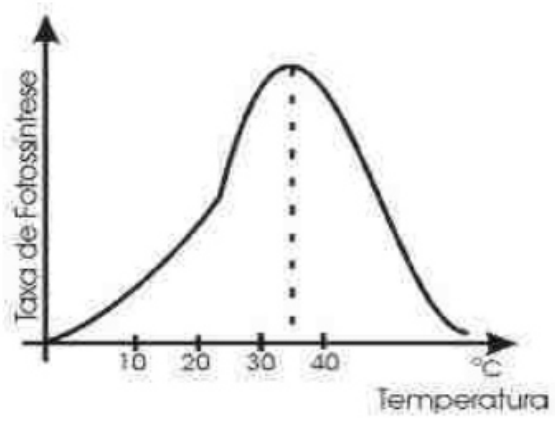
https://www.fcav.unesp.br/Home/departamentos/biologia/DURVALINAMARIAM.DOSSANTOS/TEXTO-27-FOTOSSINTESE-FATORES%20LIMITANTES-ECOFISIOLOGIA-2005.pdf

"O AUMENTO DA TEMPERATURA EM TODAS AS PLANTAS PROVOCA REDUÇÃO DA FLUIDEZ DA MEMBRANA, AFETANDO A CONFORMAÇÃO DAS PROTEÍNAS DE MEMBRANA, RESULTANDO NA REDUÇÃO DE SUA ATIVIDADE."

"Um estudo de Fthenakis V. & Yu Y. (2013) analisou as diferenças de temperatura entre os módulos solares e o ar circundante. Estes variam ao longo do ano, mas as temperaturas do módulo são consistentemente mais altas que as do ar circundante durante o dia. No entanto, este efeito dissipa-se entre os 5 a 18 m acima do solo, e num raio de 300 m na horizontal. "

Nota: Há que considerar o efeito cumulativo do aumento da temperatura causado pela desflorestação mais o aumento da temperatura causado pelos painéis fotovoltaicos (neste caso pode chegar aos 5 °C, numa situação destas podemos estar a falar de uma subida superior a 5 °C! Colocando em risco a própria fotossíntese.

https://www.sobiologia.com.br/conteudos/bioquimica/bioquimica17.php



Entretanto, a partir de temperaturas próximas a 40 °C, começa a ocorrer **desnaturação enzimática,** e a velocidade das reações tende a diminuir.

https://www.rederural.gov.pt/images/Noticias/Produtos_RRN/RevistaEmRede_6-final.pdf
André Vizinho Investigador no CE3C - Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa

MICROCLIMAS

Há microclimas a várias escalas e eles podem favorecer de forma muito significativa a ocorrência e produtividade das plantas. Árvores que necessitam de 1000mm de chuva por ano, como o Freixo, crescem em perfeitas condições em zonas com 500 mm anuais desde que estejam perto de uma linha de água. No Baixo Alentejo, a regeneração da azinheira nas zonas umbrias, ou seja, nas zonas de sombra situadas nos declives de encostas viradas a noroeste, é superior de 40 a 67% face às zonas a sul (Príncipe et al. 2014). Em zonas em que as árvores estão perto dos limites do seu envelope climático, plantar as árvores à sombra, nomeadamente de matos pode aumentar a taxa de sucesso em 50% (Smit, den Ouden, e Díaz 2007). Outra medida ainda, consiste em aumentar a densidade das árvores, pois a sombra de uma árvore diminui a temperatura de 2ºC a 5ºC, duplicando a taxa de regeneração das árvores (Raeissi e Taheri 1999; Pulido e Díaz 2005).

Nota: O microclima existente numa floresta mista (eucaliptos, sobreiros, pinheiros) favorece as espécies existentes, num processo de "simbiose", os sobreiros que se desenvolvem no interior de um eucaliptal tendem a ser mais resistentes e mais saudáveis. É exactamente esta condição que protege a espécie de ser exposta a temperaturas críticas.

Nota: No Inventário dos sobreiros não constam árvores com altura inferior a 2,4 m. No entanto foi-nos possível encontrar em Maio de 2021, no interior do eucaliptal da área de projecto, inúmeros sobreiros jovens com diferentes alturas, inferiores a 2,4 m. Omissão grave! No Projecto Reformulado mantiveram-se por identificar.

Em 29 de Junho de 2021 enviamos um email ao Sr. Engenheiro Guilherme Santos (ICNF) a dar conta desta situação, ao qual não obtivemos resposta.

https://photos.app.goo.gl/7SxGejemFFnFZzYk9 (link para várias fotos)

(assinalada a vermelho a zona explorada)

Imagem do Reformulado

RS Pág. 43 (Reformulado)

"Os exemplares isolados preservados, tendo para o efeito sido definida uma área de protecção correspondente ao dobro do raio da respectiva copa, sempre partindo de um mínimo de quatro metros."

Nota: A vida útil da Central Fotovoltaica é de 30 ou 60 anos, durante esse período o crescimento das árvores vai acontecendo e a zona de protecção não tem em consideração essa evolução com máxima hipótese de virem a sofrer poda destrutiva, devido à sombra projectada nos painéis.

RT Pág. 368

"A eficiência dos módulos fotovoltaicos está, entre outros factores, dependente das condições de insolação, condição que obrigará a uma condução do porte das espécies arbustivas e dos sobreiros que se preservaram e que em seu torno se desenvolvem."

Decreto-Lei n.º 169/2001 Artigo 15.º (Dec. Lei 155/2004)

"Poda

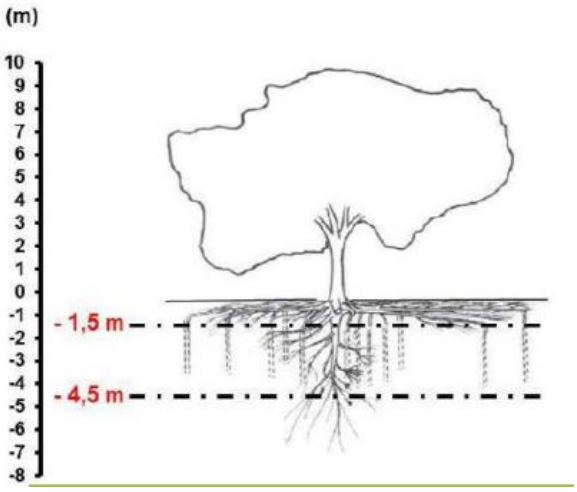
1 -" A poda de sobreiros e azinheiras carece de autorização das direcções regionais de agricultura, sendo permitida apenas quando vise melhorar as suas características produtivas"

Nota: O ICNF, I.P. só pode autorizar podas em sobreiros e azinheiras quando esta operação vise melhorar as características produtivas dos exemplares.

"Assim, o ICNF, I.P. não pode autorizar corte de ramos de qualquer ordem de que resulte mutilação das árvores, operação proibida pelo n.º 4 do artigo 17º. "

Nota: A poda que deriva do ensombramento dos painéis não visa a melhoria das características produtivas do sobreiro!

Nota: Valas de instalação de cabos (MAT – 150kV) com profundidade de cerca de 1,78m e cabos (MAT – 400kV) com 1,75m de profundidade mínima. Na fase de desactivação da central, as raízes dos sobreiros (dos que conseguirem sobreviver!) serão destruídas!



EUCALIPTOS

https://www.arcgis.com/home/webmap/viewer.html?url=https%3A%2F%2Fsigservices.icnf.pt%2Fserver%2Frest%2Fservices%2FBDG%2FPROF%2FMapServer&source=sd

Portaria 54/2019

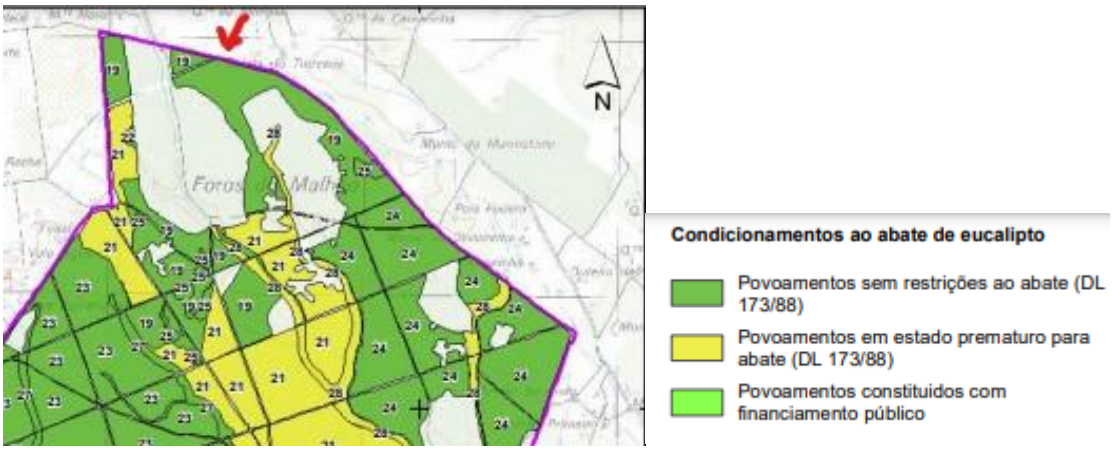
https://milliontrees.me/2011/02/04/biodiversity-another-myth-busted-2/

Como os eucaliptos são um dos principais alvos de erradicação, vamos nos concentrar na afirmação específica de que a floresta de eucaliptos é um "deserto biológico". Freqüentemente, somos informados de que "nada cresce" sob os eucaliptos e que eles não fornecem alimento ou habitat para insetos, pássaros e outros animais.

O professor Dov Sax (Brown University) testou essas afirmações enquanto estudante na UC Berkeley. Ele estudou a floresta de eucaliptos em Berkeley, Califórnia, e comparou-a com a floresta nativa da baía de carvalho. Ele encontrou pouca diferença na frequência e diversidade das espécies nesses dois tipos de floresta.
He reported his findings in Global Ecology and Biogeography*:
"A riqueza de espécies era quase idêntica para plantas de sub-bosque, invertebrados da serapilheira, anfíbios e pássaros; apenas os roedores tinham significativamente menos espécies em locais de eucalipto. Os padrões de diversidade de espécies ... eram qualitativamente idênticos aos da riqueza de espécies, exceto para invertebrados da serapilheira, que eram significativamente mais diversos em locais de eucalipto durante a primavera.

ICNF: PROF DO ALENTEJO | DOCUMENTO ESTRATÉGICO:

3. Algumas das espécies arbóreas com **interesse apícola** e que podem ser utilizadas na região são: Choupos (Populus sp.), **Eucaliptos** (Eucalyptus sp.),



Fotos realizadas no local assinalado com seta vermelha. (Abril 2021)

https://photos.app.goo.gl/XgPis7hZU4EHCu2g8 (link fotos)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/2019

"O setor florestal tem uma importância indiscutível na economia do País, ... Para além deste valor económico e social, o setor florestal apresenta também um elevado valor ambiental, em múltiplas vertentes.

…

Para além desta importância enquanto fonte de energia limpa, os espaços florestais fornecem externalidades ambientais positivas, como a manutenção dos solos, da biodiversidade, a regulação do clima e a retenção da água. Desempenham, tradicionalmente, funções de suporte a sistemas socio-ecológicos agros-silvopastoris e, mais recentemente, a floresta é também vista como proporcionadora de atividades ligadas ao lazer, ao bem-estar, à valorização e fruição da paisagem e ao turismo de natureza."

PINHEIROS

ADT pág.58

3.6.1. Apresentar o levantamento georreferenciado de todos os exemplares arbóreos do género *Quercus* e de pinheiros que apresentem porte significativo e que se encontrem na área de implantação dos painéis ou na sua proximidade e que se revelem importantes. As áreas onde ocorra regeneração natural e espécies vegetais exóticas invasoras devem ser identificadas e delimitadas na forma de polígonos. Às áreas onde ocorra regeneração natural e nas áreas onde se registe a presença de

Nota: O levantamento georreferenciado solicitado refere *Quercus* e pinheiros com porte significativo na área do projecto ou na sua proximidade. Não encontramos em nenhuma parte do projecto apresentado o levantamento georreferenciado dos exemplares de pinheiros-bravos e pinheiros mansos.

FLORA

RT Pág. 225

“

As campanhas de amostragem realizaram-se durante o mês de fevereiro de 2019. Os inventários decorreram sob condições ótimas de trabalho, para melhorar o rigor no levantamento das espécies, e foram executados por dois inventariadores experientes. ”

"…. Em cada curso de água a vegetação foi inventariada ao longo de uma unidade longitudinal discreta com 100 m de comprimento (segmento de amostragem)."

			20/02/2019					
urb/riz/bol /ces/ter/t oi/tre	Lenhosas	Ecologia	Va_1 Povoamento Florestal (eucaliptal)	Va_2 Povoamento Florestal (eucaliptal)	Va_4 Montado	Va_5 Montado	Va_3 Vegetação ribeirinha (juncal)	Va_6 Vegetação ribeirinha (juncal)
riz		Hig						20,00
arv	X	Ter		0,50				

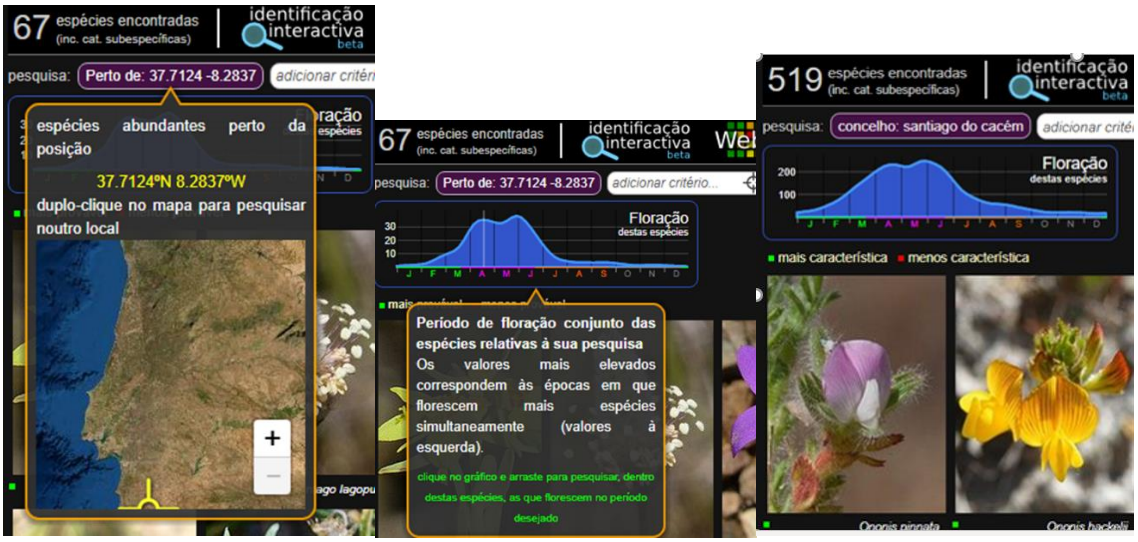
Nota: Tendo em consideração que falamos de um projecto cujo estudo incidiu numa área de 1576,62 hectares (15 766 200 m2!), o rigor desta amostragem é muito questionável. Os inventários realizaram-se sobre parcelas de 100 m2, apenas em 6 locais. 0,0038% da área total!, num único dia, em 20 de Fevereiro de 2019 (Inverno)!

- O segmento considerado de amostragem da vegetação, não permite a sua avaliação no que respeita ao montado e ao eucaliptal;

- O período de floração mais abundante (Primavera) não foi tido em consideração;

- A experiência dos inventariadores não fica provada, 0,06 hectares de um total de 1576,62ha. Num dia em Fevereiro, não é uma correcta caracterização e avaliação de conservação dos habitats e dos ecossistemas presentes!

- Para se avaliar a biodiversidade, os trabalhos de campo devem obedecer a uma calendarização que permita abranger diferentes fenologias, incluindo outonais, primaveris precoces e tardias e estivais.

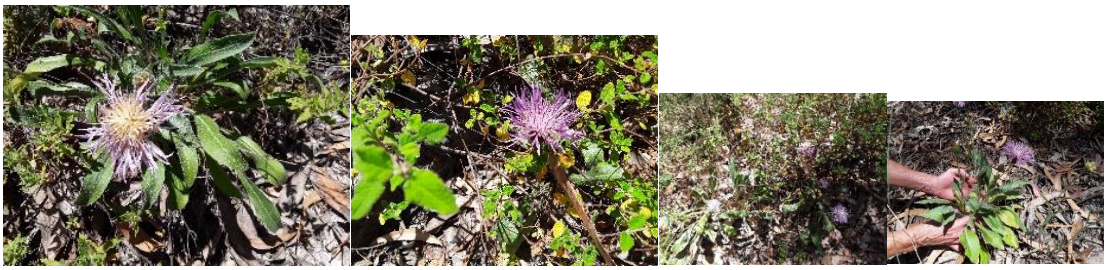


Nota: Durante o mês de Maio fizemos 3 saídas de campo na área do projecto, constatámos que havia uma enorme diversidade de espécies em flor e em crescimento, o que contrasta com o que lemos no projecto. https://photos.app.goo.gl/XgPis7hZU4EHCu2g8 (link fotos)

https://www.researchgate.net/publication/302924687_Guia_de_Orquideas_Silvestres

(foto tirada em 15/5/2021)

"É obrigatório também lembrar que todas as espécies de orquídeas portuguesas estão protegidas e ameaçadas. Não apanhem as flores, admirem-nas, fotografem-nas, mas deixem-nas ficar para serem polinizadas e assegurarem a continuação da sua existência." **Carlos Rocha Pereira** (Amigos do Montado)



Sacamalo *Anarrhinum bellidifolium*

lilianasilva | Maio 19, 2021 | 2 Grau de Pesquisa

Santiago do Cacém, Portugal (Google, OSM)

Ver observação

(foto tirada em 15/5/2021) Halimium lasianthum

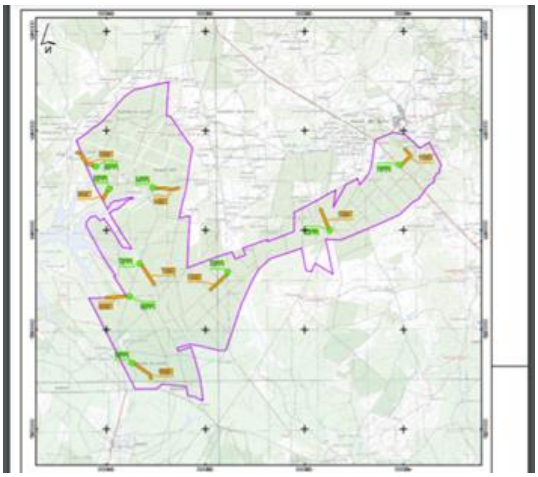
FAUNA

Nota: Podemos exemplificar a ausência de método na caracterização e distribuição da Fauna, com:

RT Pág. 24
"Ao nível da fauna procedeu-se à caracterização e distribuição sazonal das diferentes espécies de fauna terrestre."

5.7.4
"Foi realizada **uma saída de campo no dia 22 de Janeiro de 2019** para prospetar os biótopos existentes e identificar a utilização dos mesmos pelas espécies ocorrentes ou potencialmente ocorrentes. "

"Para a **avifauna** seleccionaram-se pontos de amostragem para a amostragem visual e auditiva, permanecendo **cinco minutos em cada ponto** e registando as espécies detetadas (Bibby et al., 1992). O ponto de observação de **aves aquáticas**, realizado junto à albufeira de Fonte de Cerne, teve a duração de **30 minutos**"



"Nove transetos e nove pontos de escuta de aves"

Nota: Não será nas áreas lavradas ou desprovidas de vegetação que se podem encontrar a presença/ ninhos de águias ou de outras espécies de aves ameaçadas...

Na verdade, não é possível aceitar que em apenas um dia, durante curtos períodos de tempo (5 e 30 minutos!) e fora dos períodos de nidificação e migração se consigam elementos suficientes para o objectivo que se pretende: a caracterização e distribuição das várias espécies, ignorando a sazonalidade.

RT Pág. 241
"uma área crítica para as aves de rapina, associada à presença de ninhos de águia de Bonelli, a cerca de 5,5 km a oeste da área de estudo"

RT Pág. 245
"a águia de Bonelli no **Alto** Alentejo nidifica maioritariamente em árvores (nomeadamente em eucalipto), sendo que o ninho da espécie mais próximo da área de estudo localiza-se a cerca de 9 km a oeste da mesma. Esta espécie classificada como "Em perigo" tem ocorrência provável na área, embora não se conheça nidificação na área de estudo ou que esta seja utilizada frequentemente como área de alimentação. Contudo, no caso desta espécie utilizar alguma zona da área de estudo, será apenas de **passagem** e de forma pontual;"

Nota: A presença de águias durante a Primavera e Verão é um facto observável nesta zona do **Alentejo Litoral**. É ridículo pensar que se prevê com algum rigor o local de passagem das aves e garantir que não nidificam na área de estudo.

Aparentemente não foram efectuadas diligências junto da SPEA.

https://noctula.pt/aquila-a-life-o-projeto-europeu-de-reabilitacao-e-conservacao-da-aguia-de-bonelli/

As 3 principais ameaças a esta espécie são:

- O desaparecimento do seu habitat devido **às mudanças no uso dos solos**. Esta ameaça no Nordeste Transmontano leva à diminuição das presas e **a Sul** traduz-se no corte de grandes árvores, provocando o desaparecimento dos locais para os ninhos.

- A perturbação na época de reprodução, de Dezembro a Junho. Esta espécie é particularmente sensível à presença humana em redor dos ninhos durante esta fase.

- A eletrocussão em linhas elétricas de média e alta tensão que afeta tanto os adultos como os jovens.

http://www.thenavigatorcompany.com/var/ezdemo_site/storage/original/application/ca061dc63fddfc3dd66e1157125d125e.pdf

AVIFAUNA

RT Pág. 249

"O valor da área de estudo para este grupo refere-se sobretudo às espécies florestais. As áreas florestais poderão constituir um território de caça para várias aves de rapina (e.g., águia-cobreira [Circaetus gallicus], águia-calçada [Hieraaetus pennatus] e águia-de-asa-redonda [Buteo buteo]). A presença de pequenas áreas de montado abandonado pode favorecer a presença de espécies associadas a matos, como a toutinegra-dos-matos (Sylvia undata). A área estudada para a implantação do Projeto apresenta um valor médio para este grupo faunístico."

Águia calçada

Habitat

http://naturlink.pt/article.aspx?menuid=55&cid=3090&bl=1&viewall=true

Prefere os bosques abertos, frequentando, sobretudo os **montados de sobro** (*habitat* mais clássico da espécie no nosso país), associados ou não a pinheiro (tanto o **pinheiro-bravo** *Pinus pinaster*, como o pinheiro-manso *P. pinea*), aos **pinhais** e, com menor frequência, os montados de azinho (Rufino, 1989). No Norte e Centro do País também pode frequentar outras estruturas florestais, como sejam os carvalhais de carvalho-negral *Quercus pyrenaica*. A sua área vital estende-se às zonas abertas com mato, com culturas arvenses e pousios.

Águia-cobreira *(Circaetus gallicus)*

http://www.avesdeportugal.info/avesdeportugal-alfab.html

Reprodução

Reproduz-se em campos abertos e áridos com montanhas ou áreas arborizadas dispersas.

O seu ninho é uma imponente construção no cimo de uma árvore.
A postura de um único ovo é realizada nos princípios do mês de Abril.

https://www.parquebiologico.pt/animais-plantas/fauna/aves/item/aguia-cobreira

Nota: No relatório técnico do projecto as espécies "quase ameaçadas" como a Águia-calçada (Aquila pennata); a Águia-cobreira (Circaetus gallicus), são referidas como usando este território apenas para caça. No entanto tanto a águia-calçada, que tem como habitat montados de sobro, associados ou não a pinheiro (bravo ou manso), como a águia-cobreira

cujo habitat tanto pode ser em campos abertos e áridos com montanhas como em áreas arborizadas dispersas, utilizam-no também para nidificação.

Confirma-se a presença de um casal e uma cria de águia de Bonelli e um outro exemplar, a qual se supõe ser da espécie águia-de-asa-redonda, de acordo com informação da SPEA.

https://photos.app.goo.gl/BCqCCvHighRtfwgJ7 (link fotos)

CEGONHA-BRANCA

Foto de ninho de cegonha-branca, Maio 2021
(dista 199,86m da área do projecto)

https://zap.aeiou.pt/aves-morrer-parques-solares-340277

Este artigo refere-se a centrais solares com painéis fotovoltaicos

"….

De acordo com um estudo de 2016, pioneiro sobre o assunto, estimou-se que centenas de parques solares de grande escala nos Estados Unidos poderiam matar aproximadamente **140 mil pássaros por ano.**
…

Uma das principais teorias é que o brilho emitido pelos painéis fazem com que os pássaros os **confundam com lagos.** Ao mergulhar no falso lago, acabam por colidir fatalmente com os painéis solares."

RT Pág. 376

Em parques solares nos EUA foi detetada mortalidade de espécies aves aquáticas ou que recorrem frequentemente a ambientes aquáticos, facto que consubstanciou a hipótese do efeito lago, em que as aves podem ser enganadas pela presença de painéis assumindo-os como uma superfície de água (Kosciuch *et al.*, 2020).

ADT Pág. 36

3.5.2 Alerta-se para a existência de área de invulgar dimensão criada pelos painéis fotovoltaicos a instalar, o que poderá resultar no chamado "efeito de lago",

…

Assim, considerando que este aspecto não foi abordado no EIA, devem ser apresentadas medidas de minimização, tendo por referência os valores acima indicados ou justificar a ausência destas medidas, se tal não for possível.

RT Pág. 377

Tendo em consideração a escassez de dados de mortalidade de aves em centrais solares e a escassez dos mesmos a nível europeu, verifica-se que não seria correto extrapolar valores de mortalidade para a área do projeto. Deste modo, identifica-se um potencial impacte, mas que não se encontra comprovada na bibliografia a sua causa nem qual a sua significância pelo que este projeto deverá contribuir para o estudo deste impacte através da monitorização do mesmo.

….

no Relatório Técnico

Revendo-se a avaliação do impacte efetuada anteriormente à luz do acima descrito, conclui-se que este é um impacte que se prevê provável, negativo, permanente, local, de longo prazo, direto, irreversível, de magnitude moderada, pouco significativo a significativo (caso sejam afetadas espécies de estatuto de conservação desfavorável). Este é um impacte não minimizável pois dadas as dúvidas sobre os fatores que o causam não existem à data medidas eficazes para o minimizar, recomenda-se, contudo, a monitorização deste impacte durante a fase de exploração de forma a aferir a sua real significância, pelo que se propõe um plano de monitorização especificamente dedicado a este impacte.

Nota: De acordo com o Princípio da Precaução impõe-se inverter o ónus da prova: o promotor deve fazer prova que o impacte previsto é desprezível. É inaceitável que se considere como medida de minimização monitorizar ao cadáveres das aves, assim como classificar de pouco significativa a forma como as espécies serão afectadas (RNT).

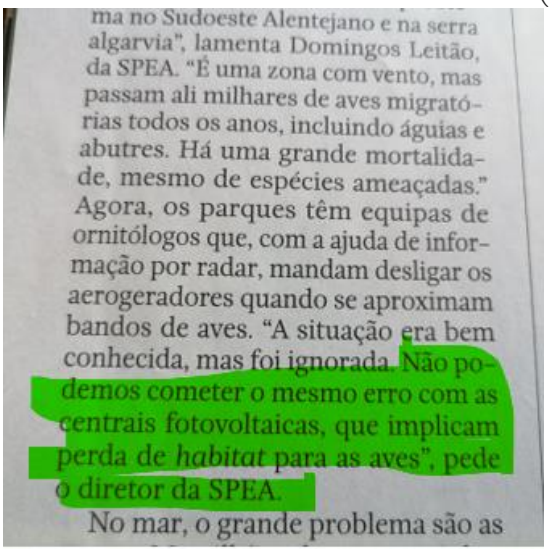
RT Pág. 378
"A presença da Central Fotovoltaica poderá constituir uma barreira ao voo para algumas espécies de aves (Harrison et al., 2016). E é ainda possível que ocorram episódios de mortalidade por colisão de aves e morcegos por colisão com as estruturas do Projeto (Harrison et al., 2016)."

Cegonha electrocutada devido ao nevoeiro durante a noite (ou madrugada) de 16 para 17 Julho de 2021. É evidente o risco que tal situação pode representar, quando ocorre em terrenos com mato, mais sujeitos a incêndios.

Nota: As condições climatéricas, na área do projecto, caracterizam-se ao longo de todo o ano por nevoeiros persistentes devido ao elevado grau de humidade. Estas condições são aliás referidas no Relatório Técnico, na pág. 251. Inserimos link com fotos que comprovam as condições referidas, tiradas entre o mês de Abril e o mês de Novembro de 2021.

https://photos.app.goo.gl/NzrN2b1H4JCCkxPZ9 (link fotos)

Revista Visão nº1475 Dossier Verde (10/6/2021)



ma no Sudoeste Alentejano e na serra algarvia", lamenta Domingos Leitão, da SPEA. "É uma zona com vento, mas passam ali milhares de aves migratórias todos os anos, incluindo águias e abutres. Há uma grande mortalidade, mesmo de espécies ameaçadas." Agora, os parques têm equipas de ornitólogos que, com a ajuda de informação por radar, mandam desligar os aerogeradores quando se aproximam bandos de aves. "A situação era bem conhecida, mas foi ignorada. Não podemos cometer o mesmo erro com as centrais fotovoltaicas, que implicam perda de *habitat* para as aves", pede o diretor da SPEA.

No mar, o grande problema são as

Grupo faunístico	Confirmada em trabalhos de campo	Pesquisa bibliográfica			Total espécies	Espécies com estatuto (VU, EN, CR)*
		Muito provável	Provável	Pouco provável		
Aves	29	14	65	5	113	10

Nota: Se apenas em 30 minutos foram observadas 29 ocorrências, podemos supor que em observações durante o período de migração e nidificação, cujo tempo de observação fosse adequado/alargado, seria possível observar um número muitíssimo elevado de ocorrências. Consideramos que dada a proximidade da Barragem de Campilhas e de Morgavel esta zona é igualmente importante para as aves com estatuto critico.

MORCEGOS

ICNF

https://www.icnf.pt/api/file/doc/e2011e662cfaf595

Os morcegos podem abrigar-se numa grande diversidade de locais, mas os mais importantes são as árvores, edifícios e cavidades subterrâneas, como grutas e minas abandonadas. Algumas espécies ocupam árvores, outras preferem grutas, e algumas movem-se entre árvores e abrigos subterrâneos consoante o clima e a estação do ano. Muitas espécies …

A distribuição, diversidade e densidade de morcegos em florestas pode ser afectada pela competição por um número limitado de abrigos. A gestão de uma floresta deve manter ou melhorar as populações de morcegos, e para tal é necessário conhecer as espécies presentes e saber onde se abrigam e caçam. É também importante compreender os efeitos da gestão da floresta nos morcegos.

Parecer da APA (Abril 2021) Pág. 40

"Refere o RS do EIA que, de acordo com as informações disponibilizada pelo então Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB, 2010), não são conhecidos na área de intervenção do projeto, ou na sua envolvente próxima (buffer de 2 km), abrigos de morcegos de importância nacional, regional ou local. "

Nota: Na área do projecto existem inúmeras ruínas, poços e habitats de muitas espécies. Não admira que se afirme a inexistência de quirópteros, uma vez que o "trabalho de campo" relativo à Fauna incidiu apenas sobre 600m2.

RS Pág. 176 (Reformulado)

"No entanto, estudos realizados no Reino Unido confirmaram um decréscimo da atividade de morcegos em Centrais Fotovoltaicas, quando colocadas em zonas agrícolas (Montag et al., 2016). Embora não seja o caso da Central Solar Fotovoltaica em análise (visto que a ocupação se revela maioritariamente florestal - Eucalipto), assume-se que o impacte sobre a comunidade dos morcegos será negativo e pouco significativo."

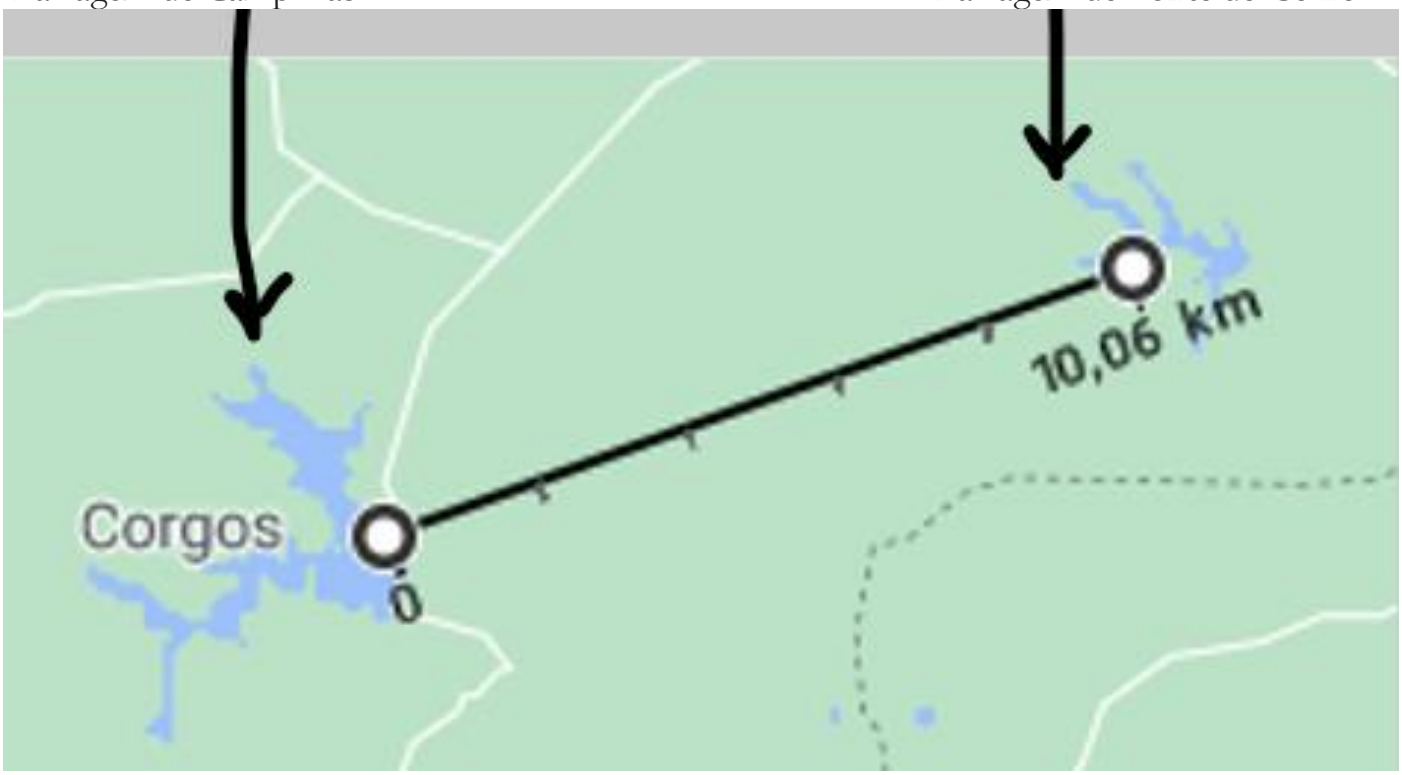
Nota: Só pode ser uma piada!

https://siaia.apambiente.pt/AIADOC/AIA3388/t04419_02_vol1-2_cap6-7_v1_10032021_final2021325205810.pdf (consulta pública LMAT **Cercal**)

RT Pág. 147

"… uma área crítica para as aves de rapina, associada à nidificação da Águia-de-Bonelli i; tendo sido também identificada, durante os levantamentos de campo uma área crítica para aves aquáticas, associada à Albufeira de Campilhas…"

Barragem de Campilhas Barragem de Fonte de Serne



Nota: A barragem de Fonte de Serne e a de Campilhas distam apenas 10km. O projecto tem nas suas envolventes áreas protegidas: Rede Natura 2000 (a 2km); Área nuclear do litoral (12,5km).

https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:52018XC0618(02)&from=RO

Energy transmission infrastructure projects may require the clearance of land and the removal of surface vegetation (often referred to as direct land-take). Through this process existing habitats may be altered, damaged, fragmented or destroyed. The scale of habitat loss and degradation depends on the size, location and design of the project and the sensitivity of the habitats affected.

It is important to note that, whilst the actual land take may seem limited, the indirect effects could be much more widespread, especially where developments interfere with hydrological regimes or geomorphological processes, and water or soil quality. Such indirect effects can cause severe habitat deterioration, fragmentation and loss, sometimes even at quite a distance from the actual project site.

3.3.2. *Disturbance and displacement*

Disturbance of species in their habitual breeding, feeding or resting sites, as well as along migration routes, can lead to displacement and exclusion, and hence loss of habitat use. The species may be displaced from areas within and around the project site due for instance to increased traffic, presence of people as well as noise, dust, pollution, artificial lighting or vibration caused during or after the construction works.

The scale and degree of disturbance, and the sensitivity of the species affected, determines the significance of the impact, as does the availability and quality of other suitable habitats nearby that can accommodate the displaced animals. In the case of rare and endangered species even small or temporary disturbances can have serious repercussions for their long term survival in the region.

LINCE IBÉRICO

28/5/2021

O número total de exemplares em Portugal e Espanha ascende a 1.111, entre indivíduos adultos ou subadultos e as crias nascidas em 2020, revelou hoje o Ministério espanhol para a Transição Ecológica e Desafio Demográfico (MITECO).

O Grupo de Trabalho do Lince, coordenado pelo MITECO, revelou no seu último relatório o melhor balanço dos últimos 20 anos sobre o estado das populações ibéricas desta espécie de felino Em Perigo de extinção.

Desde que em 2011 começaram as primeiras soltas de linces na natureza, de animais nascidos em cativeiro, até 2021, foram reintroduzidos 305 exemplares. "Igualmente importante é que é elevada a sobrevivência e aclimatação dos animais reintroduzidos em todas as áreas de reintrodução seleccionadas."

https://observador.pt › 2020/03/06 › mais-um-casal-de-...

Mais um casal de lince-ibérico a viver livre na natureza ...

06/03/2020 — Um casal de **lince-ibérico** vai ser libertado esta sexta-feira no Vale do ... isolamento na zona de **Vila Nova** de **Milfontes**, concelho de Odemira, ...

ICNF, 2017 © - Reintrodução na Península Ibérica e dispersão conhecida de exemplares de lince entre Espanha e Portugal

Nota: Programa Life+Iberlince

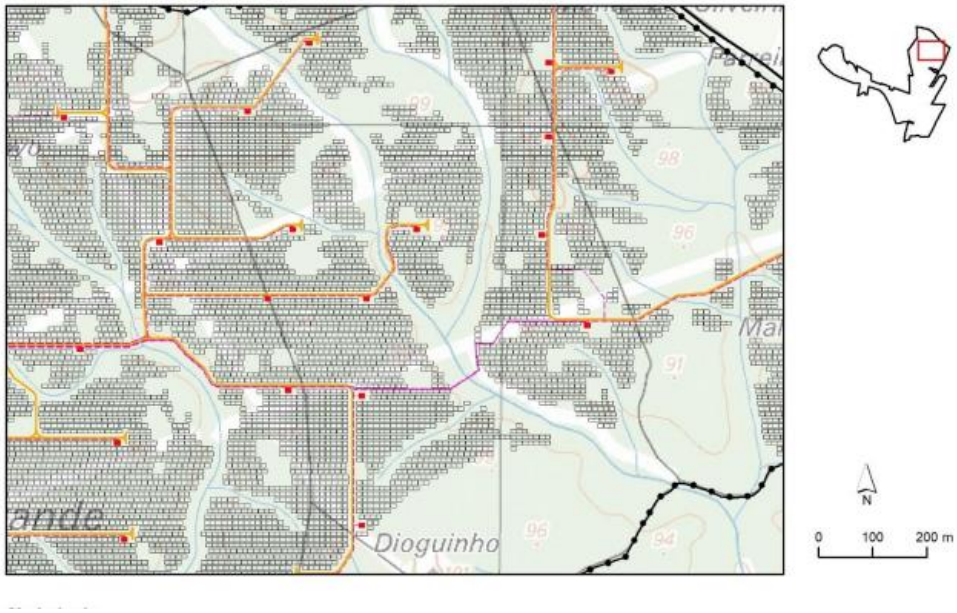
Uma grande parte da área do projecto (Foros do Malhão) é um habitat ideal para o Lince-Ibérico, trata-se de uma floresta mista com sobreiros, pinheiros e matos altos; espaços abertos e galerias ripícolas. Não podemos descurar o facto de ser esta região, até aos anos 70, um habitat por excelência desta espécie.

ALTERAÇÃO AO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

RS Pág. 52 (Reformulado)

"15. Proceder a reconfiguração do traçado dos caminhos (inerentes ao projeto e que se desenvolvem no interior da sua área), assim como de valas de cabos, de modo a não intercetem as linhas de água"

Figura 3.15 – Imagens elucidativas dos atravessamentos às linhas de água.



Nota: Nas imagens seguintes assinalamos quase todos os outros atravessamentos de linhas de água que não são mostrados no RS Reformulado e que têm fundação de betão.

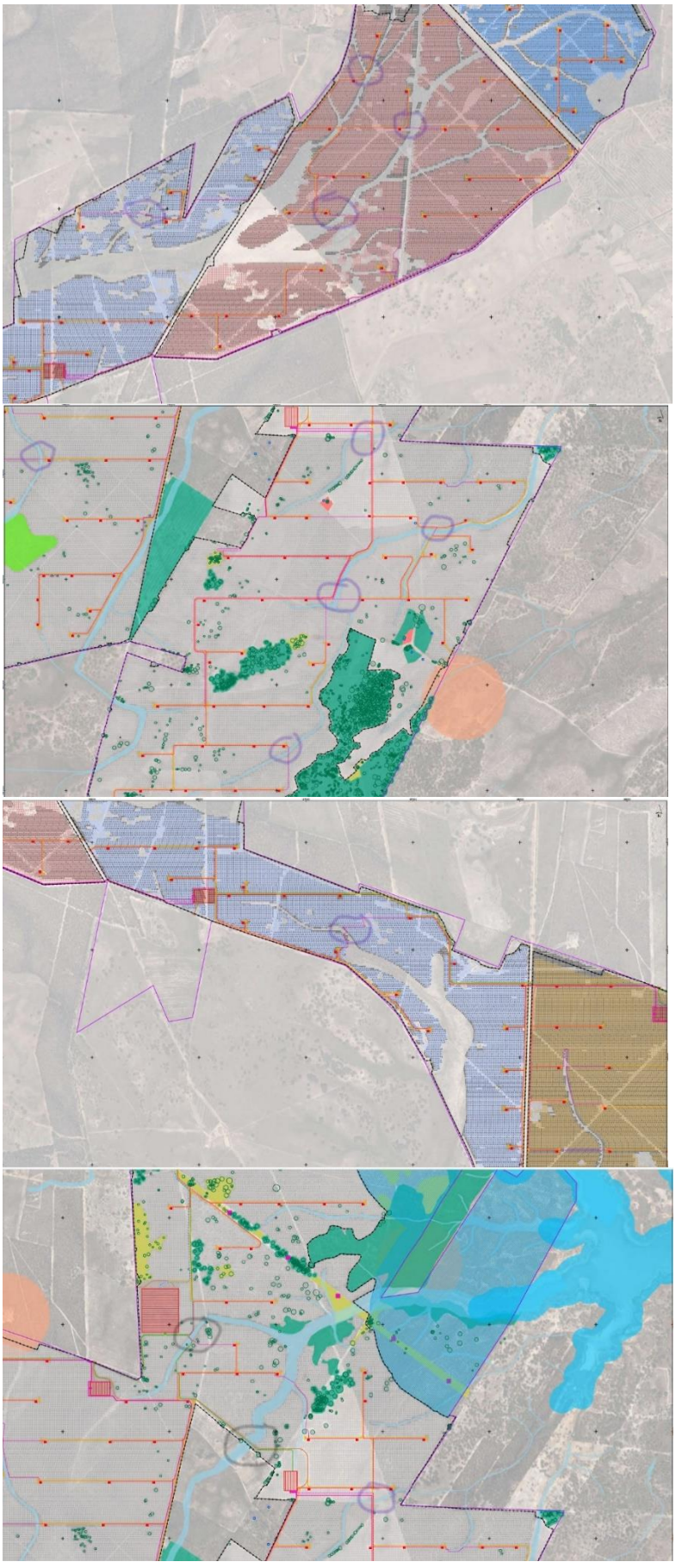
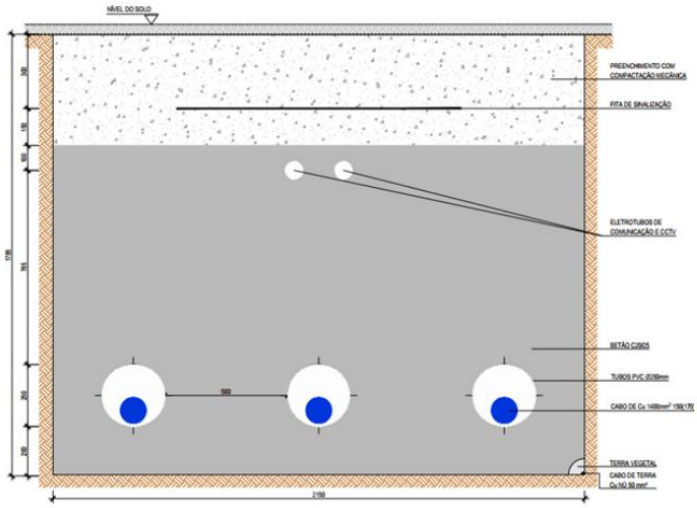


Figura 4.11 – Perfil da vala para cada linha de MT que se prevê instalar.



Nota: A cor cinzenta indica o betão.

IMPERMEABILIZAÇÃO

RS Pág. 123 (Reformulado)

"Destas áreas, a maioria não será área a **impermeabilizar** estimando-se apenas cerca de 3 ha de área impermeabilizada o que configura uma percentagem inferior a **0,23% da área total vedada**."

RS Pág. 150 (Reformulado)

"Em relação à **área impermeabilizada** pelas subestações, inversores e alguns caminhos, esta corresponde a **0,5% do total** da área vedada da Central Fotovoltaica, o que se considera um impacte pouco significativo."

Nota: Afinal são 0,23% ou 0,5% ? Pensamos que ambas as percentagens estão erradas! No cálculo não foram considerados os edifícios existentes que não têm quotas (Emeritas) e as valas MAT 150/400kV (uso de betão).

MOVIMENTAÇÃO DE TERRAS

RS Pág. 25 (Reformulado)

Quadro 3.6 - Movimentação geral de terras prevista na construção da Central Fotovoltaica THSiS (Projeto anterior e atual).

Infraestrutura do Projeto	Projeto anterior (Fase EIA)			Projeto atual		
	Volume de escavação	Volume de aterro	Balanço do movimento de terras	Volume de escavação	Volume de aterro	Balanço do movimento de terras
Área dos Módulos fotovoltaicos, incluindo a vedação*	NA	NA	NA	24 154 m³	16 908 m³	7 246 m³
Inversores/Postos de Transformação	2 013 m³ (decapagem)	0	2 013 m³	25 072 m³	6 320 m³	18 751 m³
Valas cabos 30 kV	18 816 m³	17 876 m³	941 m³	8 324 m³	2 099 m³	6 225 m³
Valas cabos 150 kV	8 978 m³	6 398 m³	2 580 m³	912 m³	730 m³	182 m³
Valas cabos 400 kV	875 m³	481 m³	395 m³	55 691 m³	10 229 m³	45 462 m³
Vala cabos CCTV	2 388 m³	2 269 m³	119 m³	9 311 m³ (decapagem) 9 311 m³ (escavação)	4 655 m³	9 311 m³ 4 655 m³
Rede de novos acessos com colocação de tout-venant	3 431 m³ (decapagem)	514 m³	2 917 m³	13 931 m³ (decapagem) 13 931 m³ (escavação)	6 965 m³	13 931 m³ 6 965 m³
Subestações intercalares	2 400 m³ (decapagem) 2 360 m³ (escavação)	360 m³ 236 m³	2 040 m³ 2 124 m³	24 154 m³	16 908 m³	7 246 m³
Subestação principal	9 000 m³ (decapagem) 2 345 m³ (escavação)	1 350 m³ 235 m³	7 650 m³ 2 210 m³	25 072 m³	6 320 m³	18 751 m³
Parque de baterias	4 425 m³ (decapagem)	663 m³	3 762 m³	NA uma vez que as baterias foram incluídas no recinto das SE intercalares		
Estaleiros e áreas de apoio complementares*	2 069 m³	2 069 m³		11 624 m³	11 624 m³	
TOTAL			26 751 m³			98 347 m³ (2)

RS Pág. 114 (Reformulado)

Quadro 4.8 - Movimentação geral de terras prevista na construção da Central Fotovoltaica THSiS.

Infraestrutura do Projeto	Volume de escavação	Volume de aterro	Balanço do movimento de terras
Área dos Módulos fotovoltaicos, incluindo a vedação*	NA	NA	NA
Inversores/Postos de Transformação	2 246 m³	0	2 246 m³
Valas cabos 30 kV	24 154 m³	16 908 m³	7 246 m³
Valas cabos 150 kV	25 072 m³	6 320 m³	18 751 m³
Valas cabos 400 kV	8 324 m³	2 099	6 225 m³
Vala cabos CCTV	912 m³	730 m³	182 m³
Rede de novos acessos com colocação de tout-venant	55 691 m³ (decapagem)	10 229 m³	45 462 m³
Subestações 30/150 kV	9 311 m³ (decapagem) 9 311 m³ (escavação)	4 655 m³	9 311 m³ 4 655 m³
Subestação 150/400 kV	-13 931 m³ (decapagem) 13 931 m³ (escavação)	6 965 m³	13 931 m³ 6 965 m³
Parque de baterias	N.A. uma vez que as baterias foram incluídas no recinto das SE intercalares		
Estaleiros e áreas de apoio complementares*	11 100 m³	11 100 m³	
TOTAL			98 347 m³ (2)

Nota: Apetece dizer: descubra as diferenças!

O aumento do volume anterior para o actual é de…71 596m3! E não é possível identificar onde se vão verificar essas movimentações de terras.

RT Pág. 136

Características das valas de cabos:

- Vala cabos (30 kV): 26 134 m (comprimento) x 1,2 m (prof) x 0,6 m (largura);
- Vala cabos (150 kV): 5 611 m (comprimento) x 2 m (prof) x 0,8 m (largura);
- Vala cabos (400 kV): 547 m (comprimento) x 3,5 m (prof) x 1,5 m (largura);
- Vala cabos (CCTV): 48 075 m (comprimento) x 0,2 (prof.) x 0,25 m (largura).

RS Pág. 21 (Reformulado)

Quadro 3.1 – Principais diferenças entre o Projeto atual e o Projeto anterior.

Componente		Projeto anterior (Fase EIA)	Projeto atual
Módulos fotovoltaicos		2 164 736 módulos	1 986 687 módulos
Acessos		261 500 m²	227 310 m²
Valas de Cabos	30 kV	38 340 m (comprimento) x 1,05 m (prof) x 0,6 m (largura)	38 340 m (comprimento) x 1,05 m (prof) x 0,6 m (largura)
	150 kV	6 533 m (comprimento) x 1,78 m (prof) x 2,15 m (largura)	6 533 m (comprimento) x 1,78 m (prof) x 2,15 m (largura)
	400 kV (de ligação ao ponto de interligação)	723 m (comprimento) x 1,78 m (prof) x 1,74 m (largura) x 3	723 m (comprimento) x 1,78 m (prof) x 1,74 m (largura) x 3
CCTV		48 075 m (comprimento) x 0,2 (prof.) x 0,25 m (largura)	3 802 m (comprimento) x 0,6 (prof.) x 0,4 m (largura)

Nota: Os dados inseridos no quadro comparativo, correspondentes à fase EIA são diferentes dos mencionados no RT do projecto anterior!

USO DO SOLO

PROT-A

Declaração de Rectificação n.º 30-A/2010

"35 — Em termos de desenvolvimento sustentável agro- -florestal consideram -se as seguintes orientações para **uso dos espaços agrícolas e florestais**:

a) **Preservar** todas as áreas com potencialidades para a agricultura, nomeadamente, **as áreas afectas à actividade agrícola e florestal,"**

…

f) **Proibir ou condicionar** usos alternativos nos solos que apresentam aptidão e potencialidades para a prática de actividades agrícolas, nomeadamente os que integrem o regime da RAN, os ocupados com sistemas **produtivos integrados em fileiras estratégicas**, bem como, os que se encontrem devidamente infra-estruturados para o regadio ou **tenham sido sujeitos a investimentos sectoriais públicos significativos;**

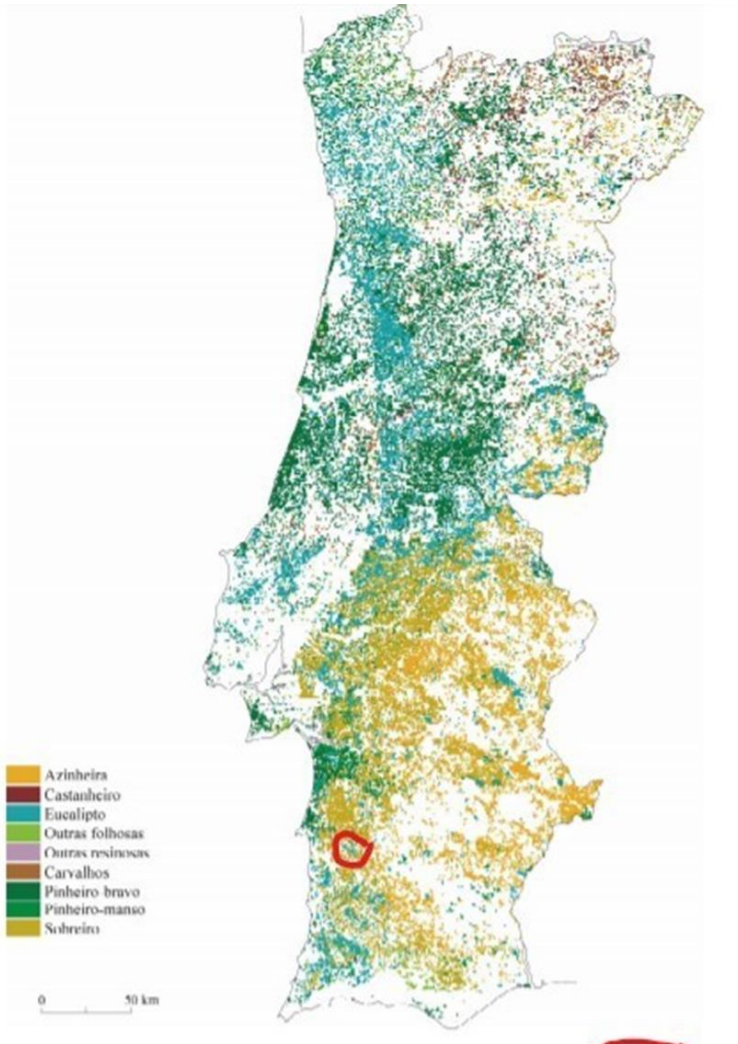
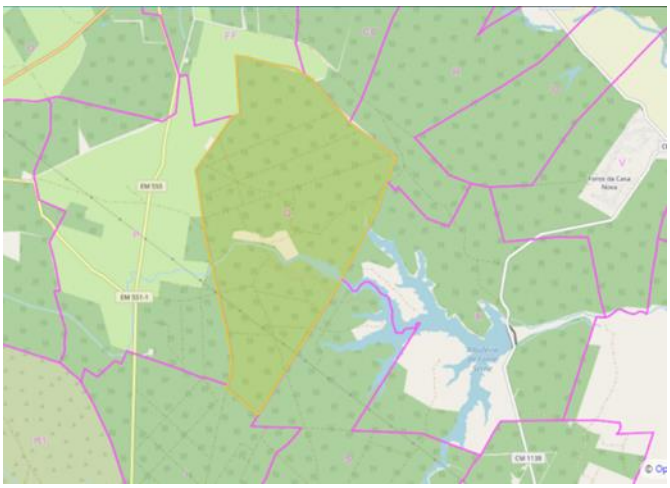


Fig.8 – Recursos florestais. Fonte Uva, DGF 1995.

Situação antes da privatização das Florestas

Nota: A Socel foi nacionalizada pelo Dec. Lei nº221-B/75 de 9 de Maio, dando origem à Portucel E.P e mais tarde à Navigator Company.

a) Socel – Soc. Industrial de celulose # Portucel EP/SA(privatização RCM nº112/2006) # Navigator Company (em 2018 dá-se a fusão da Portucel Florestal com a Eucaliptusland, sendo que nessa data e de acordo com um balanço datado de 23 de Julho desse ano, constam verbas de activos correntes do Estado e outros entes públicos).



Matriz Q – Artº 1 (Código de acesso PA- 2205-98860-150909-000001)

Identificação da Natureza e Espécie dos Actos:
Reconhecimentos

Descrição do Acto:
Assinaturas na qualidade de administradores de Eucaliptusland - Sociedade de Gestão de Património Florestal, S.A., e de Portucel Florestal - Empresa de Desenvolvimento Agro-Florestal, S.A.

Identificação dos Intervenientes:
Nuno Miguel Moreira de Araújo Santos — Cartão de Cidadão: 08937575 0ZY6
José Fernando Morais Carreira de Araújo — Cartão de Cidadão: 06577484 1ZY0

Executado a:
02-08-2018

Registado a:
02-08-2018

Número de Registo:
3169457

Pode verificar a validade deste documento acedendo à página de internet www.solicitador.org na opção "Validação de documento"

b) Constam dos relatórios de contas da empresa:

Subsídios do Governo

Subsidios à exploração

Subsidios relacionados com activos biológicos

Subsidios relativos a licenças de emissão de CO2

Subsídios ao investimento não reembolsáveis

Subsídios ao investimento reembolsáveis

PROGRAMA REGIONAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL ALENTEJO Capítulo B - DOCUMENTO ESTRATÉGICO Pág 349/507

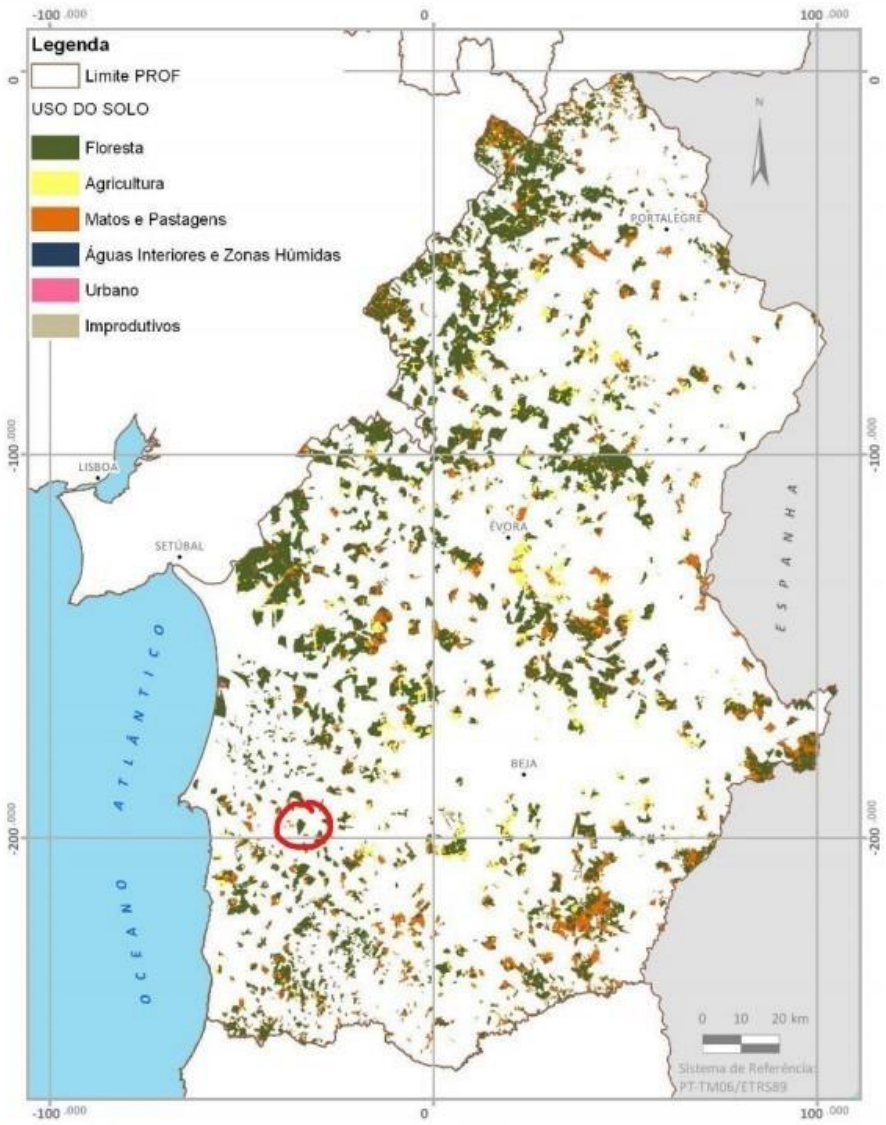


Figura 205. Áreas com PGF aprovado por uso do solo na região PROF-ALT.

Fonte: DGT, 2015; ICNF, 2016a e 2016b.

Os PROF de 1ª geração definiram, para a totalidade da área que constitui atualmente o PROF-ALT, a área de 100 ha como área mínima a partir da qual as explorações florestais e agroflorestais privadas devem ser sujeitas a um PGF).

Nota: Matriz Q: PGF aprovado por uso do solo na região PROF-ALT

Regime jurídico dos planos de ordenamento, de gestão e de intervenção de âmbito florestal

Decreto-Lei n.º 16/2009

art.12

> 1.1 - O PGF é um instrumento de administração de **espaços florestais** que, de acordo com as **orientações** definidas no **PROF**, determina, no **espaço e no tempo**, as intervenções de natureza **cultural** e de exploração dos recursos, **visando a produção sustentada dos bens e serviços por eles proporcionado** e tendo em conta as actividades e os usos dos espaços envolventes.

https://www.icnf.pt/api/file/doc/49a10a2bec616346

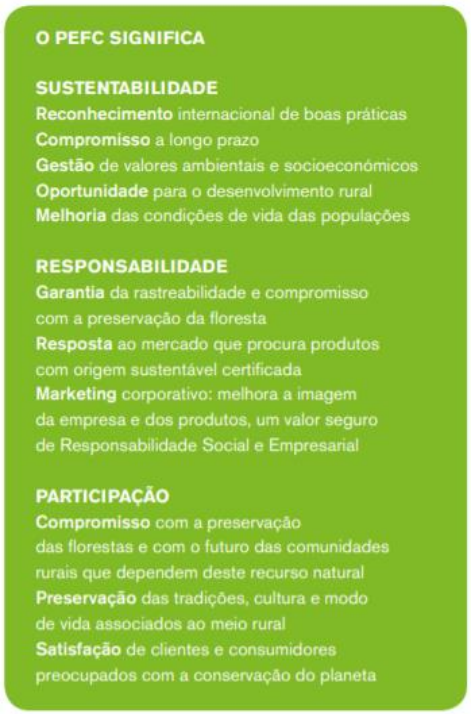
Pág. 3

"Os PGF são ferramentas-chave para alcançar os **objectivos de salvaguarda** e **desenvolvimento** dos **recursos florestais (e naturais)** **à perpetuidade** e de maximização do rendimento das explorações e dos proprietários florestais, assegurando simultaneamente a correcta aplicação dos **vultuosos fundos públicos anualmente atribuídos ao sector florestal**."

Resolução do Conselho de Ministros n.º 6-B/2015

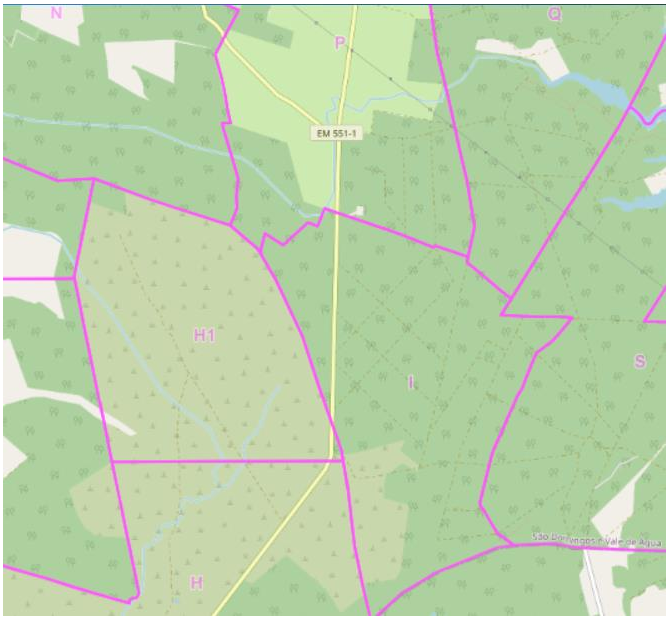
… **Os objetivos de gestão dos proprietários ficam expressos nesses planos, no respeito pelas normas orientadoras dos PROF** e tendo presentes os **modelos de silvicultura** mais adequados para as funções que os **espaços florestais** desempenham em cada local.

Nota: Podemos inferir que a Navigator Company tem vindo a beneficiar ao longo do tempo de inúmeros apoios, apoios esses que têm origem nos impostos pagos pelos contribuintes. É demais evidente que uma empresa de produção florestal, com objectivos de gestão expressos num PGF, com certificação PEFC, se subtraia aos deveres que daí advêm e proceda à destruição de uma área florestal de centenas de hectares para dar lugar à "plantação" de milhões de painéis fotovoltaicos.



NAVIGATOR FOREST PORTUGAL
POLO INDUSTRIAL DA PORTUCEL, MITRENA - APARTADO 55,
2901-861 SETÚBAL
Nº LICENÇA DE USO DE LOGÓTIPO PEFC
PEFC/13-23-001

61701	**VALE DIOGUINHO**	SANTIAGO DO CACÉM	548.14



seções N,P, I, ... Certidão Permanente Código de acesso: PA-2206-70781-150911-000022 ; Código de acesso: PA-2279-81332-150909-000052; Código de acesso: PA-2279-97107-150909-000001
NINHO DO GAIO, S.A. NIPC 509468861 com CAE: 02200 **exploração florestal**

PDR2020

...
" Além das medidas de cofinanciamentos públicos apresentadas acima, consideram-se mais três grupos de medidas de natureza financeira: medidas fiscais;seguros florestais; outros instrumentos financeiros, baseados em operações de garantia mútua, capital de risco e fundos de investimento, tal como já foi referido."

Nota: O dinheiro dos contribuintes foi durante décadas utilizado para o desenvolvimento florestal e para a sua consolidação e preservação.

Lei n.º 31/2014

Artigo 14.º

Deveres dos proprietários

1 - Os proprietários têm o dever de preservar e valorizar os bens naturais, ambientais, paisagísticos, culturais e de biodiversidade.

COS 2018

http://mapas.dgterritorio.pt/atom-dgt/pdf-cous/COS2018/ET-COS-2018_v1.pdf

COS2018			
Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4
1.Territórios artificializados	1.1 Tecido edificado	1.1.1 Tecido edificado contínuo	1.1.1.1 Tecido edificado contínuo predominantemente vertical
			1.1.1.2 Tecido edificado contínuo predominantemente horizontal
		1.1.2 Tecido edificado descontínuo	1.1.2.1 Tecido edificado descontínuo
			1.1.2.2 Tecido edificado descontínuo esparso
		1.1.3 Espaços vazios em tecido edificado	1.1.3.1 Áreas de estacionamentos e logradouros
			1.1.3.2 Espaços vazios sem construção
	1.2 Indústria, comércio e instalações agrícolas	1.2.1 Indústria	1.2.1.1 Indústria
		1.2.2 Comércio	1.2.2.1 Comércio
		1.2.3 Instalações agrícolas	1.2.3.1 Instalações agrícolas
	1.3 Infraestruturas	1.3.1 Infraestruturas de produção de energia	1.3.1.1 Infraestruturas de produção de energia renovável
			1.3.1.2 Infraestruturas de produção de energia não renovável
		1.3.2 Infraestruturas de águas e tratamento de resíduos	1.3.2.1 Infraestruturas para captação, tratamento e abastecimento de á
			1.3.2.2 Infraestruturas de tratamento de resíduos e águas residuais
	1.4 Transportes	1.4.1 Redes viárias e ferroviárias e espaços associados	1.4.1.1 Rede viária e espaços associados
			1.4.1.2 Rede ferroviária e espaços associados
		1.4.2 Áreas portuárias	1.4.2.1 Terminais portuários de mar e de rio
			1.4.2.2 Estaleiros navais e docas secas
			1.4.2.3 Marinas e docas pesca
		1.4.3 Aeroportos e aeródromos	1.4.3.1 Aeroportos
			1.4.3.2 Aeródromos
	1.5 Áreas de extração de inertes, áreas de deposição de resíduos e estaleiros de construção	1.5.1 Áreas de extração de inertes	1.5.1.1 Minas a céu aberto
			1.5.1.2 Pedreiras
		1.5.2 Áreas de deposição de resíduos	1.5.2.1 Aterros
			1.5.2.2 Lixeiras e Sucatas
		1.5.3 Áreas em construção	1.5.3.1 Áreas em construção
	1.6 Equipamentos	1.6.1 Equipamentos desportivos	1.6.1.1 Campos de golfe
			1.6.1.2 Instalações desportivas
		1.6.2 Equipamentos de lazer e parques de campismo	1.6.2.1 Parques de campismo
			1.6.2.2 Equipamentos de lazer
		1.6.3 Equipamentos culturais	1.6.3.1 Equipamentos culturais
		1.6.4 Cemitérios	1.6.4.1 Cemitérios
		1.6.5 Outros equipamentos e instalações turísticas	1.6.5.1 Outros equipamentos e instalações turísticas
	1.7 Parques e jardins	1.7.1 Parques e jardins	1.7.1.1 Parques e jardins

Nota: A alteração ao uso e ocupação do solo na área da Central Solar Fotovoltaica irá transformar em território artificializado, nível 1, o que antes pertencia aos níveis 2,3,4 e 5. Não aceitamos que no projecto reformulado (RNT) se considere a actual área de floresta como sendo artificializada.

5.Florestas	5.1 Florestas	5.1.1 Florestas de folhosas	5.1.1.1 Florestas de sobreiro
			5.1.1.2 Florestas de azinheira
			5.1.1.3 Florestas de outros carvalhos
			5.1.1.4 Florestas de castanheiro
			5.1.1.5 Florestas de eucalipto
			5.1.1.6 Florestas de espécies invasoras
			5.1.1.7 Florestas de outras folhosas
		5.1.2 Florestas de resinosas	5.1.2.1 Florestas de pinheiro bravo
			5.1.2.2 Florestas de pinheiro manso
			5.1.2.3 Florestas de outras resinosas

RS Pág. 137 (Reformulado)

Quadro 5.2 - Classes de ordenamento existentes na área estudada para implantação do Projeto anterior (Fase EIA) da CSF THSiS e respetivas áreas.

Classe de ordenamento	Área existente		Área afetada na fase de construção		Área afetada na fase de exploração	
	(ha)	%	(ha)	%	(ha)	%
Solo rural - Espaços agrícolas ou florestais	1574,68	99,88%	1026,52	65,18%	535,10	33,98%
Albufeira	1,94	0,12%	-	-	-	-
Total de classes de ordenamento	1576,62	100 %	1026,52	65,11%	534,10	33,94%

Quadro 5.3 - Classes de ordenamento existentes na área estudada para implantação do Projeto atual da CSF THSiS e respetivas áreas.

Classe de ordenamento	Área de estudo		Área afetada na fase de construção		Área afetada na fase de exploração	
	(ha)	%	(ha)	%	(ha)	%
Solo rural - Espaços agrícolas ou florestais	1574,68	99,88%	931,00	59,12%	577,10	36,65%
Albufeira	1,94	0,12%	-	-	-	-
Total de classes de ordenamento	1576,62	100%	931,00	59,05%	577,10	36,60%

Nota: Embora a orientação da APA fosse no sentido de diminuir a dimensão, verificamos que há um aumento da área afectada na fase de exploração.

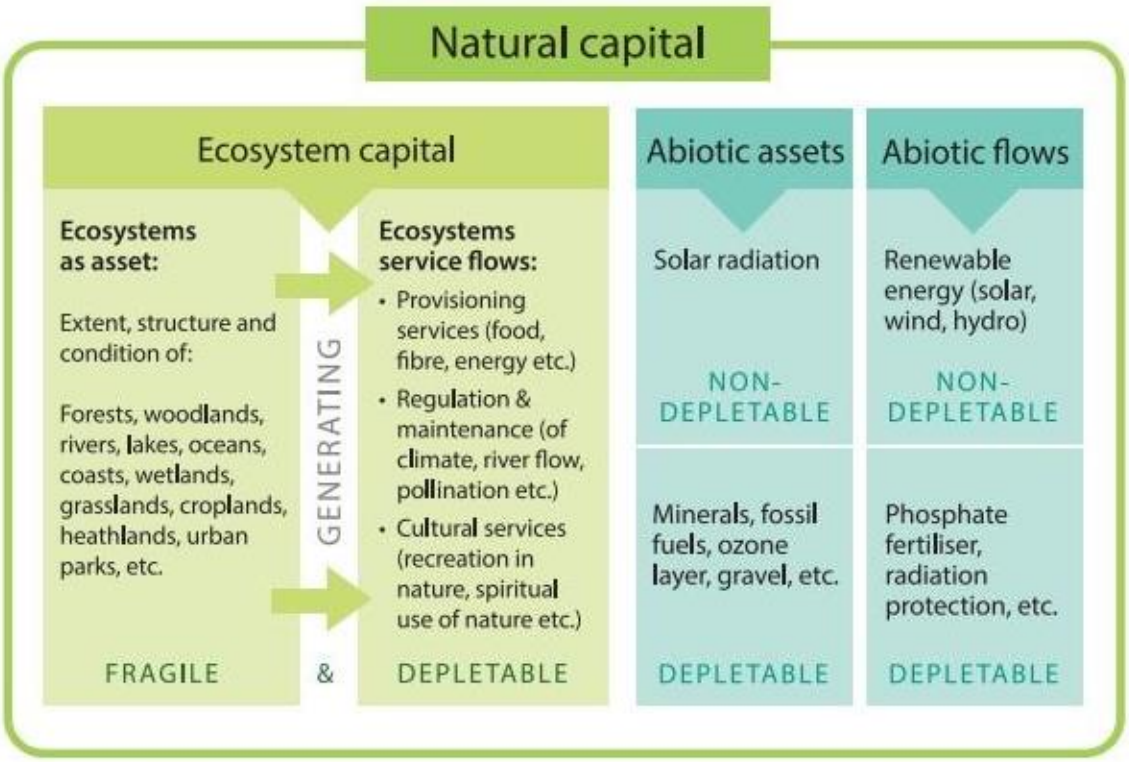


Figure 2. Adapted from EEA (2015), illustrating the different components of our natural capital, encompassing both ecosystem stocks and service flows.

http://www.apgeo.pt/files/docs/CD_X_Coloquio_Iberico_Geografia/pdfs/089.pdf

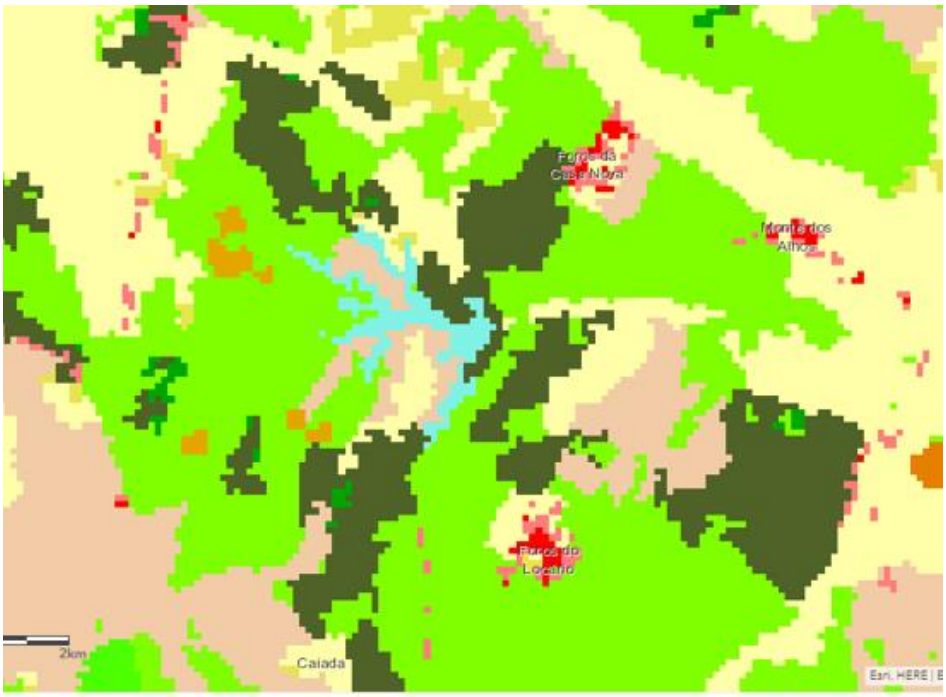
Ramos Pereira; J.L. Zêzere; P. Morgado
Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa

Recurso biológico	Organismos, populações ou qualquer outro tipo de componente biótico dos ecossistemas de valor ou utilidade actual ou potencial para a humanidade.
Recurso climático	Elemento do clima ou combinação de elementos do clima (nomeadamente, radiação solar, vento, precipitação e temperatura) que pela regularidade e intensidade da sua ocorrência é susceptível de aproveitamento económico.

A sua utilização é:

Biológicos	regulação química da atmosfera; regulação da biodiversidade; protecção dos solos; exploração económica da floresta; caça pesca e aquicultura; medicina; produção de energia (biomassa)
Climáticos	produção de energia (eólica, solar e fotovoltaica)

Nota: Discordamos profundamente da destruição de um recurso natural biológico, com todos os eco-serviços associados, por uma utilização de um recurso natural climático. O eucaliptal (floresta de produção) faz parte da estratégia nacional, constituindo um instrumento de cooperação para a organização territorial europeia.



https://ec.europa.eu/environment/nature/ecosystems/strategy/index_en.htm
Green Infrastructure and the Biodiversity Strategy
MAES, the Mapping and Assessment of Ecosystems and their Services (Action 5)

RT Pág.53

"O PROF ALT é um instrumento de gestão de política sectorial que vincula, tal como o PROT Alentejo, apenas entidades públicas, não se aplicando direta e imediatamente aos particulares (cfr. art. 3.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 380/99, bem como art. 6.º, n.º 1 do Decreto Regulamentar n.º 14/2006)."

Decreto Regulamentar n.º 14/2006
Aprova o Plano Regional de Ordenamento Florestal do Oeste Artigo 2.º Âmbito territorial
1 - A região PROF do Oeste (PROF Oeste) abrange a região NUTS de nível III Oeste.
2 - Os municípios abrangidos são: Nazaré, Alcobaça, Caldas da Rainha, Óbidos, Peniche, Bombarral, Cadaval, Lourinhã, Torres Vedras, Alenquer, Sobral de Monte Agraço e Arruda dos Vinhos

NOTA: Referência a uma lei revogada!! Referência a uma região que não é a do projecto!!PROF Oeste????????

PNEC 2030 (Relatório da Consulta Pública)

https://participa.pt/contents/finalreport/Relat%C3%B3rio%20da%20Consulta%20P%C3%BAblica%20do%20PNEC%202030_4363.pdf

Pág.13

"Prevê também o **aumento da capacidade de sumidouro natural** da floresta e outros usos do solo, através do apoio à florestação e melhoria do valor ambiental das florestas, **com vista a diminuição também da desertificação**, e à preservação de solos agrícolas e florestais contribuindo assim para a **diminuição da erosão**".

"Foi apontado que o PNEC não clarifica nem concretiza qual a tipologia de floresta que se pretende, apresentando um conjunto de medidas que tanto servem para a conservação de zonas florestais de grande valor natural, assim como de **melhoria do valor económico de povoamentos florestais**."

https://ec.europa.eu/energy/sites/ener/files/documents/pt_final_necp_main_pt.pdf

A fileira florestal é uma cadeia de valor que apresenta já hoje um elevado grau de circularidade, tendo as **florestas um papel incontornável na descarbonização.** Assim, verifica-se que o investimento na floresta para o aumento do sequestro biológico de carbono poderá induzir ganhos superiores a 40% em 2050 (face a um cenário não circular).

Transições induzidas pela economia circular (Fonte: RNC2050)

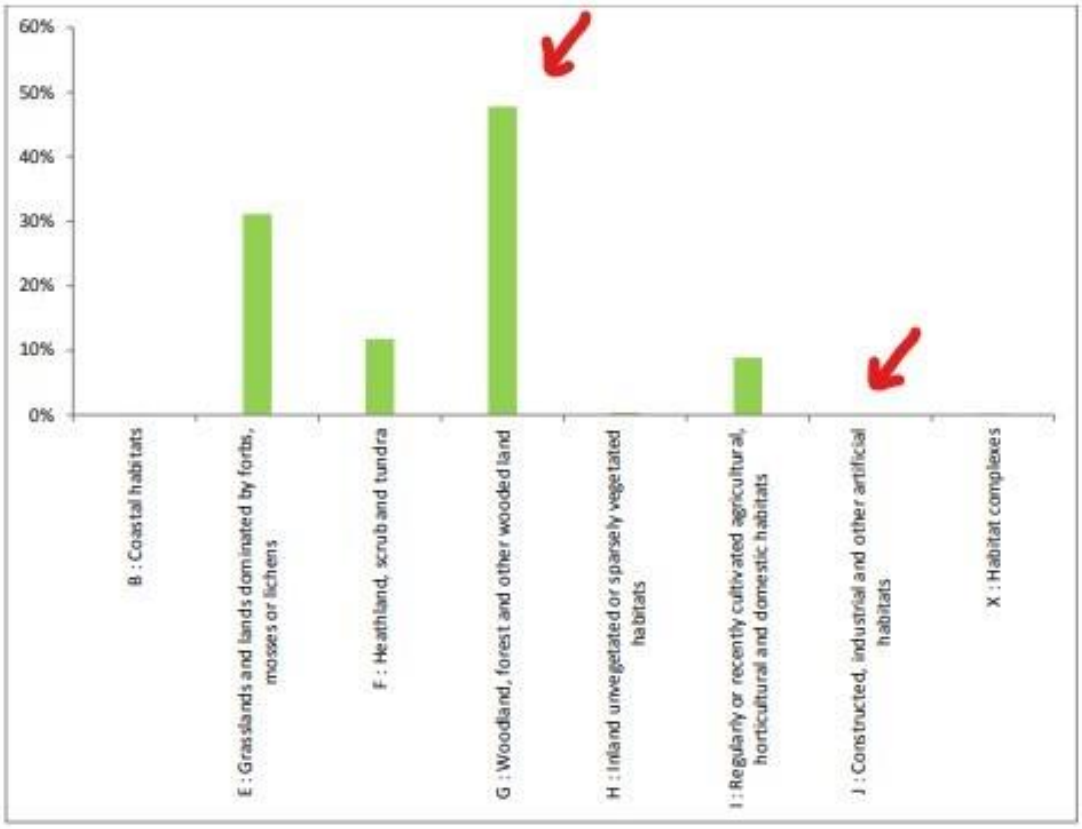
"6.6.2. … pela **consolidação ou reconversão da floresta já instalada**, no quadro de uma nova especialização do território, bem como à recuperação dos sistemas florestais degradados ou sublotados. …"

Nota: O PNEC aponta as florestas como tendo um papel incontornável na descarbonização.

https://sdgs.un.org/2030agenda

United Nations: Resolution adopted by the General Assembly on 25 September 2015

"Goal 15. Protect, restore and promote sustainable use of terrestrial ecosystems, sustainably ma nage forests, combat **desertification***, and halt and reverse **land degradation** and halt biodiver sity loss"
"15.2 By 2020, promote the implementation of sustainable management of all types of forests, h alt deforestation, restore degraded forests and substantially increase afforestation and reforestati on globally"
Mapeamento e Avaliação de Serviços de Ecossistema (2014, Instituto Superior Técnico)
Relatorio_Final_ptMAES.pdf



Nota: Ao contrário do que é defendido no projecto, a vegetação herbácea nunca será um factor que impeça a erosão dos solos, sobretudo quando estamos a proceder ao abate de uma enorme área florestal, essa sim constitui um factor decisivo no combate à erosão.

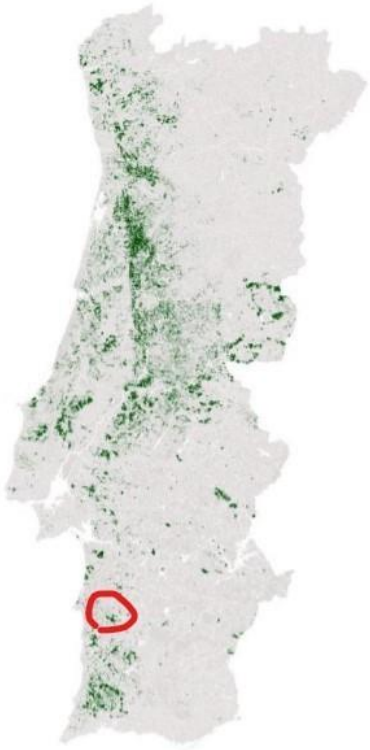
ICNF: PROF DO ALENTEJO | DOCUMENTO ESTRATÉGICO: capítulo B

O risco de erosão hídrica do solo depende de fatores diversos, físicos e antropogénicos, tais como os níveis de precipitação, a topografia (designadamente o comprimento das encostas e o seu declive), **o tipo de solos** e a sua cobertura, assim como a densidade e tipo de ocupação das atividades humanas. A Figura 31 ilustra o risco de Erosão Hídrica Potencial do Solo na região do PROF-ALT, através da qual se pode observar que o risco é maioritariamente baixo (cerca de 87% da área da região do PROF-ALT). Nos setores onde o risco é mais elevado, este incide mesmo em áreas com povoamentos florestais, sobrepondo-se, em parte, **ao efeito moderador da erosão resultante da existência de manchas florestais que protegem o solo**. Esta situação pode ser confirmada pela análise cruzada com a Figura 32, que mostra a aplicação deste risco de Erosão Hídrica Potencial do Solo em povoamentos florestais.

RNC2050

Portugal's National Forestry Accounting Plan 2021-2025

Figure 10: Distribution of Eucalyptus Forests in Mainland Portugal (COS 2007



" This document presents the Portuguese National Forestry Accounting Plan and the proposal f or a "Forest Reference Level" to be used for accounting of managed forests in Portugal and in the period 2021-2025. **Land and forests are an integral part of the Portuguese strategy on addressing the challenges of climate change**, and this much has been reflected in the recently submitted Nati onal Energy and Climate Plan 2030 and the National Long-Term Strategy RNC2050."

https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3d%3dBAAAAB%2bLCAAAAAAABACzMDexAAAut9emBAAAAA%3d%3d

PARA A NEUTRALIDADE CARBÓNICA

"Nas florestas, destaque para a diminuição da área ardida média anual, através de melhorias na gestão e no ordenamento do território e de um maior investimento na gestão dos povoamentos, em particular na prevenção e combate de incêndios. As novas florestações e reflorestações são maioritariamente feitas com espécies de produção (sobreiro, pinheiro-bravo e eucalipto) ou com espécies de proteção e conservação (folhosas autóctones), dependendo do cenário considerado. "

Nota: A preservação e consolidação dos povoamentos florestais inserem-se nas metas assumidas no PNEC2030 e RNC2050, PROT-A e simultaneamente enquadra-se na estratégia do PNPOT, ENF e ENCNB.

https://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/brochure/territorial_agenda_2030_en.pdf

(41) Nature, landscape and cultural heritage: Natural and cultural heritage are local and regional development assets that offer unique opportunities for development and highquality living environments. Sustainable and effective use of resources should benefit local communities and promote local business opportunities. Overexploitation of these assets however can threaten a local or regional economy. Urbanisation, intensive agriculture and fisheries, energy production, mining, industrial activities, transport and other infrastructure developments, particularly when uncoordinated, can cause severe problems. Increased and uncoordinated exploitation of maritime space and marine resources may impact sustainable development, while changes in land and sea use, urbanisation and mass tourism threaten cultural assets and landscapes and may fragment natural habitats and ecological corridors

Lei n.º 31/2014 (Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo)

Artigo 2.º

Fins

Constituem fins da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo:

a) Valorizar as potencialidades do solo, salvaguardando a sua qualidade e a realização das suas funções ambientais, económicas, sociais e culturais, enquanto suporte físico e de enquadramento cultural para as pessoas e suas atividades, fonte de matérias-primas e de produção de biomassa, reservatório de carbono e reserva de biodiversidade;
…
h) Promover a defesa, a fruição e a valorização do património natural, cultural e paisagístico;

i) Assegurar o aproveitamento racional e eficiente do solo, enquanto recurso natural escasso e valorizar a biodiversidade;
…
l) Dinamizar as potencialidades das áreas agrícolas, florestais e silvo-pastoris;

2 - As políticas públicas e as atuações administrativas contribuem, ainda, para a preservação do ambiente e estão subordinadas aos seguintes princípios ambientais:

a) Do desenvolvimento sustentável, que obriga à satisfação das necessidades do presente sem comprometer as das gerações futuras, …

b) <u>Da prevenção e da precaução, que obrigam à adoção de medidas antecipatórias com o objetivo de obviar ou minorar os impactes adversos no ambiente;</u>

…

RT Pág. 360

"Globalmente, os principais impactes na ocupação do solo, serão negativos e de âmbito local, de magnitude e significância reduzida, dada o tipo ocupação afetada, quer localmente, quer na sua envolvente mais próxima."

Observação:
https://www.aml.pt/susProjects/susWebBackOffice/uploadFiles/wt1wwpgf_aml_sus_pt_site/componentText/SUS57FCBBEE58CA4/EATLAS_AML_USO_SOLO_FORMATADO.PDF
Paulo Morgado Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa

" imperioso que se compreenda, que a alteração de uso agrícola para uso florestal, ou vice-versa, ou ainda de florestal para urbano, ou qualquer outra alteração, tem implicações que vão muito para além da simples mudança da paisagem e da geometria e morfologia ocupacional do território. Existem impactos sistémicos de variadíssima ordem, inclusive ao nível do clima;"
...
"A título de exemplo, considerem-se as **seguintes alterações** no uso e ocupação do solo **decorrentes do abate de árvores** e duma expansão da área construída; os fluxos de água e de energia entre o solo e a atmosfera vão ser alterados, o que provoca uma diminuição da humidade quer por **consequência direta da desflorestação** - e eliminação de outras tipologias de ocupação solo como sejam áreas arbustivas e ou herbácea -, quer por um aumento de área pavimentada e impermeabilizada. **Tais alterações conduzem a uma subida da temperatura local, e a uma maior exposição das comunidades, em termos de segurança e de saúde** (Alcoforado et al, 2015), a eventos extremos entre outros fatores de risco como sejam as ondas de calor intenso, as cheias, os deslizamentos de terras, os incêndios, etc.,"
…
"Trata-se de uma relação sistémica, que é simultaneamente causal (mudança de uso e ocupação do solo influencia diretamente o fluxo de água e energia entre o solo e a atmosfera, a biodiversidade e a paisagem) e comportamental, na medida em que decorre da forma como as alterações climáticas se manifestam (Dale, 1997)."

Nota: Não foi efectuado um estudo sobre as consequências da desflorestação de uma tão grande área e como isso pode afectar as populações em termos de segurança e saúde. Esta é uma das várias lacunas do estudo do projecto. Ausência de um Estudo de Impacte Ambiental relativo à desflorestação.

RT Pág 359

"...prevê-se que os solos recuperados adquiram de novo o seu potencial produtivo,…"

No entanto esta afirmação é refutada por:

WUR (Wageningen University & Research)

Texto original:

“De voornaamste zorg is dat minder licht en een andere verdeling van het water via minder plan ten(wortels) zullen leiden tot minder bodemleven, lagere organische stofgehalten en een afname van
de bodemvruchtbaarheid. Dit is met name van belang als de grond later weer voor landbouw ge bruikt zou worden.”

Tradução (Google Translate)

A principal preocupação é que menos luz e uma distribuição diferente da água por meio de menos plantas (raízes) resultarão em menos vida no solo, menores teores de matéria orgânica e uma diminuição na fertilidade do solo. Isso é especialmente importante se a terra posteriormente for usada para agricultura novamente.

Nota: No projecto reformulado agrava-se a situação devido a uma maior área coberta pelos painéis.

PROF ALENTEJO

Portaria n.º 54/2019: PROF ALT

"1 - O PROF do Alentejo está **alinhado** com a visão definida pela **Estratégia Nacional** para as Florestas, adotando como referências os **anos de 2030 e 2050 para as suas metas e objetivos** Em linha com a Estratégia Nacional para as Florestas os PROF a**ssumem a visão para as Florestas Europeias 2020**, que considera «Um futuro onde as florestas sejam vitais, produtivas e multifuncionais. Onde as florestas contribuam efetivamente para o **desenvolvimento sustentável**, por via da promoção e incremento dos bens e serviços providos pelos ecossistemas, **assegurando bem-estar humano, um ambiente saudável e o desenvolvimento económico.** Onde o potencial único das florestas para apoiar uma **economia verde**, **providenciar meios de subsistência, mitigação das alterações climáticas, conservação da biodiversidade, melhorando a qualidade da água e combate à desertificação, é realizado em benefício da sociedade.»"**

"f) Responsabilização - os **proprietários florestais** são responsáveis pela gestão de um **património de interesse público**, devendo ser reconhecida a sua contribuição para a disponibilização de um conjunto de bens e serviços proporcionados pela floresta;"

RT Pág. 54

“Poderá dizer-se que o Projeto da CSF THSiS contribui, de certa forma, para o cumprimento dos objetivos referidos em a) e j) uma vez que uma central fotovoltaica é uma barreira à normal propagação dos incêndios florestais. Relativamente aos restantes objetivos, entende-se não haver qualquer relação com o Projeto em análise.”

Nota: Mas não contribui para o cumprimento dos objectivos do PROF Alentejo.

"d) Garantir que as zonas com maior suscetibilidade à desertificação e à erosão apresentam uma gestão de acordo com as corretas normas técnicas;

e) Assegurar a conservação dos habitats e das espécies da fauna e flora protegidas

f) Aumentar o contributo das florestas para a mitigação das alterações climáticas;

g) Promover a gestão florestal ativa e profissional;"

Nota: Ironizando também podemos dizer que a melhor forma de acabar com os incêndios é acabar com as florestas!
Não se compreende como se considera uma central fotovoltaica como uma barreira à propagação dos incêndios florestais, quando por si só estas podem constituir focos de incêndio se tivermos em consideração:

https://canalsolar.com.br/saiba-os-reais-riscos-de-incendios-em-sistemas-fotovoltaicos/

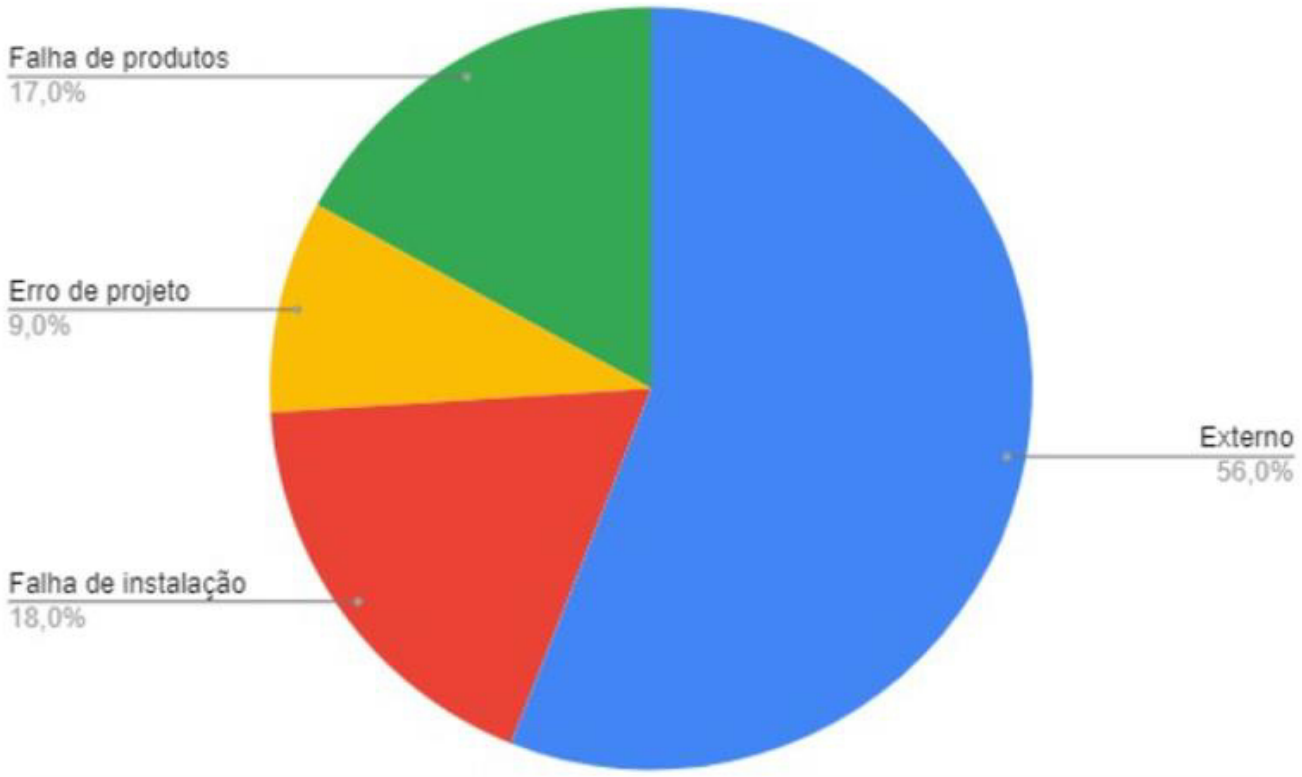


Figura 1: Principais falhas que levam a incêndio em sistemas fotovoltaicos. Fonte: Sepanski et. al

Das falhas internas, isto é,
as falhas que não foram causadas por eventos externos como raios, temos o seguinte detalhamento da distribuição das falhas: 51% causadas por erros de instalação, 19% causadas por erros no circuito CC, 12%
por falhas internas dos módulos, 10% de falhas internas ao inversor e 8% por falhas no circuito CA.

Módulos fotovoltaicos

Os principais mecanismos de incêndio em módulos fotovoltaicos estão relacionados à corrente reversa,
à qualidade dos módulos e à presença de microfissuras.
A baixa qualidade dos módulos também pode causar sinistros. Problemas como soldas mal feitas, embalagens precárias e
mal projetadas, falta de zelo durante transporte e instalação podem causar o enfraquecimento ou quebra dos condutores internos do
módulo. Quando isto ocorre, também poderá surgir um arco elétrico interno e, eventualmente, incêndio.
As microfissuras causadas por impactos ou pisadas nos módulos, além de diminuir a potência do
módulo, também oferecem risco, uma vez que em suas trincas há uma alta resistência elétrica que também causa aquecimento.

https://www.mifire.com.br/2021/06/07/protecao-contra-incendio-em-sistemas-fotovoltaicos/
No entanto, esses painéis convertem automaticamente energia solar em energia elétrica e,
para gerar quantidades relevantes de energia elétrica, geralmente muitos painéis são necessários. Dessa forma, alguns riscos intrínsecos existem nesse método de geração de energia:

- Devido a
grande quantidade de painéis necessários, muitas conexões elétricas são necessárias entre os painéis e os inversores AC/DC. Estudos mostram que a
grande maioria dos eventos de incêndio em sistemas fotovoltaicos aconteceu por abertura de arco elétrico na conexão de cabos nos inversores, seja por serviço malfeito, baixa qualidade dos materiais utilizados ou até envelhecimento e degradação do cabeamento utilizado;

- Sobre-aquecimento de componentes, por uma miríade de possibilidades;

- A dificuldade de se isolar um painel solar em caso de acidente, visto que, se houver luz solar,
há geração elétrica;

How a bird started a fire at a California solar farm

https://www.latimes.com/business/la-fi-bird-fire-solar-farm-20190624-story.html
By BLOOMBERG

JUNE 24, 2019 5:15 PM PT(Los Angeles Times)

"Pode ser seguro para uma ave pousar num fio eléctrico, mas não em dois ao mesmo tempo.

Um incêndio, a 5 de Junho, num central solar na Califórnia, queimou 456,08ha, na sua origem esteve uma ave que terá voado e tocado em simultâneo em dois cabos eléctricos, criando um circuito e uma chuva de faíscas, disse um funcionário do Departamento de Florestas e Protecção contra Incêndios da Califórnia. Não terminou bem para a central nem para o pássaro.

…disse Zach Nichols, chefe do Batalhão de Bombeiros da Cal. "Acontece o tempo todo."

…
O incêndio no California Valley ocorreu numa central solar que usa painéis fotovoltaicos, como os usados nos telhados."

Nota: O acesso a pontos de abastecimento de água para combate a incêndios na Central Fotovoltaica fica comprometido devido à vedação a Norte e a Sul. Os percursos que normalmente seriam utilizados para aceder ficam no interior da vedação.

PAISAGEM

RT Pág. 257
"A intrusão visual é um **fator negativo** a ter em conta na análise visual e encontra-se relacionado com a presença de elementos estranhos à paisagem, tais como estruturas ou infraestrutura que pela sua localização, altura, volumetria, cor, qualidade arquitetónica, entre outro tipo de fatores, comprometa a qualidade da paisagem, diminuindo-lhe o seu valor visual e capacidade de **atração turística** e consequentemente o seu **valor económico."**

RT Pág. 261
"No local destinado à implantação da CSF THSiS a CAVP é maioritariamente "Muito elevada". A CAVP Muito elevada permite que a introdução de novos elementos conduza a reduzidos conflitos visuais com a envolvente, sendo que a introdução destes elementos de projetos será percetível nas imediações mais próximas, estando estes mais vulneráveis às alterações."

RT pág.259

Qualidade Visual da Paisagem	Área (ha)	% da área de estudo
1 - Reduzida	121,49	1,01
2 – Reduzida a média	117,50	0,98
3 - Média	4660,80	38,76
4 – Média a elevada	1310,06	10,90
5 – Elevada	5813,93	48,35
TOTAL	12023,78	100,00

RS Pág. 186 (Reformulado)

Quadro 5.17 – Quantificação da classe de Qualidade Visual "Elevada" e "Muito elevada" sobre as bacias dos setores da Central Fotovoltaica (com cortinas arbóreas).

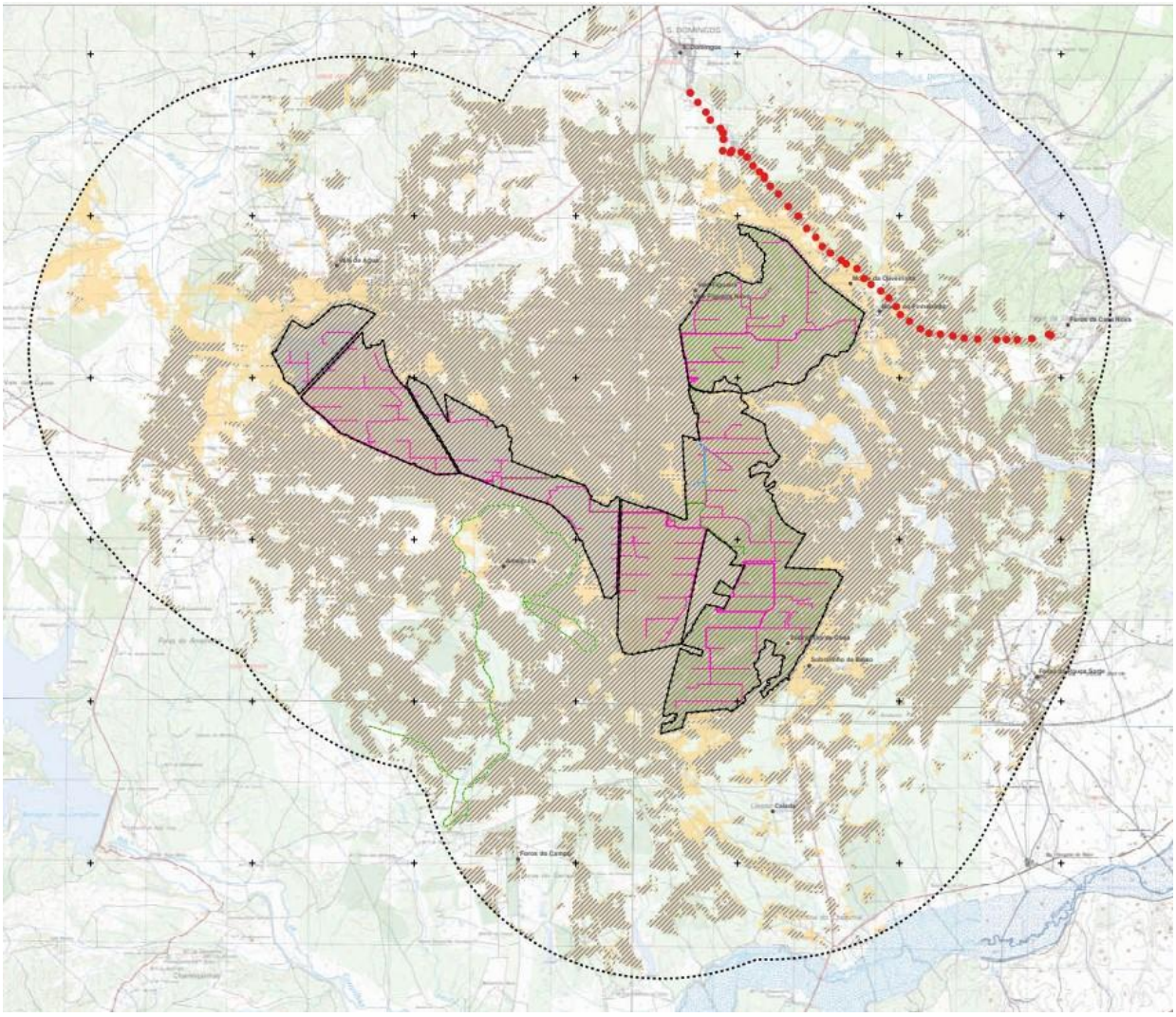
Bacias visíveis dos 7 Setores da Central	Área da Bacia Visual (ha)	QVP Elevada (ha)	QVP Muito Elevada (ha)	% da QVP Elevada na Bacia Visual	% da QVP Muito Elevada na Bacia Visual
Setor Central	2614,5625	330,84729	1092,294308	12,65	41,78
Setor NE	2002,25	218,127351	796,436063	10,89	39,78
Setor NO	919,4375	56,155179	376,691918	6,11	40,97
Setor Oeste	2024	205,764493	805,127889	10,17	39,78
Setor SE N	2157,875	183,494745	862,063604	8,50	39,95
Setor SE O	2083,4375	264,869357	821,835623	12,71	39,45
Setor SE S	3143,6875	299,338612	1347,900714	9,52	42,88

"Em síntese, e após a análise exposta neste estudo, considera-se que os impactes sentidos na fase de exploração pelo Projeto, são negativos, significativos, de moderada a elevada magnitude, diretos, localizados e permanentes (até ao fim da vida útil do Projeto…"

Nota: Verificamos que a área de estudo tem uma classificação maioritariamente "média até muito elevada", embora seja subjectiva esta avaliação, com a transformação desta área em território artificializado teremos **14 945,25 ha de paisagem com QVP reduzida**. Relativamente à versão anterior houve um aumento de **2 921,47 ha**. Um buffer de 3km não é suficiente para avaliar o impacto visual da central, o relevo circundante permite que mesma seja avistada a partir de locais muito mais distantes.

Ao contrário do que é afirmado no RT da THSiS, verificamos que ao longo de todo o ano esta área é particularmente atractiva para os turistas nacionais e internacionais; cidadãos estrangeiros que pretendem fixar residência; habitantes de zonas urbanas que têm aqui a sua residência secundária; todos os que procuram a zona litoral, mas que preferem alojar-se mais no interior; aqueles que procuram a natureza e as zonas verdes para caminhar ou

praticar desporto. Prova-se assim que a qualidade paisagística e ambiental da zona tem no presente um valor muito elevado. Não podemos correr o risco de destruir um conjunto de pressupostos que determinam a procura desta região.
Assim, consideramos que a **situação actual**, relativa ao contexto paisagístico, está de acordo com os objectivos do PNPOT.



Bacia Visual da THSiS (assinalamos a vermelho a etapa 6 dos Caminhos de Santiago de Compostela)

Nota: A inexistência da localização desta etapa nos desenhos do projecto reformulado é inaceitável!

https://pnpot.dgterritorio.gov.pt/sites/default/files/SQ_Vconc_PNPOT_0.pdf

Lei 99/2019

1.4 Valorizar o território através da paisagem.
…
1.9…• Contenção da artificialização do solo rústico.
• Aumento da atratividade residencial, económica, ambiental, cultural e de lazer das áreas rurais e dos territórios de baixa densidade.
…
3.2…• Aumento da atratividade do meio rural, novos residentes, visitantes e investimentos.

3.3 …• Preservação e valorização económica sustentável do património natural e cultural e da identidade local, enquanto ativo estratégico para o desenvolvimento dos territórios, com destaque para as regiões rurais. …
• Atração de turistas e residentes temporários, diversificando os segmentos da oferta turística e gerando maior valor acrescentado.

OBJETIVOS OPERACIONAIS
…
5. Promover a paisagem como recurso para a geração de emprego, promoção do turismo e da economia em geral.
6. Valorizar o património natural e cultural e a arquitetura e a paisagem no âmbito de estratégias de internacionalização da economia portuguesa e de projeção de territórios regionais e locais.

Sistema Natural

A territorialização do capital natural é um dos pilares do Modelo Territorial do PNPOT. Ela visa identificar e espacializar, à escala nacional, as principais ocorrências dos recursos naturais - água, solo e biodiversidade – enquanto recursos naturais fundamentais para o bom funcionamento dos ecossistemas, para a qualidade dos seus serviços e para a sustentabilidade e solidariedade intergeracional.

…
Integram-se ainda no capital natural os territórios intensivamente florestados…

…agroflorestais (pinhal, montado, **eucaliptal**) (pág83/550)

https://cnt.dgterritorio.gov.pt/sites/default/files/Guia_PDM-GO.pdf

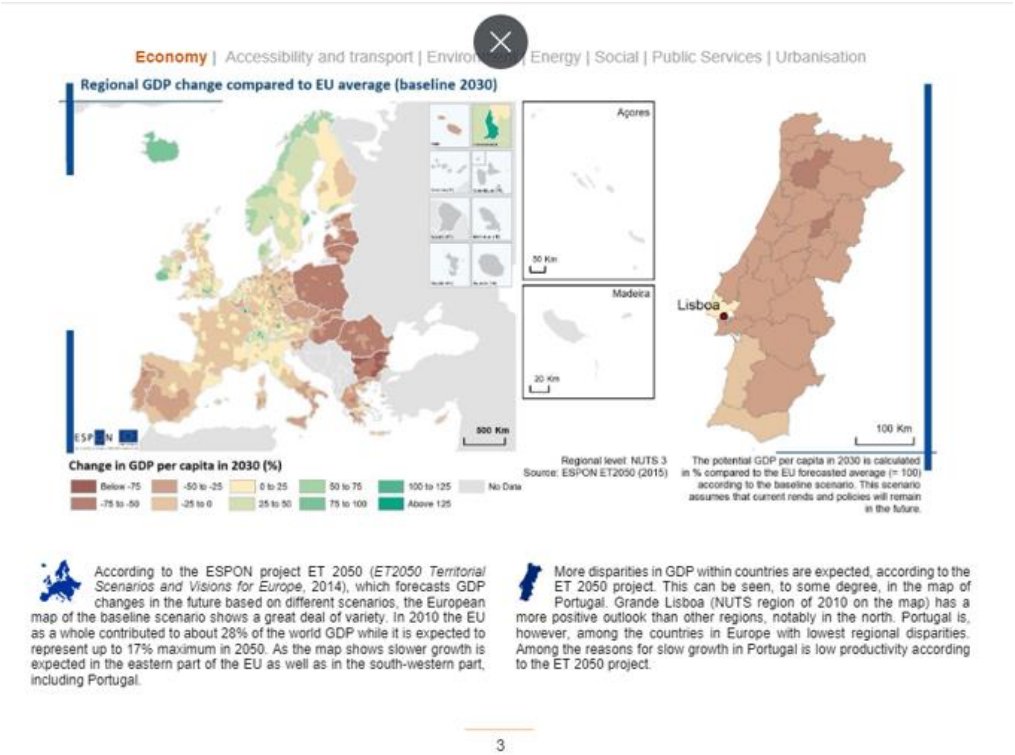
A paisagem assegura ainda de forma evidente uma relação com a Reserva Ecológica Nacional (REN), estrutura biofísica que integra áreas do território que, tanto pelo seu valor ecológico como pelas suas características biofísicas e valor ecológico (água, solo e biodiversidade), são objeto de proteção especial a valorizar nas abordagens de gestão e qualificação da paisagem.

Esta Reserva, delimitada ao nível municipal, e com tradução gráfica na Planta de Condicionantes do PDM, constitui-se como uma estrutura de suporte à valorização da paisagem e à conectividade do território.

Nota: Obviamente que uma área enorme de REN coberta de painéis fotovoltaicos não constitui uma estrutura de valorização e de conectividade do território.

ECONOMIA

https://www.espon.eu/portugal



According to the ESPON project ET 2050 (*ET2050 Territorial Scenarios and Visions for Europe*, 2014), which forecasts GDP changes in the future based on different scenarios, the European map of the baseline scenario shows a great deal of variety. In 2010 the EU as a whole contributed to about 28% of the world GDP while it is expected to represent up to 17% maximum in 2050. As the map shows slower growth is expected in the eastern part of the EU as well as in the south-western part, including Portugal.

More disparities in GDP within countries are expected, according to the ET 2050 project. This can be seen, to some degree, in the map of Portugal. Grande Lisboa (NUTS region of 2010 on the map) has a more positive outlook than other regions, notably in the north. Portugal is, however, among the countries in Europe with lowest regional disparities. Among the reasons for slow growth in Portugal is low productivity according to the ET 2050 project.

3

Nota: A implantação deste projecto nesta região revelar-se-ia um entrave para o seu potencial de crescimento.

NACIONAL

ADT Pág.33

"Não obstante o referido, à alteração do uso do solo atual pela implantação do Projeto estará sempre associado um impacte negativo no setor agrícola e florestal, assim como na biodiversidade local."

RS Pág. 152 (Reformulado)

"Estas ações, pelo facto de determinarem um uso exclusivo para a produção de energia elétrica, impedem o desenvolvimento da sua atual utilização (exploração maioritariamente florestal), o que se traduz num impacte negativo, embora pouco significativo uma vez que a grande maioria cinge-se apenas à afetação da exploração de eucalipto."

Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/2019
i) O Eucalipto sendo uma das espécies com maior representação na floresta portuguesa, e apesar da sua área de dispersão estar preferencialmente instalada nas regiões de maior produtividade e ser liderada por qualificados grupos florestais, apresenta ainda assim uma baixa produtividade **incapaz de satisfazer a necessidade de matérias prima** na ordem de 7,7 milhões m3, **obrigando à importação de mais de 1,5 milhões de m3** (que servem também, como é compreensível, para manter internamente os preços no produtor a níveis que permitam uma maior competitividade dos produtos - pasta e papel);

https://dre.pt/application/file/a/137619487

"Também na fileira florestal, o aumento da florestação ativa, a promoção de práticas silvícolas mais eficientes no uso dos recursos e na gestão de riscos e a valorização dos serviços dos ecossistemas alavancam e sustentam um papel crescente para a bioeconomia, com impacto na retenção de carbono e no balanço líquido de emissões. Os ganhos de produtividade no futuro poderão decorrer de melhores práticas de gestão da floresta e menos perdas por incêndios. A fileira florestal é uma cadeia de valor que apresenta já hoje um elevado grau de circularidade, tendo as florestas um papel incontornável na descarbonização. Assim, verifica -se que o investimento na floresta para o aumento do sequestro biológico de carbono poderá induzir ganhos superiores a 40 % em 2050 (face a um cenário não circular)."

Nota: A importância da fileira florestal a nível nacional é incontestável, quer para diminuir as necessidades de importação (até porque mais importação significa mais emissões de CO2), quer para fornecer as matérias-primas para produtos de grande consumo. Sabe-se que o progressivo abandono das embalagens de plásticos levará a um aumento das mesmas em cartão, a procura irá crescer em exponencial e a disponibilidade de matéria-prima será imperativa.

https://www.jornaldenegocios.pt/negocios-iniciativas/detalhe/a-floresta-de-producao-e-estrategica-para-a-descarbonizacao ***09 de Julho de 2021***
(https://www.youtube.com/watch?v=e1XGlh0WL6E)

Segundo Pedro Siza Vieira, (o ministro da Economia) a floresta de produção tem um papel crítico e decisivo não só pelo papel económico, "com a matéria-prima que alimenta fileiras industriais muito significativas e contribui para um valor acrescentado nacional das exportações e para o nosso saldo comercial, mas tem um papel crítico do ponto de vista ambiental e da captura de carbono, são as espécies de crescimento mais rápido que mais depressa conseguem absorver carbono".

Nota: A política de sacrificar os eucaliptais determina que o preço dos produtos básicos de grande consumo, como papel higiénico, embalagens de cartão e toalhas de papel para a restauração, papel de cozinha e outros, sofra aumentos significativos. A Navigator, sobretudo devido à escassez da celulose já procedeu a aumentos dos preços na ordem dos 6 a 8% em Abril de 2021, o que nos afecta a todos, mas sobretudo os consumidores de menores recursos. A concretizar-se a taxa de CO2 para as importações, como é referido na Lei do Clima, no caso da madeira iremos assistir ao agravamento dos preços dos produtos derivados, e consequentemente o consumidor irá pagar esta factura.

O incremento da indústria de biomassa também precisa dos sobrantes da indústria da madeira. Já somos grandes importadores de madeira e se para cobrir todas estas necessidades tivermos de aumentar mais as importações, certamente não será positivo para a economia nacional. Acresce o facto de, perante esta situação, vermos os preços ao consumidor aumentarem para níveis incomportáveis e quando o objectivo é diminuir as emissões de CO2, ao aumento das importações estará ligado o aumento das emissões.

A importância do combate à pobreza energética é consensual, o desadequado comportamento térmico da maioria das habitações contribui largamente para essa realidade. Podemos recorrer a produtos naturais, como a cortiça, para proceder ao correcto isolamento e assim promover uma das matérias-primas de grande valor para a nossa economia. Quando se equaciona o abate de sobreiros ou alterações que podem levar à morte de um elevadíssimo número de exemplares, não estamos certamente no caminho certo.

Considerando que mais de metade do orçamento do ICNF tem origem na actividade venatória, a exclusão de grandes áreas afectas a esta actividade, sobretudo no Alentejo, terá consequências de grande impacto económico numa área onde os recursos já são muito limitados, a conservação da Natureza e das Florestas.

LOCAL

RS Pág. 203 (Reformulado)

MFC.19 - "Utilizar, sempre que possível, mão-de-obra local na fase de construção beneficiando a população local. Esta medida funciona como contrapartida pela afetação, embora pouco expressiva, que incide de forma mais direta sobre a população da área de intervenção."

RNT Pág. 26 (Reformulado)

• Contratação de mão-de-obra local e adjudicação de sub-empreitadas localmente, constitui um impacte positivo de âmbito local e regional.

Nota: Constatamos que mais uma vez são usadas expressões apenas com o intuito de enganar os mais incautos.

Inteligencia colectiva | Grandes centrais solares: o que ganham as comunidades locais? (expresso.pt)

"De facto, uma central solar envolve emprego local durante a sua construção (que pode levar cerca de um ano), mas uma vez ligada à rede, todos esses trabalhadores migram para outras paragens, para construir outras centrais. O comércio local dinamizado durante o período de construção volta ao que era antes. O que fica então para a comunidade? "

SOCIO-ECONOMIA

Lei nº33/96

Artigo 4.º

Objectivos da política florestal

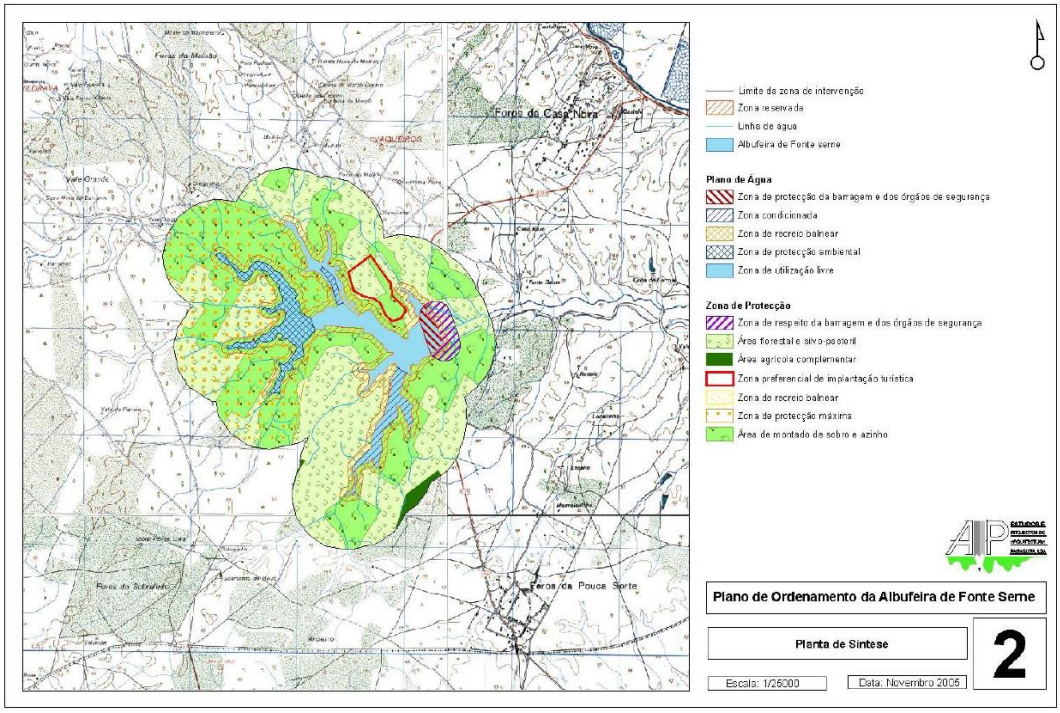
A política florestal nacional prossegue os seguintes objectivos:

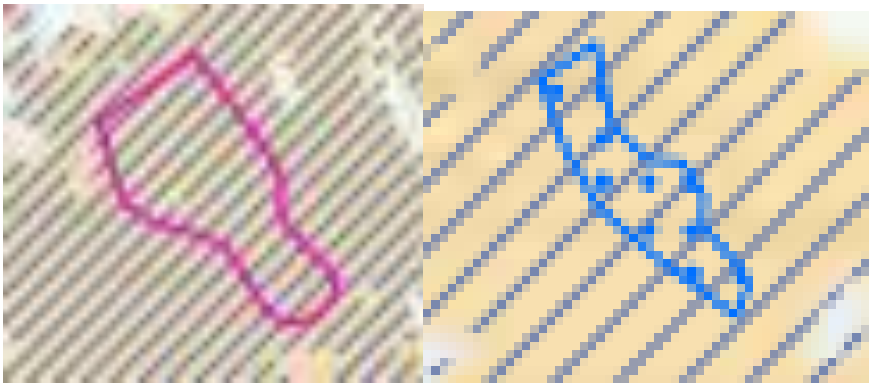
a) Promover e garantir um desenvolvimento sustentável dos espaços florestais e do conjunto das actividades da fileira florestal;

b) Promover e garantir o acesso à utilização social da floresta, promovendo a harmonização das múltiplas funções que ela desempenha e salvaguardando os seus aspectos paisagísticos, recreativos, científicos e culturais;

Nota: A total vedação da área do projecto (1244,95 ha) irá impedir a utilização de muitos dos caminhos rurais, os quais são usados pelas populações desde há décadas, impedindo múltiplas actividades como sejam: percursos pedestres, recolha de pinhas, apanha de cogumelos (por exemplo as trufas), pastoreio, caça. E talvez o maior impedimento seja o acesso mais curto às propriedades de muitos. O uso destes caminhos é considerado um direito adquirido.

TURISMO

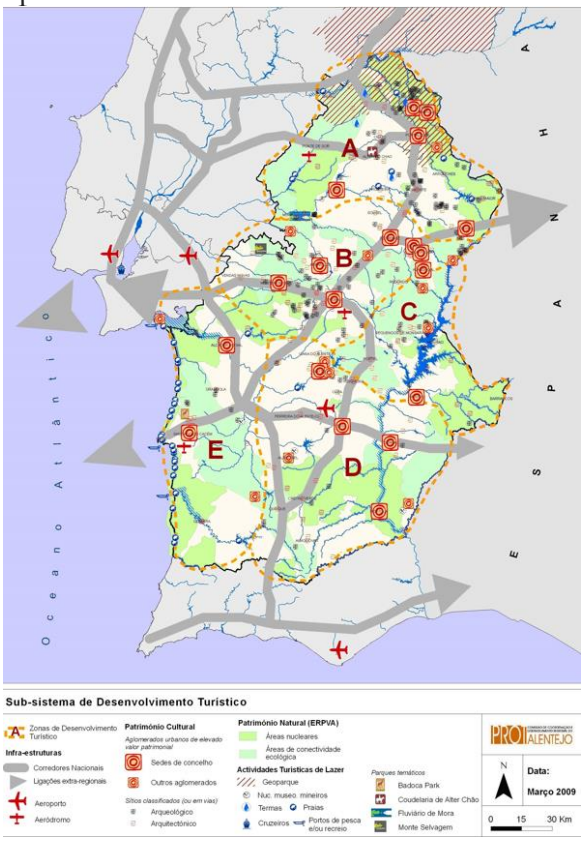




Nota: O Plano de Ordenamento da Albufeira de Fonte de Serne é muito claro no que respeita à vocação turística da mesma. Uma central fotovoltaica de grandes dimensões e consequente impacto visual, nas suas margens, irá comprometer irremediavelmente a sua utilização para fins turísticos. As duas imagens assinaladas a rosa e azul correspondem a área de implantação turística e área de recreio balnear, quer isto dizer que destas duas áreas é visível a central fotovoltaica.

2.4-B - Subsistema de Desenvolvimento Turístico

No que se refere ao Litoral Alentejano deve promover-se o **aproveitamento turístico da zona interio**r, que, para além de características identitárias, pode assumir um papel de retaguarda e de apoio à zona costeira.



http://www.prociv.pt/bk/RISCOSPREV/AVALIACAONACIONALRISCO/Documents/2016_Avaliacao_Nacional_Riscos.pdf

Embora não de uma forma tão marcada como a verificada nas regiões costeiras, a afluência de população às regiões do Interior também pode ser significativa. Efetivamente, durante os meses de verão, grande parte das vilas e aldeias do interior registam um aumento de população em resultado da afluência de residentes dos centros urbanos do Litoral e de emigrantes que vão passar as férias nos locais de que são oriundos.

Nota: A implantação de um projecto desta natureza terá um impacto muito negativo em vários sectores da actividade económica local. Parte dos rendimentos auferidos pelos habitantes desta freguesia provem das actividades ligadas à exploração florestal, ao descortiçamento dos sobreiros, à actividade silvo-pastoril, apicultura, corte de madeira de árvores mortas, recolha de espécies vegetais silvestres (cogumelos, espargos, túberas, etc.) e no pequeno comércio que sobrevive essencialmente devido a estes trabalhadores, aos habitantes que possuem aqui 2ªs habitações e aos turistas nacionais e estrangeiros que nos

visitam. As receitas oriundas do turismo cinegético na economia local são também um considerável contributo. A Sul os limites da central fotovoltaica confinam com várias zonas de caça turística, zonas essas que irão perder uma parte significativa do seu território, uma vez que terá de haver uma zona de salvaguarda em relação à central. Numa tentativa de cativarem adeptos para o projecto, uma das medidas propostas seria o acesso a tarifas ou contractos de electricidade com benefícios para os moradores das localidades mais próximas.
Perguntamos:
1 - Quais localidades?
2 - Quem decide quais são? A que distância?
3 - E as habitações isoladas?
Os benefícios estariam associados e condicionados à celebração de contractos, os quais não garantem tarifas mais baixas que as de outros fornecedores.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/2021

II - O turismo na economia portuguesa

É amplamente reconhecido que a atividade turística desempenha um papel central na economia portuguesa, enquanto principal atividade exportadora do país e geradora de emprego e riqueza.

…

Acresce que o turismo tem vindo a afirmar-se como uma atividade especialmente vocacionada para a revitalização da atividade económica nas regiões do interior, valorizando os recursos endógenos, criando polos de atração e fixação de população e construindo novas oportunidades de negócio e, consequentemente, de desenvolvimento regional.

…

P4.4.6 - Programa de Apoio a Projetos Transfronteiriços e a Projetos Integrados de Base Regional

A pandemia da doença COVID-19 veio valorizar esta aposta no interior, na medida em que uma franja importante dos turistas passou a procurar destinos menos massificados e atividades de fruição ativa da natureza, tudo indicando que se torne uma tendência para o futuro. **A procura significativa ocorrida em 2020 foi demonstrativa do potencial que as regiões do interior têm neste domínio, justificando uma intensificação desta aposta.**

RT Pág. 62
"Esta albufeira encontra-se classificada como albufeira de águas públicas de utilização limitada, nos termos do Decreto Regulamentar 2/88, de 20 de Janeiro, segundo o qual albufeiras de utilização limitadas são aquelas que, não tendo condicionamentos para serem incluídas nas

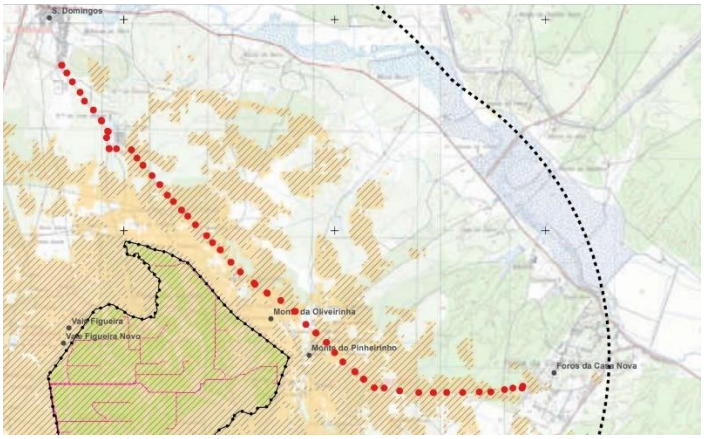
categorias de "protegidas" ou "condicionadas", apresentam localização e condições naturais que lhes conferem vocação **turística."**

Nota: A Albufeira de Fonte de Serne está classificada como de Utilização Livre – Portaria 522_2009. Mais uma vez foi utilizada informação de legislação desactualizada.

Estratégia Turismo 2027

"…Ações de valorização turística e de promoção dos lagos e águas interiores, rios, albufeiras, nascentes e águas/estâncias termais."

Estruturar e promover ofertas que respondam à procura turística
Ações de estruturação da oferta turística em torno de roteiros/ itinerários temáticos com forte vocação turística de âmbito histórico-cultural e/ou natural, tendo subjacente os ativos turísticos estratégicos nacionais; nomeadamente, através da implementação dos seguintes projetos: - *Portuguese Trails* (alargar a todo o país o projeto piloto *Cycling* and *Walking* da região do Algarve); - Caminhos de Fátima; - Caminhos de Santiago. - Rede de turismo militar.



Assinalamos a vermelho a Etapa 6 dos Caminhos de Santiago

Nota: A promoção do Turismo tem sido uma estratégia defendida para o desenvolvimento económico do concelho.

Parecer Técnico CMSC (refª 2289/2021)

7. O Turismo, nas suas variadas tipologias, é também um relevante setor estratégico e de afirmação do Município de Santiago do Cacém, sendo que o presente projeto, dada a sua localização e proximidade à Barragem de Fonte de Serne, cenário privilegiado para a atividade turística e de lazer, poderá ser um fator crucial para o desincentivo na aposta de projetos turísticos nesta área e consequentemente em perdas económicas que estes ramos de atividade e empresas geram.

https://odigital.sapo.pt/um-projeto-turistico-e-cultural-de-cerca-de-4-milhoes-de-euros-sera-implementado-em-santiago-do-cacem/

https://www.jornaldenegocios.pt/sustentabilidade/economia-circular/detalhe/eco-hotel-de-luxo-vai-nascer-em-santiago-do-cacem-num-investimento-de-13-milhoes

https://www.cm-santiagocacem.pt/?s=caminho+de+santiago+central+apresentado

CLIMA

Nota: No projecto não consta um estudo sobre as implicações da desflorestação nas alterações climáticas. Esta é uma das maiores lacunas deste "Estudo".

www.rtp.pt/noticias/ciencias/manchas-florestais-ajudam-a-proteger-os-solos-e-a-gerar-chuva_n1066805
Investigador Emanuel Dutra, da Universidade de Lisboa:

"Segundo estudos científicos, nas zonas onde de grande densidade florestal a humidade retida nos solos é muito superior àquela que se verifica em zonas desflorestadas e agrícolas."
"Outro caso referido pelo investigador é o do fenómeno natural registado em 2009 em França, onde um ciclone destruiu parcialmente uma grande área florestal e nos meses seguintes ouve uma clara diminuição da formação de nuvens na região."
"Desnudadas e privadas das defesas naturais, as terras estão agora sujeitas à secura, seguida de chuvas diluvianas que arrastam consigo o que ainda resta."
"Mas não é só a questão da evaporação e retenção de água nos solos, as florestas ainda libertam aerossóis naturais que facilitam a criação de humidade no ar circundante à zona florestal"

https://www.nemokennislink.nl/publicaties/neerslag-spoelt-fijn-stof-uit-atmosfeer/
"Hoe meer aërosolen er in de lucht zitten, hoe makkelijker er een regenbui kan ontstaan. Aërosolen verstrooien inkomend zonlicht. Hierdoor zorgen aërosolen voor afkoeling van het kli maat. Daarmee compenseren ze voor een deel de opwarming door het versterkte broeikaseffect. "
Tradução livre:
"Quanto mais aerossóis houver no ar, mais facilmente poderá ocorrer chuva.
Aerossóis reflectem a luz solar captada. Como resultado, os aerossóis **resfriam o clima**. Ao fazer isso, eles **compensam parcialmente o aquecimento devido ao aumento do efeito estufa**"

Nota: a desertificação, a seca, a erosão e o aquecimento do clima são as consequências da deflorestação permanente!

RT pág. 25
Clima - embora não se prevendo impactes sensíveis no clima decorrentes do Projeto, analisou-se os aspetos relacionados com potencial alteração da meteorologia local e regional resultantes da alteração do albedo e da reverberação provocada pelas superfícies dos módulos fotovoltaicos. Este fator ambiental é assim considerado como baixa relevância para a avaliação global do Projeto;

Nota: Outra lacuna grave fica descrita no parágrafo anterior. Embora considerem de baixa relevância as alterações do albedo com a instalação dos painéis fotovoltaicos, em parte nenhuma do estudo está descrita a base para tal informação. Foi necessário recorrermos a informação constante no projecto da CSF do Cercal, para provar que a alteração do albedo é da maior importância e relevância no microclima, nomeadamente numa instalação desta dimensão.

"A redução do albedo terrestre por força da implementação dos painéis fotovoltaicos altera o balanço energético de absorção, armazenamento e libertação de radiação de ondas curtas e longas (Barron-Gafford *et al.*, 2016), ainda que **o impacte desta alteração varie com a dimensão do parque fotovoltaico, quanto maior a área coberta por painéis maior é a probabilidade de gerar impacte."** In "RT3 CSF Cercal

RNT Pág.17 (Reformulado)

Nas zonas que se localizam diretamente sob os módulos fotovoltaicos é criado um arrefecimento de ar originado pelo ensombramento.

A diferença de gradientes térmicos promove a circulação de ar frio para zonas onde a temperatura é mais elevada contribuindo para uma maior circulação de ar no local.

Nota: No estudo utilizaram informação do artigo cujo link é mencionado no parágrafo seguinte, sem considerar que estes parques solares se situam, um no Deserto de Mojave (Califórnia) e o outro no Planalto do Tibete (a 2850m de altura)! *Uma das conclusões é que pequenas alterações na temperatura podem ter grandes impactes nos ecossistemas, os cientistas afirmam que são necessários mais estudos para determinar o efeito em climas moderados. Mais uma vez damos conta da manipulação da informação, para justificar o injustificável por parte dos autores do estudo da THSiS!

Ground-mounted photovoltaic solar parks promote land surface cool islands in arid ecosystems - ScienceDirect

*Further, relatively small temperature changes could be critical if close to an ecosystem threshold. For example, slight reductions in winter temperatures could prompt freezing conditions and thus the inhibition of plant cell function [53]. In the longer-term, temperature changes could alter vegetation community composition and habitats.

https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:32018R1999&from=NL

O setor do uso do solo, da alteração do uso do solo e das florestas (LULUCF) está fortemente exposto e é muito vulnerável às alterações climáticas. Por outro lado, este setor tem um enorme potencial para proporcionar benefícios climáticos a longo prazo e contribuir significativamente para a consecução dos objetivos de longo prazo no domínio do clima estabelecidos a nível da União e a nível internacional. **Este setor pode contribuir de vários modos para a mitigação das alterações climáticas, em particular mediante a redução das**

emissões e a manutenção e o reforço dos sumidouros e das reservas de carbono, bem como fornecendo biomateriais suscetíveis de substituir materiais fósseis ou de elevado teor de carbono. As estratégias de longo prazo que apoiem o investimento sustentável destinado a aumentar o sequestro efetivo de carbono, a gestão sustentável dos recursos e a estabilidade e adaptabilidade a longo prazo dos depósitos de carbono, são essenciais.

CO2

https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52021DC0550&from=NL

No âmbito do Regulamento Uso do Solo, Alteração do Uso do Solo e Florestas atualizado, a Comissão propõe a definição de ambições mais elevadas para aumentar a remoção natural de carbono da UE, que é fundamental para equilibrar as emissões e alcançar a neutralidade climática. A nova proposta visa inverter a tendência atual de diminuição da remoção de CO2 e aumentar a qualidade e a quantidade das florestas da UE e de outros sumidouros naturais de carbono. Propõe a fixação de uma meta da UE de remoção líquida de gases com efeito de estufa no setor do uso do solo, alteração do uso do solo e florestas (LULUCF) de 310 milhões de toneladas de equivalente de CO2 até 2030. Propõem-se metas nacionais específicas para contribuir para este objetivo comum.

...

A nova Estratégia da UE para as Florestas, apresentada juntamente com o pacote Objetivo 55, bem como as anunciadas nova estratégia para o solo, legislação da UE em matéria de restauração da natureza e iniciativa de fixação de carbono, previstas para o final de 2021, reforçarão ainda mais os sumidouros naturais de carbono da UE, garantindo que a biodiversidade ocupa um lugar fundamental na abordagem global e apoiando as funções sociais e económicas cruciais da silvicultura e dos setores florestais.

RT Pág 327

"Além disso, as explorações intensivas de **curta rotação** (como ocorre em Portugal com **o corte** do Eucalyptus globulus aos **7 ou 9 anos de idade**) implicam que o corte das árvores, posteriormente processadas na indústria da pasta de papel, não é dióxido de carbono que fique retido, mas que tornar-se-á em emissão líquida de gases com efeito de estufa. **A mobilização de solos** tão frequente no processo de plantação florestal transforma também o solo num emissor de gases com efeito de estufa e quebra ligações biológicas simbióticas, muitas vezes de forma irreversível, uma equação que reduz crescentemente o carácter de sumidouro às áreas florestais."

Nota: O parágrafo anterior é uma mentira absoluta! Consultando o inventário dos eucaliptos, disponível no projecto, verificamos a existência de exemplares com 10, 12, 14 anos e vários ciclos de crescimento, alguns com 4 ciclos.

Alentejo-DocEstrategicos.zip/ALT_CapE_portal.pdf, 2.2.11. Eucalipto
Corte de realização A fazer preferencialmente quando a árvore está em estádio de dormência total. Normalmente é efetuado entre os **10 e 14 anos de idade**, em função do estado de maturidade do povoamento.

Nota: Tendo em consideração que a área maior (Artº 1 matriz Q) afecta ao projecto é propriedade da Navigator Group, consideramos as afirmações constantes do projecto contraditórias em relação à política de sustentabilidade e gestão da Navigator.

https://www.cepi.org/cepi-study-climate-effects-of-the-forest-based-sector-in-the-european-union/

https://www.cepi.org/wp-content/uploads/2020/06/Cepi-Climate-effects-of-the-forest-based-sector-in-the-EU_Exc-summary.pdf

The European forests and the forest-based sector provide integrated solutions to the global climate challenge on a very large scale. The overall and positive climate effect is estimated at -806 million tons of carbon dioxide equivalents annually. This corresponds to c. 20 % of all fossil emissions in the European Union.

The overall climate effect is calculated as a sum of
- net sink (increased carbon storage) in forests and forest products (-447 Mt CO_2e/yr)
- fossil emissions caused in the forest sector value chain (+51 Mt CO_2e/yr)
- prevented fossil emissions through by substituting fossil-based materials and fossil energy (substitution) (-410 Mt CO_2e/yr)

Net sink	-447 Mt CO_2e/yr
Fossil emissions	+51 Mt CO_2e/yr
Substitution	-410 Mt CO_2e/yr
Total	**-806 Mt CO_2e/yr 20 % of all fossil emissions in the European Union**

MATERIAL SUBSTITUTION PREVENTS CO2 EMISSIONS Forest products have very low climate footprint and moreover they reduce demand for products and energy that are b ased on fossil fuels. This prevention of fossil emissions, or substitution effect, is well known but as not previously been visualized and quantified at the European level. Existing climate reporting and climate policies are not structured to highlight such crossse ctorial effects.

Nota: O cálculo de CO2 é baseado em pressupostos desactualizados e que não consideram:

- o CO2 emitido pela fabricação dos painéis e respectivo transporte (China);
- o CO2 emitido pela fabricação e transporte das mesas (aço/alumínio);
- o CO2 emitido pela fabricação e transporte/recolha das baterias (sendo que a vida útil de cada bateria são 15 anos e a central irá estar em produção durante 30, pelo menos) , PV -boxes, subestações, cabos, …;

https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/ip_20_2312

A partir de **1 de Julho de 2024**, só poderão ser colocadas no mercado baterias industriais recarregáveis e baterias de veículos eléctricos que sejam acompanhadas de uma **declaração relativa à pegada de carbono**.

- o Co2 emitido com a actividade mineira das matérias-primas necessárias para a fabricação destes produtos;
- o Co2 emitido durante as obras: o tráfego, …

A desflorestação leva ao aumento da importação de madeira e consequentemente ao aumento de emissão de carbono. Grande parte do Co2 armazenado pelos eucaliptos e pinheiros fica retida na forma de papel, cartão ou madeira para a construção, fazendo assim parte da economia circular, por isso podemos concluir que a actividade florestal contribui consideravelmente para o sequestro de carbono.
É absurdo comparar o sequestro de carbono com a não-emissão de Co2. São as árvores que capturam o Co2 emitido pelas indústrias do ferro, do cimento, do papel, etc.
O eucalipto tem uma vida útil de +/-40 anos! Durante este prazo o solo fica intacto. As áreas lavradas referidas no estudo correspondem às faixas para cumprir a lei da defesa da floresta contra os incêndios!
A importação de eucalipto já aumentou em 6 a 8% os preços de produtos básicos como o papel higiénico, rolo de cozinha, ...tendo um impacto económico negativo significativo.

A utilização de painéis solares combinada com outras estruturas pode resultar em equipamentos de dupla função, reduzindo assim a quantidade de materiais que de outra forma seriam necessários, por exemplo:

1 – Barreiras de isolamento sonoro + produção de energia solar

Figuur 5 *Bifaciale panelen langs de A50 bij Uden, geluidswal en zonne-energie gecombineerd. Foto: Solar Energy Application Centre (Bron: PV Magazine 20/2/2019).*

2 – Parque de estacionamento + produção de energia solar

3 – Canais de rega com cobertura de painéis fotovoltaicos= redução da evaporação até 82%.

SAÚDE

https://www.geota.pt/blogs/ribeiro-telles-uma-inspiracao-na-defesa-do-ambiente-e-do-ordenamento-do-territorio

"Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender", lê-se no nº1 do artigo 66 (Ambiente e qualidade de vida) da Constituição da República Portuguesa que Gonçalo Ribeiro Telles ajudou a escrever. Uma frase que não define apenas o seu trabalho e pensamento, mas a sua missão e modo de estar na vida. Um equilíbrio entre a natureza e o desenvolvimento da atividade humana. Uma forma diferente de olhar para o território e o ambiente que perdurará na luta por um planeta mais sustentável.

RT Pág. 441

De facto, este tipo de estruturas, pelas suas características, não provoca afetações que possam justificar preocupações, seja ao nível da fase de construção, seja ao nível da fase de exploração do mesmo, ou desativação. Nesta tipologia de produção de energia, ao nível da exploração, verifica-se uma ausência de processamento de combustíveis fósseis, uma inexistência de consumos apreciáveis de energia, uma diminuta produção de resíduos e um inexistente impacte ambiental negativo, nomeadamente ao nível da qualidade da água, ambiente sonoro e qualidade do ar. Importa evidenciar os impactes positivos indiretos que o Projeto, pela sua natureza, induzirá na qualidade do ar.

RT Pág. 425

"Previsão dos níveis sonoros - Fase de exploração A fase de exploração é caracterizada pelo normal funcionamento da Central Fotovoltaica e as fontes de ruído estão associadas aos equipamentos instalados, nomeadamente os transformadores de potência da subestação principal, das subestações intercalares, dos postos de transformação e os inversores. "

Nota: No projecto não são consideradas as baterias no que respeita à emissão de ruído e os equipamentos, tais como baterias, inversores, etc. os quais foram alterados por outros modelos/marcas, havendo inclusive deslocalização de uma subestação intercalar, mais de um quilómetro. Nesta reformulação do projecto deveria constar um novo estudo relativo ao ambiente sonoro.

Solos de REN – Área estratégica de Protecção e Recarga de Aquíferos

Elementos de projeto	Solos de REN – Projeto anterior (Fase EIA)			Solos de REN – Projeto atual		
	Áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos	Margens dos cursos de água	Total (ha)	Áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos	Margens dos cursos de água	Total (ha)
Acesso interno	32,66	0,51	33,02	32,96	-	32,96
Baterias	1,68	-	1,68	-	-	-
Inversores e Postos Transformação	2,51	-	2,51	2,66	-	2,66
Limite de vedação	6,45	0,15	6,6	3,47	-	3,47
Painéis fotovoltaicos	777,15	-	777,15	694,87	-	694,87
Subestação grande	2,77	-	2,77	3,52	-	3,52
Subestação intermédia	0,66	-	0,66	2,86	-	2,86
Valas de cabos	4,64	0,06	4,7	22,27	-	22,27
TOTAL	828,55	0,72	829,09	762,61	-	762,61

RS Pág. 154 (Reformulado)

"…onde se contempla a instalação de baterias em cada um dos recintos das subestações intercalares."

RT Pág. 455

"As consequências de um incêndio, quer em obra, quer durante a exploração, são graves, resultando em contaminações da qualidade do ar, solo e qualidade da água, danos materiais graves e consumos de recursos, podendo mesmo causar danos irreversíveis na saúde humana."

Nota: Este risco não foi considerado pela APA, e no Resumo Não Técnico (RNT) da reformulação do projecto, no capítulo Impactes do Projecto, não há qualquer referência aos riscos associados a centros electroprodutores. Os riscos associados a potenciais contaminações vão muito para além dos simples derrames de combustível.

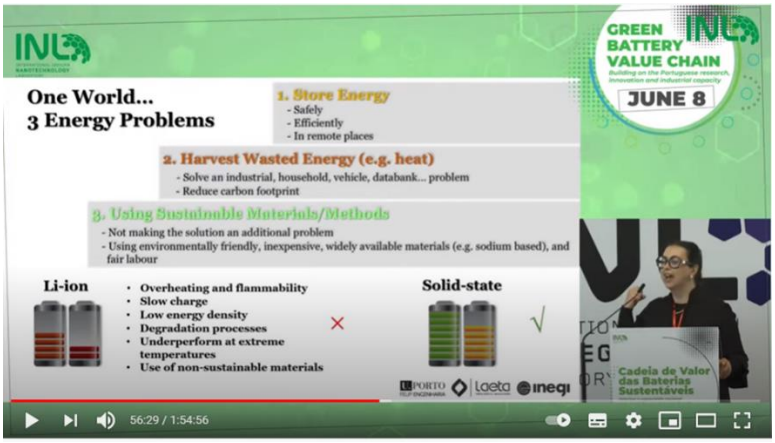
RS Pág. 88 (Reformulado)

"As baterias de ião de lítio não contêm metais pesados (como chumbo, cádmio ou mercúrio), mas contêm níquel, cobalto, cobre, alumínio, aço e lítio."

Nota: Para além dos metais pesados existem outros igualmente potenciais poluentes.

1)
ICPR – International Commission for the Protection of the Rhine
https://www.iksr.org/en/topics/pollution/pollutants/heavy-metals

The term "heavy metals" is used to designate a group of metals with particular characteristics. For the Rhine **water** quality, arsenic,
lead, cadmium, chromium, copper, nickel, mercury and zinc are of particular relevance.
Tradução livre: "O nome "metais pesados" representa um grupo de metais com propriedades especiais. Arsénio, chumbo, cádmio, cromo, cobre, níquel, mercúrio e zinco são particularmente importantes para a qualidade da água do Reno."



Nota: Tudo o que previamente referimos ficou consubstanciado e confirmado:

- Durante a Conferência "Green Battery Value Chain"

-https://noctula.pt/proximo-leilao-de-energia-solar-em-portugal-preve-centrais-flutuantes/

Nota: Segundo o ministro Matos Fernandes, neste leilão, não será possível associar **armazenagem** porque é necessário **proteger as margens das albufeiras!**
Esta afirmação revela a assunção da perigosidade relativa ao armazenamento de energia.

RECURSOS HIDRICOS SUBTERRÂNEOS

RS Pág. 145 (Reformulado)

"Refira-se que existem poços no interior da área de estudo, mas de acordo com os elementos do Projeto, e à semelhança do verificado no Projeto anterior, não se verificará a afetação destes poços pelas infraestruturas da Central**, prevendo-se que os poços inseridos na área da Central possam ser aproveitados para pequenas necessidades, nomeadamente para abastecimento das operações de manutenção (lavagem de painéis)."**

RS Pág. 147 (Reformulado)

"As operações de lavagem dos módulos solares/painéis, que ocorrerá uma a duas vezes por ano, conforme a necessidade, utilizarão cerca de 0,5 l por módulo…" (área módulo= 2,79531m2), (0,179 litros/m2).

Nota: A empresa responsável pelos Estudos de Impacte Ambiental, Matos, Fonseca & Associados, nos EIA's de Cercal-3388; A.Domingueiros - 3367 refere como sendo necessários 1,5l/m2 para a limpeza dos painéis. No projecto THSiS-3362, o valor apontado é de 0,179 litros/m2.

Não é credível que o consumo necessário para a limpeza dos painéis seja diferente de projecto para projecto!

Se considerarmos 1,5l/m2, com duas limpezas por ano, serão precisos:

16 milhões 660 mil e 218 litros!

16 660,218m3!

Este exorbitante volume de água virá dos poços???

Mais uma vez fica provada a forma descuidada e irresponsável como este estudo foi executado.

RNC2050 Pág.66

No entanto, muitos dos processos que emitem GEE são também responsáveis pelas emissões de outros poluentes atmosféricos, que estão na origem de outros problemas ambientais, como a degradação da qualidade do ar, a acidificação e eutrofização provocando danos nos ecossistemas com a consequente perda de biodiversidade e problemas de saúde humana, em particular os do foro respiratório e cardiovascular. A poluição do ar é nos dias de hoje um dos maiores riscos ambientais para a saúde, sendo que a Organização Mundial de Saúde identifica as partículas em suspensão (PM), os óxidos de azoto (NO, NO2 e NO3), os óxidos de enxofre (SO2 e SO3) e o ozono troposférico (O3) como os poluentes atmosféricos mais prejudiciais.

https://edepot.wur.nl/449433 Wageningen University & Research

[1]) **"cada hectare de área plantada com árvores seria capaz de remover 25 a 280 kg de poluentes e gases do ar anualmente, dos quais 22-170 kg PM10 "**

Nota: De que modo é que os painéis solares podem substituir o ciclo normal de uma floresta na purificação do ar e na qualidade da água? Pela protecção que dá aos solos, a floresta contribui para a pureza e qualidade dos aquiferos. Na ausência de árvores que têm a capacidade de fixar poluentes, estes são conduzidos para as linhas de água, contribuindo para a diminuição da qualidade desta e ao mesmo tempo as partículas em suspensão agravam a poluição atmosférica.

SEGURANÇA/VIDEOVIGILÂNCIA

RS pág 93

O sistema de vigilância CCTV é constituído por várias câmaras tipo Dome colocadas em lugares estratégicos sobre colunas até 5 m de altura, que filmam e transmitem imagens para os monitores da central de monitoração. Junto aos PT/INV e subestações serão ainda instaladas câmaras fixas. O sistema de CCTV deve fornecer imagens de alta qualidade tanto de dia, como no escuro. Serão instalados vídeo gravadores digitais que se encarregarão da receção dos sinais de vídeo e armazenamento em formato digital.

SOFV2109801BGME0001-Pág 17

Além dos componentes principais, o parque conta com uma série de componentes *standard*: sistema de monitorização, sistema de segurança, sistema de anti-incêndios, etc..

Relativamente ao sistema de segurança do parque, será instalada uma vedação cinegética perimetral. Em cada uma das entradas no parque, cada posto de transformação e cada subestação serão instaladas câmaras de videovigilância fixas. Adicionalmente serão instaladas câmaras DOMO com raio de alcance de 300 metros em pontos estratégicos do parque, preferencialmente ao longo dos caminhos internos da central, de modo maximizar a área do parque vigiada por estes equipamentos. Ambas se complementam e detetam possíveis entradas de pessoas não autorizadas na zona do parque fotovoltaico.

https://www.uc.pt/protecao-de-dados/videovigilancia

As imagens de vídeo obtidas a partir de câmaras de videovigilância, em regra, podem conter imagens de pessoas. Essas informações, podendo ser usadas para identificar, direta ou indiretamente, pessoas, qualificam-se como dados pessoais nos termos do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD).

Neste sentido, a imagem de uma pessoa, na medida em que identifica ou pode tornar identificável essa pessoa, é um dado pessoal. Por este motivo, o recurso a câmaras de vigilância para garantia da segurança de pessoas e bens constitui um tratamento de dados pessoais, pelo que está abrangido pelo RGPD.

https://www.uc.pt/protecao-de-dados/perguntas_frequentes/#videovigilancia

9.4 Quais são os locais onde não posso pôr câmaras?

…

As câmaras não podem incidir sobre a via pública ou a propriedade de terceiros.

…

RS Pág. 93 (Reformulado)

Para detetar a presença de intrusos no recinto será instalado no perímetro uma vedação perimetral do tipo cinegética, complementada por um sistema de vigilância CCTV. sistema constituído por barreiras de micro-ondas.

https://www.prodextec.es/portugal/barreiras-de-microondas-um-m%C3%A9todo-eficaz-de-controlo-de-per%C3%ADmetro

A barreira emissora e a barreira microondas receptora devem instalar-se frente a frente nos dois extremos de um lado do perímetro e mesmo que a distância de protecção da barreira de microondas possa alcançar os 200 metros (dependendo do terreno) , tem que se ter em conta que há condições que afectam a eficácia da detecção das barreiras microondas, como as características do terreno ou as inconstâncias climáticas, que podem dar lugar a falsos alarmes. Por isso, a barreira de microondas receptora deve medir a intensidade do sinal que chegue e analisá-lo para poder descartar possíveis perturbações criadas pelas condições climáticas ou pequenos animais da zona, como pássaros.

As barreiras de microondas estão especialmente pensadas para ser instaladas em lugares onde não vão produzir-se intromissões no campo da radiação, pelo qual um lugar com vedação excessiva e animais selvagens não é adequado para instalar este tipo de protecção de perímetro.

Nota: Uma vez que o raio de alcance das câmaras de CCTV é de 300m, terá de existir um afastamento das mesmas dos terrenos de terceiros e das vias públicas, por forma a garantir a privacidade.

A barreira micro-ondas não é compatível com a intenção de permitir a passagem de animais. Estes sistemas fazem disparar alarmes e activa projectores de efeito-surpresa à aproximação de qualquer ser vivo.

Alarmes, luzes a disparar noite e dia? Esta perturbação far-se-á sentir não só pelos animais como pelos habitantes das proximidades.

PDMSC

Artigo 23.º compatibilidade de usos e actividades:

e) Correspondam a outras situações de **incompatibilidade** que a lei geral considere como tal, designadamente as constantes do Sistema de Indústria Responsável (SIR) e do RGR.

Nota: CAE D 35113 - Produção de electricidade de origem eólica, geotérmica, solar e de origem n.e.

Conclusão

Perante tudo o que anteriormente ficou exposto reafirmamos a nossa discordância de concretização de qualquer projecto de indústria destinada à produção de energia e/ou armazenamento, desflorestação destinada à conversão para outro tipo de uso do solo e substituir um recurso natural por uma monocultura de painéis solares.

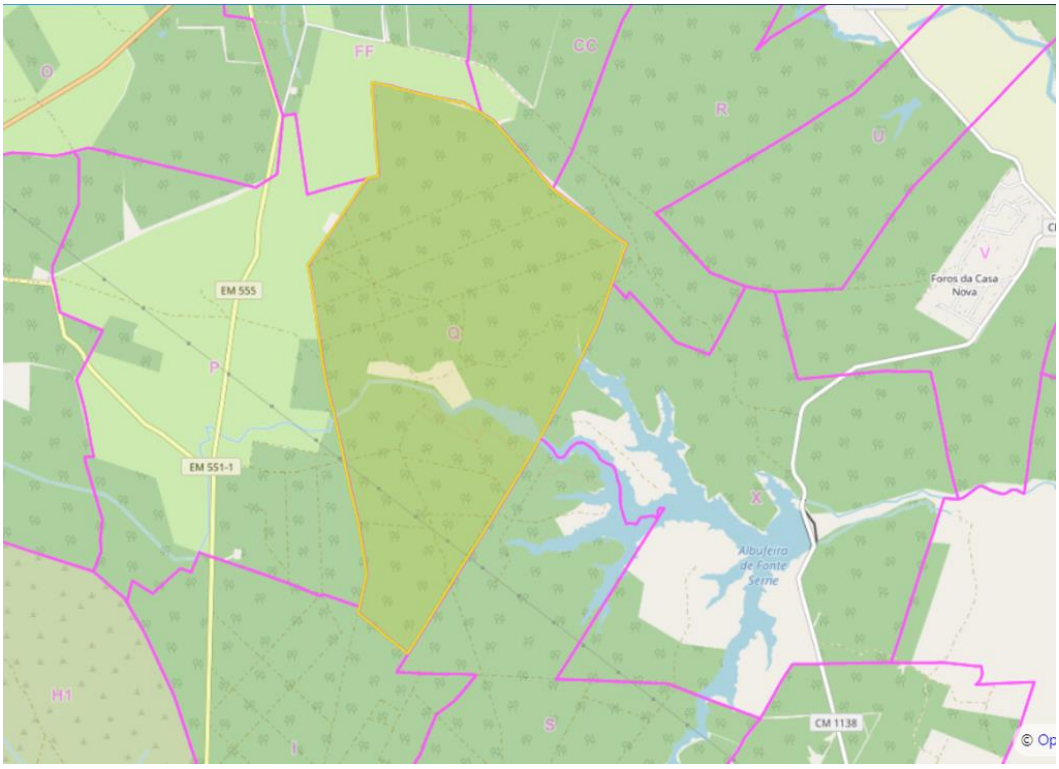
São Domingos e Vale de Água, 24 de Novembro de 2021

Grupo Cívico ProtegeAlentejo1260ha

ANEXOS

MATRIZ nº: 1
SECÇÃO Nº: CC
FREGUESIA: São Domingos e Vale de Água.
MATRIZ nº: 373
FREGUESIA: São Domingos e Vale de Água.
COMPOSIÇÃO E CONFRONTAÇÕES:
Pinhal, cultura arvense e edifício de R/ch.
Norte, caminho público;
Sul, Socel-Sociedade Industrial de Celuloses, S.A.;
Nascente e Poente, próprios.

NAVIGATOR Company



registo predial online

Certidão Permanente

Código de acesso: PA-2205-98860-150909-000001

MISTO
DENOMINAÇÃO: VALE DIOGUINHO
SITUADO EM: São Domingos

ÁREA TOTAL: 5506500 M2
ÁREA COBERTA: 667,4 M2
ÁREA DESCOBERTA: 5505832,6 M2

MATRIZ nº: 1
SECÇÃO Nº: Q
MATRIZ nº: 123

COMPOSIÇÃO E CONFRONTAÇÕES:

Eucaliptal, vinha, oliveiras, montado de sobro, pinhal, cultura arvense, sobreiros, e dependencia agricola .

Soluções Integradas de Registo - Lisboa.
AP. 3433 de 2012/08/03 20:03:00 UTC - Aquisição
Registado no Sistema em: 2012/08/03 20:03:00 UTC

CAUSA : Compra

SUJEITO(S) ATIVO(S):

** EUCALIPTUSLAND - SOCIEDADE DE GESTÃO DE PATRIMÓNIO FLORESTAL, S.A.
NIPC 509641482
Sede: Pólo Industrial da Portucel, Mitrena
Localidade: Setúbal

SUJEITO(S) PASSIVO(S):

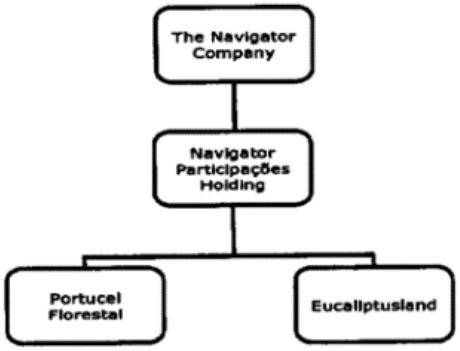
** PORTUCEL FLORESTAL - EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO AGRO-FLORESTAL, S.A.
NIPC 503025780

O(A) Conservador(a)
Filomena Sofia Gaspar Rosa

J. DIMAS TAVEIRA
Solicitador

2. ESTRUTURA ACTUAL DO GRUPO EM QUE SE INSEREM AS SOCIEDADES INTERVENIENTES (GRUPO NAVIGATOR)

As empresas intervenientes no processo integram-se no Grupo Navigator, sendo a sua integração no grupo conforme segue:



Participação em Consulta Pública - Avaliação de Impacte Ambiental

Documento Em consulta	Central Solar Fotovoltaica The Happy Sun Is Shining (THSIS) – Relatório da reavaliação ambiental - AIA 3420
Contexto	Consulta através do Portal "Participa" de 2021-11-11 a 2021-11-24

O Centro PINUS é uma associação que promove a valorização do pinheiro-bravo, uma espécie autóctone que representa o maior reservatório de carbono da floresta portuguesa (90,3 Gg CO_{2e}) de acordo com o IFN6, contribuindo assim para o compromisso de aumentar as remoções de carbono por sumidouros naturais, em conformidade com a Lei do Clima da União Europeia e a nova Estratégia Florestal Europeia para 2030.

Esta espécie suporta também uma Fileira diversificada, que se caracteriza por:
- **Produtos que continuam a armazenar carbono** durante décadas e passíveis de reparação, reutilização e reciclagem, como madeira serrada, postes, ou painéis de madeira, com aplicações em construção e mobiliário, em linha como Pacto Ecológico Europeu e o Novo Bauhaus Europeu;
- Um papel central na **bioeconomia,** como o elucida o facto de a resina natural ser uma das apostas na estratégia de bioeconomia no contexto do PRR, que envolve também um investimento superior a 10 Milhões de euros na beneficiação de pinhais;
- Práticas enraizadas de **economia circular**, com vários casos de sucesso e a reciclagem de pelo menos 271mil toneladas de madeira em 2020;
- Um **défice estrutural de madeira acentuado**, que representou 57% do consumo de madeira em 2020, que ameaça a perda de 57 078 postos de trabalho na transformação de produtos.

Face à importância ambiental, social e económica desta Fileira, **o Centro PINUS tem vindo a manifestar a sua preocupação com o abate de áreas florestais para instalação de Centrais Fotovoltaicas**.
Constatámos que a Central Solar Fotovoltaica do THSIS terá impacto sobretudo em áreas florestais, estando previsto o **abate de cerca de 915 ha de floresta,** dos quais cerca de 912 ha de eucalipto e os restantes 3 ha ocupados por pinheiro-manso, pinheiro-bravo e alguns sobreiros.
Face à enorme ambição política de neutralidade carbónica, em que a preservação de sumidouros naturais de carbono tem importância estratégica, não podemos deixar **de notar a potencial incoerência de qualquer destruição daqueles.**

Reconhece-se o esforço de apurar o balanço líquido de carbono resultante da perda de área florestal, que terá fragilidades metodológicas já que considera o sequestro, mas **não o carbono armazenado pelos povoamentos abatidos.**
O Centro PINUS considera que o impacto da perda de sumidouros naturais está insuficientemente refletido no Relatório da Reavaliação Ambiental e recomenda a procura de localizações alternativas que não impliquem o abate de floresta.

Centro PINUS, 24 de novembro de 2021

www.centropinus.org Info@centropinus.org

Exmos Senhores,

Estou contra a implantação do Mega Projeto Central Solar Fotovoltaica THSIS .

Apesar de reformulado continua a ser um Projeto megalómano, com maior área ocupada com painéis do que a prevista anteriormente. Pretende-se construir a maior Central da Europa que se estende desde Vale de Água até à Barragem da Fonte Serne numa freguesia onde terá um enorme impacte negativo alterando drástica e irreversivelmente a paisagem e a identidade tão características do Alentejo, Património Nacional.

Este projeto vem estragar este cantinho do Alentejo que ainda não foi invadido pelas culturas intensivas, onde o modo de vida principal é a agricultura, de sequeiro e de regadio, a pecuária, a atividade silvo-pastoril, a caça, a pesca desportiva e a floresta espontânea de montado de sobro e azinheiras, algumas seculares, espécies protegidas pelo seu valor económico. Existem também florestas ordenadas de plantações de sobreiros, pinheiros e eucaliptos que abrigam espécies animais selvagens, nomeadamente cinegéticas que aí encontram o sossego e o ambiente para se reproduzirem. Existem também olivais tradicionais, vinhas e pomares. O projeto vai implicar o abate de milhares de árvores, quando se pretende combater as alterações climáticas, é um paradoxo. Numa zona do país com estas características é um «crime» estar a abater milhares de árvores para colocar uma enormidade de painéis solares (dois milhões, sub-estações, acessos e valas posto de corte,e o parque de baterias que em caso de incêndio ou acidente grave vão contaminar os aquíferos). Seria mais sensato apoiar-se mais a florestação ordenada nesta região para travar a desertificação e combater o efeito de estufa. **Segundo cientistas e ambientalistas a floresta e toda a vegetação é muito importante para a captura do carbono e libertação do oxigénio para a atmosfera, contribuindo desta forma para a regulação do clima propiciando a precipitação.**

O impacto negativo nos montados de sobro, espécie protegida por lei, quer na área do projeto quer na envolvente acarretará danos irreversíveis. A desflorestação terá também grande impacte negativo na fauna, nomeadamente nas espécies cinegéticas como o pombo, coelho, lebre, perdizes, javalis, lebres, assim como noutras espécies selvagens como os noitibós que nidificam no chão, águias, corujas, alcaravão, etc. A superfície espelhada dos painéis parecendo lagos contribuirá para a mortalidade de muitas aves.

Os painéis vão implicar a compactação dos terrenos e a redução da infiltração das águas da precipitação devido à redução da porosidade dos terrenos. **As águas superficiais e subterrâneas correm o riso de contaminação.** A lavagem dos painéis acarretará poluição para os terrenos e águas subterrâneas. Refira-se também o impacto negativo nas águas da Barragem da Fonte Serne que irrigam terrenos onde se praticam culturas de regadio e na envolvente que é uma zona onde a população faz piqueniques e pesca e tem floresta a preservar.

Este projeto põe em causa o **turismo rural** que tem registado uma procura crescente por parte de nacionais e estrangeiros pelas belezas naturais de uma paisagem que está bem conservada onde apetece respirar o ar puro, percorrer os caminhos e descobrir a natureza, a fauna e flora autóctones é um bem valioso que tem que ser preservado. Faz parte dos **Caminhos de Santiag**o. A proximidade da costa Vicentina também atrai os turistas à região pois usufruem de campo e praias. – Como é que fica tudo isto? As pessoas investiram aqui as suas economias e certamente com o apoio de dinheiros públicos também e agora tudo isso acaba, porque os turistas não vêm passear aqui para ver um mar de painéis.

A proximidade de "montes alentejanos" e de povoações que seriam invadidas é outro fator negativo de enorme importância, nomeadamente Vale de Água desde logo pela desvalorização do seu património (casas e terrenos) e sobretudo pelos efeitos nefastos na saúde mental e física da população. Não é a cortina arbórea- arbustiva que resolve o problema. A paisagem harmoniosa e o sossego de que disfrutavam daria lugar a uma paisagem artificial e o sossego onde se ouve o canto dos passarinhos dará lugar ao ruído ensudercedor «poluição acústica». Por todas estas razões eu estou contra este projeto que vem descaracterizar a freguesia de São Domingos e Vale de Água onde ainda há qualidade de vida e por isso tem sido procurada por nacionais e estrangeiros para aqui viverem (1as ou 2as habitações) para além dos turismos rurais. Quero ainda referir, que a floresta emprega mão de obra todo o ano e a agricultura também, existe neste momento falta de mão-de-obra para a agricultura.

As minhas sugestões: Sou de opinião que os Painéis solares fotovoltaicos não devem ser implantados em áreas com boas aptidões agrícolas florestais e de turismo, entre outros critérios.

Os Painéis Solares fotovoltaicos deveriam ocupar preferencialmente zonas desérticas afastados da população e ocupando áreas bastante menores, repartidos pelo território nacional e não vir destruir uma freguesia e um espaço no qual não se enquadra, até pela sua dimensão desmesurada e porque tem vida própria e valores a preservar.

Os painéis solares fotovoltaicos deveriam ser implantados preferencialmente nos espaços urbanos, na cobertura de edifícios, habitações, nas fábricas, hotéis, ocupando espaços industriais, nomeadamente em Sines e em zonas industriais desativadas. Nas zonas rurais deveriam ser implantados nas explorações agrícolas em dimensões adequadas ao seu consumo de energia. Outra energia renovável onde se devia apostar é a energia das ondas.

Este é o meu contributo para a resolução de um Grande Problema que trará consequências desastrosas para a freguesia de São Domingos e Vale de Água e que terá consequências irreversíveis para uma zona onde ainda há paisagem natural, qualidade de vida e actividade económica e social, valores que devem ser respeitados e preservados. Gostaria também de lembrar que apenas países com grande extensão territorial têm construído grandes centrais solares fotovoltaicas e em zonas desérticas, por exemplo EUA, China e India.

Um país como Portugal deve apostar noutros clusters como o turismo, a floresta e não em projetos megalómanos como o THSIS que vão destruir a riqueza e valores que temos obrigação de preservar para as gerações vindouras.

Considero muito importante preservar o Alentejo porque tem características únicas na Europa e por isso atrai cada vez mais cidadãos europeus a esta região onde ainda se pode disfrutar das paisagens rurais, das praias selvagens, da gastronomia e dos vinhos de boa qualidade, graças à qualidade dos solos, às boas práticas agrícolas e ao clima.

À vossa consideração

Maria da Conceição Pereira de Matos

Exmos. Senhores,

Sou completamente contra a Mega Central Solar Fotovoltaica THSIS.

Após leitura do projeto reformulado desta Mega Central Fotovoltaica fiquei estupefacta.

- Como é possível destruir a Natureza e dizer-se que se está a defendê-la? E que o projeto reformulado ainda aumente a área de implantação de Painéis.

Temos na nossa freguesia de São Domingos e Vale de Água zonas de montado de sobreiros e azinheiras, sobreirais (sobreiros plantados ou semeados), eucaliptos, pinheiros, oliveiras tradicionais (não são de produção intensiva ou super-intensiva), pecuária e atividade silvo-pastoril. Temos os nossos campos onde semeamos cereais de sequeiro e de regadio, como os arrozais nas várzeas ao longo da Ribeira de São Domingos e Barragem da Fonte Serne. Terras férteis, com boas práticas agrícolas , onde fazemos culturas de Primavera-Verão e de Outono – -Inverno. Grande parte da população vive da agricultura, o que é uma mais -valia para o país.

A floresta absorve muita mão-de-obra diretamente na limpeza dos montados, dos pinhais, no corte de madeira dos pinheiros e eucaliptos e na extração da cortiça, contribuindo também para o emprego nas fábricas a que estes produtos se destinam e para a economia nacional. Graças à nossa paisagem natural e à qualidade de vida que temos muitas pessoas investiram no turismo rural com capital próprio e público, muitas outras vivem no campo onde já viveram os seus antepassados e ainda muitas outras têm-se deslocado de meios urbanos para viverem nesta terra permanentemente ou em 2as habitações, precisamente pelo equilíbrio da natureza e o ambiente rural de paz e harmonia que nos rodeia. **Não há justificação para um Mega-Projeto desta Natureza neste enquadramento.** Toda esta zona já está bastante sacrificada com as secas sucessivas e o declíneo do montado daí resultante. A escassez de água é cada vez maior colocando em risco determinadas culturas como por exemplo o arroz, inclusivamente na campanha de arroz de 2021 grandes áreas tiveram de ser abandonadas já depois das plantas espigarem precisamente por não haver água para que pudessem sobreviver.

PARA COMBATER A SECA NECESSITAMOS CADA VEZ MAIS DE PROTEGER A FLORESTA E FLORESTAR MAIS E NÃO DESTRUIR A EXISTENTE PARA SUBSTITUIR POR UM MAR DE PAINÉIS SOLARES. É A FLORESTA, SÃO AS ÀRVORES QUE FAZEM A FOTOSSÍNTESE . Produzindo o oxigénio são elas que contribuem para a pluviosidade e a humidade necessária.

-Como é possível destruir milhares de árvores como está previsto no projeto THSIS? Mesmo que tentem compensar esta perda com a plantação de outras tantas árvores é um «crime ambiental» porque por exemplo um sobreiro leva 30 anos a atingir o estado adulto e muitos dos que existem atualmente no terreno têm muitas dezenas de anos e até centenários, são de geração expontânea na sua grande maioria e os que se iriam plantar, têm menos hipótese de sobrevivência. É esta a triste realidade. Sou agricultora sei o que estou a dizer. Precisamente na zona da Barragem da Fonte Serne é uma das zonas onde existe montado muito bom, com cortiça de ótima qualidade e em fase de crescimento. Com o aquecimento provocado pelos painéis (porque de certeza que vai haver aquecimento e muito menos humidade) as árvores que estão na envolvente vão estar condenadas.

-É isto a Descarbonização?

-É isto zelar pelo Ambiente?

Todo o Eco-Sistema vai ser afetado. Temos manchas de eucaliptos que são o nosso pulmão, a barreira que nos defende da poluição de Sines. Até isso nos querem destruir. Os eucaliptos são árvores onde pernoitam e nidificam muitas aves e fazem parte da floresta, têm muitos benefícios. Os óleos de eucalipto têm reconhecidas propriedades balsâmicas, antimicrobianas e anti sépticas, ótimas para as vias aéras e para a purificação do ar, sendo utilizados para fins medicinais. A pasta de papel é outro produto que contribui para as nossas exportações, será que pretendem acabar com esta fonte de rendimento e ficar dependente das importações? Na nossa região a floresta é ordenada.

Se realmente o que se pretende é proteger o ambiente, então não vamos destruir o que temos de bom e vamos produzir energia verde colocando painéis nos telhados dos edifícios, das habitações, nas fábricas, nas zonas industriais, algumas já desativadas.

- Porque não em Sines sobre hectares e hectares ocupados pelo parque industrial, assim como noutras zonas industriais do pais? Podemos ter painéis espalhados pelo território nacional sem destruir a paisagem natural e sem sacrificar uma única população e uma parte do Alentejo ainda preservada para beneficio de todo o país e até do estrangeiro.

Se fosse tão bom como nos querem fazer crer não era para Portugal, teria ficado noutros países igualmente com boa exposição solar como a França, a Alemanha ou a Espanha. É tão bom porque não constroem a Central no país deles em vez de ser em Portugal?

Se tivermos a infelicidade de o projeto ir para a frente ficaremos condenados porque todo o eco sistema esta em risco e a nossa saúde física e psicológica também. Já tive a oportunidade de ouvir o ruído ensurdecedor e desestabilizador emitido numa Central de Painéis Solares com uma área de cerca de 200 hectares (Ourika), o que é incomparavelmente menos do que o previsto para a THSIS. A cortina arbórea/arbustiva não resolve o problema.

À consideração superior

Maria Jose Pereira de Matos Guerreiro

PARA: Excelentíssimo Senhor Presidente da Républica Portuguesa, Professor Marcelo Rebelo de Sousa

Excelentíssimo Senhor Primeiro Ministro, Dr. António Costa

Excelentíssimo Senhor Ministro do Ambiente, Engº João Pedro Matos Fernandes

Excelentíssimo Senhor Ministro das Finanças, Dr. João Leão

Excelentíssimo Senhor Ministro da Economia, Dr. Pedro Siza Vieira

Excelentíssimo Senhora Ministra da Cultura, Drª Graça Fonseca

Excelentíssimo Senhora Secretária de Estado do Turismo, Drª Rita Baptista Marques

Excelentíssimo Senhora Secretária de Estado do Património Cultural, Arqª Ângela Ferreira

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara de Santiago do Cacém, Dr. Álvaro Bejinha

DE: Rita Cunha Pignatelli - cidadã preocupada

DATA: 30 de Abril de 2021

ASSUNTO: Central Solar Fotovoltaica THSIS

Central Fotovoltaica do Cercal e Linha de Muito Alta Tensão

A oportunidade que se pode transformar em ameaça!

Excelentíssimos Senhores,

Dirijo-me a vossas excelências como cidadã preocupada com as gravosas consequências que a implementação da "Central Solar Fotovoltaica THSIS" e da "Central Fotovoltaica do Cercal e Linha de Muito Alta Tensão", possam ter para a região onde se pretendem implementar, nomeadamente no que se refere aos impactos ambientais, económicos e sociais.

Por outro lado, a nível nacional estou profundamente preocupada com os critérios de aceitação, ou a ausências destes, para implementação das dezenas de centrais fotovoltaicas que se encontram em curso. A par da avaliação de impacto ambiental é também relevante a avaliação dos impactos económicos e socias para a zona de implementação.

A Central Solar Fotovoltaica THSIS, tem localização prevista para a freguesia de São Domingos e Vale de Água e a Central Fotovoltaica do Cercal e Linha de Muito Alta Tensão, tem localização prevista para a freguesia do Cercal do Alentejo. Freguesias vizinhas e ambas pertencentes ao Municipio de Santiago do Cacém.

Embora se trate de um projeto combinado a inscrição no site participa.pt para Consulta Publica foi efetuada em separado. A Consulta Publica da "Central Solar Fotovoltaica THSIS", iniciou em 2021-02-05 e terminou em 2021-03-18 e a Consulta Publica da "Central Fotovoltaica do Cercal e Linha de Muito Alta Tensão", iniciou em 2021-03-29 e mantém consulta aberta até 2021-05-10.

Venho assim alertar para a existência de alguma impresição, incoerência e desinformação no dossier destes projetos disponivel para consulta publica. O conteúdo dos dossier's a par com a descontextualização da zona, pode levar a uma análise e diagnóstico incorretos em relação aos seus impactos.

Alguns exemplos:

Embora se trate de um projeto combinado e promovido pela mesma empresa, não existe de forma clara informação no dossier destes projetos que os relacione entre si, o que pode levar a quem o analise, a não ter a perceção real da sua dimensão e impacto.

Sobre a **localização,** o promotor refere: "***o afastamento do litoral foi um pressuposto de referência...***" ***(página 5 do Resumo Não técnico-Cercal)***.

Afastamento do litoral? *A* localização deste projeto combinado, "Central Solar Fotovoltaica THSIS"e "Central Fotovoltaica do Cercal e Linha de Muito Alta Tensão", ficam no Alentejo Litoral, a sudeste de Sines. As freguesias acima referidas do município de Santiago do Cacém, são as escassos quilómetros da Costa Alentejana. (Anexo 2 – enquadramento do projeto combinado).

Sobre o **desenvolvimento turistico** o promotor justifica o "afastamento" do litoral referindo: "***dada a pressão que existe para o desenvolvimento turístico da região, o qual é tanto maior, quanto maior a proximidade ao mar***".

A avaliação do impacto no desenvolvimento turístico da região poderá não ter sido devidamente estudada pelo promotor, pois conforme referido no site "https://tdpindicadores.maps.arcgis.com/", pelo Turismo de Portugal, a freguesia de São Domingos e Vale de Água e a freguesia do Cercal do Alentejo, têm uma quota de mercado de 20% do total da capacidade de alojamento do concelho de Santiago do Cacém.

O posicionamento destas freguesias entre a calma do campo e o rebuliço do mar, confere-lhes uma localização privilegiada e de **grande procura turística**, o que se reflete no **número relevante de alojamentos existentes**. As 2 freguesias somam mais de **60 alojamentos**. (https://turismo.cm-santiagocacem.pt/alojamento)

Em quatro anos cresceu 122% em dormidas turísticas e em três anos cresceu 60% na oferta. (***informação municipal, dezembro de 2020***).

Uma clara resposta dos investidores à promoção do território pelo município e da marca "Santiago do Cacém, Terra Única".

A eligibilidade do Municipio, sem exclusão de freguesias, à Linha de Apoio à Valorização do Interior (LAVI), foi recebido pelos investidores como um sinal da continuidade da estratégia do turismo.

A aposta para o desenvolvimento económico de Santiago do Cacém, traduz-se em números.

Um impacto enorme a nível económico e social que, entre 2010 e 2019, se reflete numa redução de 38%, no nº de inscritos no centro de emprego. (https://www.pordata.pt)

Sobre o **Património** o promotor indica **"Do ponto de vista do património os elementos identificados com base em pesquisa bibliográfica são pontuais, não condicionando, à partida, diferentes traçados possíveis". *(página 5 do Resumo Não técnico-Cercal)***.

Fica a duvida se o promotor terá considerado na avaliação deste estudo o património natural e cultural, nomeadamente no que se refere à proximidade a parte do "caminho histórico" e "percursos circulares" dos trilhos da **Rota Vicentina**. Para estas freguesias a Rota Vicentina tem sido um **impulsionador do turismo local**, através do turismo de caminhada que com estes trilhos atraí os caminhantes e ajuda a combater o isolamento das povoações.

É possivel que o promotor também não tenha considerado nesta avaliação, a "**Etapa 6** - Fornalhas Velhas -> São Domingos" e "**Etapa 7** - São Domingos -Santiago do Cacém", dos **Caminhos de Santiago,** uma vez que é pressuposto desta certificação "*o cumprimento de um conjunto de critérios, que visam garantir, entre outros, a*

autenticidade do itinerário, o seu caráter ininterrupto no território e no tempo, uma gestão responsável e de valorização da oferta, uma maior segurança, conforto e melhor experiência do peregrino, promovendo-se também a ligação às comunidades locais e a testemunhos de interesse".
(in https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/noticia?i=certificado-o-primeiro-caminho-portugues-de-santiago)

Caminhar ao lado de uma mega central fotovoltaica, não garante a autenticidade ao itinerário, não garante conforto, não proporciona uma melhor experiência do peregrino, e consequentemente irá comprometer a recente certificação atribuida.

Que interessante poderia ser ligar os Caminhos de Santiago ao "caminho histórico" e "percursos circulares" da Rota Vicentina.

Ainda no estudo de acessos à Central é referido pelo promotor **que o acesso para veículos ligeiros e pesados à área da CSF THSiS será efetuado, fundamentalmente, a partir da EM 551-1 em detrimento da passagem pela povoação de Vale da Água (EN390). Pelo facto de esta última ser a única zona urbana identificada no EIA da CSF THSiS e também pelo facto de a EM 551-1 oferecer o trajeto mais curto possível e criando menores impactes. Este último troço dá diretamente acesso ao Estaleiro da CSF THSiS por Norte (Anexo 3.5.4.Plano de Acessos)**, mas o promotor não refere que o troço de acesso ao estaleiro é o mesmo troço de acesso ao empreendimento turístico **Tons da Terra**.

Como irá sobreviver um empreendimento turístico, com a proximidade do estaleiro e todos os impactos causados pelo tráfego, poluição sonora e impacto na paisagem?

"A preparação da área onde será instalado o Projeto irá iniciar-se pela desmatação e desarborização da camada superficial do solo" (página 149, Relatório Técnico THSIS).

Desta forma simples o promotor descreve o **abate** de cerca **de 1.200.000 árvores**, em mais de 80% implantadas em área de Reserva Ecologica Nacional (REN) e algumas zonas de Reserva Agricola Nacional (RAN).

Considerando que cada hectare de grande parte do tipo de árvores existentes nesta floresta, liberta aproximadamente entre 11 e 24 toneladas de O2 durante um ano, e que esta representa uma capacidade de produção de oxigénio para entre 37 a 80 pessoas, anualmente, através de um calculo simples é possível observar que com este abate estamos a desperdiçar entre 10.820,15 e 23.607,60 toneladas de O2/ ano. (**valor de referência -983,65ha, página 360, *Relatório Técnico THSIS***)

Faz sentido, devastar 983,65ha de floresta para construir uma mega central fotovoltaica? É isto um ecocidio?

Como é que os empresarios locais que obtiveram fundos europeus para implementar o seu projeto, vão conseguir cumprir com as suas responsabilidades quando o *business case* do seu projeto está abruptamente ameaçado.

O promotor prevê que a instalação da central irá aumentar a temperatura da zona, reduzir as chuvas, diminuir o nº de dias de geada e aumentar os fenómenos extremos de percepitação. ***(página 16, Relatório Técnico THSIS).***

Significa isto que um projeto que tem como objetivo produzir energias alternativas para reduzir o impacto das alterações climáticas, está ele próprio a provocar um incremento nas alterações climáticas!

Qual será o impacto concreto que estas alterações climáticas terão numa região que já hoje, nos dias mais quentes ultrapassa os 40 graus.

Qual será o impacto concreto destas alterações climáticas na produção de vinha da Herdade do Cebolal e nas produções locais de milho e arroz?

Existem na localidade atividades económicas com uma potencialidade muito forte, projetos agricolas com investimento e postos de trabalho relevantes. Qual será o impacto para esta industria?

Sobre Investimento local em curso, refiro como exemplo a **Mala Voadora,** um projeto que combina alojamento turistico com um centro de residências artísticas e que será composto por sete edíficios, entre: salas polivalentes, um grande auditório e estúdio de gravação de som e um espaço com uma **capacidade de alojamento para 53 hóspedes**, ente turistas, artistas e criadores. Um projeto diferenciador que pretende **colocar Santiago do Cacém no mapa artístico a nível internacional**, atraindo artistas nacionais e internacionais. A Mala Voadora irá nascer na Barragem de Campilhas, um investimento de **4 milhões de euros**, a meio caminho entre a Mega Central de Vale de Água e do Cercal. (***informação municipal, dezembro de 2020***)

Um projeto muito interessante para o país e para o desenvolvimento da região, mas possivelmente incompatível com a construção da mega central de Vale de Água e Cercal. Mercado alvo, oposto.

Os turistas e investidores que procuram estas freguesias, procuram o contacto com a natureza, procuram este pedaço de mundo, selvagem, intacto e em estado natural. Um dos últimos tesouros da Europa.

A mega Central vem **desafiar a sobrevivência desta natureza intacta e selvagem** As searas, prados, montados, eucaliptais, florestas de sobreiro e de pinheiro-manso, que não vão aguentar esta evasão de território, as que não morrerem pelo corte de árvores que está previsto, irão de seguida desaparecer pela alteração do ecossistema provocado pelo aumento de temperatura e a consequente redução das chuvas.

As alterações climáticas e o corte de arvores vão também provocar o desaparecimento de Tentilhões, chapins, poupas, corujas, águias, raposas e javalis.

Desaparece a paisagem e o sistema ecológico, algo de estratégico, precioso e insubstituível.

Desaparece o turismo...desaparece o negócio...desparecem os investidores... e surge o desemprego.

A implementação deste projeto e outros de caracteristicas semelhantes irá colocar em causa a aposta vencedora no Turismo que decorreu em Portugal e nesta região, nos últimos anos.

O plano estratégico do municipío de Santiago do Cacém identifica como pilares de desenvolvimento e crescimento, a Natureza e História do Alentejo Litoral. O "Turismo+Sustentável 2020-2023", aposta na proteção dos locais mais vulneráveis e por fim a "Estratégia para o Turismo 2027" que se compromete com metas que conjugam a sustentabilidade nas 3 dimensões: metas económicas, socias e ambientais.

Como sabemos o turismo é o principal motor da economia nacional, com um impacto muitíssimo relevante nas receitas, no emprego e nas exportações.

Portugal quer afirmar-se como destino sustentável, país para visitar, país para investir, país para viver.

As freguesias onde este projeto se pretende implementar, à sua dimensão, têm tido um papel relevante na atração de visitantes, investidores e novos residentes, tanto nacionais como estrangeiros. Embora para o estudo de caracterização socioeconómica deste promotor, **"As freguesias onde se insere a área de estudo da futura central, São Domingos e Vale de Água, no período (2001-2011), a população residente diminuiu cerca de 16,6% e 18,7%, respetivamente." (página 303, , *Relatório Técnico THSIS)*** informação com um diferencial de entre, 10 a 20 anos, face à data de estudo e implementação prevista do projeto.

Enquanto não temos os resultados dos censos atualizados, como dados de referência, sugiro a consulta da evolução dos ultimos anos dos registos na conservatória de registo predial de Santiago do Cacém e o nº de

pedidos de licenciamento e consultas prévias na Câmara Municipal de Santiago do Cacém para estas freguesias.

Os compromissos assumidos pelo Estado Português no que diz respeito, ao cumprimento das metas nacionais e internacionais sobre a produção de energia elétrica a partir de fontes alternativas, são para cumprir, mas não podem por em causa a estratégia existente para o turismo.

Os postos de trabalho que seriam afetados negativamente pela implementação deste projeto são tão valiosos como os postos de trabalho que se preveem criar no Cluster industrial de Sines.

Caso esta central for efetivamente implementada prevê-se uma perda de postos de trabalho locais exponencialmente superior, ao número de postos de trabalho captados para dar suporte à Central instalada.

Empregos diretos e indiretos que serão perdidos – postos afetos a: empreendimentos turisticos e alojamentos locais, restauração, construção, retalho alimentar, atividades florestais e agricolas, entre outros.

Empregos diretos e indiretos captados – embora o projeto não identifique necessidades de contratação, prevê-se a possibilidade de ser necessário seguranças e limpa paineis. Se tivermos como exemplo outras centrais semelhantes o numero de captação é muito marginal.

A captação de benefícios tem que ser total. Não podemos desperdiçar receitas, postos de trabalho, investimento nacional e estrangeiro, em nenhuma fase do crescimento de uma economia, muito menos nesta fase que estamos a passar.

São ambas as estratégias determinantes para o país, é importante manter um trabalho articulado entre as entidades, para não comprometer nenhuma das trajetórias. Turismo e Ambiente, devem ter as mesmas dimensões estrégicas: metas ambientais, económicas e sociais.

Existem soluções para instalação de grandes dimensões de painéis solares que não comprometem os solos, não cortam árvores, não comprometem a biodiversidade e consequentemente não penalizão o turismo de natureza, turismo de caminhada e turismo religioso.

Será que a localização destes painéis não poderia ser mais em comprimento e menos em largura? Será com certeza mais positivo utilizar os cerca de 700km de autoestrada e os imensos quilometros de canais de rega, existentes no Ribatejo, Alentejo e Algarve para implementar estas centrais, do que construir centrais em grandes dimensões de terrenos agricolas e florestais e destruir paisagens que são o cartão de visita de Portugal.

As entidades responsáveis pelas autoestradas e pelos canais de rega poderiam arrendar a utilização do espaço às empresas instaladoras, que suportam todos os custos de instalação. O impacto para os arrendatários seria positivo, os rendimentos obtidos por estes arrendamentos poderiam ajudar a suportar os custos de estrutura e a financiar investimentos próprios.

Podemos promover a sustentabilidade ambiental sem detruir o ambiente?

Podemos promover a estabilidade Social sem a colocar em causa?

Podemos impulsionar e estimular a economia sem a sacrificar?

Conseguiremos conduzir estrategicamente e sem conflitos duas áreas tão importantes para o crescimento do país, como o turismo e as energias renováveis?

Acredito que sim.

Confio na tranjetória vencedora e de crescimento que este governo, central e local, tem seguido e que foi abruptamente interrompida pela pandemia.

Gostaríamos que depois da pandemia do COVID19 não se instalasse a pandemia das mega centrais, por ausência de visão estratégica integrada.

Dado o exposto, apelo à não instalação da Mega Central

Aguardando resposta,

Atenciosamente,

Rita Cunha Pignatelli

Em anexo:

- Referências do dossier de projeto;
- artigo do "rostos.pt" sobre a frguesia;
- informação municipal, dezembro de 2020;
- artigo "Pulmão Gigante"_my planet;

Anexo A – localização e enquadramento com o litoral;

Anexo B – enquadramento do projeto combinado;

Anexo C – soluções alternativas;

Anexo D – empreendimentos turisticos na zona de implementação;

B = Porto Côvo

A = Vale de Água

Anexo A
Localização

Enquadramento litoral

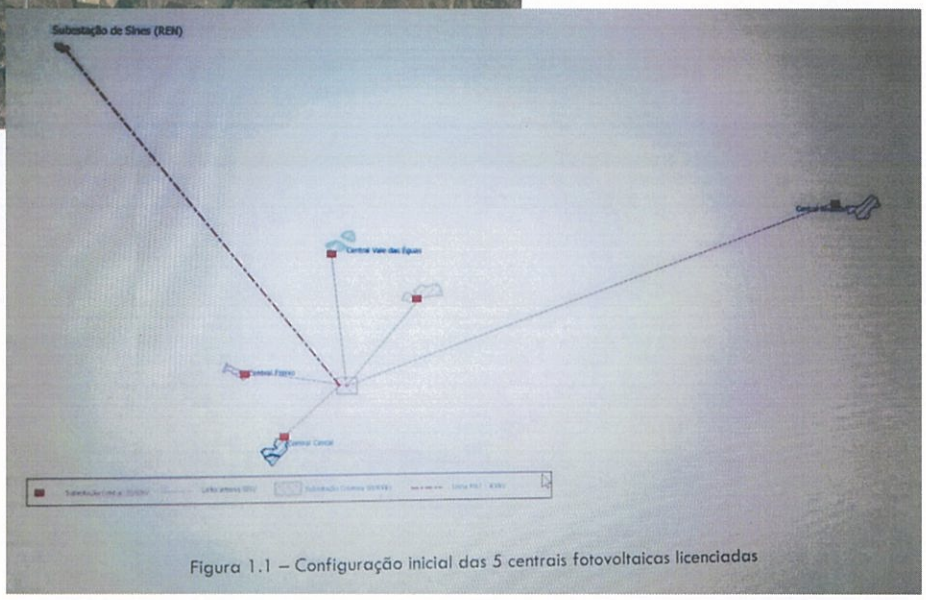
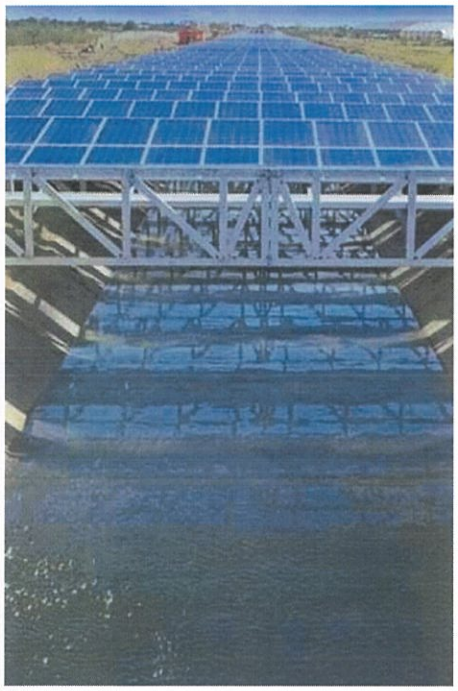
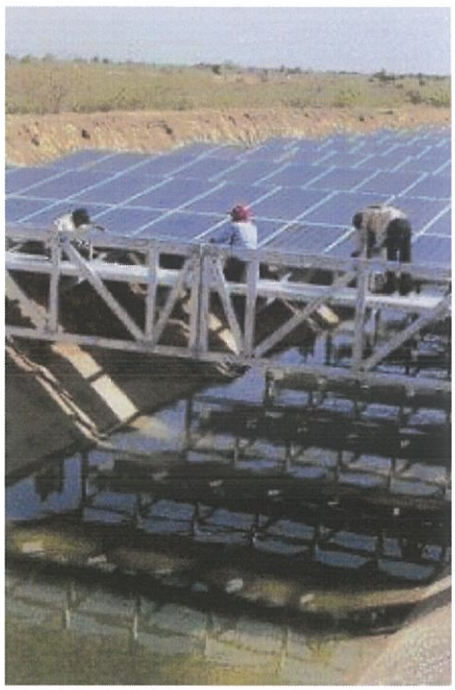


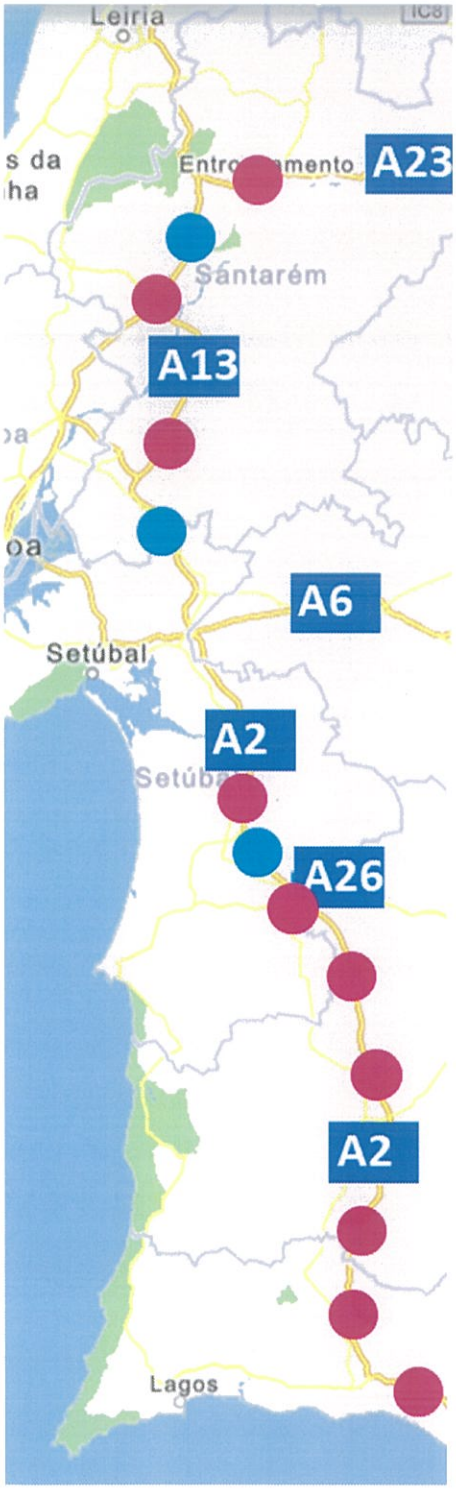
Figura 1.1 – Configuração inicial das 5 centrais fotovoltaicas licenciadas

Anexo B
Projeto combinado

Enquadramento







Anexo C
Soluções alternativas

Canais de Rega e Autoestradas

Herdade do Reguenguinho

Anexo D

Empreendimentos Turisticos

Hotéis de Campo

Zona de Implementação

existentes, considerando buffers de 400 m para cada lado das duas linhas elétricas, abrangendo o ponto de origem e o ponto de chegada da LMAT em estudo, ficando-se assim com mais margem de manobra na definição de um traçado preliminar. Dentro da área de estudo considerada, deu-se preferência a um traçado o mais linear possível e o mais próximo das linhas elétricas existentes, beneficiando assim do facto de as faixas de gestão serem mais estreitas, de já existirem acessos, e as linhas serem mais visíveis para a avifauna, minimizando dessa forma o risco de colisão. Com essa base de referência, o fator mais determinante foi o afastamento de áreas urbanas, nomeadamente de áreas consolidadas, mas também de zonas com habitações isolados. A capacidade de uso do solo também condicionou a análise de alternativas de traçado tendo-se evitado as áreas com elevada capacidade agrícola classificadas como RAN que foram consideradas como áreas a evitar, e também as áreas com culturas permanentes como é o olival. A albufeira de Campilhas foi mais um elemento a evitar, e o afastamento do litoral foi um pressuposto de referência, dada a pressão que existe para o desenvolvimento turístico da região, o qual é tanto maior, quanto maior a proximidade ao mar. Do ponto de vista do património os elementos identificados com base em pesquisa bibliográfica são pontuais, não condicionando, à partida, diferentes traçados possíveis, sendo exceção uma quinta classificada (Quinta da Ortiga). Procurou-se o maior afastamento possível ao conjunto edificado desta quinta e foram efetuadas diligências junto da REN na procura de uma possível utilização conjunta das LMAT existentes, o que foi possível no troço final, já perto da subestação de Sines, através da partilha de apoios duplos da uma LMAT existente, minimizando-se assim as interferências com a parte rústica da quinta, a qual ocupa uma área muito abrangente. Esta solução também foi importante dada a existência de um alojamento turístico (Herdade da Fonte Branca) que atualmente já tem duas linhas elétricas de muito alta tensão a passar por cima, e com esta solução é garantido um afastamento que cumpre com os requisitos determinados na legislação em vigor sobre distanciamentos a assegurar.

De acordo com os pressupostos anteriormente descritos, resultaram os Projetos com a seguinte **localização**: o conjunto das 5 centrais que constituem a Central Fotovoltaica do Cercal, localizar-se-ão na freguesia do Cercal, concelho de Santiago do Cacém, distrito de Setúbal ; a LMAT irá desenvolver-se num percurso de 25,6 km, que atravessará áreas das freguesias de Cercal e União das freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra, no concelho de Santiago do Cacém, e num troço intermédio, atravessa área da freguesia de Sines, no concelho de Sines, distrito de Setúbal., até chegar à subestação de Sines da REN, onde será feita a ligação à Rede de Transporte de Energia (*ver* Desenho 1). Ambos os Projetos (Central Fotovoltaica e LMAT) não se localizam em "*Área Sensível*", de acordo com a definição constante no Artigo 2° do Decreto-Lei n.° 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua atual redação (republicado no Anexo II do 152-B/2017, de 11 de dezembro).

EM QUE CONSISTE O PROJETO EM ANÁLISE?

O Projeto, tal como o nome sugere, consiste na instalação de 5 Centrais Fotovoltaicas em áreas adjacentes, sendo o conjunto designado por Central Fotovoltaica do Cercal, com a partilha da linha

proteção individual, de máscaras, de álcool-gel, de camas e colchões para os hospitais de campanha e espaços de isolamento, etc... A receita diminuiu com a implementação de medidas extraordinárias e de caráter urgente para o apoio ao nível social e económico às famílias, IPSS's, empresários e outras entidades. Entre o aumento da despesa e a diminuição da receita, nos últimos sete meses de crise pandémica, tivemos uma perda orçamental de cerca de um milhão de euros.

Recentemente esteve reunido com a administração do Hospital do Litoral Alentejano. Para que serviu este encontro?
Foram abordadas questões relacionadas com a abertura do novo espaço da urgência, para delinear uma estratégia de cooperação entre as várias entidades. Foram, também, abordadas as requalificações de extensões dos Centros de Saúde e a construção de uma nova extensão na Abela, obras a cargo da Unidade Local de Saúde, que a Câmara tem reivindicado ao longo dos últimos anos. Por enquanto, fica por construir o novo Centro de Saúde de Santiago do Cacém, uma promessa antiga. Quanto à requalificação do Centro de Saúde de Santo André, que temos exigido, poderá estar para breve.

A Câmara tem feito um forte investimento no ensino. O ensino é uma das principais apostas da Autarquia? E quais são as linhas mestras nesta sua aposta no ensino?
Temos investido muito na área da educação e isso é reconhecido, inclusive pelos nossos adversários políticos. Requalificámos as Escolas do Ensino Básico do 1.º Ciclo de Ermidas-Sado, n.º 3 e n.º 4 de Santo André. Está a decorrer um concurso público para a requalificação da Escola n.º 2. Equipámos todas as salas das escolas rurais com ares condicionados e quadros interativos, encerrámos os átrios com acrílicos, requalificámos os parques infantis e colocámos sombreamentos e construímos campos de jogos. Em todas as salas do pré-escolar colocámos computadores, com acesso à internet.

> "Não há uma criança do nosso Concelho que não tenha acesso a uma refeição na sua escola"

Na ação social escolar a Câmara também tem conseguido dar respostas?
Sem dúvida. Por exemplo, considero extremamente importante o trabalho ao nível dos transportes escolares. Independentemente da distância legal, asseguramos o transporte a crianças que necessitam. Em relação às refeições escolares não há uma criança do nosso Concelho que não tenha acesso a uma refeição na sua escola. No que diz respeito às atividades de Animação e Apoio à Família do pré-escolar são totalmente gratuitas. Não conheço outra Câmara no país a fazê-lo. Reforçámos este ano as verbas destinadas à ação social escolar e oferecemos os cadernos de fichas aos alunos do 1.º Ciclo. O nosso objetivo até ao final do mandato é mantermos este rumo na área da Educação, que tem sido uma prioridade para a Câmara Municipal e continuará a ser enquanto estivermos à frente desta Autarquia.

Quais as áreas prioritárias do investimento da Câmara até ao final do mandato?
Globalmente, e nesta fase do mandato, realizámos ou estão em fase de realização a maioria dos nossos compromissos eleitorais. Para além das requalificações urbanas em curso e do início das obras na escola n.º2 de Santo André, queremos ainda iniciar, entre outras, a requalificação da Zona de Atividades Mistas de Vila Nova de Santo André, do Bairro dos Serrotes, da estrada de Brescos, do Jardim Municipal de Santiago do Cacém e zona envolvente. O grande objetivo do nosso trabalho é servir as pessoas e que estas sintam que a sua Câmara Municipal trabalha em prol delas.

Qual a sua estratégia para o desenvolvimento económico de Santiago do Cacém?
Definimos uma estratégia para o desenvolvimento do nosso Município, em várias áreas, incluindo a económica, que assentou em primeiro lugar na promoção do nosso território e da marca Município de Santiago do Cacém. Investimos nessa vertente que tem tido reflexos muito positivos, nomeadamente, na área do turismo. Em quatro anos crescemos 122% em dormidas turísticas e em três anos crescemos 60% na oferta. A revisão do Plano Diretor Municipal, em vigor desde 2016, foi importantíssimo para alavancar o desenvolvimento do Município. Temos divulgado as áreas de acolhimento de empresas para conseguir mais investimentos. A qualificação urbana que temos empreendido é também ela um fator de desenvolvimento, dá qualidade de vida a quem vive nestas zonas e é sinónimo de mais turistas e de novos moradores.

> "O grande objetivo do nosso trabalho é servir as pessoas e que estas sintam que a sua Câmara Municipal trabalha em prol delas"

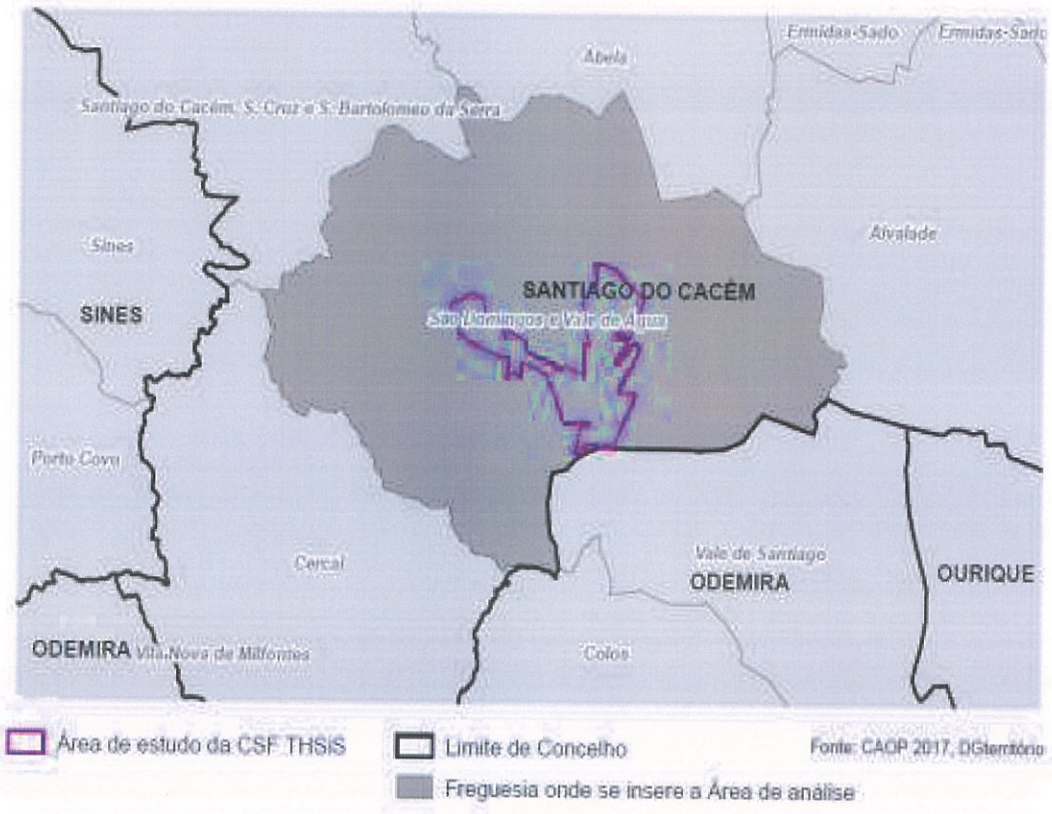


Figura 1 - Localização da CSF THE HAPPY SUN IS SHINING no concelho de Santiago do Cacém.

2. ACESSIBILIDADES E ALTERNATIVAS

As acessibilidades propostas visam garantir a mobilidade dos equipamentos, materiais e pessoal afetos à obra, preservando a segurança e a fluidez do tráfego.

O presente plano privilegia sempre que possível, a utilização de acessos existentes, evitando o corte e impacte em vias, populações e espécies arbóreas, especialmente as protegidas. No caso de se verificarem impactes criados pelas acessibilidades à obra, serão propostas e implementadas medidas de minimização.

Conforme referido anteriormente, os critérios para seleção dos acessos externos à CSF THSiS tiveram em conta a utilização de vias já existentes, com boas condições para receber o tráfego afeto à obra. O acesso para veículos ligeiros e pesados à área da CSF THSiS será efetuado, fundamentalmente, a partir da EM 551-1 em detrimento da passagem pela povoação de Vale da Água (EN390). Pelo facto de esta última ser a única zona urbana identificada no EIA da CSF THSiS e também pelo facto de a EM 551-1 oferecer o trajeto mais curto possível e criando menores impactes. O centro da povoação de Vale da Água dista aproximadamente de 250m da vedação da CSF THSiS. Optou-se por estudar

Figura 7 – EM-551-1 Acácio Guerreiro de Melo, troço de terra batida, acesso Norte.

Este último troço dá diretamente acesso ao Estaleiro da CSF THSiS por Norte. Desde o "Nó de Grândola Sul" até ao local de obra, este itinerário tem uma extensão total de 42,7 km. Nenhuma destas vias é interdita a veículos pesados, nem apresenta limites de tonelagem para circulação de veículos pesados.

Itinerário a partir do "Nó de Aljustrel"

No que diz respeito aos itinerários de acesso à localização da CSF THSiS a partir do "Nó de Aljustrel", o presente plano teve em consideração a seleção dos trajetos mais curtos possível e que criam menores impactes. Essencialmente são propostas duas formas de acesso à CSF THSiS após a passagem em Alvalade do Sado. Uma em direção ao Acesso Sul da CSF THSiS e outra em direção ao Acesso Norte da CSF THSiS, como se pode ver abaixo na Figura 8 – Itinerários de acesso à localização da CSF THSiS.

4.10 FASE DE CONSTRUÇÃO DA CENTRAL FOTOVOLTAICA

4.10.1 Intervenções previstas

A obra de construção da Central Fotovoltaica consistirá em:

- ☐ Execução dos caminhos (caminhos no interior do recinto), com características adequadas para o trânsito de veículos com capacidade de transportar os vários materiais e equipamentos afetos (inversores, postos de transformação, subestação e posto de corte);
- ☐ Construção da vedação do perímetro da Central;
- ☐ Nivelamento e preparação do terreno quando for necessário e nos locais onde seja permitido, ou seja, respeitando as condicionantes identificadas no presente EIA;
- ☐ Montagem da estrutura de produção;
- ☐ Execução da rede de cabos subterrânea;
- ☐ Execução das plataformas sobre as quais assentarão os postos de transformação, inversores, subestações e posto de corte e seccionamento;
- ☐ Construção das subestações intercalares e edifícios de comando;
- ☐ Construção da subestação principal e posto de corte e seccionamento;
- ☐ Instalação dos estaleiros.

Para a execução da obra de construção da Central Fotovoltaica, será necessário recorrer a três estaleiros, com uma área aproximada de 3874 m², 3873 m² e 6 400 m², num total de 14 147 m², localizados na zona central da CSF THSiS *(vd.* **Desenho 1 e 2,** nas **Peças Desenhadas).**

Anexo nova delimitação de áreas de estaleiro para saírem de REN conforme falámos.

As áreas afetas aos estaleiros incluem, uma zona destinada a armazenamento temporário de materiais, uma zona de estacionamento de veículos e máquinas afetos à obra, bem como três contentores para deposição de resíduos.

4.10.2 Preparação dos terrenos

A preparação da área onde será instalado o Projeto irá iniciar-se pela desmatação e desarborização da camada superficial do solo, na área abrangida pela implantação dos módulos fotovoltaicos, pelas

https://myplanet.pt/artigos/pulmao-gigante-oxigenio-floresta/

"PULMÃO" GIGANTE

30/06/2020

Um hectare de eucalipto produz, por ano, oxigénio para entre 37 a 80 pessoas.

A quantidade de oxigénio libertado pelas plantas está diretamente relacionada com a quantidade de dióxido de carbono (CO_2) que estas retiram da atmosfera, uma vez que o oxigénio é um subproduto da fotossíntese. Neste processo, as árvores guardam o carbono (C) transformado em biomassa (na forma de madeira do tronco, ramos, folhas e raízes) e libertam o oxigénio (O_2). E quanto mais rápido for o crescimento das árvores, mais oxigénio libertam para a atmosfera. Isto é particularmente importante tendo em conta que cada pessoa consome cerca de 300 kg de oxigénio por ano.

Dado que o eucalipto é uma árvore de crescimento rápido, desempenha um papel de relevo nesta equação. A ciência já fez as contas: um hectare de eucalipto – equivalente à área de um campo de futebol – liberta entre 11 e 24 toneladas de O_2 durante um ano (a variação depende das condições de solo e clima), o que representa uma capacidade de produção de oxigénio para entre 37 a 80 pessoas, anualmente.

Sequestro de carbono

As florestas de produção destacam-se pela sua grande capacidade de captura e sequestro de dióxido de carbono (CO_2). O facto de, como já vimos, se tratar de uma árvore de crescimento rápido, fruto de uma taxa de fotossíntese muito elevada, faz com que o eucalipto apresente valores de captura de carbono bastante superiores a, por exemplo, as florestas de montado ou pinhal. A investigação feita em Portugal mediu no eucalipto uma capacidade para assimilar até quase nove toneladas de carbono por hectare/ano, o triplo relativamente ao verificado no montado de sobro e azinho. Este serviço de regulação proporcionado pelo eucalipto tem um efeito mitigador das alterações climáticas. Embora a renovação da floresta em ciclos de 12 anos (da plantação à colheita da árvore) leve a uma reposição de parte deste carbono, a floresta de eucalipto permite um aumento significativo dos stocks de carbono na floresta e no solo, sob forma de matéria orgânica de longo prazo, para além de assegurar a sua capacidade de renovar a qualidade do ar.

Um estudo desenvolvido pelo Centro de Investigação e Tecnologias Agroambientais e Biológicas (CITAB), da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, apurou que, durante o seu crescimento, as plantações de eucalipto restituem ao solo cerca de 30% do carbono armazenado por este ecossistema. Este armazenamento é alargado também aos produtos com origem na madeira, como é o caso do papel, o que torna qualquer biblioteca num reservatório de carbono.

50% da remoção das emissões de CO_2 pela floresta portuguesa é assegurado pela floresta de eucalipto, o maior contribuinte nacional em matéria de sequestro de carbono.

7.3 CLIMA E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

7.3.1 Fase de construção

Na fase de construção da Central Fotovoltaica não se identificam impactes com significado no clima e consequentemente nas alterações climáticas.

7.3.2 Fase de exploração

A análise de impactes associados às alterações climáticas poderá ser feita sob o ponto de vista da mitigação e da adaptação, ou seja, a influência do Projeto no clima, nomeadamente pela sua contribuição para as emissões de CO_2 equivalente e, por outro lado, o impacte das alterações climáticas no Projeto e avaliando-se a necessidade de eventuais medidas de adaptação.

No caso em estudo, os principais impactes no clima serão, indiretos, e associados à não existência de queima de combustíveis fósseis na produção de energia elétrica, que daria origem à emissão de gases promotores do efeito de estufa e do aquecimento global. Promovendo a produção de energia sem recurso à emissão de gases com efeitos de estufa, implicará um impacte positivo, importante, ao nível da minimização dos efeitos climáticos associados ao aumento do efeito de estufa, contribuindo para o cumprimento dos objetivos do PNEC 2030.

Assim, no que respeita aos efeitos climáticos associados ao aumento do efeito de estufa e, nomeadamente, o aumento da temperatura a uma escala global, este Projeto gera, com a produção de energia através de fonte renovável sem recurso à emissão de gases com efeitos de estufa, impactes positivos, mas face à reduzida dimensão do Projeto, serão de magnitude reduzida, pouco significativos, de âmbito nacional, certos, permanentes, irreversíveis, imediatos e indiretos.

No caso particular deste Projeto, a área de estudo do Projeto é maioritariamente ocupada por área florestal, cerca de 80% composta por povoamentos de eucaliptos (1 243,48 ha), como tal é importante analisar o contributo que a presente área florestal tem na retenção de carbono (sumidouro). Destes, cerca de 983,65 ha serão cortados para a instalação da Central.

As florestas absorvem dióxido de carbono da atmosfera e têm capacidade de o armazenar através do processo da fotossíntese. Todavia, sabe-se também que esta acumulação é apenas temporária, pois no termo do ciclo biológico cada árvore liberta parcial ou totalmente para a atmosfera o CO_2 que fixou ao longo da vida. Por outro lado, com os incêndios florestais, a desflorestação e a decomposição das árvores mortas, as florestas tornam-se fontes de dióxido de carbono. As florestas funcionam assim apenas como

3 COMO É A ZONA ONDE SE INSERE O PROJETO?

Para se obter uma base de referência para avaliar os efeitos causados pela CSF THSiS foi feita uma caracterização da zona onde se insere o Projeto ao nível das várias componentes do ambiente cuja afetação pode ser prevista, tendo sido objeto de análise as seguintes áreas: clima e alterações climáticas, geologia, geomorfologia e sismicidade, hidrogeologia, recursos hídricos superficiais, solos e ocupação do solo, ecologia, qualidade do ar, ambiente sonoro, património, socioeconomia, paisagem e saúde humana. Complementarmente foi efetuada uma análise detalhada dirigida ao ordenamento do território e às servidões de utilidade pública.

A descrição que se segue aborda os aspetos mais relevantes de cada uma das áreas temáticas analisadas.

Clima e alterações climáticas: A temperatura média do ar em Santiago do Cacém varia entre 10,4 °C em janeiro e 21,4 °C em agosto. Verifica-se que anualmente a insolação tem um valor total médio de 2 856 horas. Julho é o mês com o maior valor de insolação, contabilizando 358 horas. A humidade média do ar é de 77,5%. A velocidade média anual do vento corresponde a 14,0 km/h. Anualmente, a média da evaporação totaliza 1 101,4 mm. A precipitação média anual é de 750,0 mm.

Nos cenários de alterações climáticas é expetável, na região do Projeto, um aumento de temperatura média anual e em especial das máximas, uma diminuição da precipitação média anual. Prevê-se ainda uma diminuição do número de dias de geada e o aumento dos fenómenos extremos de precipitação.

Geomorfologia, Geologia e Sismicidade: A área de estudo localiza-se no epicentro do polígono formado pelas Serras de Grândola e do Cercal e pelo Vale do Sado, caracterizando-se por um relevo suave, que drena para a bacia do rio Sado, maioritariamente para a Albufeira de Fonte Serne.

As altitudes variam entre 138 m na Figueirinha Vale da Vaca, e os 91 m perto dos braços da albufeira. Na área de estudo aflora, essencialmente rochas sedimentares. Sismicamente, insere-se nas zonas sísmicas de maior aceleração de referência de Portugal Continental.

Identifica-se na faixa nordeste da área de estudo um pedido de prospeção e pesquisa de depósitos minerais na área de estudo.

Hidrogeologia: A zona ocidental do terreno está abrangida pela massa de água subterrânea Zona Sul Portuguesa da Bacia do Sado, enquanto que a zona oriental está abrangida pela Bacia de Alvalade. No que respeita ao estado quantitativo, as massas de água subterrâneas na área de estudo apresentam

Para enquadrar o concelho de Santiago do Cacém a nível nacional apresenta-se o Quadro 5.42, com a evolução e taxa de variação da população residente em 2011 e 2017.

Entre 2011 e o ano de 2017, o concelho de Santiago do Cacém, registou uma diminuição de população de cerca de 2,9%. Segundo os dados do INE, em 2017 este concelho apresentava 28 892 residentes e uma densidade populacional de 27,3hab/km2.

Quadro 5.42 - População residente, nos anos de 2011 e 2017, assim como, a respetiva taxa de variação.

Região Sub-região Concelho	2011	2017	Taxa de Variação 2011-2017 (%)	Densidade populacional, 2017 (hab/km²)
Continente	10 047 621	9 792 797	-2,5	109,9
Alentejo	757 302	711 950	-6,0	22,5
Alentejo Litoral	97925	93 774	-4,2	17,7
Santiago do Cacém	**29 749**	**28 892**	**-2,9**	**27,3**

Fonte: Censos 2011 e projeções de 2017, (INE, 2019)

Atualmente, com a reorganização administrativa do território das freguesias (2013), como atrás referido, Santiago do Cacém apresenta 8 freguesias. Contudo, de acordo com os últimos Censos (Censos 2011), Santiago do Cacém ainda apresentava as onze freguesias, o que leva a que a análise censitária que se seguirá, terá, como referência ainda estas onze freguesias.

De acordo com os Censos 2011, nas freguesias onde se insere a área de estudo da futura central, São Domingos e Vale de Água, no período (2001-2011), a população residente diminuiu cerca de 16,6% e 18,7%, respetivamente. As restantes freguesias pertencentes ao concelho, com exceção da freguesia de Santiago do Cacém, também perderam população residente, sendo, Abela a freguesia com maiores perdas em dez anos (*vd.* Quadro 5.43). As freguesias de Santo André, seguida da freguesia de Santiago do Cacém, são as freguesias com mais população residente (10 647 e 7 603 habitantes, respetivamente).

Quadro 5.43 - População residente e variação entre 2001 e 2011 no concelho de Santiago do Cacém e suas freguesias.

Região Concelho Freguesia	População residente 2011 (N.º)	Taxa de variação (2001- 2011) (%)
Portugal	10562178	1,99
Continente	10047621	1,81
Alentejo	757302	-2,48
Alentejo Litoral	97925	-2,05
Santiago do Cacém	29749	-4,36
Abela	890	-19,60

Turismo

"Mala voadora"

Santiago do Cacém recebe projeto cultural e turístico inovador

Um projeto que combina alojamento turístico com um centro de residências artísticas vai nascer em Santiago do Cacém, na Barragem de Campilhas. Desenvolvido pela estrutura artística Mala Voadora, e com um investimento de 4 milhões de euros, o projeto é composto por sete edifícios, que incluem "salas polivalentes, um grande auditório e estúdio de gravação de som, com uma capacidade de alojamento para 53 hóspedes, entre turistas, artistas e criadores". O espaço será gerido pela empresa DAM Business, que pretende avançar com a construção do complexo em 2021. A ideia foi apresentada na Sala de Sessões da Câmara Municipal de Santiago do Cacém, no passado dia 16 de setembro, e contou com a presença da Ministra da Cultura, Graça Fonseca.

Concelho entra no mapa artístico

O Presidente da Câmara, Álvaro Beijinha, considera um projeto "diferenciador, porque embora seja de caráter turístico as suas características marcam a diferença relativamente ao resto. Irá colocar Santiago do Cacém no mapa artístico, porque, como foi referido durante a apresentação da iniciativa, exemplos de complexos com esta natureza a nível nacional não existem. Tendo em conta os contactos que a Mala Voadora tem, inclusive a nível internacional, decerto que este espaço vai ser muito procurado pelas companhias de teatro entre outras estruturas ligadas às artes."

Para a Ministra da Cultura, Graça Fonseca, esta é "uma ideia muito original a que a Mala Voadora está a desenvolver nesta herdade, ao incorporar o turismo rural com a residência artística, com a programação e a criação, com o objetivo de atrair artistas nacionais e internacionais. É um projeto com um potencial muito interessante não só para a região, mas, também, para o país porque estão a criar algo novo."

rostos.pt O SEU DIÁRIO DIGITAL

autarquias

Em Santiago do Cacém
São Domingos e Vale de Água são referência na agricultura e em projetos empresariais de sucesso

A penúltima etapa da Presidência nas Freguesias decorreu entre os dias 2 e 4 de julho, na União de Freguesias de São Domingos e Vale de Água. Álvaro Beijinha e os Vereadores a tempo inteiro, acompanhados pelo Presidente da Junta de Freguesia, Joaquim Gonçalves, e por técnicos da CMSC, cumpriram três dias de visita a um território onde pontificam as atividades ligadas à agricultura e projetos empresariais de sucesso.

"Continuamos a olhar para São Domingos e Vale de Água como duas freguesias do nosso Município, com realidades próprias, com as suas gentes", sublinha Álvaro Beijinha, a propósito da nova realidade administrativa do território. O Presidente da CMSC destaca "uma potencialidade muito forte do ponto de vista das atividades económicas, em particular no domínio da agricultura, com a zona de regadio (arroz, milho). Tivemos oportunidade de visitar duas explorações".

Por outro lado, também em São Domingos, as palavras elogiosas vão também para um projeto que está praticamente concluído: um novo núcleo museológico de moagem. "É um projeto privado de uma família que recuperou uma antiga moagem e que vai também ter componente de hotelaria, com nove quartos. A CMSC tem estado fortemente empenhada do ponto de vista técnico neste projeto do Museu", realça Álvaro Beijinha, que se congratula por o Município passar a ter "mais um polo museológico", que classifica de "muito importante, não apenas do ponto de vista turístico, mas também no domínio cultural".

O Presidente da CMSC não esquece um dos "temas quentes" das últimas semanas e sublinha a "oportunidade de visitar a escola de São Domingos, cujo encerramento estava previsto pelo Governo, mas que não irá fechar após o protesto veemente por parte da CMSC e da população".

Em Vale de Água, o destaque vai para "alguns projetos empresariais que estão a dar os seus frutos, como

é o caso do Hotel Rural Monte Xisto, um hotel de quatro estrelas, que abriu há praticamente dois anos e que está com índices de ocupação muito interessantes. É certamente um excelente cartão de visita não apenas da freguesia, mas também do Município e da Região". Álvaro Beijinha evidencia ainda "a visita efetuada à Herdade do Cebolal, cuja nova adega está em fase de conclusão, algo que é único na nossa região, um projeto de uma família que tem investido muito nesta componente do vinho, e que para além da sua produção está também a iniciar, com esta nova adega, um projeto de enoturismo, que irá dar um contributo muito forte na aposta nas atividades económicas que criem riqueza no nosso Concelho", conclui.

Para Joaquim Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia, a visita foi "muito positiva", lembrando que "é bom as pessoas verem os eleitos sem ser em altura de eleições". Sobre a iniciativa, o autarca destaca a possibilidade de o executivo camarário conseguir, desta forma, "inteirar-se dos problemas que existem" e valoriza também "o contacto direto com a população", que é recebido pelas pessoas "com agrado". Por outro lado, Joaquim Gonçalves realça a "explicação direta às pessoas sobre a situação financeira e sobre o que se pode ou não fazer".

Sobre a preocupação do executivo municipal com as atividades económicas e as visitas efetuadas, Joaquim Gonçalves não tem dúvidas sobre a sua importância. "Foi fantástico, os agricultores ficaram agradados e mostraram com satisfação as suas explorações, que são uma das maiores riquezas que temos na nossa Freguesia. Temos a maior concentração de empresas que estão ligadas à agricultura nos Foros do Locário, principalmente na camionagem e máquinas". O Presidente da Junta de Freguesia destaca também, à semelhança de Álvaro Beijinha, "a instalação do Museu da Moagem".

A Presidência nas Freguesias tem a sua última ronda agendada para os dias 9, 10 e 11 de julho, em São Francisco da Serra.
Fonte:CMS

9.7.2014 - 14:04

COPYRIGHT Todos os elementos deste site são da propriedade do Rostos e estão protegidos pela lei portuguesa, ao abrigo do Código dos Direitos de Autor e do Código da Propriedade Industrial, não sendo atendível a invocação do desconhecimento dessa protecção legal. A utilização dos mesmos apenas é permitida para fins não comerciais e informativos ou para utilização pessoal e não deverão ser copiados, modificados, reproduzidos, publicados ou divulgados sob qualquer forma sem autorização do seu proprietário. Exceptuam-se a esta interdição os usos livres autorizados por lei, nomeadamente o direito de citação, desde que claramente identificada a origem.
A cópia, reprodução e redistribuição deste website para qualquer servidor que não seja o escolhido pelo seu propietário é expressamente proibida.

Design: **Rostos Design**

Fotografia e Textos: **Jornal Rostos.**

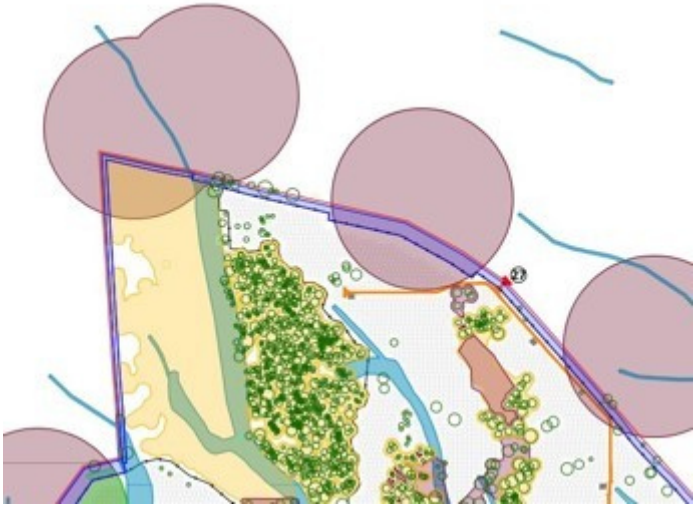
Copyright © 2002-2021 Todos os direitos reservados.

Anexo ao documentos de contestação

Amarelo: vedação

Vermelho: caminho interno

Azul: acesso



RS pág 93

O sistema de vigilância CCTV é constituído por várias câmaras tipo Dome colocadas em lugares estratégicos sobre colunas até 5 m de altura, que filmam e transmitem imagens para os monitores da central de monitoração. Junto aos PT/INV e subestações serão ainda instaladas câmaras fixas. O sistema de CCTV deve fornecer imagens de alta qualidade tanto de dia, como no escuro. Serão instalados vídeo gravadores digitais que se encarregarão da receção dos sinais de vídeo e armazenamento em formato digital.

SOFV2109801BGME0001-Pág 93

Além dos componentes principais, o parque conta com uma série de componentes *standard*: sistema de monitorização, sistema de segurança, sistema de anti-incêndios, etc..

Relativamente ao sistema de segurança do parque, será instalada uma vedação cinegética perimetral. Em cada uma das entradas no parque, cada posto de transformação e cada subestação serão instaladas câmaras de videovigilância fixas. Adicionalmente serão instaladas câmaras DOMO com raio de alcance de 300 metros em pontos estratégicos do parque, preferencialmente ao longo dos caminhos internos da central, de modo maximizar a área do parque vigiada por estes equipamentos. Ambas se complementam e detetam possíveis entradas de pessoas não autorizadas na zona do parque fotovoltaico.

Sou completamente absolutamente contra a construção, instalação e exploração do projecto reformulado da Central Fotovoltaica THSIS pois continua a

- Não representar qualquer mais valia local para a população – pagina 72 - Avaliação de Impacte Ambiental (AIA 3362)

- "Globalmente, os principais impactes na ocupação do solo, serão negativos, de magnitude e significância variável, mas relevantes no âmbito local se forem consideradas condições como o modo de vida das populações". – pagina 28 Avaliação de Impacte Ambiental (AIA 3362)

-"A construção dos diferentes elementos de projeto determinará uma radical transformação na atual ocupação do solo. Estas ações, pelo facto de determinarem um uso exclusivo para a produção de energia elétrica, impedem o desenvolvimento da sua atual utilização (exploração maioritariamente florestal), o que se traduz num impacte negativo significativo" - pagina 28. Avaliação de Impacte Ambiental (AIA 3362)

- "Globalmente, considera-se que os principais impactes na ocupação do solo, serão negativos, diretos, significativos, permanentes, imediatos e de âmbito local, dada a tipologia de ocupação afetada, quer localmente, quer na sua envolvente mais próxima. Especificamente há a acrescentar impactes de elevada magnitude no que se refere à implantação dos módulos fotovoltaicos," - pagina 30 Avaliação de Impacte Ambiental (AIA 3362)

- Não apresenta descrição das soluções alternativas razoáveis estudas, incluindo a ausência de intervenção, tendo em conta a localização e as exigências no domínio da utilização dos recursos naturais e razões da escolha – portaria 399/2015 de 5 novembro, 2.3.1, anexo II

- A nível de impactes ambientais, são impactes negativos muito significativos, irreversíveis, não minimizáveis ou compensáveis.

- Não é um projecto sustentável de desenvolvimento pois irá contribuir para o aumento dos níveis de CO2 , quer pelo abate de árvores, movimentação de mais de 98 mil m3 de terras e quer pela circulação de veículos ,pesados e ligeiros, que podem chegar a 17 camiões diários

- Não representa nenhum sumidoro de Co2 muito pelo contrário contribuirá para a libertação de CO2 na atmosfera pelo corte de árvores e pela movimentação de mais 98 m3 de terra e pelo grande aumento de circulação rodoviária na localidade,e não só, pois irão passar por Azinheira de Barros, Mimosa,Alvalade ,São Domingos e Vale de Água

- Não contribuirá para a nível nacional, para a independência energética do país, pois a empresa é Espanhola.

- Não estão assegurados os direitos das gerações presentes e futuras

- “energias renováveis .. à custa da destruição da biodiversidade e da qualidade de vida das populações é contra todos os princípios de um desenvolvimento que se pretende sustentável.- pagina 67 Avaliação de Impacte Ambiental (AIA 3362)

No termos “subalínea i), da alínea b), do n.o 3 do artigo 1.o do regime jurídico acima mencionado, estando enquadrado pela alínea a) do n.o 3 do Anexo II: “Instalações industriais destinadas à produção de energia elétrica (...) (não incluídos no anexo I)”, com Potência instalada ≥ 50 MW (caso geral). Por integrar uma subestação com área superior a 1 ha, o Projeto também tem enquadramento na alínea b), do n.o 3 do Anexo II: “Instalações industriais destinadas ao transporte de gás, vapor e água quente e transporte de energia elétrica por cabos aéreos (não incluídos no anexo I)”, com Subestações com linhas ≥ 110 kV e área ≥ 1 ha (caso geral). Dado que será necessária a desflorestação de uma área superior a 50 ha, o Projeto em análise tem ainda enquadramento no caso geral, da alínea d) do ponto 1 do Anexo II: “Florestação e reflorestação, desde que implique a substituição de espécies preexistentes, em áreas isoladas ou contínuas, com espécies de rápido crescimento e desflorestação destinada à conversão para outro tipo de utilização das terras”, com desflorestação ≥ 50 ha (caso geral).- pagina 1- Avaliação de Impacte Ambiental (AIA 3362)

Face à grande área de desflorestação, só por si, impunha-se uma avaliação do impacto , o que não foi realizado.

Além de que pressupoõe uma alteração do uso de solo de para Industrial

“apenas pode haver alteração do uso do solo quando o incêndio tiver ocorrido há mais de 25 anos (alínea a) do ponto 4ª do Decreto-lei nº 169/2001, de 25 de maio).” - página 48 “não há registo de áreas ardidas nos últimos 10 anos sobrepostas com a área de estudo onde se prevê a implantação da CSF THSiS “. - página 45 https://participa.pt/contents/consultationdocument/05-ADT-EIA-CSF%20THSIS.pdf

“A implementação deste Projeto, numa área com cerca de 1.000ha, determinará uma alteração física da Área de Estudo, pouco artificializada e sem intrusões visuais maiores. Tal traduzir-se-á na perda de áreas naturais e seminaturais para uma área artificializada e homogénea em cerca de 8,3% da Área de Estudo e na contaminação visual de grande parte desta, equivalente a cerca de 6.406ha, ou seja, cerca de 53% da Área de Estudo. O presente Projeto, tende assim para constituir um impacte significativo em termos de artificialização física e visual da

Paisagem, traduzindo-se numa extensa área homogénea que será ocupada imprimindo um nível muito elevado de artificialização à Paisagem. “- pagina 52

“alteração do uso do solo atual pela implantação do Projeto estará sempre associado um impacte negativo no setor agrícola e florestal, assim como na biodiversidade local. - página 33 https://participa.pt/contents/consultationdocument/05-ADT-EIA-CSF%20THSIS.pdf

“o Projeto irá iniciar-se pela desmatação e desarborização da camada superficial do solo, na área abrangida pela implantação dos módulos fotovoltaicos, pelas plataformas onde serão instalados os inversores, os postos de transformação, as subestações, o posto de corte e as baterias, pelos caminhos e pelo estaleiro”- pagina 10. Avaliação de Impacte Ambiental (AIA 3362)

“ os trabalhos de desmatação, preparação de terrenos e movimentação de terras, tornarão os solos mais vulneráveis e suscetíveis à ação dos agentes erosivos, podendo acentuar ou determinar processos de erosão e arrastamento de solos. O impacte associado à erosão é negativo”..Nesta fase, ocorrerá a compactação de solos decorrente da instalação de estaleiros e acessos e a movimentação de pessoas, máquinas e veículos afetos às obras. Trata-se de um impacte negativo – página 37 Avaliação de Impacte Ambiental (AIA 3362)

“A desmatação e desflorestação nos sectores mais próximos do vale da ribeira de Vale Diogo e afluentes da albufeira de Fonte Serne, colocam a superfície do terreno à mercê dos agentes erosivos, com destaque para os eventos de precipitação intensa e concentrada no tempo que ocorrem na região, poderão provocar o aumento do transporte sólido para a albufeira, dado que as vertentes da área de estudo drenam praticamente toda a área da propriedade para a albufeira “- pagina 17 Avaliação de Impacte Ambiental (AIA 3362)

“A desflorestação preconizada, e a consequente perda de cobertura vegetal do solo, e o seu revolvimento aumentará a sua sensibilidade à erosão, especialmente nas encostas com declive mais pronunciado e/ou extensas. Tal poderá conduzir à perda de grande quantidade da fração fina do solo o que levará ao empobrecimento do mesmo e poderá afetar os ecossistemas ribeirinhos, devido à acumulação nestes de grande quantidade de sedimentos. O impacte expectável será negativo” pagina 41 Avaliação de Impacte Ambiental (AIA 3362)

“Assim, a desflorestação, a desmatação, a decapagem dos solos, a limpeza do terreno, as ações associadas à construção e à instalação das infraestruturas que integram a central fotovoltaica, a circulação de pessoas, de veículos e de maquinaria darão origem à afetação dos valores naturais, induzindo também a perda de biodiversidade, de habitat e a degradação daquela área. O principal impacte previsto é a grande mortalidade provocada pelas ações de

desflorestação e decapagem dos solos nos animais mais pequenos e lentos como os anfíbios e especialmente os répteis, bem como pequenos mamíferos. O atravessamento das linhas de água pela maquinaria e viaturas é especialmente destrutivo." – pagina 41 Avaliação de Impacte Ambiental (AIA 3362)

"os dois processos da desmatação e desarborização irão provocar um impacte negativo, imediato, direto, certo, de elevada magnitude e significância, apesar de constituir uma ocupação maioritariamente florestal de valor ecológico reduzido. Refira-se que existem também algumas manchas onde o porte arbóreo apresenta algum valor ecológico" - pagina 66
https://participa.pt/contents/consultationdocument/05-ADT-EIA-CSF%20THSIS.pdf

"Será desflorestada à área de eucaliptal existente (983,65 ha), que corresponde ao corte e arranque estimado de 1 500 000 árvores. Nesta área serão implantados os módulos fotovoltaicos (936,11 ha), serão também construídos os estaleiros (2,12 ha), serão executados os acessos e as valas (31,34 ha), construídas as subestações e o posto de corte (4,07 ha) e o parque de baterias (2,33 ha), serão também construídos os inversores (3,02 ha) e colocada a vedação (4,66 ha). Todas estas ações darão origem a impactes negativos muito significativos, atendendo à extensa área florestal a eliminar, promovendo esta ação, consequentemente, a perda de biodiversidade, de habitats e de vegetação. A eliminação de espaço biótico constitui assim um impacte negativo significativo, pois embora a biodiversidade nos eucaliptais seja mais baixa quando comparada com a floresta autóctone, aqueles espaços comportam várias espécies florísticas e faunísticas, sendo que estas últimas os poderão utilizar como habitats de reprodução e alimentação mas especialmente de refúgio dada a dimensão das manchas de eucaliptal e a densidade de árvores, situação que ganha ainda mais importância com o facto de existirem várias zonas de caça na região envolvente" – pagina 41 Avaliação de Impacte Ambiental (AIA 3362)

"A desflorestação da área a intervencionar assim como as ações inerentes à fase de construção do projeto induzirão impactes negativos no dormitório de grandes dimensões de pombos torcaz (Columba palumbus). Embora o EIA não localize com precisão esta área nem quantifique o efetivo de pombos que a utiliza, este dormitório está protegido por lei, nomeadamente pelo Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, na sua redação atual, que é aplicável "A todas as espécies de aves, incluindo as migratórias, que ocorrem naturalmente no estado selvagem no território europeu dos Estados membros da União Europeia, a todas as espécies de aves constantes dos anexos A-I, A-II, A-III e D do presente diploma e que dele fazem parte integrante, bem como aos ovos, ninhos e habitats de todas aquelas espécies". S
egundo o disposto no número 1 do seu Artigo 11.º, "Para assegurar a proteção das espécies de aves previstas na alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º e das espécies animais constantes dos anexos B-II e B-IV, é proibido: a) Capturar, abater ou deter os espécimes respetivos, qualquer que seja o método utilizado; b) Perturbar esses espécimes, nomeadamente durante o período de reprodução,

de dependência, de hibernação e de migração, desde que essa perturbação tenha um efeito significativo relativamente aos objetivos do presente diploma; c) Destruir, danificar, recolher ou deter os seus ninhos e ovos, mesmo vazios; d) Deteriorar ou destruir os locais ou áreas de reprodução e repouso dessas espécies.".
Assim sendo, considera-se que o impacte gerado é negativo muito significativo, pois a instalação da central fotovoltaica levará, provavelmente, à extinção deste dormitório.

- Relativamente à fauna, considera-se que as ações associadas à fase de construção da central irão dar origem a impactes negativos, sobretudo na fauna terrestre, em virtude da desarborização e da limpeza do terreno, da presença de pessoas, de veículos e de maquinaria afetos à obra e da construção das infraestruturas previstas. Estas ações reduzirão drasticamente a área disponível, quer de alimentos, de refúgio e/ou de nidificação de algumas espécies da fauna. Atendendo à extensa área a intervir, à consequente perda de habitat e ao atropelamento de alguns grupos de fauna com mobilidade mais lenta, considera-se que os respetivos impactes gerados serão negativos, significativos e não minimizáveis." Página 43 Avaliação de Impacte Ambiental (AIA 3362)

"Os impactes da construção do Projeto no meio geológico estão associados à movimentação de máquinas e veículos para a desmatação da área, à movimentação de "terras" (escavações e terraplenagens para regularização dos locais de instalação dos inversores e postos de transformação), a abertura e beneficiação de acessos, a ocupação e impermeabilização dos solos sobretudo na área da subestação e posto de corte. Os principais impactes na morfologia e relevo resultam das atividades de escavação e depósito de terras associadas à remoção da camada superficial dos solos para a implantação dos inversores, subestações intercalares, subestação e posto de corte, e das plataformas das vias de circulação e das redes de valas para os cabos de ligação" – pagina 25 Avaliação de Impacte Ambiental (AIA 3362)

"Os impactes negativos identificados na fase de construção manter-se-ão na fase de exploração… as áreas de implantação que correspondem às áreas impermeabilizadas do solo que são, essencialmente, as fundações de suporte estrutura que suportam os módulos fotovoltaicos, pelos inversores, postos de transformação, pelas subestações intercalares, subestação e posto de corte, pelos acessos e pela área destinada às baterias, que correspondem no total a áreas reduzidas…
Por estas razões, permanecem os impactes negativos associados à alteração permanente do solo, realçandose o facto da situação se manter durante o tempo útil de vida do projeto (30 anos). Avaliação de Impacte Ambiental (AIA 3362)
Nesta fase, ocorrerá a compactação de solos decorrente da instalação de estaleiros e acessos e a movimentação de pessoas, máquinas e veículos afetos às obras. Trata-se de um impacte negativo

"Fase de construção e relativamente aos Sistemas Ecológicos, considera-se que a implantação da Central Fotovoltaica THSiS implicará ações associadas à construção que darão origem, globalmente, a impactes negativos sobre a fauna,..(pagina 40 ..)flora, vegetação e habitats. Assim, a desflorestação, a

desmatação, a decapagem dos solos, a limpeza do terreno, as ações associadas à construção e à instalação das infraestruturas que integram a central fotovoltaica, a circulação de pessoas, de veículos e de maquinaria darão origem à afetação dos valores naturais, induzindo também a perda de biodiversidade, de habitat e a degradação daquela área. O principal impacte previsto é a grande mortalidade provocada pelas ações de desflorestação e decapagem dos solos nos animais mais pequenos e lentos como os anfíbios e especialmente os répteis, bem como pequenos mamíferos. O atravessamento das linhas de água pela maquinaria e viaturas é especialmente destrutivo" (página 41)- Avaliação de Impacte Ambiental (AIA 3362)

"Os impactes negativos identificados na fase de construção manter-se-ão na fase de exploração… as áreas de implantação que correspondem às áreas impermeabilizadas do solo que são, essencialmente, as fundações de suporte estrutura que suportam os módulos fotovoltaicos, pelos inversores, postos de transformação, pelas subestações intercalares, subestação e posto de corte, pelos acessos e pela área destinada às baterias, que correspondem no total a áreas reduzidas…

Por estas razões, permanecem os impactes negativos associados à alteração permanente do solo, realçandose o facto da situação se manter durante o tempo útil de vida do projeto (30 anos). Avaliação de Impacte Ambiental (AIA 3362)

Nesta fase, ocorrerá a compactação de solos decorrente da instalação de estaleiros e acessos e a movimentação de pessoas, máquinas e veículos afetos às obras. Trata-se de um impacte negativo

"a ocupação do solo na área de Projeto irá, na sua generalidade
sofrer alterações, passando de áreas de exploração florestal e eucalipto, para área de produção de energia renovável solar fotovoltaica".—página 45https://participa.pt/contents/consultationdocument/05-ADT-EIA-CSF%20THSIS.pdf

Os principais impactes cumulativos a considerar são os resultantes da remoção/eliminação da flora, vegetação e habitat; em concreto, a desflorestação de extensas áreas de eucaliptal e de outras áreas de pinheiro bravo e pinheiro manso, dão origem a impactes negativos, muito significativos e não minimizáveis, considerando a grande dimensão da Central Fotovoltaica THSiS e a proximidade às restantes centrais. Relativamente à fauna, refere-se o acentuar da perda de habitat, da mortalidade por colisão com as linhas e do efeito de exclusão provocado pela presença de outras centrais fotovoltaicas, dando também origem a impactes negativos, muito significativos e de magnitude elevada. – pagina 45 Avaliação de Impacte Ambiental (AIA 3362)

Quanto aos sobreiros

"os pressupostos de trabalho em que o EIA se desenvolveu não estão corretos" - PAGINA 42 Avaliação de Impacte Ambiental (AIA 3362)

Embora, segundo o EIA, não se preveja a afetação direta de exemplares de sobreiros, quer se encontrem em área classificada como povoamento (montado), quer se encontram dispersos no território, sendo sempre assumido como premissa a sua preservação, verifica-se que tal não ocorre, conforme explicito no presente parecer no ponto relativo à ecologia. – pagina 29 Avaliação de Impacte Ambiental (AIA 3362)

"quando analisadas as shapefiles do projeto verificou-se que a área de povoamento de quercíneas não está bem marcada e que existem mais exemplares de quercíneas do que aqueles que foram identificadas pelo proponente " pagina 41 Avaliação de Impacte Ambiental (AIA 3362)

"também que não foram levantados pelo proponente os exemplares existentes na envolvente à área de intervenção do projeto, facto que poderá ter influenciado a determinação de povoamento em alguns locais na área proposta para a central ….induzir um impacte negativo, muito significativo, atendendo a que esta proposta, contrariamente ao indicado no RS do EIA, poderá implicar a afetação de sobreiros, espécie legalmente protegida" – pagina 42 Avaliação de Impacte Ambiental (AIA 3362)

"o (Quercus suber), espécie que atualmente se encontra em unidades de montado/habitat, na constituição de povoamentos florestais, ou a regenerar de forma isolada na área em avaliação. É uma espécie que apresenta estatuto de proteção legal de acordo com o Decreto-Lei nº 169/2001, de 25 de maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 155/2004, de 30 de junho"- pagina 38 Avaliação de Impacte Ambiental (AIA 3362)

"Refere ainda o RS do EIA que o trabalho de campo desenvolvido permitiu identificar, na área de intervenção do projeto, dois habitats listados na Diretiva n.º 2013/17/UE: Habitat 6310 - Montado de sobreiro e Habitat 6420 - vegetação ribeirinha. Em termos percentuais, refere o RS do EIA que da área estudada, as unidades de origem antrópica são as que têm maior representatividade (81%), sendo fundamentalmente representadas pelos eucaliptais (78,9%). As unidades de vegetação naturais … fazem-se representar fundamentalmente pelo montado (13,1%), encontrando-se a vegetação ribeirinha restrita a 2,2%"- página 38 Avaliação de Impacte Ambiental (AIA 3362)

"Relativamente aos exemplares de quercíneas identificados no EIA e cuja preservação é intenção do proponente, considera-se que a fase de construção, com todas as ações que lhe são inerentes (circulação e ação de maquinaria), poderá causar danos irreversíveis nestes sobreiros, em virtude de estarem isolados no interior da extensas áreas de painéis onde será necessário intervir e, mesmo assegurando um perímetro de salvaguarda definido no EIA a estes exemplares, que corresponde à projeção do dobro do raio da copa, poderá não ser suficiente para evitar a afetação dos mesmos e ocorrer a sua depreciação ou mesmo morte, sendo, por esse motivo, expectável um impacte negativo, significativo"
Pagina 42, Avaliação de Impacte Ambiental (AIA 3362)

“No caso da vedação verifica-se a afetação de cerca de 1,75 ha de área de montado” – pagina 29 Avaliação de Impacte Ambiental (AIA 3362)

“ a instalação da vedação intersetará a área de proteção de 154 sobreiros, e o caminho existente na área de intervenção do projeto intersetará a área de proteção de 122 sobreiros, facto que contribuirá para aumentar a significância do impacte negativo identificado. – pagina 42 Avaliação de Impacte Ambiental (AIA 3362)

Na fase de exploração

“Os impactes negativos identificados na fase de construção manter-se-ão na fase de exploração… nesta fase as áreas de implantação que correspondem às áreas impermeabilizadas do solo que são, essencialmente, as fundações de suporte estrutura que suportam os módulos fotovoltaicos, pelos inversores, postos de transformação, pelas subestações intercalares, subestação e posto de corte, pelos acessos e pela área destinada às baterias “- pagina 30

“ Por estas razões, permanecem os impactes negativos associados à alteração permanente do solo, realçandose o facto da situação se manter durante o tempo útil de vida do projeto (30 anos) “ – pagina 30 Avaliação de Impacte Ambiental (AIA 3362)

“ Na fase de exploração poderão ocorrer avarias nos equipamentos, pelo que, na eventual necessidade de reparação ou substituição dos mesmos, poderá ser utilizada a área circundante das mesmas, situação que poderá configurar um impacte negativo” – pagina 31 Avaliação de Impacte Ambiental (AIA 3362)

“ Durante estas ações, ou em operações de manutenção, poderão ocorrer derrames acidentais de óleos ou e/ou combustíveis dando origem a um impacte negativo” - pagina 31 Avaliação de Impacte Ambiental (AIA 3362)

Na “ fase de exploração… há a considerar que o manuseamento dos óleos/combustíveis associados representa um risco potencial de contaminação do solo. Está ainda previsto que os anteriores locais dos estaleiros sejam ocupados por painéis fotovoltaicos. Fase de desativação Nesta fase, com a remoção das diversas infraestruturas e equipamento, cabos enterrados, ações de escavações e movimentações de terras, existirá previsivelmente, tal como na fase de construção, impacte negativo de erosão dos solos uma vez que serão os mesmos colocados a descoberto”.- pagina 37 Avaliação de Impacte Ambiental (AIA 3362)

Na Fase de exploração “a perda de uma vasta área de 991,72 ha, que corresponde das diferentes unidades de vegetação afetadas na fase de construção. Alguns dos impactes negativos originados nesta fase assumirão um carácter definitivo durante o tempo de duração da exploração do projeto (cerca de 30 anos). Provavelmente desenvolver-se-á vegetação herbácea e esta cobrirá os solos intervencionados, promovendo a criação de habitats para a fauna, especialmente a entomofauna, herpetofauna e ainda os pequenos

mamíferos… ocorrerão impactes negativos … , sobre a flora e vegetação existente, em resultado da movimentação de veículos e de pessoas afetas à manutenção da central fotovoltaica. As poeiras produzidas pela movimentação dos veículos, em particular durante a época seca, acumulam-se na vegetação circundante, debilitando os indivíduos pela interferência nos seus processos fisiológicos, o que também assume um impacte negativo, embora pouco significativo, atendendo à afluência de veículos motorizados ao local que se afigura ser reduzida" pagina 44 Avaliação de Impacte Ambiental (AIA 3362)

"Relativamente à fauna, o funcionamento da central fotovoltaica pode provocar alterações no comportamento de algumas espécies que utilizam a área, dando lugar a fenómenos de perturbação e de afastamento…As ações de manutenção e de reparação de equipamentos e, ainda, a gestão da vegetação que poderá interferir no bom funcionamento das estruturas da central fotovoltaica incrementarão a perturbação da fauna, o que constituirá um impacte negativo…As operações de controlo da vegetação também serão bastante impactantes sobretudo na flora mas também nos grupos faunísticos referidos acima assim como em algumas espécies de aves que nidificam no chão como, por exemplo, os noitibós… A instalação da vedação… dará origem a impactes negativos muito significativos, considerando o comprimento desta, a área circunscrita, o efeito barreira e a fragmentação de habitat que a mesma gerará, não obstante esteja prevista a colocação de passagens para a fauna….Sobretudo no caso dos quirópteros, a presença da superfície dos painéis solares irá condicionar a utilização desta área, em particular nas noites de céu limpo e de luar, provocando o afastamento destes. Tal situação dará origem a um impacte negativo…No caso das aves, a superfície dos painéis poderá proporcionar o "efeito lago", por reflexão da luz sobre uma vasta área de painéis, induzindo as aves em erro, como consequência este fenómeno poderá conduzir à mortalidade de inúmeras aves por colisão com as estruturas do projeto. Assim, serão expectáveis impactes negativos, significativos atendendo à extensa área de painéis proposta no projeto em avaliação" pagina 44 Avaliação de Impacte Ambiental (AIA 3362)

"Para a fauna, pela perda de habitat, mortalidade e efeito de exclusão, assume-se que estes serão de negativa, ocorrência provável, magnitude elevada, irreversível (no caso da mortalidade) e reversível (no caso da alteração da ocupação do solo e efeito barreira), permanente, local, podendo por isso ser classificados como significativos a muito significativos (no caso da mortalidade quando afetadas espécies ameaçadas)".- página 56 https://participa.pt/contents/consultationdocument/05-ADT-EIA-CSF%20THSIS.pdf

"De acordo a informação constante no EIA verifica-se que na área estudada para instalação da central existem áreas afetas ao regime da RAN (cerca de 0,44 ha, o que corresponde a 0,03% da área de estudo), contudo, a área de RAN que ficará no interior da área delimitada pela vedação será de 38,82 ha."- pagina26

Na área de implantação da central destacam-se os povoamentos florestais.. também de Pinheiro-manso, de Pinheiro-bravo, e de povoamentos de sobreiro (pagina 26)….area florestal de 80,7% " pagina 27 Avaliação de Impacte Ambiental (AIA 3362)

"De acordo a informação constante no EIA verifica-se que na área estudada para instalação da central existem áreas afetas ao regime da RAN (cerca de 0,44 ha, o que corresponde a 0,03% da área de estudo), contudo, a área de RAN que ficará no interior da área delimitada pela vedação será de 38,82 ha."- pagina26 Avaliação de Impacte Ambiental (AIA 3362)

"Relativamente às áreas agrícolas existentes na área de intervenção do projeto (4,52 ha) está prevista a implantação de módulos fotovoltaicos (4,15 ha), a construção de um segmento do caminho interno (0,30 ha) e a construção de um trecho da vedação (0,07 ha).., o impacte .. negativo". – pagina 41 Avaliação de Impacte Ambiental (AIA 3362)

"O risco de contaminação dos solos através de derrames de substâncias utilizadas em obra tais como óleos, combustíveis, entre outros, poderá ocorrer pela movimentação e operação de veículos e equipamentos que poderão causar contaminações pontuais. Este impacte classifica-se como negativo, direto" – pagina 30 Avaliação de Impacte Ambiental (AIA 3362)

"Em grande parte da área abrangida pelo projeto está presente a tipologia REN "áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos",- pagina 25 Avaliação de Impacte Ambiental (AIA 3362)

Para além dos impactes referidos importa considerar o facto de que a implantação das diversas componentes do projeto representa uma ocupação permanente do recurso solo (durante o período de vida útil do projeto) que fica assim indisponível para outos fins.
" as principais atividades que ocorrem, suscetíveis de causar alteração na ocupação do solo (pagina 28) … implantação dos módulos fotovoltaicos, havendo neste caso a necessidade de intervir em cerca de 936,11 ha de povoamento de eucaliptos, perturbando de forma indireta, 0,37 % da área de montado e 0,08 % da vegetação ribeirinha; - construção de acessos, sendo intervencionada uma área 26,89 ha, fundamentalmente de povoamento de eucaliptos, e ocupar cerca de 12,37 ha de caminhos existentes, onde não se prevê afetação para além da atual largura…a afetação de 0,77 ha de montado e 0,25 ha de vegetação ribeirinha; - instalação de cabos elétricos de interligação em que serão abertas valas, colocados os cabos e depois fechadas, com as afetações a incidir no povoamento de eucaliptos em cerca de 4,45 ha, bem como numa pequena área de montado e vegetação ribeirinha (cerca de 0,24 ha e 0,04 ha, respetivamente); - construção dos inversores, postos de transformação e vedação traduzindo-se numa perturbação sobre povoamentos de eucaliptos em 7,69 ha. No caso da vedação verifica-se a afetação de cerca de 1,75 ha de área de montado; - implantação do depósito/armazenamento de baterias numa área que incide fundamentalmente em área de povoamentos de eucaliptos e numa

pequena área de montado (2,33 ha e 0,01 ha, respetivamente); - implantação das subestações sobre povoamentos de eucaliptos, com afetação de 0,72 ha; - construção da subestação e um posto de corte, onde se prevê afetar o povoamento de eucaliptos e marginalmente uma área de montado (3,35 ha e 0,01 ha, respetivamente); - depósito temporário de terras e materiais, incidindo apenas sobre o povoamento de eucaliptos numa área de 2,11 ha, onde também se localizam os estaleiros" página 29 Avaliação de Impacte Ambiental (AIA 3362)

"Fase de construção e relativamente aos Sistemas Ecológicos, considera-se que a implantação da Central Fotovoltaica THSiS implicará ações associadas à construção que darão origem, globalmente, a impactes negativos sobre a fauna,..(pagina 40 ..)flora, vegetação e habitats. Assim, a desflorestação, a desmatação, a decapagem dos solos, a limpeza do terreno, as ações associadas à construção e à instalação das infraestruturas que integram a central fotovoltaica, a circulação de pessoas, de veículos e de maquinaria darão origem à afetação dos valores naturais, induzindo também a perda de biodiversidade, de habitat e a degradação daquela área. O principal impacte previsto é a grande mortalidade provocada pelas ações de desflorestação e decapagem dos solos nos animais mais pequenos e lentos como os anfíbios e especialmente os répteis, bem como pequenos mamíferos. O atravessamento das linhas de água pela maquinaria e viaturas é especialmente destrutivo" (página 41)- Avaliação de Impacte Ambiental (AIA 3362)

"Os impactes negativos identificados na fase de construção manter-se-ão na fase de exploração… as áreas de implantação que correspondem às áreas impermeabilizadas do solo que são, essencialmente, as fundações de suporte estrutura que suportam os módulos fotovoltaicos, pelos inversores, postos de transformação, pelas subestações intercalares, subestação e posto de corte, pelos acessos e pela área destinada às baterias, que correspondem no total a áreas reduzidas…

Por estas razões, permanecem os impactes negativos associados à alteração permanente do solo, realçandose o facto da situação se manter durante o tempo útil de vida do projeto (30 anos). Avaliação de Impacte Ambiental (AIA 3362)

A instalação da Central Fotovoltaica THSIS , no local proposto, contraria a noção de que os solos agrícolas sejam um sumidouro líquido de carbono, em conformidade com os objetivos de neutralidade climática da UE para 2050 pelo grande volume de, mais de 98 mil m3 de terras removidas.

A fixação de carbono nos solos agrícolas pode ter múltiplos benefícios, como a atenuação das alterações climáticas, a melhoria da resiliência e da capacidade de produção dos solos, o aumento da biodiversidade e a redução do escoamento de nutrientes; apela ao reforço de capacidades, do trabalho em rede e da transferência de conhecimentos para acelerar a fixação de carbono e aumentar a quantidade de carbono armazenado nos solos e, assim, oferecer soluções para o desafio climático;

A instalação da Central não apresenta um impacto positivo das funções do solo e da sua proteção, incluindo em matéria de gestão sustentável, proteção e regeneração do solo, saúde pública e sustentabilidade ambiental;

Considerando a localização da Central " existem áreas classificadas e áreas sensíveis na envolvente (a mais de 11 km), nomeadamente:

• Zona Especial de Conservação (ZEC) Costa Vicentina (PTCON0012) localiza-se a cerca de 11km a oeste da área de intervenção do projeto;

• Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina localiza-se a cerca de 14km a oeste da área em avaliação;

• Zona de Proteção Especial (ZPE) Costa Sudoeste (PTZPE0015) e IBA Costa Sudoeste (PT030) localizam-se a cerca de 15km a sudoeste da área em avaliação;

• IBA Luzianes (PT048) localiza-se a cerca de 17,5km a sul da área de intervenção do projeto. PAGINA 39

"Relativamente à avifauna, de entre as espécies confirmadas e com probabilidade de ocorrência, contam-se 10 espécies com estatuto de ameaça: o noitibó-cinzento (Caprimulgus europaeus), o noitibó-denuca-vermelha (Caprimulgus ruficollis), alcaravão (Burhinus oedicnemus), maçarico-das-rochas (Actitis hypoleucos), milhafre-real (Milvus milvus) (população invernante) e chasco-ruivo (Oenanthe hispanica) com estatuto "Vulnerável"; a garça-vermelha (Ardea purpurea), águia-pesqueira (Pandion haliaetus), águia de Bonelli (Aquila fasciata) e águia-caçadeira (Circus pygargus) com estatuto "Em perigo" (Cabral et al., 2006)" pagina 39 – AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL

"dados de centrais fotovoltaicas com painéis e de centrais de concentração que usam espelhos, sendo que nestas últimas a mortalidade é mais elevada, e ocorrendo não só por colisão, mas também por helióstatos (queimadura pelo calor refletido pelos espelhos) (Sánchez-Zapata et al., 2016)" - página 37
https://participa.pt/contents/consultationdocument/05-ADT-EIA-CSF%20THSIS.pdf

"Existem, contudo, nas proximidades da área de estudo (a mais de 5 km) áreas críticas e muito críticas para as aves, nomeadamente: • uma área crítica para as aves de rapina, associada à presença de ninhos de águia de Bonelli, a cerca de 9 km a sul da área em avaliação; • uma área muito crítica para as aves de rapina, associada à presença de ninhos de águia de Bonelli, a cerca de 9,5 km a oeste da área em avaliação; • uma área crítica para aves aquáticas, associada à barragem de Morgavel, a cerca de 10,5 km e a 11 km a oeste da área de intervenção do projeto; • uma área crítica para as aves de rapina, associada à presença de ninhos de águia de Bonelli, a cerca de 12 km, de 13 km e de 16 km

a sul da área de intervenção do projeto; • uma área crítica para aves aquáticas, associada à barragem da Daroeira, a cerca de 16 km e de 16,5 km a este da área de intervenção do projeto. Importa referir a presença de um dormitório de pombo-torcaz (Columba palumbus) numa mancha de montado localizada na área de intervenção do projeto. Relativamente aos mamíferos correspondem a cinco espécies não voadoras, a raposa (Vulpes vulpes), o javali (Sus scrofra), a fuinha (Martes foina), o texugo (Meles meles) e o coelho-bravo (Oryctolagus cuniculus),

"A biodiversidade suporta, nos seus níveis mais complexos de organização, uma grande diversidade de ecossistemas, com estruturas e funções muito variadas. A funcionalidade dos ecossistemas traduz-se na sua capacidade, potencial e real, de gerar serviços de natureza imaterial e material (bens).
Os assim designados serviços dos ecossistemas podem ser objeto de procura pelas populações e comunidades humanas, pela economia e por outros sectores (ciência), sendo geradores de benefícios para essas comunidades e sectores, os quais incluem (entre outros) a nutrição, o acesso a água com qualidade, ar limpo, saúde segurança e recreação, cobrindo diversas dimensões do bem-estar humano: necessidades básicas, económicas e, genericamente, níveis concretizados de "felicidade".
O foco nos benefícios implica que os serviços dos ecossistemas estão abertos à valoração económica, não restrita contudo ao mero valor monetário e abrangendo por exemplo o valor sociocultural, e para a saúde e conservação da natureza.
O valor não-monetário da Natureza reflete portanto não apenas o valor instrumental do capital dos ecossistemas mas integra também o seu valor intrínseco de concretização moral e de felicidade"
http://www2.icnf.pt/portal/pn/biodiversidade

"A desmatação e desflorestação nos sectores mais próximos do vale da ribeira de Vale Diogo e afluentes da albufeira de Fonte Serne, colocam a superfície do terreno à mercê dos agentes erosivos, com destaque para os eventos de precipitação intensa e concentrada no tempo que ocorrem na região, poderão provocar o aumento do transporte sólido para a albufeira, dado que as vertentes da área de estudo drenam praticamente toda a área da propriedade para a albufeira" – página17- avaliação impacto Ambiental

"A desmatação e desflorestação nos sectores fotovoltaicos potencia o risco de erosão hídrica e o aumento do transporte sólido na drenagem do terreno….a obra fará aumentar o caudal de ponta de cheia, e consequentemente a erosão no terreno, arrastando sedimentos, aumentado a perda de solo, com o consequente aumento do transporte de material sólido, caso ocorra precipitação, que provoca a colmatação dos leitos de cheia e a obstrução de passagens e estrangulamentos naturais ou artificiais das linhas de água..considera-se este impacte negativo.. provável, imediato"
O barranco de Benatelar, que atravessa a área de estudo no sentido poente-nascente, é o curso de água com maior expressão morfológica. A proximidade de um dos setores fotovoltaicos ao braço do barranco de Benatelar, da

albufeira de Fonte Serne, pode aumentar a importância deste impacte para significativo." – página - avaliação impacto Ambiental

"Relativamente à rede viária verifica-se que a área estudada para instalação da central é atravessada por quatro vias, sendo que o projeto naturalmente salvaguarda as duas mais importantes com classificações de estrada nacional e estrada municipal. Segundo o EIA, as outras duas vias não possuem classificação na rede de estradas tratando-se de caminhos de terra batida para acesso local. Com a eventual construção da central estas vias até agora abertas ao público, deixarão de permitir atravessar a área da central uma vez que ficam parcialmente inseridas na referida área" – pagina 28

" face à significativa dimensão da área do projeto, considera-se que tal poderá dificultar a mobilidade ao acarretar um incremento significativo da extensão dos trajetos com a consequente demora, que se torna mais relevante em caso de resposta a emergências."

Impacto visuais

"Perda de Valores Visuais Naturais - Impacte negativo, direto, certo, imediato, local, permanente, irreversível, média a elevada magnitude e significativo a muito significativo – pagina 48 avaliação impacto Ambiental

"Os impactes visuais negativos sobre a Paisagem decorrem, sobretudo, e em primeira instância, da intrusão visual resultante da presença inicial de entidades artificiais (estaleiros, máquinas, equipamentos e materiais diversos). Posteriormente, decorrem das alterações físicas – desflorestação, desmatação e alterações de morfologia natural (decapagem da terra viva, escavações e aterros) -, que vão tendo progressivamente maior expressão/magnitude, que têm também associadas, em simultâneo, não só os impactes de natureza visual gerados pela presença das referidas máquinas como pela montagem e aumento da área de painéis que, progressivamente, ganhará expressão visual (escala), determinada pela maior área contínua de painéis, até à sua ocupação total. Ao nível dos impactes visuais mais relevantes consideram-se como impactes a expressão visual do desenvolvimento das diversas ações que vão decorrendo durante a Fase de Construção e que, no seu conjunto, se expressam num impacte visual que se designa, habitualmente, por "Desordem Visual". – pagina 48 avaliação impacto Ambiental

Na fase de exploração são previstos -Impactes Visuais das Componentes do Projeto - Impacte negativo, direto, certo, imediato, local, permanente, irreversível, - pagina 50 avaliação impacto Ambiental

Na fase de exploração “No caso dos “Impactes de Natureza Visual” regista-se que os mesmos têm um impacte Significativo a Muito Significativo sobre a Área de Estudo. – pagina 51 avaliação impacto Ambiental

“um impacte visual negativo sobre a Paisagem e contribuem para maior artificialização e consequente descaracterização visual do território. Os mesmos são responsáveis pela redução muito significativa da atratividade e destruição progressiva do carácter da Paisagem. Da avaliação acima exposta considera-se que o Projeto é gerador de impactes negativos de várias magnitudes e significâncias, que se traduz, na sua globalidade, num impacte negativo significativo a muito significativo, quer de natureza estrutural quer visual, e de perda de valores/atributos visuais naturais” pagina 51 avaliação impacto Ambiental

“ Relativamente à Central Fotovoltaica da THSiS, poder-se-á considerar que o presente projeto em avaliação é, em si mesmo, o projeto iniciador da **artificialização maior da Área de Estudo, dada a sua área de implantação, ou expressão espacial e escala**. A implementação deste Projeto, numa área superior a 1 000 ha, determinará uma alteração física da Área de Estudo, pouco artificializada e sem intrusões visuais maiores. Tal traduzir-se-á na perda de **áreas naturais e seminaturais para uma área artificializada e homogénea em cerca de 8,3% da Área de Estudo e na contaminação visual de grande parte desta, equivalente a cerca de 6 406 ha, ou seja, cerca de 53% da Área de Estudo. O presente Projeto, constitui um impacte significativo em termos de artificialização física e visual da Paisagem, traduzindo-se numa extensa área homogénea que será ocupada imprimindo um nível muito elevado de artificialização à Paisagem** - pagina 50 avaliação impacto Ambiental

As “componentes - “Subestação”, “Subestações Intermédias” e “Parque de Baterias” – determinam um impacte visual negativo, mas, sobretudo, de natureza local”- pagina 49 avaliação impacto Ambiental

“os impactes visuais negativos, sobretudo da Central (áreas de implantação de painéis e demais estruturas associadas), decorrem da intrusão visual que a sua presença física introduz no território, não só pela sua artificialidade como pela sua permanência no tempo. Os impactes visuais serão tanto mais significativos/graves quanto mais visível for a área de implantação das componentes do Projeto” pagina 48 avaliação impacto Ambiental

TURISMO

Afectará negativamente pois verificar-se-ão

"Perda de Valores Visuais Naturais - Impacte negativo, direto, certo, imediato, local, permanente, irreversível, média a elevada magnitude e significativo a muito significativo- pagina 48 – avaliação de impacto ambiental

"**A mitigação do impacte visual, nomeadamente através da implementação de cortinas arbóreas suscita dúvidas quanto à sua eficácia**, dado tratar-se de uma área de implantação muito grande com uma bacia visual de elevada dimensão. Cita o EIA, no ponto em que é reconhecido que o projeto "… dará origem a impactes paisagísticos significativos a nível local (…) por imposição de elementos estranhos à paisagem, e (…) pela destruição de componentes constituintes da paisagem que hoje contribuem para a sua harmonia e qualidade visual." • Cita também o EIA para assumir que "(...) no que diz respeito aos impactes cumulativos, dada a dimensão da Central e também da Subestação, é expectável que os projetos existentes e previstos, em conjunto com as mesmas, possam levar a uma redução da atratividade no local e envolvente próxima. Considera se que a Subestação, não deverá ser um projeto isolado, dado que à mesma se poderão ligar um número significativo de linhas elétricas aéreas, às quais estará associado um impacte muito relevante devido à presença de apoios e pórticos. Importa a este nível também referir que poderá haver um impacte social negativo associado à grande expansão de centrais solares e linhas elétricas na região, que poderá contribuir para aumentar o despovoamento destas áreas". - pagina 60 avaliação impacto Ambiental

Qualidade do ar

O local em análise apresenta características predominantemente rurais sem fontes de emissão de poluentes para a atmosfera significativas - pagina 52.

" Para o ano de 2018 o índice de qualidade do ar, disponibilizado pela APA com base em informação recolhida pela CCDR Alentejo, apresentou para a zona Alentejo Litoral um índice de classificação global de bom" pagina 52

" estão principalmente associados às emissões de partículas, resultantes quer de algumas escavações e movimentação de terras, quer da circulação de maquinaria/veículos pesados, e às emissões de gases com efeito de estufa. Os efeitos das emissões fazem-se sentir não só na área de implantação da Central Solar Fotovoltaica, mas também nas habitações que se desenvolvem junto às estradas que dão acesso a esta, como é o caso dos habitantes das localidades de Vale de Água, Foros do Arneirinho e Foros de Cadouços". – pagina 52

Além de que o corte de mais de 1500 000 árvores, a movimentação de mais de 98 mil m3 de terra, movimentação de máquinas e veículos, aumenta os níveis de CO2 no ar .

O QUE CONTRARIA O OBJECTIVO DE SUMIDORO DE CARBONO E A NEUTRALIDE CARBÓNICA

A modificação do coberto vegetal através da realização de cortes rasos de povoamentos florestais, bem como pela redução do coberto arbóreo ou arbustivo e pelo corte individual de espécies arbóreas e arbustivas autóctones ,abertura de novas vias de comunicação ou acesso, bem como o alargamento das vias de comunicação contribuem para o aumento do Co2 do ambiente.

A construção, exploração e desativação da Central THSIS não se reduz as emissões de gases com efeito estufa (GEE) nem se aumenta os seus sumidoros , (os sistema naturais . as florestas) nem se reduz o aquecimento global do planeta.

A Central THSIS contraria

– o compromisso de Portugal de alcançar até 2050 um balanço neutro entre os GEE emitidos e os GEE removidos por sumidouros - a neutralidade carbónica (Roteiro para a neutralidade Carbónica)

–o Protocolo de Quioto (em vigor desde 2005), que estabeleceu um conjunto de metas com vista à redução da emissão de gases poluentes, diminuição da emissão de gases com efeito de estufa para o combate às alterações climáticas

– A estratégia Europa 2020, que representava um conjunto de metas a dez anos, com o objetivo de favorecer o crescimento económico nomeadamente a redução de 20% nas emissões de gases com efeito de estufa em relação aos níveis de 1990

- Decreto-Lei n.º 137/2014 de 12 de setembro em que em
"Território nacional; — Reforço da transição para uma economia com baixas emissões de carbono, em articulação com instrumentos de promoção da coesão e competitividade territoriais, particularmente nas cidades e em zonas de baixa densidade, e promoção do desenvolvimento territorial de espaços regionais e sub -regionais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável numa ótica de eficiência de recursos, maximizando as potencialidades endógenas do território e promovendo a proteção do ambiente e a adaptação às alterações climáticas"

A qualidade do ar irá diminuir e muito pelo grande aumento do CO2 no ar e a grande diminuição do oxigénio, pela desflorestação e bate de mais de 1500 000 arvores, e aumentar a poluição já que se verifica a introdução direta ou indireta, em resultado da atividade humana, de substâncias ou de calor no ar, na água ou no solo que possa ser prejudicial para a saúde humana ou para a qualidade dos ecossistemas aquáticos ou dos ecossistemas terrestres daqueles diretamente dependentes, que dê origem a prejuízos para bens materiais ou que prejudique ou interfira com o valor paisagístico ou recreativo ou com outras utilizações legítimas do ambiente.

Dado que a floresta actual é um pulmão do complexo industrial de Sines
a poluição do ar irá aumentar e por conseguinte diminuir a qualidade do ar.

“O economista-chefe do grupo Swiss Re, Jerome Haegeli, afirmou ao jornal britânico: “As alterações climáticas são o risco número um a longo prazo para a economia global, e ficar onde estamos não é uma opção — precisamos de mais progresso por parte do G7. Isso significa não apenas obrigações de redução de CO2, mas também ajudar os países em desenvolvimento”.

O aumento do Co2 , pelo abate de arvores está em contra ciclo com

“Na próxima década, mais de três mil milhões de árvores serão plantadas na Europa. Esta é uma das medidas previstas na nova Estratégia da UE para as Florestas, que define o caminho para alcançar a neutralidade climática e reforçar o conhecimento, proteção, restauro e resiliência das florestas europeias.

A Comissão Europeia divulgou a nova estratégia para proteger e recuperar as florestas na União Europeia (UE). Com horizonte até 2030, a nova Estratégia da UE para as Florestas quer contribuir para uma redução em pelo menos 55% das emissões de gases com efeito de estufa até 2030 e para a neutralidade climática em 2050.

Baseada na Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030 e no âmbito mais vasto do Pacto Ecológico Europeu, esta nova estratégia europeia vem apoiar a União Europeia no seu compromisso de aumentar a remoção de carbono através de sumidouros naturais, em conformidade com a Lei do Clima.

A nova Estratégia da UE para as Florestas 2030 é uma das iniciativas emblemáticas do Pacto Ecológico Europeu. Pretende contribuir para alcançar os objetivos da UE de redução em pelo menos 55% das emissões de gases com efeito de estufa até 2030, de neutralidade climática em 2050 e de sequestro de carbono através da melhoria dos sumidouros e reservas.”

Não é atendido Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril
A conservação da Natureza, entendida como a preservação dos diferentes níveis e componentes naturais da biodiversidade, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, tem vindo a afirmar-se como imperativo de acção política e de desenvolvimento cultural e sócio-económico à escala planetária. A interiorização dos princípios e da acção que lhe estão subjacentes afirmou-se sobretudo a partir da Declaração do Ambiente, adoptada pela primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente, realizada em Estocolmo em 1972, culminando na recente Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, donde resultou a

adopção de um conjunto de documentos e compromissos, donde ressalta a Convenção da Diversidade Biológica.

Também não é atendido ao REGULAMENTO (UE) 2018/841 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO de 30 de maio de 2018 relativo à inclusão das emissões e das remoções de gases com efeito de estufa resultantes das atividades relacionadas com o uso do solo, com a alteração do uso do solo e com as florestas no quadro relativo ao clima e à energia para 2030, e que altera o Regulamento (UE) n.o 525/2013 e a Decisão n.o 529/2013/UE (Texto relevante para efeitos do EEE

Além de que não se verifica que a Central Fotovoltaica
"contribuirá anualmente para a não emissão de cerca de 595 045 toneladas de CO2 para a atmosfera, quando comparando com a produção de energia equivalente utilizando gás natural, ou a não emissão de cerca de 1 408 237 toneladas de CO2, por ano, considerando que o combustível utilizado seria o carvã- página 30 e a contribuição para a não emissão de CO2, considerando que o combustível utilizado seria o carvão, é de aproximadamente 39 322 415 toneladas de CO2 e de 16 615 550 toneladas de CO2 para a atmosfera,… "serão evitadas anualmente com a construção da Central Solar Fotovoltaica, cerca de 595 045 toneladas de CO2 para a atmosfera, quando comparando com a produção de energia equivalente utilizando gás natural, ou a não emissão de cerca de 1 408 237 toneladas de CO2, por ano, considerando que o combustível utilizado seria o carvão",- pagina 30
https://participa.pt/contents/consultationdocument/05-ADT-EIA-CSF%20THSIS.pdf

A CENTRAL DE CARVÃO DE SINES FECHOU
PELO QUE **A CONTABILIZAÇÃO DO CO2 ANTERIORMENTE APRESENTADAS SÃO MERAMENTE ESPECULATIVAS E NÃO CORRESPONDEM Á REALIDADE**
JÁ QUE A SIMPLES IMPLEMENTAÇÃO DA CENTRAL DO LOCAL PROPOSTO NÃO VAI REDUZIR A EMISSÃO DE CO2 , MUITO PELO CONTRÁRIO, VAI AUMENTAR O GÁS DE EFEITO DE ESTUFA NO AMBIENTE E POR ISSO AUMENTAR AS TEMPERATURAS DA REGIÃO

Além disso **a formação de uma cortina arbóreas pela plantação de pessegueiros e amendoeiras não está de acordo com as condições edofoclimáticas** da região já que
"A plantação de novas árvores deverá ser feita em total respeito pelos princípios ecológicos favoráveis à biodiversidade. Isso significa que a árvore mais adequada deve ser plantada no lugar certo e para o propósito mais indicado.

no sentido de garantir que as árvores não serão apenas plantadas, mas que possam crescer com o tempo e prosperar num clima em mudança."
https://florestas.pt/noticias-e-agenda/nova-estrategia-da-ue-para-as-florestas-mais-protecao-e-restauro-ate-2030/
uma vez que para crescerem não basta a sua plantação .

Gravação áudio e de imagens pelas câmaras instaladas na Central Fotovoltaica THSIS

Contrariam em absoluto a lei de Proteção de Dados Portuguesa pois é necessário que cada cidadão que atravesse ,até ao limite final do alcance da Câmara de filmar, dê o seu consentimento e autorização

Beneficios Fiscais dos promotores e doa arrendatários

A indústria Fotovoltaica centralizada é subsidiada pelo estado e foram criados apoios de natureza financeira e fiscal para a mesma.

Além disso alguns dos arrendatários receberam subsídios do IFAP .

Beneficios à população

Os benefícios apresentados são pura ilusão pois não é apresentado nenhum protocolo com qualquer entidade de ensino, a plantação de pessegueiros, amendoeiras não são adaptadas as condições edofoclimáticas da região, nada indica que o preço da electricidade vá diminuir.
Contrariamente , apesar da vida útil de 30 anos da Central, os contratos de arrendamento são feitos a 29 anos e 9 meses, porque será? E porque alegadamente só vão pagar pela área ocupada pelos painéis e não pelo total da área de terreno arrendado.

O promotor
- Não apresentou eficazes medidas de prevenção devidamente enquadradas em instrumentos válidos de ordenamento florestal, as medidas e acções a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios e as operações de manutenção e limpeza das faixas de protecção a infra -estruturas de suporte como caminhos largos para a passagem do carro de bombeiros, nem melhoramentos da rede viária no que diz respeito ao socorro e à emergência, nomeadamente no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios; simplesmente referiu a aquisição de extintores

- Não apresentou um Quadro de Fontes de ruído nem o quadro de ruído de incomidades para o exterior
- Não apresentou um Plano de gestão de resíduos
- Não apresentou um Plano de desactivação

- Não apresentou um levantamento real das quercíneas e real cálculo das áreas de povoamento existente na área de intervenção e respectiva envolvente
- Soluções alternativas de localização – o que é obrigatório segundoa Portaria 399/2015 de 5 de novembro
- Não apresentou parecer da CMDF (Comissão Municipal de Defesa da Floresta) de acordo a Câmara Municipal de Santiago do Cacém

"A sustentabilidade deve ser um dos elementos fundamentais da política de desenvolvimento regional ..assegurar o desenvolvimento sustentável e um elevado nível de protecção do ambiente é um requisito de todas as políticas da UE. Os países da UE devem assim avaliar o impacto ambiental e consultar as autoridades responsáveis pela defesa do ambiente e o público para determinadas categorias de projectos e também quando recebem ajudas no contexto de programas do fundo de coesão. Porém, a par das questões de observância da legislação, o quadro jurídico e as directrizes subjacentes à política regional exigem uma integração dos objectivos económicos, sociais e ambientais. O desenvolvimento regional só pode ser sustentável se se respeitar o ambiente. A política regional europeia promove assim as tecnologias respeitadoras do ambiente e as iniciativas no domínio dos transportes, da energia e das infra-estruturas sustentáveis, bem como medidas para proteger a qualidade da água, do ar e dos solos."

É sabido que os efeitos combinados e cumulativos das alterações climáticas afectarão seriamente a qualidade de vida dos cidadãos e criam problemas sectoriais mais específicos nalgumas

Proteger o solo, defender as não alteração do uso do solo e defender a florestas é o principal potencial para proporcionar benefícios climáticos a longo prazo, contribuindo para alcançar o objetivo da União Europeia de redução das emissões de gases com efeito de estufa bem como as metas climáticas a longo prazo do Acordo de Paris.

A defesa do ambiente, a nível global, tornam necessário um maior estreitamento das políticas energética e ambiental, por forma a viabilizar o cumprimento dos compromissos internacionais que se avizinham, nomeadamente em matéria de limitação das emissões dos gases que provocam o efeito de estufa, em resultado da implementação da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas e do Protocolo de Kyoto, dela decorrente

Pelo que **no âmbito da conferência "Oportunidades nas energias renováveis em Portugal", o ministro do Ambiente, João Pedro Matos Fernandes, referiu** ***"as próximas licitações vão contar com novas possibilidades de localização dos projetos, como a energia solar fotovoltaica flutuante nas albufeiras"*****, e que esta solução servirá para** ***"evitar o impacto que tem no solo as grandes unidades de produção de energia solar"*****.**

https://noctula.pt/proximo-leilao-de-energia-solar-em-portugal-preve-centrais-flutuantes/

É necessário e da maior importância um modelo de desenvolvimento energético sustentável que assegure os direitos das gerações presentes e futuras, o que não é o caso da instalação da Central Fotovoltaica THSIS

Por tudo o que foi anteriormente referido

Existe uma ameaça iminente de danos,isto é, uma probabilidade suficiente da ocorrência de um dano ambiental, no imediato,num futuro próximo e a longo prazo .
Verificam-se simultaneamente diversos danos ambientais e é de todo impossível assegurar que as medidas apresentadas ao nível da natureza, à extensão e à gravidade de cada dano ambiental, bem como às possibilidades de regeneração natural, e à eliminação de riscos para a saúde humana não evitem danos irreversíveis a níve de

- Destruição de recursos naturais , os componentes ambientais naturais com utilidade para o ser humano e geradores de bens e serviços, incluindo a fauna, a flora, o ar, a água, os minerais e o solo
- Destruição de Serviços dos ecossistemas nomeadamente a nível de
- Serviços de produção entendidos como os bens produzidos ou aprovisionados pelos ecossistemas, nomeadamente alimentos, água doce, lenha, fibra, bioquímicos ou recursos genéticos, entre outros;
    - Serviços de regulação entendidos como os benefícios obtidos da regulação dos processos de ecossistema, nomeadamente a regulação do clima, de doenças, de cheias ou a destoxificação, entre outros a nível
    - Serviços culturais entendidos como os benefícios não materiais obtidos dos ecossistemas, nomeadamente ao nível espiritual, recreativo, estético ou educativo, entre outros – Rota da Costa Vicentina e Caminhos de Santiago
    - Serviços de suporte, entendidos como os serviços necessários para a produção de todos os outros serviços, nomeadamente a formação do solo, os ciclos dos nutrientes ou a produtividade primária, ente outros;
    -Valores naturais» os elementos da biodiversidade, paisagens, territórios, habitats ou geossítios;
    - Valores naturais classificados» os valores naturais que, em razão da sua relevância para a conservação da natureza e da biodiversidade, estão sujeitos a regimes legais de protecção

O projecto não obedece Não obedece ao

- Princípio da protecção, por força do qual importa desenvolver uma efectiva salvaguarda dos valores mais significativos do nosso património natural, designadamente dos presentes nas áreas classificadas – REN, RAN, Corredor ecológico
-Princípio da função social e pública do património natural, nos termos do qual se consagra o património natural como infra -estrutura básica integradora dos recursos naturais indispensáveis ao desenvolvimento social e económico e à qualidade de vida dos cidadãos;

- Princípio da sustentabilidade, nos termos do qual deve ser promovido o aproveitamento racional dos recursos naturais, conciliando a conservação da natureza e da biodiversidade com a criação de oportunidades sociais e económicas e garantindo a sua disponibilidade para as gerações futuras
- Princípio da identificação, por força do qual deve ser promovido o conhecimento, a classificação e o registo dos valores naturais que integram o património natural, perda da identidade visual característica do Alentejo

Além disso acções de conservação activa e de suporte são nitidamente insuficientes e apresentam danos irreversíveis , a imediatos, a curto prazo e a longo prazo pois as medidas de conservação da natureza e da biodiversidade não são acções de conservação activa, que correspondem ao conjunto de medidas e acções de intervenção dirigidas ao maneio directo de espécies, habitats, ecossistemas e geossítios, bem como o conjunto de medidas e acções de intervenção associadas a actividades sócio -económicas, tais como a silvicultura, a agricultura, a pecuária, a caça ou a pesca, com implicações significativas no maneio de espécies, habitats, ecossistemas e geossítios, tendo em vista a sua manutenção ou recuperação para um estado favorável de conservação

Os danos irreversíveis apresentados pela Central Fotovoltaica THSIS são mais que muitos desde impactos negativos significativos a muito significativos pois afectem adversamente e irreversívelmentea consecução ou a manutenção do estado de conservação favorável dos habitats ou espécies , referenciado ao estado actual

Também as alterações adversas significativas do estado inicial são imensas e afectam cumulativamente as espécies, de flora, fauna e aves como o

-número de indivíduos, a sua densidade ou a área ocupada,
- o papel dos indivíduos em causa ou da zona danificada em relação à espécie ou à conservação do habitat, a raridade da espécie ou do habitat (avaliada a nível local, regional ou mais elevado, incluindo a nível comunitário);
- A capacidade de propagação da espécie (em função da dinâmica específica dessa espécie ou dessa população), a sua viabilidade ou a capacidade de regeneração natural do habitat (em função da dinâmica específica das suas espécies características ou das respectivas populações)
- a capacidade das espécies ou do habitat de recuperar dentro de um prazo curto após a ocorrência dos danos, sem qualquer outra intervenção além de um reforço das medidas de protecção, até um estado conducente, apenas em virtude da dinâmica das espécies ou do habitat, a um estado considerado equivalente ou superior ao estado inicial
- danos com efeitos comprovados para a saúde humana pelo aumento das temperaturas e por isso mais mortes pelo calor , principalmente idosos .

É essencial garantir uma sustentabilidade energética, assegurando uma gestão racional dos recursos disponíveis, satisfazendo as necessidades atuais, sem comprometer as gerações futuras, o que não acontece com o projecto da Central Fotovoltaica THSIS.

A Central Fotovoltaica não representa qualquer mais valia local para a população local – pagina 72 Avaliação de Impacte Ambiental (AIA 3362) e as medidas de mitigação são manifestamente insuficientes dado os muitos danos irreversíveis pela sua implementação..

Apresento a minha total discordância pela construção, instalação e exploração do projecto reformulado da Central Fotovoltaica THSIS pois continua a:

- apresentar impactos na ocupação do solo, serão negativos, de magnitude e significância variável, mas relevantes no âmbito local se forem consideradas condições como o modo de vida das populações

- apresentar impactos negativos na ocupação do solo, serão negativos, diretos, significativos, permanentes, imediatos e de âmbito local, dada a tipologia de ocupação afetada, quer localmente, quer na sua envolvente mais próxima.

- apresentar uma radical transformação na atual ocupação do solo para um uso industrial.

- apresentar impactos ambientais, são impactes negativos muito significativos, irreversíveis, não minimizáveis ou compensáveis.

- apresentar destruição da biodiversidade e da qualidade de vida das populações o que é contra todos os princípios de um desenvolvimento sustentável.

Além disso
- Não representa uma mais valia para a população local

- Não apresenta soluções alternativas de localização - portaria 399/2015 de 5 novembro, 2.3.1, anexo II

- Não é um projecto sustentável de desenvolvimento já que contribuirá para o aumento dos níveis de CO2 , desflorestação pelo abate de mais de 1500 000 árvores, movimentação de mais de 98 mil m3 de terras, pela circulação de veículos

- Não representa nenhum sumidoro de Co2 ,muito pelo contrário, irá contribuir para a libertação de CO2 resultado do corte de árvores , da movimentação de mais 98 m3 de terra e do aumento de circulação rodoviária na própria localidade e das diferentes localidades por onde irão passar.

- Não contribuirá para a nível nacional, para a independência energética do país já que o promotor não é nacional

- Não assegura os direitos das gerações presentes e futuras

- Não apresenta uma avaliação do impacto da grande desflorestação

Apresento a minha total discordância pela construção, instalação e exploração do projecto reformulado da Central Fotovoltaica THSIS pois continua a

- apresentar impactos na ocupação do solo, serão negativos, de magnitude e significância variável, mas relevantes no âmbito local se forem consideradas condições como o modo de vida das populações

- apresentar impactos negativos na ocupação do solo, serão negativos, diretos, significativos, permanentes, imediatos e de âmbito local, dada a tipologia de ocupação afetada, quer localmente, quer na sua envolvente mais próxima.

- apresentar uma radical transformação na atual ocupação do solo para um uso industrial.

- apresentar impactos ambientais, são impactes negativos muito significativos, irreversíveis, não minimizáveis ou compensáveis.

- apresentar destruição da biodiversidade e da qualidade de vida das populações o que é contra todos os princípios de um desenvolvimento sustentável.

Além disso

- Não representa uma mais valia para a população local

- Não apresenta soluções alternativas de localização - portaria 399/2015 de 5 novembro, 2.3.1, anexo II

- Não é um projecto sustentável de desenvolvimento já que contribuirá para o aumento dos níveis de CO2 , desflorestação pelo abate de mais de 1500 000 árvores, movimentação de mais de 98 mil m3 de terras, pela circulação de veículos

- Não representa nenhum sumidoro de Co2 ,muito pelo contrário, irá contribuir para a libertação de CO2 resultado do corte de árvores , da movimentação de mais 98 m3 de terra e do aumento de circulação rodoviária na própria localidade e das diferentes localidades por onde irão passar.

- Não contribuirá para a nível nacional, para a independência energética do país já que o promotor não é nacional

- Não assegura os direitos das gerações presentes e futuras

- Não apresenta uma avaliação do impacto da grande desflorestação

“os dois processos da desmatação e desarborização irão provocar um impacte negativo, imediato, direto, certo, de elevada magnitude e significância, apesar de constituir uma ocupação maioritariamente florestal de valor ecológico reduzido. Refira-se que existem também algumas manchas onde o porte arbóreo apresenta algum valor ecológico” - pagina 66 https://participa.pt/contents/consultationdocument/05-ADT-EIA-CSF%20THSIS.pdf

Além de que pressupoõe uma alteração do uso de solo de para Industrial

“apenas pode haver alteração do uso do solo quando o incêndio tiver ocorrido há mais de 25 anos (alínea a) do ponto 4ª do Decreto-lei nº 169/2001, de 25 de maio).” - página 48 “não há registo de áreas ardidas nos últimos 10 anos sobrepostas com a área de estudo onde se prevê a implantação da CSF THSiS “. - página 45 https://participa.pt/contents/consultationdocument/05-ADT-EIA-CSF%20THSIS.pdf

“alteração do uso do solo atual pela implantação do Projeto estará sempre associado um impacte negativo no setor agrícola e florestal, assim como na biodiversidade local. - página 33 https://participa.pt/contents/consultationdocument/05-ADT-EIA-CSF%20THSIS.pdf

“o Projeto irá iniciar-se pela desmatação e desarborização da camada superficial do solo, na área abrangida pela implantação dos módulos fotovoltaicos, pelas plataformas onde serão instalados os inversores, os postos de transformação, as subestações, o posto de corte e as baterias, pelos caminhos e pelo estaleiro”- pagina 10. Avaliação de Impacte Ambiental (AIA 3362)

“ os trabalhos de desmatação, preparação de terrenos e movimentação de terras, tornarão os solos mais vulneráveis e suscetíveis à ação dos agentes erosivos, podendo acentuar ou determinar processos de erosão e arrastamento de solos. O impacte associado à erosão é negativo”..Nesta fase, ocorrerá a compactação de solos decorrente da instalação de estaleiros e acessos e a movimentação de pessoas, máquinas e veículos afetos às obras. Trata-se de um impacte negativo – página 37 Avaliação de Impacte Ambiental (AIA 3362)

“A desmatação e desflorestação nos sectores mais próximos do vale da ribeira de Vale Diogo e afluentes da albufeira de Fonte Serne, colocam a superfície do terreno à mercê dos agentes erosivos, com destaque para os eventos de precipitação intensa e concentrada no tempo que ocorrem na região, poderão provocar o aumento do transporte sólido para a albufeira, dado que as vertentes da área de estudo drenam praticamente toda a área da propriedade para a albufeira “- pagina 17 Avaliação de Impacte Ambiental (AIA 3362)

“A desflorestação preconizada, e a consequente perda de cobertura vegetal do solo, e o seu revolvimento aumentará a sua sensibilidade à erosão, especialmente nas encostas com declive mais pronunciado e/ou extensas. Tal poderá conduzir à perda de grande quantidade da fração fina do solo o que levará ao empobrecimento do mesmo e poderá afetar os ecossistemas ribeirinhos, devido à acumulação nestes de grande quantidade de sedimentos. O impacte expectável será negativo” pagina 41 Avaliação de Impacte Ambiental (AIA 3362)

“Assim, a desflorestação, a desmatação, a decapagem dos solos, a limpeza do terreno, as ações associadas à construção e à instalação das infraestruturas que integram a central fotovoltaica, a circulação de pessoas, de veículos e de maquinaria darão origem à afetação dos valores naturais, induzindo também a perda de biodiversidade, de habitat e a degradação daquela área. O principal impacte previsto é a grande mortalidade provocada pelas ações de desflorestação e decapagem dos solos nos animais mais pequenos e lentos como os anfíbios e especialmente os répteis, bem como pequenos mamíferos. O atravessamento das linhas de água pela maquinaria e viaturas é especialmente destrutivo.” – pagina 41 Avaliação de Impacte Ambiental (AIA 3362)

“Será desflorestada à área de eucaliptal existente (983,65 ha), que corresponde ao corte e arranque estimado de 1 500 000 árvores. Nesta área serão implantados os módulos fotovoltaicos (936,11 ha), serão também construídos os estaleiros (2,12 ha), serão executados os acessos e as valas (31,34 ha), construídas as subestações e o posto de corte (4,07 ha) e o parque de baterias (2,33 ha), serão também construídos os inversores (3,02 ha) e colocada a vedação (4,66 ha). Todas estas ações darão origem a impactes negativos muito significativos, atendendo à extensa área florestal a eliminar, promovendo esta ação, consequentemente, a perda de biodiversidade, de habitats e de vegetação. A eliminação de espaço biótico constitui assim um impacte negativo significativo, pois embora a biodiversidade nos eucaliptais seja mais baixa quando comparada com a floresta autóctone, aqueles espaços comportam várias espécies florísticas e faunísticas, sendo que estas últimas os poderão utilizar como habitats de reprodução e alimentação mas especialmente de refúgio dada a dimensão das manchas de eucaliptal e a densidade de árvores, situação que ganha ainda mais importância com o facto de existirem várias zonas de caça na região envolvente” – pagina 41 Avaliação de Impacte Ambiental (AIA 3362)

“A desflorestação da área a intervencionar assim como as ações inerentes à fase de construção do projeto induzirão impactes negativos no dormitório de grandes dimensões de pombos torcaz (Columba palumbus). Embora o EIA não localize com precisão esta área nem quantifique o efetivo de pombos que a utiliza, este dormitório está protegido por lei, nomeadamente pelo Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, na sua redação atual,considera-se que o impacte gerado

é negativo muito significativo, pois a instalação da central fotovoltaica levará, provavelmente, à extinção deste dormitório.
Página 43 Avaliação de Impacte Ambiental (AIA 3362)

"Os impactes da construção do Projeto no meio geológico estão associados à movimentação de máquinas e veículos para a desmatação da área, à movimentação de "terras" (escavações e terraplenagens para regularização dos locais de instalação dos inversores e postos de transformação), a abertura e beneficiação de acessos, a ocupação e impermeabilização dos solos sobretudo na área da subestação e posto de corte. Os principais impactes na morfologia e relevo resultam das atividades de escavação e depósito de terras associadas à remoção da camada superficial dos solos para a implantação dos inversores, subestações intercalares, subestação e posto de corte, e das plataformas das vias de circulação e das redes de valas para os cabos de ligação" – pagina 25 Avaliação de Impacte Ambiental (AIA 3362)

"a ocupação do solo na área de Projeto irá, na sua generalidade
sofrer alterações, passando de áreas de exploração florestal e eucalipto, para área de produção de energia renovável solar fotovoltaica".—página 45https://participa.pt/contents/consultationdocument/05-ADT-EIA-CSF%20THSIS.pdf

Os principais impactes cumulativos a considerar são os resultantes da remoção/eliminação da flora, vegetação e habitat; em concreto, a desflorestação de extensas áreas de eucaliptal e de outras áreas de pinheiro bravo e pinheiro manso, dão origem a impactes negativos, muito significativos e não minimizáveis, considerando a grande dimensão da Central Fotovoltaica THSiS e a proximidade às restantes centrais. Relativamente à fauna, refere-se o acentuar da perda de habitat, da mortalidade por colisão com as linhas e do efeito de exclusão provocado pela presença de outras centrais fotovoltaicas, dando também origem a impactes negativos, muito significativos e de magnitude elevada. – pagina 45 Avaliação de Impacte Ambiental (AIA 3362)

Na Fase de exploração "a perda de uma vasta área de 991,72 ha, que corresponde das diferentes unidades de vegetação afetadas na fase de construção. Alguns dos impactes negativos originados nesta fase assumirão um carácter definitivo durante o tempo de duração da exploração do projeto (cerca de 30 anos). Provavelmente desenvolver-se-á vegetação herbácea e esta cobrirá os solos intervencionados, promovendo a criação de habitats para a fauna, especialmente a entomofauna, herpetofauna e ainda os pequenos mamíferos… ocorrerão impactes negativos … , sobre a flora e vegetação existente, em resultado da movimentação de veículos e de pessoas afetas à manutenção da central fotovoltaica. As poeiras produzidas pela movimentação dos veículos, em particular durante a época seca, acumulam-se na vegetação circundante, debilitando os indivíduos pela interferência nos seus processos fisiológicos, o que também assume um impacte negativo, embora pouco significativo, atendendo à afluência de veículos motorizados ao local que se afigura ser reduzida" pagina 44 Avaliação de Impacte Ambiental (AIA 3362)

“Relativamente à fauna, o funcionamento da central fotovoltaica pode provocar alterações no comportamento de algumas espécies que utilizam a área, dando lugar a fenómenos de perturbação e de afastamento…As ações de manutenção e de reparação de equipamentos e, ainda, a gestão da vegetação que poderá interferir no bom funcionamento das estruturas da central fotovoltaica incrementarão a perturbação da fauna, o que constituirá um impacte negativo…As operações de controlo da vegetação também serão bastante impactantes sobretudo na flora mas também nos grupos faunísticos referidos acima assim como em algumas espécies de aves que nidificam no chão como, por exemplo, os noitibós… A instalação da vedação… dará origem a impactes negativos muito significativos, considerando o comprimento desta, a área circunscrita, o efeito barreira e a fragmentação de habitat que a mesma gerará, não obstante esteja prevista a colocação de passagens para a fauna….Sobretudo no caso dos quirópteros, a presença da superfície dos painéis solares irá condicionar a utilização desta área, em particular nas noites de céu limpo e de luar, provocando o afastamento destes. Tal situação dará origem a um impacte negativo…No caso das aves, a superfície dos painéis poderá proporcionar o “efeito lago”, por reflexão da luz sobre uma vasta área de painéis, induzindo as aves em erro, como consequência este fenómeno poderá conduzir à mortalidade de inúmeras aves por colisão com as estruturas do projeto. Assim, serão expectáveis impactes negativos, significativos atendendo à extensa área de painéis proposta no projeto em avaliação” pagina 44 Avaliação de Impacte Ambiental (AIA 3362)

“Para a fauna, pela perda de habitat, mortalidade e efeito de exclusão, assume-se que estes serão de negativa, ocorrência provável, magnitude elevada, irreversível (no caso da mortalidade) e reversível (no caso da alteração da ocupação do solo e efeito barreira), permanente, local, podendo por isso ser classificados como significativos a muito significativos (no caso da mortalidade quando afetadas espécies ameaçadas)”.- página 56 https://participa.pt/contents/consultationdocument/05-ADT-EIA-CSF%20THSIS.pdf

“De acordo a informação constante no EIA verifica-se que na área estudada para instalação da central existem áreas afetas ao regime da RAN (cerca de 0,44 ha, o que corresponde a 0,03% da área de estudo), contudo, a área de RAN que ficará no interior da área delimitada pela vedação será de 38,82 ha.”- pagina26

Na área de implantação da central destacam-se os povoamentos florestais.. também de Pinheiro-manso, de Pinheiro-bravo, e de povoamentos de sobreiro (pagina 26)….area florestal de 80,7% “ pagina 27 Avaliação de Impacte Ambiental (AIA 3362)

“De acordo a informação constante no EIA verifica-se que na área estudada para instalação da central existem áreas afetas ao regime da RAN (cerca de 0,44 ha, o que corresponde a 0,03% da área de estudo), contudo, a área de RAN que

ficará no interior da área delimitada pela vedação será de 38,82 ha."- pagina26 Avaliação de Impacte Ambiental (AIA 3362)

"Relativamente às áreas agrícolas existentes na área de intervenção do projeto (4,52 ha) está prevista a implantação de módulos fotovoltaicos (4,15 ha), a construção de um segmento do caminho interno (0,30 ha) e a construção de um trecho da vedação (0,07 ha).., o impacte .. negativo". – pagina 41 Avaliação de Impacte Ambiental (AIA 3362)

"O risco de contaminação dos solos através de derrames de substâncias utilizadas em obra tais como óleos, combustíveis, entre outros, poderá ocorrer pela movimentação e operação de veículos e equipamentos que poderão causar contaminações pontuais. Este impacte classifica-se como negativo, direto" – pagina 30 Avaliação de Impacte Ambiental (AIA 3362)

"Em grande parte da área abrangida pelo projeto está presente a tipologia REN "áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos",- pagina 25 Avaliação de Impacte Ambiental (AIA 3362)

Para além dos impactes referidos importa considerar o facto de que a implantação das diversas componentes do projeto representa uma ocupação permanente do recurso solo (durante o período de vida útil do projeto) que fica assim indisponível para outos fins.
"Fase de construção e relativamente aos Sistemas Ecológicos, considera-se que a implantação da Central Fotovoltaica THSiS implicará ações associadas à construção que darão origem, globalmente, a impactes negativos sobre a fauna,..(pagina 40 ..)flora, vegetação e habitats. Assim, a desflorestação, a desmatação, a decapagem dos solos, a limpeza do terreno, as ações associadas à construção e à instalação das infraestruturas que integram a central fotovoltaica, a circulação de pessoas, de veículos e de maquinaria darão origem à afetação dos valores naturais, induzindo também a perda de biodiversidade, de habitat e a degradação daquela área. O principal impacte previsto é a grande mortalidade provocada pelas ações de desflorestação e decapagem dos solos nos animais mais pequenos e lentos como os anfíbios e especialmente os répteis, bem como pequenos mamíferos. O atravessamento das linhas de água pela maquinaria e viaturas é especialmente destrutivo" (página 41)- Avaliação de Impacte Ambiental (AIA 3362)

A instalação da Central Fotovoltaica THSIS , no local proposto, contraria a noção de que os solos agrícolas sejam um sumidouro líquido de carbono, em conformidade com os objetivos de neutralidade climática da UE para 2050 pelo grande volume de, mais de 98 mil m3 de terras removidas.

A fixação de carbono nos solos agrícolas pode ter múltiplos benefícios, como a atenuação das alterações climáticas, a melhoria da resiliência e da capacidade de produção dos solos, o aumento da biodiversidade e a redução do escoamento de nutrientes; apela ao reforço de capacidades, do trabalho em rede e da transferência de conhecimentos para acelerar a fixação de carbono e aumentar

a quantidade de carbono armazenado nos solos e, assim, oferecer soluções para o desafio climático;

A instalação da Central não apresenta um impacto positivo das funções do solo e da sua proteção, incluindo em matéria de gestão sustentável, proteção e regeneração do solo, saúde pública e sustentabilidade ambiental;

“dados de centrais fotovoltaicas com painéis e de centrais de concentração que usam espelhos, sendo que nestas últimas a mortalidade é mais elevada, e ocorrendo não só por colisão, mas também por helióstatos (queimadura pelo calor refletido pelos espelhos) (Sánchez-Zapata et al., 2016)” - página 37
https://participa.pt/contents/consultationdocument/05-ADT-EIA-CSF%20THSIS.pdf

“A desmatação e desflorestação nos sectores fotovoltaicos potencia o risco de erosão hídrica e o aumento do transporte sólido na drenagem do terreno….a obra fará aumentar o caudal de ponta de cheia, e consequentemente a erosão no terreno, arrastando sedimentos, aumentado a perda de solo, com o consequente aumento do transporte de material sólido, caso ocorra precipitação, que provoca a colmatação dos leitos de cheia e a obstrução de passagens e estrangulamentos naturais ou artificiais das linhas de água..considera-se este impacte negativo.. provável, imediato”
O barranco de Benatelar, que atravessa a área de estudo no sentido poente-nascente, é o curso de água com maior expressão morfológica. A proximidade de um dos setores fotovoltaicos ao braço do barranco de Benatelar, da albufeira de Fonte Serne, pode aumentar a importância deste impacte para significativo.” – avaliação impacto Ambiental

“Relativamente à rede viária verifica-se que a área estudada para instalação da central é atravessada por quatro vias, sendo que o projeto naturalmente salvaguarda as duas mais importantes com classificações de estrada nacional e estrada municipal.– pagina 28

“ face à significativa dimensão da área do projeto, considera-se que tal poderá dificultar a mobilidade ao acarretar um incremento significativo da extensão dos trajetos com a consequente demora, que se torna mais relevante em caso de resposta a emergências.”

Impacto visuais

“Perda de Valores Visuais Naturais - Impacte negativo, direto, certo, imediato, local, permanente, irreversível, média a elevada magnitude e significativo a muito significativo – pagina 48 avaliação impacto Ambiental

“Os impactes visuais negativos sobre a Paisagem decorrem, sobretudo, e em primeira instância, da intrusão visual resultante da presença inicial de entidades

artificiais (estaleiros, máquinas, equipamentos e materiais diversos). Posteriormente, decorrem das alterações físicas – desflorestação, desmatação e alterações de morfologia natural (decapagem da terra viva, escavações e aterros) -, que vão tendo progressivamente maior expressão/magnitude, que têm também associadas, em simultâneo, não só os impactes de natureza visual gerados pela presença das referidas máquinas como pela montagem e aumento da área de painéis que, progressivamente, ganhará expressão visual (escala), determinada pela maior área contínua de painéis, até à sua ocupação total. Ao nível dos impactes visuais mais relevantes consideram-se como impactes a expressão visual do desenvolvimento das diversas ações que vão decorrendo durante a Fase de Construção e que, no seu conjunto, se expressam num impacte visual que se designa, habitualmente, por "Desordem Visual". – pagina 48 avaliação impacto Ambiental

Na fase de exploração são previstos -Impactes Visuais das Componentes do Projeto - Impacte negativo, direto, certo, imediato, local, permanente, irreversível, - pagina 50 avaliação impacto Ambiental

Na fase de exploração "No caso dos "Impactes de Natureza Visual" regista-se que os mesmos têm um impacte Significativo a Muito Significativo sobre a Área de Estudo. – pagina 51 avaliação impacto Ambiental

"um impacte visual negativo sobre a Paisagem e contribuem para maior artificialização e consequente descaracterização visual do território. Os mesmos são responsáveis pela redução muito significativa da atratividade e destruição progressiva do carácter da Paisagem. Da avaliação acima exposta considera-se que o Projeto é gerador de impactes negativos de várias magnitudes e significâncias, que se traduz, na sua globalidade, num impacte negativo significativo a muito significativo, quer de natureza estrutural quer visual, e de perda de valores/atributos visuais naturais" pagina 51 avaliação impacto Ambiental

" Relativamente à Central Fotovoltaica da THSiS, poder-se-á considerar que o presente projeto em avaliação é, em si mesmo, o projeto iniciador da **artificialização maior da Área de Estudo, dada a sua área de implantação, ou expressão espacial e escala**. A implementação deste Projeto, numa área superior a 1 000 ha, determinará uma alteração física da Área de Estudo, pouco artificializada e sem intrusões visuais maiores. Tal traduzir-se-á na perda de **áreas naturais e seminaturais para uma área artificializada e homogénea em cerca de 8,3% da Área de Estudo e na contaminação visual de grande parte desta, equivalente a cerca de 6 406 ha, ou seja, cerca de 53% da Área de Estudo. O presente Projeto, constitui um impacte significativo em termos de artificialização física e visual da Paisagem, traduzindo-se numa extensa área homogénea que será**

ocupada imprimindo um nível muito elevado de artificialização à Paisagem - pagina 50 avaliação impacto Ambiental

"os impactes visuais negativos, sobretudo da Central (áreas de implantação de painéis e demais estruturas associadas), decorrem da intrusão visual que a sua presença física introduz no território, não só pela sua artificialidade como pela sua permanência no tempo. Os impactes visuais serão tanto mais significativos/graves quanto mais visível for a área de implantação das componentes do Projeto" pagina 48 avaliação impacto Ambiental

Turismo será afectado negativamente pois verificar-se-ão

"Perda de Valores Visuais Naturais - Impacte negativo, direto, certo, imediato, local, permanente, irreversível, média a elevada magnitude e significativo a muito significativo- pagina 48 – avaliação de impacto ambiental

"**A mitigação do impacte visual, nomeadamente através da implementação de cortinas arbóreas suscita dúvidas quanto à sua eficácia**, dado tratar-se de uma área de implantação muito grande com uma bacia visual de elevada dimensão… uma redução da atratividade no local e envolvente próxima. Considera se que a Subestação, não deverá ser um projeto isolado, dado que à mesma se poderão ligar um número significativo de linhas elétricas aéreas, às quais estará associado um impacte muito relevante devido à presença de apoios e pórticos. Importa a este nível também referir que poderá haver um impacte social negativo associado à grande expansão de centrais solares e linhas elétricas na região, que poderá contribuir para aumentar o despovoamento destas áreas". - pagina 60 avaliação impacto Ambiental

Qualidade do ar

" estão principalmente associados às emissões de partículas, resultantes quer de algumas escavações e movimentação de terras, quer da circulação de maquinaria/veículos pesados, e **às emissões de gases com efeito de estufa**. Os efeitos das emissões fazem-se sentir não só na área de implantação da Central Solar Fotovoltaica, mas também nas habitações que se desenvolvem junto às estradas que dão acesso a esta, como é o caso dos habitantes das localidades de Vale de Água, Foros do Arneirinho e Foros de Cadouços". – pagina 52

Além de que o corte de mais de 1500 000 árvores, a movimentação de mais de 98 mil m3 de terra, movimentação de máquinas e veículos, aumenta os níveis de CO2 no ar .

O QUE CONTRARIA O OBJECTIVO DE SUMIDORO DE CARBONO E A NEUTRALIDE CARBÓNICA

A modificação do coberto vegetal através da realização de cortes rasos de povoamentos florestais, bem como pela redução do coberto arbóreo ou arbustivo e pelo corte individual de espécies arbóreas e arbustivas autóctones ,abertura de novas vias de comunicação ou acesso, bem como o alargamento das vias de comunicação contribuem para o aumento do Co2 do ambiente.

A construção, exploração e desativação da Central THSIS não se reduz as emissões de gases com efeito estufa (GEE) nem se aumenta os seus sumidoros , (os sistema naturais . as florestas) nem se reduz o aquecimento global do planeta.

A modificação do coberto vegetal através da realização de cortes rasos de povoamentos florestais, bem como pela redução do coberto arbóreo ou arbustivo e pelo corte individual de espécies arbóreas e arbustivas autóctones ,abertura de novas vias de comunicação ou acesso, bem como o alargamento das vias de comunicação contribuem para a elevação dos níveis do Co2 n A Central THSIS contraria

A central FOTOVOLTAICA THSIS não vai ao encontro do

– compromisso de Portugal de alcançar até 2050 um balanço neutro entre os GEE emitidos e os GEE removidos por sumidouros - a neutralidade carbónica

– Protocolo de Quioto (em vigor desde 2005), que estabeleceu um conjunto de metas com vista à redução da emissão de gases poluentes, diminuição da emissão de gases com efeito de estufa para o combate às alterações climáticas

– Estratégia Europa 2020, que representava um conjunto de metas a dez anos, com o objetivo de favorecer o crescimento económico nomeadamente a redução de 20% nas emissões de gases com efeito de estufa em relação aos níveis de 1990

A qualidade do ar irá diminuir e muito pelo grande aumento do CO2 no ar e a grande diminuição do oxigénio, pela desflorestação e bate de mais de 1500 000 arvores, e aumentar a poluição já que se verifica a introdução direta ou indireta, em resultado da atividade humana, de substâncias ou de calor no ar, na água ou no solo que possa ser prejudicial para a saúde humana ou para a qualidade dos ecossistemas aquáticos ou dos ecossistemas terrestres daqueles diretamente dependentes, que dê origem a prejuízos para bens materiais ou que prejudique ou interfira com o valor paisagístico ou recreativo ou com outras utilizações legítimas do ambiente.

O aumento do Co2 está em contra ciclo com

– “Na próxima década, mais de três mil milhões de árvores serão plantadas na Europa. Esta é uma das medidas previstas na nova Estratégia da UE para as Florestas, que define o caminho para alcançar a neutralidade climática e reforçar o conhecimento, proteção, restauro e resiliência das florestas europeias

– REGULAMENTO (UE) 2018/841 DO PARLAMENTO EUROPEU E

DOCONSELHO de 30 de maio de 2018

Além de que não se verifica que a Central Fotovoltaica
“contribuirá anualmente para a não emissão de cerca de 595 045 toneladas de CO2 para a atmosfera, quando comparando com a produção de energia equivalente utilizando gás natural, ou a não emissão de cerca de 1 408 237 toneladas de CO2, por ano, considerando que o combustível utilizado seria o carvã- página 30 e a contribuição para a não emissão de CO2, considerando que o combustível utilizado seria o carvão, é de aproximadamente 39 322 415 toneladas de CO2 e de 16 615 550 toneladas de CO2 para a atmosfera,… “serão evitadas anualmente com a construção da Central Solar Fotovoltaica, cerca de 595 045 toneladas de CO2 para a atmosfera, quando comparando com a produção de energia equivalente utilizando gás natural, ou a não emissão de cerca de 1 408 237 toneladas de CO2, por ano, considerando que o combustível utilizado seria o carvão”,- pagina 30
https://participa.pt/contents/consultationdocument/05-ADT-EIA-CSF%20THSIS.pdf

A CONTABILIZAÇÃO DO CO2 ANTERIORMENTE APRESENTADAS SÃO MERAMENTE ESPECULATIVAS E NÃO CORRESPONDEM Á REALIDADE
JÁ QUE **A SIMPLES IMPLEMENTAÇÃO DA CENTRAL DO LOCAL PROPOSTO NÃO VAI REDUZIR A EMISSÃO DE CO2 , MUITO PELO CONTRÁRIO, VAI AUMENTAR O GÁS DE EFEITO DE ESTUFA NO AMBIENTE E POR ISSO AUMENTAR AS TEMPERATURAS DA REGIÃO**

“A plantação de novas árvores deverá ser feita em total respeito pelos princípios ecológicos favoráveis à biodiversidade. Isso significa que a árvore mais adequada deve ser plantada no lugar certo e para o propósito mais indicado.
no sentido de garantir que as árvores não serão apenas plantadas, mas que possam crescer com o tempo e prosperar num clima em mudança.”
https://florestas.pt/noticias-e-agenda/nova-estrategia-da-ue-para-as-florestas-mais-protecao-e-restauro-ate-2030/
 o que não corresponde a formação da cortina arbórea com arvores de fruto uma vez que para crescerem não basta a sua plantação .

Gravação áudio e de imagens pelas câmaras instaladas na Central Fotovoltaica THSIS

Contrariam em absoluto a lei de Proteção de Dados Portuguesa pois é necessário que cada cidadão que atravesse ,até ao limite final do alcance da Câmara de filmar, dê o seu consentimento e autorização

Beneficios dos arrendatários e promotores

A indústria Fotovoltaica centralizada é subsidiada pelo estado e foram criados apoios fiscais e de natureza financeira para a mesma e alguns dos arrendatários receberam subsídios do IFAP .

Beneficios à população
São pura ilusão os benefícios apresentados pois nenhum protocolo é com qualquer entidade de ensino, além de que a plantação de pessegueiros, amendoeiras não são adaptadas as condições edofoclimáticas da região, nada indica que o preço da electricidade vá diminuir.

Relativamente *aos sobreiros*

Não houve um levantamento real dos exemplares existente em que a área de povoamento de quercíneas não está bem marcada e que existem mais exemplares de quercíneas do que aqueles que foram identificadas pelo proponente *e sendo* uma espécie que apresenta estatuto de proteção legal de acordo com o Decreto-Lei nº 169/2001, de 25 de maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 155/2004, de 30 de junho
E apesar o EIA, não prever a afetação direta do sobreiros,"verifica-se que tal não ocorre, conforme explicito no presente parecer no ponto relativo à ecologia. – pagina 29 Avaliação de Impacte Ambiental (AIA 3362)

….induzir um impacte negativo, muito significativo, atendendo a que esta proposta, contrariamente ao indicado no RS do EIA, poderá implicar a afetação de sobreiros, espécie legalmente protegida" – pagina 42 Avaliação de Impacte Ambiental (AIA 3362)

"Relativamente aos exemplares de quercíneas identificados no EIA e cuja preservação é intenção do proponente, considera-se que a fase de construção, com todas as ações que lhe são inerentes (circulação e ação de maquinaria), poderá causar danos irreversíveis nestes sobreiros, em virtude de estarem isolados no interior da extensas áreas de painéis onde será necessário intervir e, mesmo assegurando um perímetro de salvaguarda definido no EIA a estes exemplares, que corresponde à projeção do dobro do raio da copa, poderá não ser suficiente para evitar a afetação dos mesmos e ocorrer a sua depreciação ou mesmo morte, sendo, por esse motivo, expectável um impacte negativo, significativo"
Pagina 42, Avaliação de Impacte Ambiental (AIA 3362)

"No caso da vedação verifica-se a afetação de cerca de 1,75 ha de área de montado" – pagina 29 Avaliação de Impacte Ambiental (AIA 3362)

" a instalação da vedação intersetará a área de proteção de 154 sobreiros, e o caminho existente na área de intervenção do projeto intersetará a área de proteção de 122 sobreiros, facto que contribuirá para aumentar a significância

do impacte negativo identificado. – pagina 42 Avaliação de Impacte Ambiental (AIA 3362)

A defesa do ambiente, a nível global, tornam necessário um maior estreitamento das políticas energética e ambiental, por forma a viabilizar o cumprimento dos compromissos internacionais que se avizinham, nomeadamente em matéria de limitação das emissões dos gases que provocam o efeito de estufa, em resultado da implementação da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas e do Protocolo de Kyoto,

É necessário e da maior importância um modelo de desenvolvimento energético sustentável que assegure os direitos das gerações presentes e futuras, o que não é o caso da instalação da Central Fotovoltaica THSIS

Por tudo referido anteriormente

Existe uma ameaça iminente de danos,isto é, uma probabilidade suficiente da ocorrência de um dano ambiental, no imediato,num futuro próximo e a longo prazo .
Verificam-se simultaneamente diversos danos ambientais e é de todo impossível assegurar que as medidas apresentadas ao nível da natureza, à extensão e à gravidade de cada dano ambiental, bem como às possibilidades de regeneração natural, e à eliminação de riscos para a saúde humana não evitem danos irreversíveis.

Os danos irreversíveis apresentados pela Central Fotovoltaica THSIS são muitissimos desde impactos negativos significativos a muito significativos pois afectem adversamente e irreversívelmentea consecução ou a manutenção do estado de conservação favorável dos habitats ou espécies , referenciado ao estado actual

Também as alterações adversas significativas do estado inicial são mais que muitas e afectam cumulativamente as espécies, de flora, fauna e aves e a população local.

É muito importante garantir uma sustentabilidade energética, assegurando uma gestão racional dos recursos disponíveis, satisfazendo as necessidades atuais, sem comprometer as gerações futuras, o que não acontece com o projecto da Central Fotovoltaica THSIS.

A Central Fotovoltaica não representa qualquer mais valia local para a população local – pagina 72 Avaliação de Impacte Ambiental (AIA 3362) e

as medidas de mitigação são manifestamente insuficientes dado os muitos danos irreversíveis pela sua implementação..

Clara Sintrão

De: Direção Litoral Fish <direcao@litoralfish.com>
Enviado: 24 de novembro de 2021 13:44
Para: Geral APA
Assunto: Discordância da consulta pública do AIA3362

Rui Fernando Pinto Fernandes Sequeira morador em São Domingos desde 2010 num Monte confinante com a central que alguém deseja instalar num terreno contíguo venho contestar o abate de cerca de 1500000 de árvores destruição de um ecossistema que abastece a barragem , a possibilidade de contaminar os aquíferos.
Descarbonizar é necessário mas a que custo cortando e abatendo os produtores de oxigénio .
Mais contesto reformular um projeto com mentiras como a que não existem habitantes permanentes no confinamento norte do proposto projeto.
Se o projeto era mau agora será melhor... com o incremento de área de painéis
Desaparecimento de dormida e habitat de milhares de animais selvagens
Agradeço a consideração deste meu e mail face a dificuldade de colocar discordância na consulta pública

Os melhores cumprimentos
Rui Sequeira

Número: E104669-202111-DCOM Data: 21/11/2021 Tipo: Carta Data de Registo: 23/11/2021

São domingos, 21 de novembro 2021

Para: AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE, I.P.
Rua da Murgueira, 9 - Zambujal - Alfragide | 2610-124 Amadora

assunto: **participação na consulta pública: nº AIA 3362**

Central Solar Fotovoltaica THSIS - projeto reformulado

classificador: DISCORDÂNCIA

Estimados senhores, Estimadas Senhoras,

Não concordo com :

- a desflorestação destinada à conversão para outro tipo de utilização das terras (fins energéticos), o que implica a destruição de um ecossistema de produção previsto no **Regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade**
- a instalação de uma indústria destinada à produção de energia elétrica: 1 subestação principal e 4 subestações intercalares
- a implementação de painéis solares com área coberta de aprox. 536 hectares
- o abate de 1500000 árvores

Acho que este projecto tem impactes muito negativos no solo, ambiente e **paisagem.**

assinalei na imagem o local da minha residência

Obrigado pela atenção,

AMÉRICO BRITO GUERREIRO
PALMA VALERA CONT-14326372

De: Paula Silva
Protege Alentejo 1260ha
Foros da Casa Nova
Ex. Postal 5236 Bnic 2
7540-400 S Domingos

ACEITE APOS HORA DE CORTE 01-9909807
2021-11-24 17:42:16 €4,60
S.DOMINGOS-CACE 7540 SAO DOMINGOS
R
RH751856445PT

Para: APA
Agência Portuguesa do Ambiente
Rua da Murgueira, 9

AR CN 07 AR

Número: E105882-202111-DCOM Data: 24/11/2021 Tipo: Carta Data de Registo: 26/11/2021

Número: E105882-202111-DCOM Data: 24/11/2021 Tipo: Carta Data de Registo: 26/11/2021

Participação do grupo ProtegeAlentejo1260ha no âmbito da Consulta Pública do Projecto Central Solar Fotovoltaica – THSiS - AIA nº3362

Somos um grupo cívico constituído em Março de 2021 – ProtegeAlentejo1260ha, com o objectivo de contestar e impedir a concretização do projecto THSiS. Este grupo inclui pessoas que nasceram e sempre viveram aqui, mantendo as suas actividades de sobrevivência, outros que optaram por esta freguesia para terem as suas habitações principais ou secundárias e alguns para investirem economicamente em áreas diversas.

Em Março de 2021 foi criada uma Petição Pública, a qual conta nesta data com 2 001(dois mil e uma) assinaturas.

https://peticaopublica.com/pview.aspx?pi=PT107035

Tanto a população como a APA têm direito a um Estudo de Impacto ambiental adequado e rigoroso!

O Parecer da Comissão de Avaliação incide sobre um EIA que peca sobretudo pela falta de rigor. A versão que originou este parecer é omissa, possui lacunas graves, faz referência a leis revogadas e é prolífico em conclusões absurdas. Verificamos que os dados fornecidos, quer em texto, quer em alguns quadros, não estão correctos. Assim, as medidas preconizadas para a reformulação do projecto têm por base um trabalho mal-executado e assente em critérios duvidosos.

A necessidade de reformulação do projecto foi imposta por este não ter em consideração aspectos de extrema importância. Os aspectos sobre os quais se pronunciaram as entidades consultadas deveriam ser vinculativas na execução da versão reformulada. No entanto, verificamos que muitas foram ignoradas, o que nos leva a questionar se as medidas minimizadoras constantes no projecto reformulado serão respeitadas.

Perante estes factos impunha-se que demostrássemos de forma clara e objectiva a incompatibilidade deste projecto com muitos dos Programas e Planos nacionais e regionais, bem como com compromissos assumidos no âmbito da política da União Europeia.